

Desaprendendo a urbanização: três passos na história de Ceilândia/DF

Laila Beatriz da Rocha Loddi

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**Desaprendendo a urbanização: três passos na história
de Ceilândia/DF**

Laila Beatriz da Rocha Loddi

Orientador: Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima

Brasília/DF

2025

Laila Beatriz da Rocha Loddi

**Desaprendendo a urbanização: três passos na história
de Ceilândia/DF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
Brasília como requisito parcial e obrigatório para obtenção
do título de Doutor.

Área de Concentração: Teoria, História e Crítica

Linha de Pesquisa: História e Teoria da Cidade e do
Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima

Brasília/DF

2025

Agradecimentos

Ao professor Carlos Henrique, pela parceria;

À professora Gabriela Leandro, pelas contribuições na banca de qualificação;

Aos professores Pedro Máximo, Lucas Vargas e colegas da Universidade Estadual de Goiás;

À Morine e técnicos do Arquivo Público do Distrito Federal;

À Julia Myara, pela escuta que me ajudou a reencontrar os caminhos desta pesquisa;

Aos amigos do/no cerrado: Chico Monteiro, Luiz Sarmento, Marcelo Jungmann, Octávio Scapin, Júlia Bittencourt, Ana Flávia Maru, Cássia Nunes, Glayson Arcanjo, Karita Gonzaga, Ronaldo Paixão, Henrique Borela, Marcela Borela, Denise Vieira, David Alves, Leila Saads, Lorena Abdala, Mariana Priester.

À minha família, pelo incentivo e amor de sempre;

Ao Núcleo Vida e Pedro Toschi, pela força;

Ao artista Gu da CEI e aos jovens de expressão da Ceilândia.

Resumo

Brasília, capital brasileira de meados do século XX, concebida a partir das concepções das vanguardas nacionais, foi desenvolvida a partir do binômio modernidade-colonialidade, aliando práticas urbanísticas à retórica da criação de imagens para induzir ideia de progresso e consenso em um contexto social heterogêneo e complexo. Através de pesquisa em arquivos públicos e análise de práticas urbanísticas e artísticas, esta tese procura discutir a historiografia urbana hegemônica sobre a capital seguindo alguns passos. O primeiro passo, diz respeito à historiografia e o papel da memória urbana e imaginação, em articulação com autoras e autores que trataram o problema. O passo seguinte, trata o conjunto de fontes documentais levantada e sistematizada a partir da imprensa nos primeiros anos de Brasília e os expedientes implicados nas práticas urbanísticas na década de 1970, notadamente as políticas de remoções de favelas. Por fim, focamos a construção de Ceilândia como episódio síntese do exercício historiográfico aqui proposto, uma tentativa de produzir um mosaico em que repressões e insurgências se apresentam em tensão.

Palavras-chave: Brasília, Urbanização, História, Ceilândia, Imaginação.

Abstract

Brasília, the Brazilian capital of the mid-twentieth century, conceived based on the concepts of the national avant-garde movements, was developed based on the modernity-coloniality binomial, combining urban practices with the rhetoric of image creation to induce ideas of progress and consensus in a heterogeneous and complex social context. Through research in public archives and analysis of urban and artistic practices, this thesis seeks to discuss the hegemonic urban historiography about the capital by following a few steps. The first step concerns historiography and the role of urban memory and imagination, in conjunction with authors who have addressed the issue. The next step deals with the set of documentary sources collected and systematized from the press in the early years of Brasília and the expedients implied in urban practices in the 1970s, notably the policies of slum removals. Finally, we focus on the construction of Ceilândia as a summary episode of the historiographical exercise proposed here, an attempt to produce a mosaic in which repressions and insurgencies present themselves in tension.

Key words: Brasília, Urbanization, History, Ceilândia, Imagination.

Lista de imagens

Imagem da capa: Gu da CEI. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso em dezembro de 2023.

Figura 1: Vila do IAPI, 1969. Fonte: ArPDF.

Figura 2: Condomínio Privilege, Fogaça Construtora. Fonte: <https://fogacaconstrutora.com.br>. Acesso em 10/11/ 2019.

Figura 2: Fotomontagem elaborada pela autora.

Figura 3: Vila do IAPI, 1969. Fonte: ArPDF.

Figura 4: Residencial Ravenna, Fogaça Construtora. Fonte: <https://fogacaconstrutora.com.br>. Acesso em 10/11/ 2019.

Figura 6: Fotomontagem elaborada pela autora.

Figura 7 e Figura 8: Recortes de manchetes do Correio Braziliense (1963). Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 9: Jornal local “Ceil Tudo – o guia de Ceilândia”. Data: Maio de 1997. Fonte: Museu Virtual da Ceilândia. Disponível em: <https://museuvirtualdeceilandia.com.br/>. Acesso em 2021.

Figura 10: Pintura da artista Cerqueira e exposta na Galeria Risofloras. Fonte: Laila Loddi. Data: 13 de novembro de 2021.

Figura 11 - Intervenção do artista Gu da CEI; instalação de placa no local da antiga Vila do IAPI. Fonte: <<https://www.gudacei.art.br/>>. Acesso em 10 de outubro de 2021. Uso da imagem cedido pelo artista.

Figura 12: Caricatura de Oswaldo Cruz “limpando” o Morro da Favela. No alto se lê: “Uma limpeza indispensável. A Higiene vai limpar o Morro da Favela, ao lado da Estrada de Ferro Central. Para isso intimou os moradores a se mudarem em dez dias”. Fonte: Revista O Malho, nº 247, 08/06/1907.

Figura 13: Título da fotografia - Invasão de barracos no Plano Piloto Brasília. Autoria não identificada. Data: 12/12/1963. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo SCS.

Número de registro: 00182_SCS_DF_6_1_B_1_ _12_12_63.

Figura 14: Imagem de satélite localizando o Plano Piloto, a antiga Vila IAPI e Ceilândia. Elaborado pela autora.

Figura 15: Título - Invasão do IAPI. Autoria não identificada. Data: 15/05/1969. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo SCS. Número de registro: 002162_SCS_GF_6_1_B_1_

Figura 16: Título - Governador visita invasão do IAPI. Autoria não identificada.

Data: 02/10/1970. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo SCS.

Número de registro: 037843_A_SCS_HF_12_3_F_2_

Figura 17: “Favela, esse problema”. Correio Braziliense, 1970. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 18: Edição 00873, “A cabana e o palácio (IV) – Um ninho de moléstias”, José Helder de Souza. CB, Ano 1963. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 19: Edição 01107, “Ferindo o Plano de Brasília surgem diariamente barracos na Vila Planalto”. CB, Ano 1963. Fonte: Biblioteca Nacional

Figura 20: Edição 01051, “Infectos barracos enfeiam o coração do Plano Piloto”. CB, Ano 1963. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 21: Edição 02917, Convite da Associação Pró-Melhoramentos da Vila IAPI.

CB, Ano 1969. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 22: Edição 02924, “Associação trabalha pela Vila do IAPI”. CB, Ano 1969. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 23: “Vila do IAPI muda de nome”. CB, Ano 1969. Fonte: Biblioteca Nacional

Figura 25: Vila do IAPI (1969). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Número: 002156_SCS_GF_6_1_B_1_Invasão_do_IAPI_Nucleo_Bandeirante_DF_15_05_69.

Figura 26: Vila do IAPI (1969). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Número: 002160_SCS_GF_6_1_B_1_Invasão_do_IAPI_Nucleo_Bandeirante_DF_15_05_69.

Figura 27: Recepção dos removidos em Ceilândia (1971). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Número: 042303_SCS_HF_12_8_F_1_Ceilandia_DF_27_3_71.

Figura 28: Governador recebe removidos (1971). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Número: 042318_SCS_HF_12_8_F_3_Ceilandia_DF_27_03_71.

Figura 29: Ceilândia (1971). Foto: J. Firmino. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Número: 045648_SCS_HF_12_8_C_5_Ceilandia_DF_9_6_71_Foto_J_Firmino.

Figura 30: Construção em Ceilândia (1971). Foto: J. Firmino.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Número: 045845_SCS_HF_12_8_C_1_Construcao_de_barracos_na_Ceilandia_DF_28_8_71

Figura 31: Imagem do Jornal “A voz de Ceilândia”, 1981. Fonte: Museu Virtual de Ceilândia.

Figura 32: Instalação Artérias, de Gabriel Matos. Bordado em telhas de barro e arame. 43x80 cm (díptico) (2021). Imagem disponível em: <https://www.matosgabriel.com/>. Acesso: março de 2025.

Figura 33: Fotografia de Kadan Lopes. Festival Foto de Quebrada, 2020. Disponível em: <https://fotodequebrada.com.br/>. Acesso em novembro de 2021.

Figura 34: Fotografia de Elaine Soares. Festival Foto de Quebrada, 2020. Disponível em: <https://fotodequebrada.com.br/>. Acesso em novembro de 2021.

Figura 35: Invasão. Projeção à laser e colagem. Gu da CEI, 2021. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>

Figura 36: Instalação Vila do IAPI, Gu da CEI, 2021. Disponível: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso: dez/21.

Figura 37: Sonho de morar. Escultura de ferro 3m x 2m. Gu da CEI, 2023. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso em 2023.

Figura 38: Território em trânsito. Fotografia. Gu da CEI, 2023.

Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso em dezembro de 2023.

Figura 39: Território em trânsito. Fotografia. Gu da CEI, 2023. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso em dezembro de 2023.

Figura 40: Ceilândia capital do Brasil. Intervenção com laser. Gu da CEI,

Centro Cultural Oscar Niemeyer, Goiânia (GO) 2022. Foto de Isadora Bezerra.

Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso em dezembro de 2023.

Figura 41: Fotografia de Webert da Cruz para o Projeto BSB2060 (2021).

Fonte: < <https://bsb2060.com/webert-da-cruz-alcance/>>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

Sumário

| | |
|---|-----|
| <i>Apresentação</i> | 9 |
| <i>Introdução</i> | 18 |
| CAPÍTULO 1_ Discurso, Imagem e Poder Moderno-Colonial | 31 |
| 1.1) <i>Discurso como prática material: regimes de verdade</i> | 34 |
| 1.2) <i>A imagem como forma de poder: regimes de visibilidade</i> | 36 |
| 1.3) <i>Interrogar visualidades</i> | 38 |
| 1.4) <i>Imaginação na prática historiográfica</i> | 41 |
| 1.5) <i>Escrita da história</i> | 42 |
| 1.6) <i>“Dar nome é um ato de poder”</i> | 45 |
| 1.7) <i>Desaprendizagens do discurso historiográfico sobre Brasília</i> | 59 |
| CAPÍTULO 2_ “Brasília, uma cidade sem favelas” | 83 |
| 2.1) <i>“Um ninho de moléstias”: reportagens sobre favelas nos primeiros anos de Brasília</i> | 89 |
| 2.2) <i>As dimensões discursivas e simbólicas do planejamento urbano: palavras que produzem imagens da cidade</i> | 121 |
| 2.3) <i>Lendo imagens: fotografias da Secretaria de Comunicação Social</i> | 142 |
| CAPÍTULO 3_ “Não somos invasores” | 152 |
| 3.1) <i>Da Vila do IAPI à Ceilândia: narrativas em disputa</i> | 155 |
| 3.2) <i>Este território pertence à Ceilândia</i> | 177 |
| 3.3) <i>Desaprendendo cidades</i> | 200 |
| <i>Considerações finais</i> | 206 |
| <i>Referências</i> | 210 |
| <i>Anexos</i> | 219 |

Apresentação

O olho vê, a lembrança revê, a imaginação transvê; é preciso transver o mundo.

Manoel de Barros, Livro sobre nada.

Em suas andanças, Riobaldo percebeu que “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe pra gente é no meio da travessia”¹. Enquanto atravesso, estou em movimento. É como cruzar um rio a nado: entre uma margem e outra só existe braçada e respiração. Gosto dessa sabedoria *zen-sertaneja*, percepção das coisas miúdas de si, atenção às impermanências da vida. No entrelaçamento entre passado e futuro, a observação do presente. Pois nessa travessia que realizo, revivo alguns pedaços da minha trajetória para me apresentar e, quem sabe, reencontrar alguns sentidos.

Em Florianópolis, num lugar chamado Chico Mendes, a rua da escola parecia a de um bairro comum, igual ao que eu morava. Porém, à medida que entrávamos no bairro - um pequeno grupo de estudantes de arquitetura e um professor - as ruas ficavam mais estreitas e as casas, mais simples, algumas sobre barrancos. Varandas, plantas, crianças, cachorros. Chegamos na associação de moradores onde nos esperavam para começar uma reunião. Me peguei pensando que o bairro onde eu morava não tinha uma associação, de fato eu mal conhecia os vizinhos do meu prédio. Nos ofereceram café e bolo, conversamos por algumas horas.

Em Olinda, na rua do terreiro da Xambá, um grande grupo de estudantes de arquitetura discutia o projeto de um banco. Faltavam lugares para sentar-se na comunidade, achamos que seria uma boa criar um espaço de permanência. Croquis pra lá, maquete pra cá, percebi que um senhor nos observava galhofeiro. Pedreiro experiente, naquela tarde nos ensinou a assentar tijolos.

Em Paraisópolis, São Paulo, Estevão Silva da Conceição construiu uma estrutura de concreto armado para pendurar vasos de roseiras. Quando um prato colorido caiu no chão e quebrou, ele colou os cacos na estrutura cinza e nunca mais parou: decorou a casa toda com fragmentos que encontra na rua, pequenos objetos, bibelôs quebrados, pecinhas. Enquanto conversava comigo, superbonder em punho, ajeitava na parede um seixo rolado que levei para ele de lembrança da Chapada dos Veadeiros. É conhecido fora da favela como “Gaudí brasileiro”.

¹ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 22^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Desenvolvi minha dissertação de mestrado em Cultura Visual - defendida em 2010 na Universidade Federal de Goiás - a partir de encontros com inventores como Estevão e o pedreiro de Olinda. Com o repertório dos estudos culturais observei essa produção material, arquitetura sem arquitetos, em grande medida desconhecida e desvalorizada. As inúmeras representações sobre favelas em leituras mediadas pela chave da ausência e da precariedade revelam um profundo desconhecimento dos espaços e das possibilidades de vida que ali se inventam. Estas tem sido minhas inquietações como pesquisadora desde os primeiros encontros ainda na graduação, vinte e cinco anos atrás. Encontros que aconteceram pela extensão universitária e militância no movimento estudantil, e também por meio da cultura popular. Ver reis e rainhas de Maracatu saindo das vielas do Pina para desfilar nas avenidas do carnaval de Recife foi experiência arrebatadora: beleza, força e brilho dourado de Oxum. As camadas eram muitas - das roupas, dos sentidos e dos territórios da cidade. Para estudar cidade, eu pensava, era preciso abandonar o sabido e *transver* a cidade, no linguajar de Manoel de Barros.

Recém-chegada em Brasília em 2019, sem imaginar o fim do mundo que viria com um vírus em poucos meses, deambulando ainda sem máscara, me deparei com muita vida além do Plano Piloto. Fui com a prof.^a Elane conhecer os *b-boys* de Ceilândia, estive na festa do boi do seu Teodoro em Sobradinho, conheci o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural com a amiga Leila. Soube dos saraus e do Mercado Sul em Taguatinga. Vivi um carnaval animado na Vila Planalto. A imagem de “cidade fria” se desfez, aliás ela nunca fez sentido. Decidi pesquisar imagens das “outras Brasília”.

De lá pra cá, seis anos, duas mudanças de orientação, cinco mudanças de casa. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás, sem licença integral, me deparando com novas fontes, reformulando hipóteses, confrontando inevitáveis surpresas e vislumbrando caminhos possíveis. Abandonando caminhos. Nessa longa caminhada, três passos levaram meu corpo a um território desconhecido, onde percebi uma potência de desaprender Arquitetura e Urbanismo. Campo esse que informa e é informado por imagens

diversas, marcadamente da colonialidade, cuja necessidade de expansão pode ser reconhecida em práticas de pesquisa e ação contemporâneas. Pude acompanhar algumas, que gostaria de citar brevemente pois me impactaram profundamente: o curso *Habitar o Fim do Mundo e Imaginar o Infinito*, proposto pelo grupo Corpo, Discurso e Território da UFBA (2020); o curso *Cidades em disputa*, na Escola da Cidade (2023), e o ciclo de leituras *Práticas de desaprender, sair e não entrar: planejamentos fugitivos, histórias potenciais, futuros ancestrais*, promovido pelo Programa de Estudos Independentes Humusidades (2024). Todos espaços de encontro para um debate multidisciplinar sobre a cidade contemporânea, animados por exercícios de imaginação radical (IMARISHA, 2018) e de desobediência epistêmica (MOMBAÇA, 2016; BISPO, 2018) em torno de experiências de vidas possíveis na cidade.

Antes de adentrar a trilha desta pesquisa, gostaria de lembrar e apresentar duas experiências vividas no contexto do PPGFAU UnB. A primeira, uma criação de narrativa visual a partir das leituras e reflexões proporcionadas nas aulas com o prof. Paulo Tavares, no segundo semestre de 2019. Naquela época, conversando com brasilienses, conheci uma história por trás do nome de Ceilândia, a sigla CEI: Campanha de Erradicação de Invasões. A palavra erradicação - termo sanitário, utilizado em contexto de doenças - ficou na minha mente durante dias. Decidi fazer um primeiro levantamento sobre a tal campanha, conhecendo a partir daí a história da Vila do IAPI. Neste momento mudei o projeto de pesquisa e comecei a procurar imagens desta vila dos anos 1960. No contexto da realização de trabalho final da disciplina ministrada por Paulo Tavares - estruturada pelo eixo conceitual da advocacia urbana, problematizando a arquitetura como instrumento de exercício de poder, e, portanto, como agente de violação de direitos - desenvolvi uma narrativa visual sobrepondo imagens da Vila e de propagandas de empreendimentos imobiliários localizados na mesma área, separados pelo tempo e pelos privilégios. Experimentei criar imagens a partir de sobreposições, transparências, fantasmagorias e rastros.

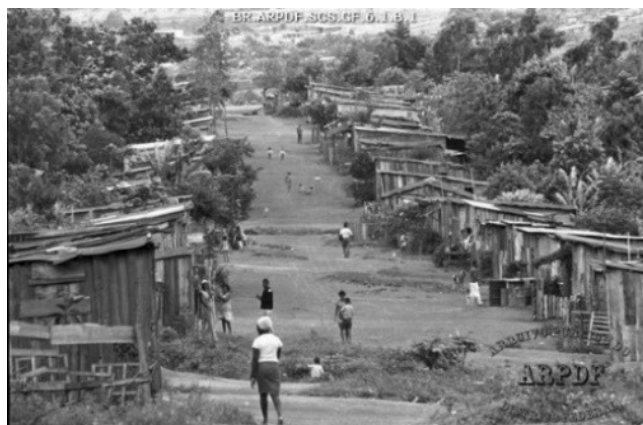


Figura 5: Vila do IAPI, 1969. Fonte: ArPDF. Figura 6: Condomínio Privilege, Fogaça Construtora. Fonte: <https://fogacaconstrutora.com.br>. Acesso em 10/11/ 2019.



Figura 7: Fotomontagem elaborada pela autora.



Figura 8: Vila do IAPI, 1969. Fonte: ArPDF. Figura 9: Residencial Ravenna, Fogaça Construtora. Fonte: <https://fogacaconstrutora.com.br>. Acesso em 10/11/ 2019.



Outra experiência que gostaria de relembrar foi a escrita de um ensaio como trabalho final de disciplina sobre Brasília, também no Programa de Pós-Graduação da FAU UnB, no ano de 2020 – primeiro ano de pandemia. A seguir compartilho alguns trechos do ensaio apresentado.

*

Governo do Distrito Federal. Polícia Militar do Distrito Federal. Departamento de Controle e Correição. Divisão de Polícia Judiciária Militar. Seção de Triage e Registro de Ocorrência. Comunicação de Ocorrência n.722/2020. *Versão de W:* Perguntado sobre a operação policial ocorrida na data de hoje, 01 de outubro de 2020, na Rodoviária do Plano Piloto, informou que por volta das 17h00, quando vendia balinha e jujubinha, tomaram as balinhas de sua mão e entregaram ao fiscal da AGEFIS. Logo em seguida os policiais começaram a jogar bomba e gás de pimenta nos ambulantes. Perguntada se chegou a ser agredida fisicamente, disse que não, mas que levou um tiro de borracha próximo à lombar, lado esquerdo. A lesão é visível “*ictu oculis*”. Perguntada como se deu o momento em que foi atingida pela bala de borracha, disse que no momento estava no primeiro piso da Rodoviária, em frente ao churros. *Versão de J:* Perguntado sobre a operação policial ocorrida na data de hoje, 01 de outubro de 2020, na Rodoviária do Plano Piloto, informou que por volta das 15h30 às 16h00 estava trabalhando pois é camelô, vende quadros personalizados. Disse que havia no local operação da AGEFIS, DF LEGAL. Quando neste horário relatado, o Tenente Sodré chegou com as motos cercando o colega ambulante, apontando arma inclusive para uma menina menor de idade, e tomaram a mercadoria dela e da mãe dela; era um carrinho de açaí.

Os relatos acima, registrados em boletins de ocorrência, aconteceram na Rodoviária do Plano Piloto em 2020, em meio à pandemia de COVID-19 e à profunda crise que sucedeu de seus impactos econômicos e sociais. O Governo do Distrito Federal, através da Ordem de Serviço 135/2019, pretende “pôr ordem no local”, expulsando centenas de trabalhadores informais, afirmando por força de lei que é terminantemente proibido o comércio de ambulantes. O ordenamento

jurídico vem sendo aplicado sem ao menos passar por debate e consulta com a sociedade, através de ações violentas que têm apreendido produtos e materiais como carrinhos de açaí; ameaçando e atacando vendedores de jujubas. A quem interessa expulsar esta população?

A Plataforma Rodoviária foi concebida por Lucio Costa como espaço público articulador das escalas da cidade: um centro cosmopolita, com cafés e restaurantes voltados à contemplação da vista da esplanada, em uma urbanidade pulsante inspirada em Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées². No entanto, segundo depoimento registrado posteriormente³, o urbanista constatou que ao invés do centro requintado que havia imaginado, a Plataforma “tinha sido ocupada pela população periférica, a população daqueles candangos que trabalham em Brasília”. Era o “ponto de convergência, onde eles desembarcavam e havia então esse traço de união, era um traço de união entre a população burguesa, burocrata, com a população obreira e que vivia na periferia”. A apropriação popular da Rodoviária foi vista como potência por Lucio Costa, que prosseguiu analisando: “Foi o Brasil de verdade, o lastro popular que tomou conta da área. Isso deu uma força enorme à Capital, me fez feliz de ter contribuído involuntariamente para essa realização”⁴.

Esta chamada ‘apropriação popular’ da Rodoviária é consequência da circulação de milhares de pessoas que se deslocam diariamente das regiões administrativas mais distantes para o centro da capital, bem como da existência de serviços de interesse público na Plataforma. A presença de ambulantes seria certamente esperada, como em todo centro urbano com grande fluxo de pessoas. Entretanto, abusos de poder e violência policial acontecem insistentemente, evidenciando interesses especulativos camuflados pela defesa do patrimônio material.

² Relatório de Lucio Costa para o concurso do Plano Piloto.

³ COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada*, 1987.

⁴ Depoimentos retirados do artigo “Lucio Costa e a Plataforma Rodoviária de Brasília” de Eduardo Pierrotti Rossetti. Disponível em:

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3371>.

Acesso em 30/11/2020.

Diversas pesquisas descrevem uma concepção espacial segregadora de caráter higienizador do território de Brasília. Desde a erradicação das invasões (como foram chamadas as vilas operárias) até a expulsão das pessoas em situação de rua no Setor Comercial Sul, Brasília deixa claro sua aversão à pobreza. Embora o discurso inaugural em prol de igualdade e coexistência de classes sociais, evitando uma “indevida e indesejável estratificação”² é notório que o Plano Piloto abriga as classes médias e altas da população em espaçosos apartamentos nas superquadras, enquanto aceita a contragosto as classes mais baixas em quitinetes improvisadas nos andares superiores das quadras comerciais e nos puxadinhos das quadras número 500.

O Plano Piloto de Brasília, concebido para receber os assalariados da burocracia federal, idealizava um “conforto social a que todos tem direito”, sem reconhecer o quão desigual é a sociedade em que se insere. Lucio Costa orientava em seu relatório o impedimento da “enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural”, cabendo à Companhia Urbanizadora “prover acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população”. A primeira orientação vem sendo cumprida enfaticamente.

Apesar das intenções progressistas do plano, um discurso higienista se desenvolveu e se afirmou em práticas de ataque à diversidade populacional, sobretudo nas áreas centrais de Brasília, amparado pelo tombamento da cidade. Um estado policial de exceção se encontra hoje nas áreas centrais de Brasília. Também no corrente ano de 2020, policiais confiscaram todos os pertences de pessoas em situação de rua no Setor Comercial Sul. Documentos de identidade, cobertores, roupas e doações foram tomados à força, deixando estas pessoas ainda mais desprotegidas. Na contramão de qualquer iniciativa de assistência social e de tratamento digno a uma população em situação de risco, esta ação - entre outras - revela interesses do jogo capitalista que move as cidades. A questão é saber como os poderes públicos se posicionam nesse tabuleiro. Também se faz necessária a tomada de posição por parte de pesquisadores do conjunto urbanístico de Brasília, qualificando o debate em torno dos usos e apropriações deste patrimônio mundial. Recuperar a utopia fundadora da cidade, mobilizada por um desejo de transformação da sociedade, poderia nos ajudar a exercitar nossa capacidade de

indignação diante da supressão de direitos em curso no Brasil. Desnaturalizar a violência sobre ambulantes, pessoas em situação de rua e ocupações de sem teto – como a que ocorreu no Hotel Torre Palace, cuja reintegração moveu o aparato tático da polícia como em um campo de guerra – pode ser um caminho para reconduzir a capital aos seus desígnios democráticos. A ação ocorrida no Torre Palace (edifício localizado no Eixo Monumental que estava abandonado e foi ocupado por movimento de trabalhadores sem teto) é contada no filme *Cadê Edson?*, dirigido por Dácia Ibiapina. A sinopse⁵ apresenta um texto potente para a reflexão proposta neste ensaio, que subscrevo:

Enfrentando uma polícia que age e se exhibe pelo seu duplo enquadramento, imagético e social, *Cadê Edson?* expõe a *mise-en-scène* do poder, desvia as próprias imagens da polícia, operando-as como contraprova, e assume a guerra das imagens como decisiva para a luta por moradia em curso, para a esfera pública e, não menos importante, para o próprio cinema. Como um aliado ativo, este filme constrói uma arquitetura sensível da luta, seja quando remonta arquivos, seja quando reúne pessoas, provas e histórias dispersadas pela truculência do estado.

É preciso desmontar os discursos que naturalizam a violência sobre corpos pobres e não brancos. Isso se faz urgente na cidade onde o pataxó Galdino Jesus dos Santos foi queimado vivo por ser “confundido com um mendigo”, segundo depoimento dos criminosos. O local do crime, realizado em 1997, foi denominado por decreto “Praça do Compromisso” pelo então governador Cristovam Buarque, selando “um compromisso nacional contra a violência e pela solidariedade aos pobres e oprimidos”⁶. É preciso reafirmar este compromisso.

⁵ Disponível em: <https://cachoeiradoc.com.br/festival/filmes/cade-edson/>. Acesso em dezembro 2020.

⁶ Decreto Nº 18.189, de 22 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/fec68923-3aad-3ce2-b508-ec6c2eb1ef9a/43e34cf4.pdf>. Acesso em 02/12/2020.

Introdução

“Cada um faça a sua casa, mas nada de invadir o Plano Piloto”

Juscelino Kubitschek

Assentamento precário. Inadequado. Inapropriado. Improvisado. Degradado. Aglomerado de domicílios subnormais. Setor censitário subnormal. Área de risco. Ilegalidade. Informalidade. Irregularidade. Criminalidade. Déficit. Subdesenvolvimento. Coabitação. Cortiço. Mocambo. Maloca. Baixada. Invasão. Favela.

De modo geral, os termos utilizados para descrever os locais onde vivem populações empobrecidas no Brasil são palavras de ausência, de escassez e de perigo. Seja no âmbito das nomenclaturas técnico científicas, que tipificam e classificam a partir de critérios de análise e dados estatísticos⁷; seja em reportagens em circulação nas mídias, as favelas (e suas populações) têm sido caracterizadas como um desvio às normas e condutas desejadas. A tipificação e o legalismo constituem um *corpus* discursivo que nomeia como precário o território das pessoas que *não têm*, que *não são*, que *precisam de*. Trata-se de um jogo de linguagem profundamente ideológico e racista que esvazia o debate sobre o direito à cidade e em grande medida não reconhece as práticas sociais, culturais, construtivas, espaciais e políticas destas populações.

A pesquisa bibliográfica aqui realizada indica que há discursos historicamente elaborados para a manutenção e a reprodução das condições de inferioridade e subalternidade, difundidos por representações nas mídias hegemônicas, propagandas governamentais, programas assistenciais e agendas internacionais. De acordo com esses discursos, a favela como categoria é uma alteridade que precisa ser gerida e normatizada. Este entendimento é reforçado pela linguagem técnica dos recenseamentos, com seus critérios de classificação por tipo de construção e situação legal da ocupação, que se difundiu por todo o país, nomeando situações específicas para se referir a semelhanças geradas pelo processo de urbanização nacional.

A hipótese inicial que orientou a pesquisa é de que discursos estigmatizantes operam como estratégia narrativa, justificando e legitimando um conjunto de

⁷ Houve recente mudança nas nomenclaturas utilizadas pelo IBGE, que comentaremos nos próximos capítulos.

ações violentas promovidas direta ou indiretamente pelos agentes governamentais. Como os territórios de pobreza são constantemente associados à criminalidade, a população em geral não se surpreende com despejos em ações policiais violentas, pelo contrário, em muitos casos parece até concordar que são inevitáveis e benéficas para a sociedade como um todo. Em um ciclo ininterrupto e retroalimentado, imaginários urbanos historicamente produzidos justificam processos de exclusão socioespacial que alimentam imaginários urbanos.

As periferias estigmatizadas como lugares de carência e abandono reivindicam cada vez mais suas próprias memórias, “contrapondo o acervo da dor por arquivos de esperança” - palavras de José Eduardo, do Acervo da Laje em Salvador, que tive o prazer de ouvir no II Seminário Arquivos, Historiografia e Preservação, em 2021⁸. As disputas também passam pelas tramas das representações sociais, imaginários e universos simbólicos. Essa então é a inquietação que dá início a essa pesquisa: indagar sobre representações de favelas, mas no contexto de Brasília, onde pouco se usa essa palavra.

O objetivo inicial da pesquisa foi investigar como as chamadas “invasões” e suas remoções foram representadas em Brasília, identificando imagens e discursos mobilizados por diferentes sujeitos sociais (governo; imprensa; movimentos populares; artistas) constituindo narrativas com diversidade de perspectiva, e possíveis embates, convergências e divergências em seus enunciados. Quais noções de favela estavam implicadas nas políticas de remoções e nas representações da imprensa? Quais imagens emanam das diretrizes urbanísticas e das reportagens em periódicos de grande circulação? Quais sentidos essas imagens produziram? Houve outras representações disputando narrativas? Estas perguntas guiaram nosso percurso.

Um primeiro olhar sobre a documentação levantada sugeriu que entre 1958 e 1970, quando a habitação se tornou uma questão incontornável em Brasília, a imprensa descrevia os assentamentos usando uma linguagem com forte sentido depreciativo. Palavras como *mocambo*, *cabeça-de-porco*, *favela*, *bidonville*, *gueto*, entre outros termos de caráter estigmatizante eram deslocados de outros contextos

⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ve_lO4_7l-8. Acesso em dezembro de 2021.

do Brasil e do mundo para descrever situações em Brasília. Matérias de capa e longas reportagens se dedicaram à preocupação com as invasões que “enfeiam e ameaçam o progresso da cidade mais moderna do mundo” (CORREIO BRAZILIENSE, 1963). Textos e fotografias alertavam que “precisamos melhorar o aspecto da cidade-céu” (CORREIO BRAZILIENSE, 1965). Colocadas em circulação, as matérias jornalísticas aparentam veracidade, já que simulam um retrato real do mundo. As imagens do fotojornalismo são compostas por elementos ideológicos, mas ao reforçar a ideia de um mundo percebido, reconhecido e compreensível, criam uma ilusão de realidade (BARCELOS, 2016). É preciso levar em conta os contextos de produção, de circulação e de recepção e indagar acerca dos regimes de visibilidade destas imagens. Se a imagem é um discurso, é preciso analisar a fotografia como parte atuante na reprodução do sistema, ou seja, como ideologia (LIMA em: PINSKY, 2009).



Figura 7 e Figura 8: Recortes de manchetes do Correio Braziliense (1963). Fonte: Biblioteca Nacional.

Além do discurso jornalístico, o discurso técnico e político evocado pelo planejamento urbano também desenvolve sentidos sobre a cidade. O planejamento urbano é racionalidade técnico-normativa, mas também elabora imagens e constrói sentidos sociais. Mobilizando um léxico próprio, os discursos do planejamento exercem o papel de instrumentos justificativos de intervenções sobre o território (MARICATO, 2013). Para esta pesquisa foram levantados planos,

programas e diretrizes urbanísticas elaborados por órgãos oficiais do Distrito Federal com o objetivo de entender essas fontes como documentos que criaram representações sobre favelas. Observando como estes planos trataram a questão das vilas e ocupações de baixa renda – chamadas em Brasília de “invasões”, o que enfatiza a questão da propriedade da terra neste contexto – buscamos compreender o papel da linguagem na legitimação de remoções (as chamadas “derrubadas” no DF), despejos e deslocamentos compulsórios de populações pobres no decorrer da história da cidade.

Por meio de pesquisa bibliográfica e de arquivo investigamos o surgimento e desenvolvimento das favelas e “invasões” em Brasília no período entre a construção da cidade e a atuação da Comissão de Erradicação de Invasões na década de 1970. É importante compreender de que forma as representações sociais sobre estes espaços foram sendo produzidas pela imprensa e pelo governo, reconhecendo discursos engendrados por vários sujeitos sociais, e a quais imaginários eles se relacionam, levantando uma memória discursiva sobre o tema. Acreditamos na importância de voltar-se para o passado para questionar historicamente os discursos que sustentam as práticas do presente, recuperando a memória dos processos civilizatórios que alicerçam a sociedade atual.

Ceilândia e o estigma da violência

O estigma de cidade violenta que acompanha Ceilândia, alimentado ao longo dos anos por setores da imprensa, explica-se por suas próprias origens históricas. Ela nasceu de brutal violência contra aqueles que construíram Brasília e que dela foram excluídos.

No distante ano de 1969 registrou-se um caso de violência em Brasília que não se encontra em nenhum prontuário de polícia. Mas que o tempo revela pelas entranhas da política. Estamos falando do chamado Projeto Ceilândia, elaborado e executado pela Comissão de Erradicação das Invasões de Brasília. Aquele projeto implicava a "remoção" das vilas existentes numa área nobre, entre o Plano Piloto e o Núcleo Bandeirante. Na época chamada de anel sanitário do Lago Paranoá, aquela área é hoje conhecida como Setor de Mansões Park Way.

O leitor pode estar se perguntando onde estaria o tal registro de violência. E a resposta está em evidências históricas. Os habitantes daquelas vilas em torno da Capital da Esperança não eram simples favelados. Eram, em grande maioria, os mesmos candangos que, passado o dia 21 de abril de 1960, tornaram-se um estorvo, ao confrontar o plano-piloto oficial que previa sua deportação de volta a suas regiões de origem e, com isso, davam início a uma espécie de "guerra de classes" pela ocupação da geografia brasiliense.

O estigma de indesejáveis, aliás, já lhes havia sido inculcado antes, quando esses mesmos candangos habitavam os alojamentos das empreiteiras e eram

responsabilizados pelas rebeliões contra alimentos estragados que lhes eram servidos.

Tratados como lixo vivo pelo poder público, os habitantes daquelas vilas passaram a ser objeto de agressão também da grande imprensa que, salvo raríssimas exceções, sempre foi a porta-voz oficial das elites dirigentes, em qualquer época ou regime.

O estigma de cidade violenta que acompanha Ceilândia, alimentado ao longo dos anos por setores da imprensa, explica-se por suas próprias origens históricas. Ela nasceu de brutal violência contra aqueles que construíram Brasília e que dela foram excluídos, primeiro jogados em alojamentos, como se fossem parte do material de construção, depois expulsos para as vilas das IAPIs da vida e, por fim, removidos da área de proteção ambiental como se fossem uma mancha de sujeira humana prestes a poluir a água sanitária das superquadras do poder.

Enfim, a história de Ceilândia é a síntese da política de exclusão social posta em prática pelas elites ao longo da história do país.

E é aí que se deve buscar as causas para os índices de criminalidade com os quais os grandes centros urbanos de um modo geral convivem hoje em dia.

Figura 9: Jornal local "Cei Tudo - o guia de Ceilândia". Data: Maio de 1997. Fonte: Museu Virtual da Ceilândia. Disponível em: <https://museuvirtualdeceilandia.com.br/>. Acesso em 2021.

Na pesquisa documental realizada, nos detivemos ao período de ação sistemática da política de remoções. O recorte temporal definido inicia com a construção da capital e os primeiros assentamentos que foram noticiados pela imprensa: Vila Sarah Kubitschek (removida em 1958 dando origem à Taguatinga), Vila Amaury (removida em 1960 dando origem à Sobradinho); Cidade Livre (regularizada em 1961 como Núcleo Bandeirante após resistência e persistência da Associação Comercial) e a Vila do IAPI, que juntamente com inúmeras favelas menores foi removida em 1971 dando origem à Ceilândia.

Nos primeiros anos de Brasília também foram bastante divulgadas a Vila Matias e a Vila Dimas, em Taguatinga, na “periferia da periferia”. A desativação dos acampamentos da Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital – e o desaquecimento da construção civil (e por consequência o fim da oferta de moradia nos alojamentos das construtoras) provocou o surgimento de novas favelas no Plano Piloto e arredores, que foram transferidas para as cidades-satélites recém-criadas (GOUVÊA, 1995; HOLSTON, 1993).

Reconhecemos como marco histórico, no sentido de construção imagética e retórica, a Campanha de Erradicação de Invasões – CEI, conduzida pelo Governo do Distrito Federal em 1971 e protagonizada pela primeira-dama Vera Silveira, esposa do governador coronel Hélio Prates da Silveira. Uma questão que se impôs foi compreender como se deu esta Campanha e quais foram as estratégias retóricas utilizadas na época para o convencimento da população, tanto a população removida quanto a população do Plano que, ao que tudo indica, não se opôs à operação. Quais imagens foram utilizadas pela Campanha, e de que forma?

A política de remoção em Brasília seguiu por todo o período do regime militar, indicando uma virada apenas no período de redemocratização: aproveitando o clima de otimismo da abertura política e já mirando as eleições, a atuação governamental na área da habitação passou por transformações. A atuação do GEPAFI – Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões, grupo ligado à Secretaria de Serviços Sociais do GDF nos anos 1980, sugere uma ampliação dos argumentos a favor de urbanizar ocupações ou criar assentamentos próximos aos locais, quebrando a tradição de remover ou erradicar invasões transferindo-as para locais distantes (GEPAFI, 1985).

Imagens, discursos e representações também se encontram em materiais produzidos pela própria população para contar a história das remoções por outros pontos de vista. Não mais propagandístico, exaltando os feitos do governo, mas falando a partir da memória, dos traumas vividos e das ressignificações elaboradas. Levantamos folhetos, cordéis, livros e revistas que contam a história das remoções “a contrapelo”, contra a corrente da versão oficial da história (LOWY, 2010). Ressaltam as adversidades da transferência para local inóspito, desprovido de infraestrutura, enfatizando a determinação e a resiliência dos removidos.

Os documentos, levantados no Arquivo Público do Distrito Federal, revelam a experiência vivida, trazendo contrapontos à propaganda da Campanha de Erradicação de Invasões como panaceia da questão das favelas, relatando as dificuldades e inseguranças que, junto às tábuas e demais fragmentos de moradia, acompanharam as famílias nos caminhões da Novacap rumo à Ceilândia. Tempos depois, ainda sem água (a caixa d’água seria inaugurada anos depois, símbolo investido de muito significado até hoje) da população emergiram os “Incansáveis Moradores de Ceilândia”, associação cuja autodenominação valeria incontáveis análises.

São muitos os relatos de formas de resistências, associativismos e organizações da população operária no começo de Brasília: a população que batizou como “Vila Sarah Kubitschek” a ocupação de terras ao lado da Cidade Livre em 1958 - considerada a primeira favela de Brasília (KUBITSCHKEK, 1975) usando o nome da primeira-dama e dando um “xeque mate” no governo. Ou as lavadeiras de Taguatinga em vigília contra a retirada da bomba d’água em 1960 (situação encenada a partir de depoimentos no filme “Taguatinga em pé de guerra”⁹, direção de Armando Lacerda, 1982). Houve ainda o movimento de comerciantes pró-fixação do Núcleo Bandeirante em 1961. Mais recentemente, a luta dos moradores do Paranoá nos anos 1980. De acordo com alguns autores¹⁰, após conquistado o direito à terra por meio da aquisição legal de um lote, ou da conquista da infraestrutura pública, as organizações se desmobilizavam politicamente,

⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3uGva_Ziii8. Acesso em dezembro de 2021.

¹⁰ Os autores de referência nesse assunto são RIBEIRO; HOLSTON; PAVIANI.

desestruturando redes de apoio mútuo desenvolvidas nas ocupações irregulares. Por outro lado, a existência de práticas comunitais nestas cidades atualmente indica um espírito comunitário que pode ser compreendido como elaboração de identidade e pertencimento.

As fontes bibliográficas indicam que a organização comunitária foi decisiva para a fixação e o desenvolvimento dos lugares onde atualmente existem diversos coletivos, associações de moradores, grupos de jovens, coletivos de mulheres negras, entre outras organizações populares que oferecem compreensões alternativas destas cidades. O caso da Praça do Cidadão, em Ceilândia, por exemplo, é emblemático das possibilidades de reapropriação de espaços públicos, provendo estes espaços de novos e ampliados sentidos. A praça é utilizada por coletividades de culturas jovens que organizam ações fora de estruturas formais de representação, quer dizer, que não estão ligadas ao Estado ou a partidos políticos, sindicatos, entidades de classe e demais organizações hierárquicas, e que, portanto, colocam em evidência a possibilidade de constituição de bens comuns urbanos (TONUCCI FILHO, 2017). São ações que reivindicam o direito à cidade, configurando espaços de ativismo, formação e produção artística¹¹.



Figura 10: Pintura da artista Cerqueirinha exposta na Galeria Risofloras.
Fonte: Laila Loddi. Data: 13 de novembro de 2021.

¹¹ Uma observação inicial destes espaços foi apresentada no artigo “Remoções e reações: ações de exceção e práticas do comum na periferia de Brasília” publicado nos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.26, n.39, 2º sem. 2019, em coautoria com o prof. Carlos Henrique de Lima.

Transitando pelo passado através dos arquivos para identificar construções de sentido que repercutem no presente (e talvez visualizar possibilidades de futuro) observamos que o tema das remoções, infelizmente, segue bastante atual no Brasil. Mas com resistência e luta: as remoções têm sido questionadas por entidades e coletividades por todo o país. No Rio de Janeiro, por exemplo, a realização dos megaeventos esportivos nos anos 2010 e suas grandes operações urbanas resultaram numa série de violações de direitos humanos, amplamente registradas e criticadas. Os efeitos colaterais de um projeto de cidade olímpica sedimentado sobre uma cidade existente (ALTBERG; MENEGUETTI; KOSLOWSKI, 2019) mobilizaram ativistas, movimentos populares, pesquisadoras e pesquisadores críticos à ideia de “legado”. O que decorreu da execução das intervenções urbanas foram comunidades inteiras desterritorializadas, desestabilizadas, em muitas situações enfrentando a violência do Estado e dependentes de um aluguel social insuficiente. Entre outras ações, o Museu das Remoções, na Vila Autódromo, é uma organização de luta contra a política de remoções e ações arbitrárias com consequentes apagamentos de memória. O museu disponibiliza acervo digital¹² com documentos audiovisuais, processos judiciais, pesquisas realizadas e outros materiais pela preservação da memória e das práticas sociais das comunidades removidas.

Em Brasília, as remoções que marcaram a constituição do território seguem em curso na atualidade: a política do governador distrital Ibaneis Rocha não deixa dúvidas sobre a intenção de eliminar as populações pobres do Plano Piloto. Em entrevista à TV Globo em 2019¹³, o governador declarou:

O Distrito Federal tem um passado muito triste de invasões e as pessoas continuam com essa mentalidade achando que eu vou regularizar alguma coisa. Eu vou tentar regularizar aquilo que é passível de regularização. **Invasões eu vou passar o trator da maneira que está sendo feita** (*grifo nosso*). Então quem quiser invadir vai saber que vai perder a sua casa, vai perder o seu barraco, e tem mais, eu estou colocando a polícia para investigar quem está incentivando as invasões. Eu vou prender os verdadeiros grileiros dessa cidade.

¹² Disponível em: <<https://museudasremocoes.com/>>. Acesso em: 06 out. 2021.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/03/28/vou-passar-o-trator-diz-ibaneis-sobre-invasoes-no-df.ghtml>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

Apesar das articulações políticas e técnicas pelo direito à cidade e à moradia, e de importantes pesquisas acadêmicas, há uma dimensão discursiva ainda pouco investigada. Esta é uma das contribuições que esta pesquisa gostaria de trazer, nas tramas das visualidades e imaginários incorporados nas infinitas camadas de tempo do território. Para isso, mobiliza uma polifonia de discursos: jornalísticos, memorialísticos, governamentais, técnicos e artísticos. Em uma escuta atenta às práticas sociais do tempo presente, admitindo, portanto, a transitoriedade e a impermanência, identificamos um conjunto de narrativas vinculadas à produção artística contemporânea do Distrito Federal. São fotografias, filmes e intervenções urbanas que contestam as representações hegemônicas da história das invasões e remoções em Brasília, fabulando leituras complexas da história, para além dos mitos fundacionais.



Figura 11 - Intervenção do artista Gu da CEI; instalação de placa no local da antiga Vila do IAPI.
Fonte: <<https://www.gudacei.art.br/>>. Acesso em 10 de outubro de 2021. Uso da imagem cedido pelo artista.

As imagens elaboradas por artistas das cidades do Distrito Federal criam brechas nas narrativas hegemônicas, brincam com os símbolos, embaralham arquivo e ficção – como a instalação de placa com os dizeres “Vila do IAPI: Esse território pertence a Ceilândia” em frente ao Museu Vivo da Memória Candanga, conjunto de construções de madeira que abrigava o antigo Hospital Juscelino Kubitschek e local da ocupação que foi removida para Ceilândia. A afirmação visual proposta pelo artista Gu da CEI reivindica uma história onde “território” e “pertencimento” cabem na mesma frase.

Intervenções urbanas, fotografias e filmes produzidos atualmente no contexto do DF apresentam novos ângulos e enquadramentos para enxergar Brasília e as cidades-satélites¹⁴. Observamos e analisamos estas obras não como um bloco coeso e homogêneo, mas como um conjunto de narrativas de sujeitos sociais que, à sua maneira, de certa forma rasuram e reescrevem a história dos pioneiros, das remoções e da formação dos territórios da metrópole.

Ao lidar com estas imagens, queremos perceber como diferentes grupos interrogam a história da cidade, produzindo desde suas vivências do cotidiano ou de suas memórias herdadas (POLLAK, 1992), afirmando o direito de contar a própria história por meio de performances e grafias (MARTINS, 1997). As representações contemporâneas que emanam das periferias da capital federal entrelaçam memória, história e identidade, praticando “ficções da memória” (EVARISTO, 2017) criando espaços de invenção e pertencimento. Nas periferias de Brasília, assim como de outras cidades brasileiras, há narradores “dispostos a disputar espaços e se afirmar política e afetivamente no embate pela cidade” (PEREIRA, 2018, p.28). As práticas artísticas que derivam das “quebradas do DF” parecem querer deslocar populações que foram removidas do Plano Piloto e consideradas subalternas – alheias a um pensamento crítico, aspirações emancipadoras e capacidade criadora – para o papel de produtores de seus próprios discursos (hooks, 1990).

¹⁴ Embora este termo não seja utilizado oficialmente desde a criação da Lei 4545 de 1964, incorporou-se ao imaginário urbano do Distrito Federal. O termo que designa os núcleos urbanos do DF é Região Administrativa. O DF é uma unidade federativa que possui características de município e estado, e suas RAs não são consideradas municípios, mas sim unidades administrativas com funções específicas.

Analizamos mais detidamente estas expressões artísticas para, na mediação com as imagens reveladas pelo conjunto de documentos oficiais levantados em arquivos, rastrear como visualidades diacrônicas que emergem em tempos e contextos distintos suscitam confluências, fusões ou rupturas. Desta forma, a pesquisa justifica-se pela possibilidade de contribuição ao campo da história urbana através da investigação de representações sobre favelas, invasões e remoções em Brasília nas primeiras décadas da cidade, quando, acredita-se, foram consolidadas noções sobre estes lugares. Em paralelo, o trabalho buscou compreender que tipo de imagem se produz no tempo presente, por artistas que habitam as cidades do entorno de Brasília.

No cruzamento entre essas fontes historiográficas variadas verificamos convergências, divergências, sobreposições e disputas. O conjunto documental é composto por naturezas diversas: reportagens da imprensa nos anos 1960 e 1970; instrumentos de planejamento urbano; publicações independentes; depoimentos orais; fotografias e produções audiovisuais. Ao analisar este material, situados em perspectiva histórica, buscou-se conhecer as bases sobre as quais se estruturam modos de ver a cidade, além de compreender quais sentidos estão engendrados e com quais imaginários se relacionam.

Para examinar os modos como a historiografia e as narrativas oficiais sobre Brasília contribuíram para a construção da figura do “invasor” e das “invasões” no contexto da capital federal, nos aproximamos de práticas urbanísticas diversas. O conceito de práticas urbanísticas envolve ações de projeto e planejamento urbano, mas também ações políticas em âmbito coletivo, dirigidas por atores da esfera pública e de instituições. As práticas urbanísticas podem ser periodizadas e classificadas de acordo com suas predominâncias, sendo socialmente difundidas por muitos meios. Portanto, podem ser fortemente associadas e difundidas por imagens, conforme pretendemos demonstrar no primeiro capítulo.

CAPÍTULO 1_ Discurso, Imagem e Poder Moderno-Colonial

Toda produção discursiva se inscreve em uma lógica de poder; ela não descreve o real, mas o organiza a partir de um ponto de vista situado.

Michel de Certeau, 1994, p. 222

Este primeiro capítulo tem como objetivo analisar como o vínculo entre discursos e imagens subsidiou uma dimensão própria da expressão do poder colonial revelada em sua faceta urbanística em Brasília. Parte-se da hipótese de que o discurso historiográfico e visual que consolidou Brasília como símbolo da modernidade brasileira operou, simultaneamente, como um dispositivo de exclusão — ao eleger certos sujeitos e territórios como legítimos representantes da nova capital, relegou outros à condição de indesejáveis, marginais ou ilegítimos.

Essa hipótese se ancora na compreensão de que os discursos não apenas refletem a realidade, mas a produzem. Inspirando-se nos trabalhos de Michel Foucault (1971), entende-se o discurso como prática material que institui regimes de verdade e formas específicas de ver, dizer e agir sobre o mundo. Nesse sentido, a análise recai sobre os enunciados que organizam o campo do urbanismo moderno em Brasília e que, por meio de uma retórica de racionalidade, ordem e progresso, designam certos modos de habitar como legítimos e outros como “desvios” a serem corrigidos ou removidos.

Interessa-nos compreender como, desde a origem do projeto da nova capital, determinadas populações e espaços foram nomeados, representados — ou silenciados — de forma a reforçar uma narrativa oficial que associa Brasília à utopia modernista, enquanto desloca os conflitos, contradições e presenças populares para as margens do imaginário urbano. A categoria de “invasão”, nesse processo, torna-se central: mais do que um termo técnico ou jurídico, ela opera como categoria de sentido carregada de valor político, moral e estético, moldando a percepção pública sobre determinados sujeitos e territórios.

A estratégia analítica do capítulo articula três frentes principais. A primeira consiste no papel das imagens na prática historiográfica, permitindo investigar os efeitos de sentido e os mecanismos de exclusão implicados nos enunciados sobre as cidades e seus habitantes. Com atenção às imagens na construção da memória urbana, inspirando-se em Didi-Huberman (2000) e Susan Sontag (2003), considera-se que as imagens da historiografia urbana — especialmente as fotografias da construção de Brasília e os registros visuais institucionalizados — não são apenas representações, mas formas de intervenção no real, que cristalizam sentidos e participam da produção de narrativas dominantes. Articulam-se neste

momento autores dos campos da Cultura Visual e da História Visual, além de autores que trabalham com o conceito de imaginação histórica.

A segunda frente envolve um levantamento de trabalhos que investigam o poder performativo das palavras nas práticas urbanísticas, como o de Valladares (2005), evidenciando que categorias como “favela” não apenas descrevem, mas produzem realidades urbanas específicas, ao legitimar ações do Estado e condicionar a percepção dos cidadãos. A estigmatização é analisada por meio de textos da sociologia como Wacquant (2001) e revela as condições discursivas de produção do urbano e suas violências constitutivas.

Por fim, o capítulo apresenta uma revisão da historiografia crítica sobre Brasília. Neste ponto, dialoga-se com pesquisas que têm problematizado os silêncios e apagamentos internos ao relato modernista (Holston, 1993; Epstein, 1973), revelando como a construção da cidade implicou processos sistemáticos de remoção, segregação e ocultamento da presença popular. Brasília é um fenômeno urbanístico do pós-abolição, quando o desenvolvimento de infraestruturas foi elemento chave para a configuração dos territórios. A presença popular foi requisitada como força de trabalho indispensável à construção da cidade, mas não incorporada aos planos de urbanização, revelando uma lógica excludente que persiste até hoje. A população negra, em particular, foi sistematicamente alocada às margens, tanto geográficas quanto simbólicas, em uma dinâmica que combina racismo estrutural e segregação espacial.

Ao articular esses três eixos — o discurso, a imagem e a historiografia — busca-se lançar luz sobre os mecanismos simbólicos e materiais que sustentam a exclusão de sujeitos e territórios no processo de construção da memória urbana e da identidade da capital federal. Mais do que reconstituir os fatos históricos, o objetivo é interrogar os modos pelos quais esses fatos foram narrados, visualizados e instituídos como verdade.

1.1) Discurso como prática material: regimes de verdade

A compreensão do discurso como prática material é uma chave fundamental para a análise proposta neste capítulo. Na aula inaugural proferida em 1970 no Collège de France, publicada sob o título “A ordem do discurso” (FOUCAULT, 2009 [1971]), Michel Foucault propõe uma reflexão decisiva no modo de entender a linguagem e sua relação com o saber, o poder e a produção da realidade. Sem conceber o discurso como simples reflexo do pensamento ou como representação neutra da realidade, Foucault argumenta que ele deve ser tratado como uma prática social e histórica que produz efeitos de verdade, organiza os saberes e regula as formas possíveis de ver, dizer e agir sobre o mundo.

O autor adverte para o fato de que o discurso não circula livremente: ele é atravessado por uma série de mecanismos de exclusão e controle, que determinam o que pode ou não ser dito, por quem, em que condições e com que efeitos. Entre esses mecanismos, Foucault destaca a interdição de certos temas, a separação entre razão e loucura, e a oposição entre o verdadeiro e o falso — todos dispositivos que compõem aquilo que ele chama de “ordem do discurso”, isto é, um sistema de normas, práticas e restrições que regula a produção e circulação dos enunciados.

Além dos procedimentos externos, Foucault também analisa os mecanismos internos ao próprio campo discursivo, como o papel do autor e a função disciplinar dos saberes organizados. Esses dispositivos operam como formas de controle da produção discursiva, assegurando que certos discursos sejam legitimados, enquanto outros sejam silenciados, marginalizados ou desqualificados. É nesse ponto que o discurso revela sua dimensão produtiva: ele não apenas expressa ideias, mas constitui objetos, subjetividades e domínios de saber, instituindo regimes de verdade historicamente situados.

Por “regime de verdade”, Foucault entende um conjunto de procedimentos pelos quais se regula a distinção entre o verdadeiro e o falso, sempre em articulação com estruturas de poder. Ou seja, não se trata de descobrir verdades universais, mas de compreender como determinados enunciados tornam-se verdadeiros dentro de uma conjuntura histórica e política específica, e como essas verdades orientam práticas institucionais, decisões administrativas e formas de subjetivação.

A partir dessa perspectiva, o discurso é inseparável do poder. Ele não é apenas aquilo que o poder reprime, mas também aquilo por meio do qual o poder se exerce. O discurso é, ao mesmo tempo, objeto e instrumento do poder: é através dele que se constroem saberes oficiais, se legitimam práticas normativas e se estabelecem fronteiras entre o lícito e o ilícito, o visível e o invisível, o dizível e o indizível. Assim, pensar o discurso como prática material significa analisá-lo enquanto tecnologia social que molda os modos de existência, estrutura as possibilidades de enunciação e condiciona os gestos, os afetos e as decisões dos sujeitos.

A teoria foucaultiana do discurso é especialmente produtiva para compreender os modos como certas categorias e classificações — como “invasão” — foram historicamente mobilizadas no contexto de Brasília. Longe de serem imparciais ou descritivas, essas palavras fazem parte de um regime de verdade que produz distinções entre os sujeitos legítimos e ilegítimos da cidade; entre os espaços autorizados e os espaços a serem removidos; entre a cidade planejada e seus “desvios”.

Ao nomear determinadas ocupações urbanas como “invasões”, o discurso jurídico, técnico e historiográfico não apenas descreve uma situação urbana, mas a constitui enquanto problema, acionando mecanismos de regulação territorial, políticas de remoção e formas de exclusão simbólica. Essas operações discursivas estão diretamente ligadas à produção da cidade moderna como projeto de ordem e progresso — um projeto que, como mostra Foucault, se realiza por meio de estratégias de visibilidade e silenciamento, de reconhecimento e desqualificação.

Neste capítulo, ao articular a teoria do discurso à crítica da imagem e à revisão da historiografia crítica sobre Brasília, busca-se demonstrar como o discurso historiográfico e imagético que acompanha a construção da capital federal atua como uma tecnologia de poder moderno-colonial, responsável por instituir sujeitos, demarcar territórios e excluir experiências urbanas que escapam à narrativa dominante.

1.2) A imagem como forma de poder: regimes de visibilidade

Se o discurso participa ativamente da produção das condições de verdade e das formas de exclusão social e urbana, a imagem também deve ser compreendida como uma forma de poder, capaz de instituir regimes de visibilidade que determinam o que pode ser visto, como pode ser visto, e quem tem o direito de aparecer no campo do visível. Longe de ser mero reflexo da realidade, o regime imagético opera como um modo de organização do sensível, articulado a formas de dominação, reconhecimento e silenciamento.

Analisando as formas com que os poderes políticos atuam na sociedade, Georges Ballandier (1982) afirma que o poder se realiza e se conserva pela produção de imagens e pela manipulação de símbolos, pois, simplesmente pela força, sua existência seria sempre ameaçada. Segundo o autor, são as aparências sociais que promovem a hierarquia do mundo real, daí a importância dos estudos da produção de imagens como fonte de discursos.

Para Jacques Rancière (2005), o poder das imagens reside em sua capacidade de intervir na partilha do sensível, isto é, na distribuição do que pode ser percebido, sentido e nomeado em uma dada ordem social. A imagem, nesse sentido, não é apenas um objeto estético, mas uma tecnologia política que determina lugares de fala e de visibilidade, distinguindo aqueles que podem aparecer como sujeitos políticos daqueles que permanecem invisibilizados ou representados de forma desqualificada. A dominação se exerce, portanto, também por meio da administração do visível.

Nesse ponto, Georges Didi-Huberman contribui ao recusar tanto o excesso de confiança na imagem quanto seu completo descrédito. Em obras como “Quando as imagens tocam o real” (2012) e “O que vemos, o que nos olha” (2010), ele insiste na necessidade de ver “contra a evidência”, de interrogar o que a imagem mostra e o que ela oculta, o que deixa entrever e o que impõe como verdade naturalizada: “Ver é sempre um ato de resistência à evidência. Ver contra a evidência, isto é, contra os automatismos da percepção e os imperativos do olhar” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p.20). Para ele, é preciso desconfiar das imagens que se apresentam como óbvias, pois a evidência é uma construção histórica e política.

As imagens pensam. Elas pensam não por meio de conceitos, mas por meio de montagens, de choques, de deslocamentos. Elas pensam ao mesmo tempo em que mostram e ocultam. Por isso precisamos aprendê-las, desconfiar delas, interrogar seus silêncios (ibid., p.51)

As imagens participam ativamente da produção de narrativas hegemônicas, mas também podem conter elementos de resistência, de contra-narrativa, de reparação dos corpos excluídos. O autor afirma que “mesmo nas imagens produzidas pelo poder, há muitas vezes fissuras, restos, resíduos de real que escapam ao controle — e é aí que pode surgir uma política das imagens” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p.145).

Essa ambivalência da imagem — entre poder e ruptura — é também explorada por Susan Sontag (2003), que em “Diante da dor dos outros” discute os limites da representação imagética em contextos de sofrimento, violência e desigualdade. Para Sontag, as imagens têm o poder de comover e de mobilizar afetos, mas também correm o risco de produzir espectacularização e distanciamento, transformando a dor alheia em objeto de consumo estético. Assim, o problema ético da imagem não se restringe ao que é mostrado, mas ao modo como se olha e se é conduzido a olhar, o que remete diretamente à crítica da visualidade moderna como regime de distanciamento e controle.

No contexto brasileiro, Sandra Pesavento (2005) desenvolveu uma contribuição original ao articular a história com a cultura visual, ao mostrar como as imagens históricas — especialmente fotografias e representações urbanas — constroem sentidos sociais sobre o tempo, o espaço e os sujeitos. Ela enfatiza que a imagem histórica não é apenas um documento, mas uma forma de produção de memória e de esquecimento, de inclusão e exclusão simbólica. Em cidades como Brasília, onde a imagem oficial foi mobilizada como instrumento de propaganda do projeto desenvolvimentista, as imagens urbanas tornaram-se dispositivos ativos na construção de um imaginário de modernidade e progresso, apagando outras experiências urbanas em curso.

A imagem, portanto, deve ser analisada como parte integrante dos dispositivos que produzem a cidade como projeto estético e político, operando em conjunto com discursos técnicos, jurídicos e historiográficos. Em Brasília, fotografias, filmes, croquis e propagandas foram mobilizados para fixar um imaginário de cidade ordenada, funcional e monumental — um imaginário que contribuiu para invisibilizar as formas urbanas não previstas no plano, como os acampamentos e as chamadas “invasões”.

Nesta pesquisa, ao lado da análise discursiva, a crítica da imagem contribui para compreender como as representações visuais participaram da produção do urbano e da exclusão de certos corpos e territórios da narrativa oficial da capital. Ao interrogar imagens canônicas de Brasília — como as que circulam nos arquivos oficiais, nas publicações institucionais e na historiografia urbana — busca-se evidenciar os modos como a visualidade moderna operou como instrumento de exclusão e silenciamento, ao mesmo tempo em que se investiga como outras imagens, marginais ou contra-hegemônicas, podem abrir brechas para reinscrever sujeitos e experiências no campo do visível e do narrável.

Este capítulo, portanto, sustenta a hipótese de que a imagem, em articulação com o discurso, constitui uma tecnologia moderno-colonial de ordenamento do espaço e de exclusão simbólica, cuja crítica é fundamental para a reinterpretação da história urbana de Brasília e, especialmente, para o reposicionamento das experiências periféricas e populares no campo das disputas por memória, território e direito à cidade.

1.3) Interrogar visualidades

O campo da Cultura Visual, também chamado de estudos visuais, é relativamente recente no âmbito acadêmico. Seu marco institucional costuma ser associado ao curso ministrado por W. J. T. Mitchell na Universidade de Chicago no início dos anos 1990 (Mitchell, 1992). Vinculado ao Departamento de História da Arte, o curso ampliou o escopo da disciplina, incorporando novas mídias, questionando os modos de ver e representar, e problematizando as distinções entre

alta e baixa cultura. A partir disso, os estudos visuais passaram a investigar o papel das imagens na produção de sentido em contextos culturais, interpelando os regimes de visibilidade que moldam o imaginário social e as formas de conhecimento.

Mitchell propõe que as imagens não são apenas objetos visuais, mas ‘agentes’ com vida social, capazes de interpelar o observador e instaurar sentidos. Em "Teoria da Imagem: Ensaio sobre Representação Verbal e Visual" (1994), ele problematiza as dicotomias entre imagem e texto, ver e saber, sugerindo que esses campos operam de modo interdependente. A imagem, segundo Mitchell, não é o outro do texto, mas sua condição complementar — uma chave crítica para analisar as fronteiras entre arte, política e história.

No campo da Cultura Visual, a visualidade é compreendida como elemento ativo na constituição das experiências históricas e sociais. Como define Raimundo Martins (2007), trata-se do estudo das construções culturais da experiência visual no cotidiano, nas mídias, nas artes e nas representações sociais. Ao problematizar os meios de expressão contemporâneos, a Cultura Visual propõe compreender as imagens como práticas de significação — e não como meras ilustrações — capazes de produzir narrativas, afetos, ideologias e disputas simbólicas.

Em uma perspectiva próxima, Pesavento (1997) destaca que as imagens não são representações literais do real, mas simbólicas e metafóricas. No caso das imagens urbanas, há uma interseção entre percepção espacial e construção imagética: trata-se de olhares múltiplos sobre o espaço, que se expressam por meio da fotografia, da iconografia, da arte urbana, da imprensa, de discursos técnicos e políticos. Tais imagens alimentam o “imaginário social”, evocando ausências e produzindo sentidos sobre o passado e o presente.

O impacto dessa abordagem também se faz sentir no campo da História, especialmente após o chamado “giro visual”, que desloca as imagens de um lugar ilustrativo para um papel epistemologicamente ativo. A imagem passa a ser entendida não apenas como fonte documental, mas como categoria analítica fundamental para pensar os modos de saber e poder nas sociedades. Nesse processo, consolidou-se um corpo teórico que compreende as imagens como

artefatos culturais densos, atravessados por disputas de memória, regimes de visibilidade e construções identitárias.

Burke (2004) argumenta que as imagens devem ser interrogadas com o mesmo rigor crítico aplicado aos textos. Para isso, propõe o desenvolvimento de um “alfabetismo visual” por parte dos historiadores, que os capacite a decifrar os códigos de produção, circulação e recepção das imagens em seus contextos históricos. Kossoy (2001), em abordagem semelhante, alerta para os riscos de naturalizar a fotografia como espelho da realidade. Em *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*, o autor enfatiza que toda imagem fotográfica é resultado de escolhas técnicas, políticas e estéticas, sendo simultaneamente vestígio e construção.

Knauss (2006) reforça essa perspectiva ao defender que a história deve ser pensada a partir das formas pelas quais o passado foi representado visualmente. As imagens, segundo ele, não apenas ilustram o passado, mas participam ativamente de sua invenção, sendo centrais na constituição dos discursos históricos e das identidades coletivas. Sua leitura parte da premissa de que os significados não são dados, mas construídos socialmente, por meio da disputa entre diferentes discursos — verbais, escritos, orais ou visuais.

Meneses (2003) aprofunda essa discussão ao propor que o historiador se torne um “leitor de imagens”, compreendendo-as como práticas discursivas dotadas de intencionalidade e historicidade. Para o autor, é necessário um olhar crítico e interdisciplinar que considere as condições sociais e simbólicas de produção e circulação das imagens. As imagens, assim, deixam de ser objetos ilustrativos para se tornarem fontes de problematização.

Esse referencial teórico é particularmente fecundo para o estudo de territórios como Ceilândia. Ali, o processo de remoção, a produção da memória urbana, a construção de identidades e as lutas por reconhecimento estão atravessados tanto por narrativas quanto por imagens — fotografias, registros de imprensa, expressões culturais e artísticas. Mais do que documentar o passado, essas imagens o constroem, disputam e atualizam continuamente.

A visualidade, portanto, deve ser tratada como campo de disputa simbólica e política. Ao ser mobilizada como instrumento de análise histórica, revela não

apenas o que foi visível, mas também aquilo que foi excluído dos regimes de visibilidade. A imagem, quando compreendida como discurso, abre caminhos para reinscrever sujeitos historicamente silenciados no tecido narrativo da cidade. Nesse sentido, a imaginação histórica permite ao historiador vislumbrar sentidos ocultos, propor alternativas e tensionar os modos como o passado é lembrado e representado.

1.4) Imagem na prática historiográfica

A imagem, enquanto presença sensível e representacional, articula-se de modo profundo com a ideia de imaginação histórica, conceito que ganha relevo nos debates teóricos contemporâneos sobre a escrita da história. A partir dos trabalhos de Hayden White, Stephen Bann e Lloyd S. Kramer, a imaginação deixa de ser associada à ficcionalização e passa a ser entendida como dimensão constitutiva da narrativa historiográfica.

Em *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, Hayden White (1992) propõe que toda narrativa histórica é atravessada por escolhas de forma e estrutura que são, em última instância, atos de imaginação. Para White, a narrativa histórica não se limita à cronologia de fatos, mas se constitui por meio de estruturas retóricas que dão inteligibilidade ao passado. O historiador organiza os eventos do passado a partir de esquemas narrativos como a tragédia, a comédia ou o romance, que fornecem inteligibilidade aos dados empíricos. O trabalho do historiador, portanto, não é apenas reconstruir fatos, mas configurar sentidos, e tal configuração depende de recursos poéticos, retóricos e ideológicos. Toda história é, antes de tudo, uma escolha de formas, uma operação de linguagem onde a imaginação desempenha papel central na construção de sentidos. Nesse sentido, a história é uma prática literária e ética, marcada por decisões narrativas que revelam tanto quanto ocultam: “A forma narrativa escolhida para contar uma sequência de acontecimentos históricos não é simplesmente um instrumento neutro de descrição; ela implica uma avaliação - ética, ideológica, estética - do tipo de história que se deseja contar.” (WHITE, 1992, p. 27).

Stephen Bann (1994) em uma reflexão sobre o historicismo e a representação, argumenta que a imaginação histórica é aquilo que permite ao historiador reconstruir o "espírito de época", evocando o passado por meio de estratégias discursivas e simbólicas que tornam possível sua inteligibilidade. Bann defende uma concepção de história como representação — não no sentido de cópia, mas como um gesto interpretativo que envolve memória, invenção e mediação. A imaginação, nesse caso, opera como ponte entre a distância temporal e a experiência presente do historiador, possibilitando que o passado seja narrado como presença ausente.

Lloyd S. Kramer, por sua vez, amplia o debate ao ressaltar a dimensão subjetiva e cultural da imaginação histórica. Para Kramer, o historiador participa de uma tradição interpretativa e é atravessado por imaginários coletivos e ideologias que informam sua escrita. Ele argumenta que a imaginação histórica é parte do engajamento ético e político do historiador com os dilemas de seu tempo (KRAMER, 1992). Longe de ser um mero adorno estilístico, a imaginação histórica é uma ferramenta de crítica e de construção de sentido, que permite aos sujeitos compreenderem-se historicamente e posicionarem-se no mundo.

Nesse contexto, a imaginação não é o oposto da verdade, mas sua condição de possibilidade. Ela opera na seleção dos temas, na construção dos personagens históricos, na escolha das metáforas, e na modelagem das tramas. A história, portanto, não é apenas ciência, mas arte de interpretação — uma prática que envolve tanto o rigor empírico quanto a sensibilidade criativa.

1.5) Escrita da história

Michel de Certeau, em “A escrita da história” (*L’Écriture de l’Histoire*, 1975), propõe uma problematização da prática historiográfica, não como mera técnica de recuperação do passado, mas como um conjunto de operações discursivas situadas social e culturalmente. Para ele, “a história é uma prática que transforma o passado morto em uma narrativa viva” (CERTEAU, 2002, p. 67), o que implica reconhecer que não há história fora da linguagem — ela é sempre uma construção simbólica e

institucional. A escrita da história, nesse sentido, é uma prática cultural marcada por mediações, exclusões e disputas. Certeau argumenta que o historiador não apenas registra fatos, mas opera uma série de procedimentos — seleção, organização, narração — que respondem a uma lógica discursiva do presente. “Escrever a história é produzir uma significação que obedece às leis do discurso mais do que às da realidade passada” (ibid., p. 68). Assim, o historiador está sempre implicado nas condições de possibilidade de sua escrita, nas estruturas de poder que informam o que pode ou não ser dito sobre o passado.

Um dos eixos centrais do pensamento de Certeau é a crítica à pretensão de objetividade da historiografia moderna. Para ele, a história não é um espelho do passado, mas uma representação construída que traduz conflitos de memória, sistemas de exclusão e formas de legitimação do saber: “toda operação historiográfica é também uma operação política, pois decide o que será lembrado e o que será esquecido” (ibid., p. 83). Nesse aspecto, o autor destaca como o discurso histórico nasceu, no Ocidente moderno, da exclusão de outras formas de narrar — como o mito, a tradição oral ou a experiência popular.

Certeau observa que, para que a história se instituisse como disciplina científica nos moldes modernos, foi necessário “colonizar” o passado com os instrumentos da razão e da linguagem escrita, apagando a heterogeneidade das vozes que compunham outras formas de memória. “A historiografia funda-se sobre o silêncio do outro” (ibid., p. 67). Esse “outro” pode ser o camponês, o colonizado, o louco, o místico — figuras que escapam ou resistem à normatividade do discurso histórico e que, por isso, muitas vezes permanecem invisíveis ou marginalizadas nos arquivos da modernidade.

Em termos metodológicos, Certeau propõe uma leitura crítica do que ele chama de “operações historiográficas”, que envolvem três dimensões principais: a prática (a relação com o lugar institucional do historiador), a epistemologia (as regras que definem o que é considerado verdadeiro) e a escrita (as formas narrativas que dão forma à história). Ele destaca que a escrita não é um mero revestimento estético dos fatos, mas o próprio meio através do qual os acontecimentos se tornam inteligíveis. “É na escrita que se decidem os sentidos da história” (ibid., p. 113).

Essa concepção aproxima a historiografia da literatura e de outras práticas narrativas, desestabilizando a fronteira rígida entre o fato e a ficção. Não se trata de negar a especificidade do conhecimento histórico, mas de reconhecer que ele é produzido dentro de um regime de linguagem que tem suas próprias convenções, retóricas e efeitos de verdade. A escrita da história é, portanto, sempre performativa: ela não apenas diz algo sobre o passado, mas faz algo com ele — constrói sentidos, institui marcos, legitima memórias e silencia outras.

Esse olhar é fundamental para os debates sobre a crise da história e o chamado giro linguístico ou epistemológico nas ciências humanas. Ao deslocar o foco da história como espelho do real para a história como prática cultural, discursiva e situada, Certeau amplia o campo historiográfico, abrindo espaço para abordagens mais reflexivas, interdisciplinares e sensíveis às margens do arquivo. Sua crítica aponta para a necessidade de uma historiografia que reconheça os limites e implicações de sua própria linguagem e que se abra ao “outro” — àquilo que resiste à tradução plena nos códigos da razão histórica. Como conclui o autor: “A história é o nome de nossa relação com o passado, mas também a cena em que se joga o presente — e seus modos de ver, saber e narrar” (ibid., p. 109).

Pensar a escrita da história a partir de territórios como Ceilândia exige, portanto, atenção às formas pelas quais o passado se torna visível, dizível e, sobretudo, representável. A historiografia que se pretende crítica e comprometida com experiências como as das periferias urbanas, demanda instrumentos que vão além das leituras tradicionais. Nesse sentido, a articulação entre imagem e imaginação histórica emerge como ferramenta teórica e metodológica potente para interpretar os modos como o passado se constrói, se projeta e se contesta.

A presença das imagens e da imaginação na prática historiográfica aponta para uma compreensão ampliada do fazer histórico, que reconhece a complexidade das formas de representação e dos regimes de sentido. Ao integrar os aportes da Cultura Visual e da imaginação histórica, a historiografia contemporânea enriquece suas possibilidades narrativas e analíticas, abrindo-se a outras formas de experimentar o passado. Nesse horizonte, a história deixa de ser mero relato dos fatos e torna-se um campo de disputa simbólica, de invenção crítica e de construção de mundos possíveis.

1.6) “Dar nome é um ato de poder”¹⁵

No livro *Palavras da Cidade*, a historiadora Stella Maria Bresciani reúne diferentes ensaios que exploram as formas pelas quais a linguagem — sobretudo as palavras — contribui para dar sentido à cidade enquanto construção histórica, simbólica e social. A obra se insere numa perspectiva interdisciplinar e parte do princípio de que a cidade não é apenas um espaço físico, mas também um campo de representações, práticas e discursos que a constituem continuamente.

Um dos eixos centrais do livro é a ideia de que as palavras têm o poder de organizar, nomear e significar o espaço urbano, transformando o território em lugar socialmente construído e culturalmente vivido. Para Bresciani, a linguagem não é um mero reflexo da realidade urbana, mas um instrumento ativo na sua produção simbólica e social. Termos como “centro”, “periferia”, “favela”, “bairro nobre”, entre outros, não apenas descrevem, mas hierarquizam o espaço urbano, refletindo e reproduzindo relações de poder, exclusão e pertencimento.

A autora destaca que as palavras vinculadas à cidade não são isentas: elas carregam cargas ideológicas, afetivas e políticas que contribuem para definir quem pertence a determinado espaço e quem é excluído dele. Nomear uma área como “favela” ou “invasão”, por exemplo, já implica um julgamento sobre sua legitimidade e seus habitantes: “Tanto para as autoridades quanto para a imprensa, “A Favela” é de início um (anti)modelo, associado ao crime e à desordem, ao qual serão cada vez com mais frequência comparados outros sítios” (BRESCIANI, 2001, p.30). *Favela* dá então nascimento a *favelados*, uma população sendo assim designada por seu *habitat*. Assim, as palavras orientam políticas urbanas, sustentam discursos oficiais e moldam a memória coletiva. Em uma “luta de classificação” a emergência do “problema das periferias” aparece primeiramente como um fato de linguagem:

¹⁵ Ideia que aparece no artigo de Amália Cristovão dos Santos, Ana Carolina C. dos Anjos e Amanda Resende Castilho sobre o “barraco do Kdu”, projeto premiado na categoria “Casas” da premiação internacional de arquitetura *Building of the Year 2023* do ArchDaily,. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/1007765/in-comodos-reflexoes-sobre-uma-casa-de-favela-premiada>. Acesso em 22 de outubro de 2023.

A emergência de uma categoria que, no caso de *slum* e de favela, subsume a diversidade dos topônimos não estaria relacionada a uma operação cognitiva de diagnóstico, ela própria subordinada a objetivos de reforma? (...) Observa-se, em diversos momentos da história, que vários vocábulos são suscetíveis de fornecer a categorização de que a reforma precisa: sua concorrência não é regulada por imposições gerais que levam a soluções diversas conforme os contextos de enunciação, e evidentemente, às fontes lexicais de cada língua? Assim, as palavras de estigmatização urbana têm a propriedade comum de expressar no registro do habitat e do espaço uma estigmatização social que repousa, na realidade ou ao mesmo tempo, sobre outros critérios de hierarquização que elas fazem passar para o segundo plano (ibid.,p.32).

A cidade aparece como um texto a ser lido — ideia inspirada por autores como Michel de Certeau. A cidade é escrita por meio das práticas cotidianas dos sujeitos, mas também pelos discursos que a narram: relatórios técnicos, notícias de jornal, leis de zoneamento, nomes de ruas, e até a literatura e o cinema. Esses diversos registros verbais contribuem para construir imagens múltiplas da cidade, que ora se sobrepõem, ora se contradizem. Desta forma, compreender a cidade exige compreender também as palavras que a nomeiam, a descrevem e a explicam. Ao analisar os discursos urbanos, podemos perceber como eles produzem sentidos, estruturam imaginários sociais e fundamentam ações concretas sobre o território. As palavras permitem dar sentido ao espaço social, sendo que “a reforma das palavras da cidade” transforma os objetos que elas supostamente denominam.

No artigo *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*, Sandra Pesavento (in: BRESCIANI, 2001) analisa as transformações simbólicas e materiais que incidiram sobre os becos de Porto Alegre entre o final do século XIX e meados do século XX. O estudo revela como determinados espaços urbanos são construídos socialmente como lugares negativos, estigmatizados por discursos que articulam ideias de desordem, perigo moral e atraso civilizacional. A palavra, em sua função de identificar os dados do real, é também uma “forma de qualificar o mundo, dando sentido e pautando ações sociais. Este processo de outorga de significado é, pois, criador de realidade e instaurador de coerência que organiza a percepção do mundo” (p.99).

A partir de um trabalho minucioso com fontes jornalísticas e documentos oficiais, Pesavento mostra que, na virada do século XIX para o XX, os becos passaram a ser objeto de uma intensa campanha de desqualificação pública, impulsionada principalmente pela imprensa local. Esses espaços — anteriormente concebidos como parte do traçado urbano colonial, com características funcionais e cotidianas — foram sendo associados à marginalidade e ao “atraso urbano”:

Na virada do século XIX para o século XX, Porto Alegre assistiu, através de seus jornais, a uma verdadeira ‘guerra aos becos’, associados estes à desordem, à violência e ao crime, e tomados como sinônimo de atraso urbano numa cidade que almejava se modernizar (Ibid., p. 98).

A autora problematiza a forma como a linguagem utilizada para descrever esses espaços produz sentidos e legitima ações concretas de intervenção urbana. Os becos passaram a ser vistos como “espaços malditos”, incompatíveis com os projetos de modernização que visavam transformar Porto Alegre em uma capital limpa, ordenada e “civilizada”. Nesse contexto, as vielas passaram a representar uma ameaça não apenas física, mas também moral. A construção do beco como “mau lugar” é profundamente marcada por uma lógica higienista e moralizante, que associava determinados espaços a certos grupos sociais indesejados. Conforme a autora,

Neste momento de fim de século, o beco foi identificado como o reduto das socialidades condenadas; era um espaço maldito da cidade, frequentado pelos ‘turbulentos’ da urbe. A situação se definia tanto mais grave porque tais espaços estigmatizados se achavam encravados no centro da cidade, que se encontrava em processo de renovação e saneamento, tanto técnico quanto moral (Ibid., p. 98).

Pesavento demonstra que essa “guerra aos becos” não foi apenas discursiva, mas também material, resultando em políticas de reforma urbana que culminaram no apagamento físico desses espaços. A partir da década de 1960, intervenções públicas redesenharam o espaço urbano, eliminando a presença dos becos do centro histórico da capital gaúcha. Em síntese, o artigo de Pesavento evidencia como os espaços urbanos são territórios de disputa simbólica, e como a linguagem opera como um dispositivo essencial na construção de representações sociais que

legitimam práticas de exclusão, controle e reordenamento do espaço. Ao narrar a história dos becos como uma história de estigmatização e silenciamento, a autora contribui para uma compreensão crítica das relações entre discurso, poder e cidade.

Já no campo da literatura, *Becos da memória* é um romance de forte carga autobiográfica em que Conceição Evaristo (2017) constrói uma narrativa sensível sobre a vida em uma favela. A obra entrelaça memória, afeto e resistência por meio da voz de uma narradora que revisita sua infância e juventude em um espaço marginalizado, mas repleto de significados e histórias. O romance revela a favela como um território onde se gestam laços comunitários, práticas culturais e estratégias de sobrevivência frente à exclusão social. É um espaço de dor, privações e violência, mas também de solidariedade, ancestralidade, afetos e construção de identidade.

Narrado em primeira pessoa, o romance tem uma estrutura fragmentada, que reflete o próprio funcionamento da memória. A narradora relembra sua trajetória no morro na região central de Belo Horizonte, área marcada pela precariedade, mas também por relações sociais intensas e complexas. A memória funciona como fio condutor da narrativa e instrumento de afirmação da experiência vivida. A escrita de Conceição mobiliza o que ela mesma define como “escrivência”, um modo de escrever que une vivência pessoal, memória coletiva e ancestralidade. O que se lê em *Becos da Memória* é tanto ficção quanto um testemunho das múltiplas violências vividas, especialmente pelas mulheres negras, em espaços de exclusão.

O cotidiano da favela é tramado em episódios que vão desde o lúdico, afetuoso e íntimo — como as festas, os batuques, as brincadeiras infantis — até momentos de luto, repressão, fome e despejo. Um dos temas centrais da obra é justamente o processo de remoção forçada da favela, que provoca desagregação comunitária. Essa experiência vivida denuncia como as políticas urbanas tratam a população, removendo seus locais de habitação e sociabilização em nome de uma modernização excludente. O apagamento físico da favela torna-se também um embate simbólico: a luta contra o esquecimento e pela preservação da memória dos que ali viveram. Por fim, na introdução da edição que li, a autora afirma que a

favela descrita em *Becos da Memória* acabou: “hoje as favelas produzem outras narrativas, provocam outros testemunhos e inspiram outras ficções” (p.13).

A tese de doutorado *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*, de Gabriela Leandro Pereira (2015), defendida na Universidade Federal da Bahia, propõe uma leitura crítica e sensível da obra de Carolina Maria de Jesus, especialmente de seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. A autora investiga como a narrativa de Carolina, mulher negra, pobre e moradora da favela do Canindé em São Paulo, desestabiliza discursos hegemônicos sobre a cidade e propõe novas formas de compreender os territórios urbanos marginalizados.

Gabriela Leandro argumenta que Carolina, ao registrar seu cotidiano em forma de diário, realiza um gesto político de escrita que tensiona as representações oficiais da cidade. A favela, descrita por Carolina como um “quarto de despejo”, é apresentada como um espaço de exclusão e abandono, onde os indesejáveis da sociedade são relegados. Essa metáfora evidencia a marginalização dos corpos negros e pobres no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras. A tese destaca que, ao narrar sua experiência na favela, Carolina não apenas denuncia as condições precárias de vida, mas também reivindica o direito à cidade e à memória. Sua escrita transforma o espaço da favela em território de resistência e afirmação identitária, desafiando as narrativas que invisibilizam ou criminalizam os moradores das periferias urbanas.

Assim, Gabriela evidencia como a obra de Carolina Maria de Jesus contribui para repensar as relações entre corpo, discurso e território, propondo uma leitura da cidade que incorpora as vozes e experiências daqueles que historicamente foram silenciados, os que habitavam o “quarto de despejo” da cidade: a favela.

Mas afinal, a qual cidade o termo “favela” dá nome? Se a favela é investigada no mundo todo (DAVIS, 2015), é inclusive por designar processos de conquista do espaço. Ela encarna uma modalidade de cidade como movimento¹⁶. Já que as palavras permitem dar sentido ao espaço social, seria preciso ao mesmo tempo

¹⁶ Essa perspectiva aparece em, pelo menos, dois textos de Paola Berenstein Jacques. Um de 2001, o livro “Estética da ginga”, publicado pela Editora Casa da Palavra. Outro de 2002, intitulado “Maré, vida na favela”. Esse último escrito em conjunto com VARELLA, D. e BERTAZZO, I.

esquecer e desconstruir as palavras para encontrar o sentido dos processos que elas nomeiam.

A chave da exclusão presente nos discursos técnicos de desfavelamento reforça a estigmatização da população (ROY, 2009), tornando-a muito mais homogênea sociologicamente do que é na realidade. Não queremos com isso negar as demandas por infraestrutura e serviços que assolam estes lugares, mas perceber que o lugar da “precariedade” muitas vezes é exemplar dos movimentos que constituem as cidades. Ao invés de invisibilizar ou criminalizar as margens, os esforços deveriam ser pela legitimação das energias ali reunidas. Em Brasília, a Vila do IAPI, segundo Luiz Gouvêa (1995) se constituía em um lugar com formas de sociabilidade e sentidos de comunalidade que a perspectiva totalizante de cidade tratou como avesso, justificando a intervenção da remoção após estigmatizar o lugar e seus habitantes. Com a estigmatização, tanto pelo discurso preponderante da mídia quanto pelo discurso das políticas públicas, as periferias urbanas passam a ser vistas como zonas de perigo, e não de carência. A figura do “marginal” é usada para justificar segregações e violência estatal.

Em *Os condenados da cidade* o sociólogo Loïc Wacquant (2001) investiga as transformações contemporâneas da marginalidade urbana nas sociedades capitalistas avançadas, com foco nos Estados Unidos e na França. Ele propõe o conceito de “marginalidade avançada” para descrever uma nova forma de segregação socioespacial que se aprofunda com a retração do Estado e o avanço das políticas neoliberais. Essa marginalidade se caracteriza por uma concentração de pobreza duradoura, pela estigmatização territorial e por uma quebra dos vínculos tradicionais de solidariedade e trabalho. Wacquant argumenta que os bairros populares — como os guetos norte-americanos ou os *banlieues* franceses — deixaram de ser lugares de integração social precária para se tornarem espaços de relegação, marcados por desemprego estrutural, violência policial e isolamento institucional. Ele denuncia a criminalização da pobreza e o papel do Estado penal na substituição do Estado social, reforçando um ciclo de exclusão ao invés de combatê-lo. Com base em pesquisa empírica por meio de trabalho de campo em bairros periféricos de Chicago e Paris, o autor denuncia a visão tecnocrática e reducionista da pobreza urbana, defendendo uma abordagem crítica que leve em

conta as estruturas sociais, econômicas e raciais da exclusão. A obra é uma crítica contundente à tendência de tratar a marginalidade como problema moral ou de segurança pública, e um chamado à análise sociológica comprometida com a justiça social.

A estigmatização das populações empobrecidas é um dos eixos centrais da análise de Loïc Wacquant em *Os condenados da cidade*, que ele trata como um processo social ativo, sustentado tanto pelo discurso midiático quanto pelo funcionamento das políticas públicas nas sociedades neoliberais. Wacquant argumenta que a marginalidade avançada não se define apenas por indicadores econômicos, como o desemprego ou a precariedade habitacional, mas também, e sobretudo, por um processo simbólico de estigmatização coletiva. Esse processo transforma bairros populares em zonas de exclusão e suas populações em "indesejáveis", criminalizando a pobreza e convertendo questões sociais em problemas de ordem pública, sendo "o estigma territorial um instrumento fundamental da nova gestão da marginalidade: ele permite justificar a retirada do Estado social, legitimar a intervenção policial reforçada e desqualificar a contestação dos moradores" (Wacquant, 2001, p. 171).

A mídia, para Wacquant, cumpre um papel essencial nesse processo. Ela atua como agente de amplificação da estigmatização, selecionando e moldando narrativas que associam constantemente os bairros periféricos à violência, ao crime, à incivilidade e à desordem. Essa cobertura reforça um imaginário de perigo que naturaliza a exclusão e justifica o endurecimento das políticas de controle. A mídia, ao produzir uma imagem sensacionalista e homogênea da pobreza urbana, reduz as populações periféricas à sua suposta periculosidade: "A mídia desempenha um papel central na difusão de imagens distorcidas e alarmistas da pobreza urbana, contribuindo para fixar os bairros populares no imaginário coletivo como espaços de desordem" (Ibid.,p.175). Como resultado, cria-se uma figura do "outro urbano" — jovem, negro ou imigrante, masculino e violento — que passa a simbolizar a ameaça à ordem social. Trata-se, ainda segundo Wacquant, de um "teatro de estigmatização" que opera cotidianamente nos discursos jornalísticos e políticos.

O autor mostra também como as políticas públicas internalizam e reproduzem essa lógica estigmatizante. Ao invés de combater as causas estruturais da pobreza, muitos programas sociais nas décadas recentes passaram a operar sob uma lógica de responsabilização individual, reforçando a ideia de que os pobres são culpados por sua própria situação. Além disso, observa-se uma substituição do Estado social pelo Estado penal: os recursos públicos são retirados de áreas como saúde, habitação e educação, e redirecionados para o sistema penal: polícia, prisões, vigilância. Essa reorganização fortalece a repressão em detrimento da inclusão, tratando populações vulneráveis como casos de polícia e não como sujeitos de direitos. Essa guinada punitiva é acompanhada por programas que, sob o pretexto de "regeneração urbana", operam remoções, dispersões territoriais e reconfigurações espaciais que visam diluir a pobreza sem resolver seus fundamentos, mais mascarando do que enfrentando as desigualdades sociais. Para Wacquant, o estigma age como uma tecnologia simbólica e prática de dominação, que reforça a marginalização material das populações pobres ao culpabilizá-las, isolá-las e mantê-las sob vigilância constante. A estigmatização não é um efeito colateral do neoliberalismo, mas uma de suas engrenagens centrais, pois permite naturalizar a desigualdade e legitimar políticas regressivas com aparência de necessidade.

A leitura de Wacquant é particularmente relevante para o Brasil, onde as favelas e periferias foram historicamente construídas como “espaços de exceção”, racializados e considerados externos à cidade formal. Assim como os guetos analisados pelo autor francês, as favelas brasileiras vem sendo alvo de estigmatização sistemática, sendo representadas — sobretudo pela mídia e por discursos oficiais — como locais de criminalidade, atraso e desordem. Wacquant oferece um quadro analítico poderoso para compreender como a estigmatização das populações pobres é construída e instrumentalizada pelo Estado e pela mídia, não como um fenômeno espontâneo, mas como parte de uma racionalidade política que naturaliza a desigualdade e reforça o controle sobre os marginalizados. No Brasil, esse quadro é agravado por dimensões históricas de racismo estrutural, urbanização excludente e segregação socioespacial, o que torna sua obra um

importante referencial para compreender e criticar as formas contemporâneas de exclusão urbana e violência institucional.

No contexto brasileiro, representações sociais estigmatizantes e ideológicas, e seus efeitos, são investigadas no difundido trabalho de Janice Perlman sobre o mito da marginalidade. Fruto de uma pesquisa de campo realizada no final dos anos 1960 e publicado originalmente em 1976, *O Mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro* é um marco nos estudos urbanos e nas ciências sociais brasileiras, confrontando diretamente os estigmas associados aos moradores de favelas, desafiando a visão dominante de que esses seriam redutos de desorganização social, criminalidade e marginalidade cultural.

Perlman desmonta o discurso hegemônico da época — tanto acadêmico quanto político — que via os favelados como "marginais" em relação à cidade formal e ao progresso. A autora demonstra que, ao contrário dessa imagem, os moradores das favelas possuem vínculos sólidos com o mercado de trabalho, participam ativamente da vida urbana e buscam mobilidade social. O que os impede de alcançar melhores condições de vida não seria sua suposta "cultura de marginalidade", mas sim a estrutura desigual da sociedade brasileira e a exclusão sistemática a que são submetidos pelo Estado e pelas elites urbanas.

Sua pesquisa aborda os estereótipos sobre migrantes e moradores de favelas que fomentavam políticas de erradicação no Rio de Janeiro no começo do século XX, destacando pressuposições como a de que favelados seriam 'elementos marginais' e representariam uma ameaça à estabilidade política. Em contraposição, a autora apresenta uma leitura mais complexa desta realidade urbana. Um dos "mitos da marginalidade" portanto seria a crença de que nos anos de rápida urbanização a cidade foi invadida por uma população proveniente de zonas rurais, que chegaria despreparada e incapaz de se adaptar à vida urbana. Isolados em grupos de características rurais, ao invés de tirar proveito do contexto mais vasto da cidade, suas favelas "imundas e insalubres exibem todos os sintomas da desorganização social – a desintegração da família, a anomia, a desconfiança mútua, o crime, a violência, a promiscuidade" (PERLMAN, 1977, p.28). Esta visão negativa seria o mito sobre o assunto; uma maneira de ver a favela que determina

em larga escala as políticas que lhes são impostas, onde a população é acusada de ser parasita ou sanguessuga da infraestrutura urbana (ibid., p.29) e para ela todas as alternativas apontariam na mesma direção: erradiquemos a favela (ibid., p.42).



Figura 12: Caricatura de Oswaldo Cruz “limpando” o Morro da Favela. No alto se lê: “Uma limpeza indispensável. A Hygiene vai limpar o Morro da Favella, ao lado da Estrada de Ferro Central. Para isso intimou os moradores a se mudarem em dez dias”.

Fonte: Revista O Malho, nº 247, 08/06/1907.

Discursos higienistas e estéticos, lastreados no sanitarismo da virada do século, emanam de planos urbanísticos daquele período como o do urbanista francês Alfred Agache que afirmou em conferência que “a ‘favella’ é também uma espécie de cidade-satellite de formação espontânea, que escolhe de preferência o alto dos morros, composta de uma população meio nômade, avessa a qualquer regra de hygiene” (1927, apud VALLADARES, 2005, p. 47). Empreendendo uma verdadeira “cruzada contra a vergonha infamante das favelas”, a “lepra da estética”, os discursos indicam preocupação com a entrada na modernidade, onde a favela parece pertencer a um mundo antigo, bárbaro, de que é preciso distanciar-se. Essas representações convergiam para a consolidação de um arquétipo de favela, um mundo diferente que emergia na paisagem carioca em contracorrente à ordem urbana e social estabelecida (ibid., p. 28).

Uma pergunta que guiou nossa leitura da bibliografia é se tais representações foram reproduzidas no contexto de Brasília, generalizando o uso do termo favela. Valladares (2005) nos oferece uma pista quando menciona o recenseamento de 1950 e suas repercussões:

Tendo sido as favelas introduzidas no recenseamento nacional foi possível evidenciar a existência de fenômenos semelhantes, sob outras denominações como os mocambos em Recife. A existência de lugares comparáveis à favela carioca em outras cidades do Brasil, realidade até então oculta e invisível no plano político, se tornou visível e mensurável graças a essas novas categorias estatísticas (...) A introdução de uma categoria relativa a conjuntos de moradias precárias no recenseamento brasileiro – encontrados até hoje sob o título de “aglomerado subnormal” – a partir do caso do Rio, contribuiu para a generalização do uso da palavra favela que, progressivamente, passou de categoria local a categoria nacional (VALLADARES, 2005, p.71).

Ao analisarmos os documentos das políticas urbanas elaborados no contexto de Brasília com relação ao tema ‘favelas’ fica evidente que a abordagem de expulsão, eliminação e erradicação de populações empobrecidas foi igualmente transferida e reproduzida na nova capital federal. Em Brasília, contudo, foram amplamente divulgadas como “invasões”, conforme a análise da documentação evidencia no próximo capítulo.

O “mito de origem” das favelas brasileiras é analisado por Lícia do Prado Valladares em pesquisa publicada no livro *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*, lançado em 2005. Em amplo levantamento histórico, Valladares analisa documentos oficiais com discursos morais “cheios de clichês e preconceitos contra os pobres, chegando a invocar biologia e raça, com viés eugenista” (VALLADARES, 2005, p. 65) para justificar as remoções no Rio de Janeiro. O objetivo da pesquisa é desconstruir a ideia de que a favela é uma entidade natural, homogênea e fixa. A autora propõe que a favela é, antes de tudo, uma construção social e discursiva, forjada ao longo do tempo por meio da atuação de diferentes agentes — como o Estado, os meios de comunicação, os pesquisadores e os próprios moradores. Ela mostra como a favela foi “inventada” como uma categoria específica de moradia urbana associada à marginalidade, à pobreza e à ilegalidade,

mesmo quando suas características urbanas e sociais eram bastante diversas. Outro objetivo da autora é revisar criticamente a produção acadêmica e institucional sobre as favelas no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Valladares problematiza o papel da sociologia urbana na consolidação de uma imagem estigmatizada da favela, ao mesmo tempo em que aponta a maneira como certos estudos, ao tentar explicar a favela como um "problema social", acabaram por reforçar estereótipos e preconceitos. Ela propõe um olhar mais empírico e atento às dinâmicas internas dessas comunidades, rompendo com leituras deterministas e generalizantes.

Por fim, Valladares busca demonstrar como a representação da favela evoluiu ao longo do tempo, desde o mito de sua origem até sua entrada na era digital, com a emergência de discursos como o da "favela.com". A autora aponta para transformações significativas na forma como a favela é vista e vivida — incluindo processos de mercantilização, apropriação simbólica e autoafirmação cultural — e defende a importância de compreender esses espaços não apenas como territórios de carência, mas como espaços urbanos dinâmicos, com múltiplas formas de vida, resistência e produção de saber.

Voltemos à pergunta inicial: a qual cidade a “favela” dá nome? Em *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*, Valladares expõe a longa metamorfose do termo favela, pontuada desde sua origem por conotações políticas e simbólicas, o que resultou em um arquétipo de oposição à cidade. Imagem reforçada quando as favelas constituem categoria dos estudos sociais, por suas características singulares de espaço socialmente diferenciado; seriam então “o espaço por excelência da pobreza, dos problemas sociais - a violência urbana assumindo o primeiro plano” (TOPALOV et. al., 2014, p.335).

A pesquisa de Valladares abriu caminho para uma série de outras pesquisas, como a dissertação de Mauro Amoroso (2011) em torno das representações sobre as favelas do Rio de Janeiro produzidas e veiculadas pela imprensa no período das remoções dos anos 1950 e 1960. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã* analisa como o jornal carioca Correio da Manhã representou as favelas naquele período por meio de imagens que contribuíram para a construção de discursos sobre as favelas, influenciando percepções sociais e

políticas públicas. O autor argumenta que a produção fotográfica não é neutra, mas sim um ato social carregado de ideologias, escolhas e contradições, refletindo as intenções dos fotógrafos e as diretrizes editoriais do periódico.

A pesquisa destaca duas conjunturas distintas. Na década de 1950, durante o desmonte do Morro de Santo Antônio, as fotografias enfatizavam o progresso urbano, omitindo a presença dos moradores e das próprias favelas, reforçando uma narrativa de modernização que justificava as remoções. Já nos anos 1960, com as remoções das favelas Ilha das Dragas e Praia do Pinto, as imagens passaram a incluir os habitantes, retratando-os como sujeitos autônomos, porém frequentemente associados à desordem e à incapacidade de convívio social.

A pesquisa de Mauro Amoroso afirma que as representações não são uniformes, mas variam conforme o contexto histórico e os interesses sociais. A dissertação contribui para a compreensão de como a imprensa atua na produção de subjetividades e na legitimação de políticas de remoção, ao naturalizar imagens que homogeneízam e marginalizam os moradores das favelas. Assim, o estudo oferece uma reflexão crítica sobre o papel da mídia na construção de narrativas sobre a pobreza urbana e a exclusão social.

A pesquisa *Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*, de Mario Brum (2012), é uma análise histórica e sociológica que investiga como o conjunto habitacional Cidade Alta, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, passou a ser estigmatizado como favela ao longo de quatro décadas. Originalmente construído em 1969 para abrigar famílias removidas de favelas como a Praia do Pinto, no contexto das políticas de remoção promovidas pelos governos federal e da Guanabara entre 1968 e 1973, o conjunto foi concebido como uma solução moderna para erradicar as favelas. No entanto, com o tempo, o estigma de "favela" passou a ser associado ao local por diversos atores sociais, incluindo o Estado, a imprensa, os moradores e os residentes do entorno. Produzido para ser sua antípoda, solução para as favelas em áreas centrais da cidade, sobre o conjunto incide hoje a estigmatização construída socialmente a respeito dos lugares removidos. Ou seja, a remoção da população não removeu o estigma surgido no local de origem.

A pesquisa aborda o processo de remoção, analisado a partir das memórias dos que o vivenciaram, compondo as remoções promovidas pela Ditadura Militar instaurada em 1964, demonstrando que estas faziam parte de um projeto de planejamento urbano. Brum utiliza diversas fontes, como depoimentos de moradores, documentos estatais e matérias de imprensa para construir uma narrativa que revela as complexas relações entre espaço urbano, memória e identidade social. E investiga como, ao longo do tempo, um local adquire o estigma de favela, que não está necessariamente ligado a características físicas ou geográficas, mas é resultado de processos sociais e históricos.

Estas pesquisas mostram a caracterização da favela como o “outro” da cidade, que concentra suas mazelas e espalha problemas, lugar da falta de moral e da criminalidade que ameaça o espaço urbano. Apesar disso, a leitura crítica destes autores propõe questionar as representações e compreender o quanto os moradores das favelas participam da vida social da cidade de muitas formas, apesar de uma longa história de supressão de direitos nas cidades brasileiras.

Ações discricionárias do poder público visando grandes projetos, sabe-se, geram desapropriações, despejos, remoções e expulsões de populações pobres. Maquiadas por um aparato discursivo, operações urbanas são vendidas como o melhor dos mundos, apesar de exterminarem muitos mundos. Sobre a ideologia do discurso minimizando impactos violentos de grandes projetos urbanos, Marcos Barreira (2013) identifica o poder retórico mobilizado em prol da afirmação de uma imagem de cidade olímpica para o Rio de Janeiro. A estratégia de marketing foi amplificada pelos meios de comunicação até se tornar consensual, e, portanto, inquestionável: “O consenso midiático em torno do ideal de cidade olímpica fez com que grande parte da população não diretamente afetada visse com simpatia um projeto que, em sua essência, produziu desigualdade” (BARREIRA, 2013, p.61).

Desigualdades também são assinaladas em Brasília, onde o fenômeno é recorrente, particularmente em suas áreas centrais: impedir a apropriação popular do espaço público. “Limpar” e “organizar” o centro urbano – termos oficiais, mal escondem o preconceito e o elitismo das medidas” (HOLANDA, 2014).

1.7) Desaprendizagens do discurso historiográfico sobre Brasília

O importante, numa batalha, não são os mortos e os feridos, mas a praça conquistada.

Juscelino Kubitschek, “Por que construí Brasília”, p.2.

As diversas abordagens dos estudos sobre Brasília apresentam uma cidade que já nasceu fotografada, filmada e descrita; uma cidade de onde *jorraria leite e mel*, segundo a profecia de Dom Bosco, santo italiano que sonhou com o Brasil. Terra prometida, cidade de muitas imagens que anunciam um lugar mítico, predestinado, onde o discurso é decisivo e as palavras são escolhidas cuidadosamente para emoldurar utopias. Imagens, discursos e ideologia estão imbricados na historiografia de Brasília. A revisão bibliográfica e o referencial utilizado nesta pesquisa buscam retomar a historiografia e o discurso sobre Brasília, identificando estratégias retóricas e construções ideológicas. Indagando a complexa dinâmica centro-periferia, percorremos estudos críticos acerca da elaboração simbólica que legitimou a construção de Brasília, especialmente para situar nosso interesse neste capítulo: os discursos e imagens em torno de favelas, invasões e remoções no Distrito Federal.

O encadeamento, em nível de discurso, entre diversos acontecimentos da história do Brasil revestiu Brasília de um simbolismo profético. Era como se a construção de Brasília puxasse o Brasil pra frente, rumo ao progresso. A interiorização da capital em exíguo período, cumprindo um imperativo constitucional e uma aspiração de longa data, materializava uma ideia de metrópole moderna e urbanisticamente revolucionária, e desencadeava um “novo ciclo bandeirante”¹⁷. A história de heroísmo, audácia, determinação e pioneirismo

¹⁷ Juscelino Kubitschek, “Por que construí Brasília”, pg.7.

épico é retratada em diversos materiais audiovisuais da época. O filme de Gerson Tavares, *Brasília, Capital do século*¹⁸, de 1960, é um documentário curta-metragem sobre a construção da nova capital que enaltece a presença dos operários, ontem camponeses, que “as vezes com a vida pagam o preço da conquista”. Habitavam a Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, localidade que desapareceria quando a “capital do amanhã” fosse inaugurada. Entretanto, o lugar permaneceu. Já não com as edificações em madeira registradas pelo fotógrafo Joaquim Paiva, tampouco com a população original.

No cinejornal *Depoimento JK - Brasília, a Capital do Futuro - 01ª Parte*¹⁹, Juscelino Kubitschek descreve a epopéia bandeirante, desde a pressão popular em comício em Jataí/GO para a realização da grande obra, quanto a enorme mobilização política em prol da aprovação da aventura que iria “modificar a fisionomia política, social, econômica e mesmo geográfica do Brasil”. Descreve o desbravamento da região inóspita; a trabalhosa chegada do primeiro gerador, e quando finalmente acendeu a primeira lâmpada (no Catetinho) “que assinalava a presença do homem em um ponto onde até ontem era apenas a solidão”.

Brasília, um “oásis no planalto”, representava a “continuação da viagem de Pedro Álvares Cabral”, mas agora para a conquista do interior do país. JK simbolicamente manda celebrar uma primeira missa em Brasília, em 1957, evocando a primeira missa celebrada no Brasil em 1500, retratada na pintura de Victor Meirelles. O evento brasiliense, assim como o evento cabralino, pretendia demarcar a posse do novo território conquistado, e foi revestido de simbolismos coloniais como aponta a análise de Paulo Tavares (2021), inclusive com a encenação da presença indígena utilizando a imagem dos Karajá “para retratar sua presidência como uma bandeira moderna e civilizadora que domesticava os sertões do Brasil” (p.55).

A pesquisa de Thiago Perpétuo (2016) analisa a construção de narrativas da suposta epopeia e o papel de Juscelino como “timoneiro da grande realização”, revelando interesses diversos e por vezes antagônicos que compunham um cenário

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YoMaMv1DohY&t=297s>. Acesso dez/2021.

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3gPC27PcIc>. Acesso em dez/2021.

de grande expectativa de modernização nacional. O autor dialoga com um amplo quadro de referências para compreender o processo de construção de Brasília, concreta e discursivamente. Circunscrevendo o contexto de patrimonialização da cidade, a pesquisa apresenta elementos que compreendem o personagem “candango” como também herói da epopeia, “oscilando seu papel enquanto partícipe aventureiro e trabalhador explorado” (p.24).

O trabalho de Laurent Vidal (2009) trata do papel de Brasília na construção de uma identidade de nação, a partir de dimensões fundamentais para a compreensão da cidade sonhada e planejada: a dimensão material da construção propriamente, mas também a dimensão imaterial da utopia e das ambições. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital* é uma obra que analisa a fundação de Brasília como parte de um movimento histórico mais amplo de construção de cidades-capitais no mundo moderno. Sem tratar Brasília como um projeto unicamente brasileiro ou isolado, o autor a insere em um processo global de invenção de centros políticos e administrativos concebidos como instrumentos de poder, modernização e controle social. A partir de uma comparação com outras cidades planejadas — como Washington D.C., Nova Deli, Abuja e, especialmente, Nova Lisboa (atual Huambo, em Angola) — o autor evidencia que a criação de novas capitais acompanha projetos estatais de afirmação territorial, ruptura simbólica com o passado e encarnação de utopias políticas.

No caso de Brasília, Vidal argumenta que a cidade foi projetada como um símbolo do ideário desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, traduzindo em seu traçado urbano uma promessa de progresso técnico, centralização do poder e racionalização do espaço nacional. Para ele, a capital brasileira se insere em uma longa tradição de cidades fundadas para representar a autoridade estatal e civilizatória, seja em contextos coloniais ou pós-coloniais. Assim, Brasília deve ser compreendida não apenas como sede administrativa, mas como uma “cidade-mensagem”, ou seja, um artefato simbólico destinado a comunicar uma visão idealizada de futuro e de ordem social.

Entretanto, Vidal também destaca as tensões e contradições do projeto modernizador. Apesar de seu traçado planejado e sua imagem de cidade racional e

funcional, Brasília logo revelou desigualdades profundas, expressas na emergência de periferias improvisadas, favelas e formas de segregação espacial que contrariavam os ideais originais dos urbanistas. A construção da cidade implicou a exclusão de grande parte da população que a ergueu, sobretudo os trabalhadores migrantes, e que acabou sendo empurrada para as margens do projeto inaugural, nas chamadas “cidades-satélites”.

A obra de Vidal contribui, assim, para os estudos urbanos e para a compreensão crítica do espaço como construção social e política. Dialogando com autores como Michel Foucault e Henri Lefebvre, o autor trata a cidade como um dispositivo de poder e uma materialização de discursos modernizadores, revelando os conflitos entre as utopias urbanísticas e as realidades sociais concretas. Ao traçar paralelos entre diferentes capitais fundadas ao longo da história, *De Nova Lisboa a Brasília* oferece uma leitura comparada e desnaturalizadora da experiência urbana, demonstrando que a invenção de uma capital é, antes de tudo, a invenção de um projeto de mundo — e de quem nele pode ou não habitar.

Brasília, desde sua concepção, foi apresentada como a materialização de um projeto de ordenamento territorial e reforma nacional. Planejada nos moldes da Carta de Atenas, com zonificação funcional e separação rigorosa entre as atividades urbanas, a nova capital brasileira foi concebida como símbolo do progresso e da modernidade estatal. Entretanto, desde suas primeiras décadas de existência, tornou-se evidente a profunda dissociação entre os ideais do plano urbanístico e a complexidade da realidade social que se instaurou no território.

David Epstein, em *Brasília: Plan and Reality* (1973), realiza uma das primeiras críticas sistemáticas a essa dissociação. Segundo o autor, a capital federal representa um exemplo paradigmático das limitações do planejamento urbano racionalista e tecnocrático, quando aplicado a contextos marcados por desigualdades estruturais e dinâmicas sociais complexas. Epstein argumenta que o Plano Piloto de Lucio Costa, ao privilegiar a monumentalidade, a simetria e a separação das funções urbanas, produziu um espaço urbano esteticamente inovador, mas socialmente excludente. A cidade foi projetada para uma elite

burocrática e funcional, deixando à margem os trabalhadores que efetivamente a construíram. Sem espaço no plano oficial, essa população foi empurrada para áreas periféricas, para as cidades-satélites como Taguatinga e, posteriormente, Ceilândia. Assim, a segregação socioespacial em Brasília não foi um acidente, mas uma consequência estrutural da lógica do planejamento urbano adotado. Para o autor, Brasília simboliza as contradições entre o planejamento idealizado e a realidade social: “Brasília, tal como foi construída, é mais do que um monumento a um plano; é um monumento às contradições entre o plano e a realidade social” (Epstein, 1973, p. 27, tradução nossa).

Epstein foi um dos primeiros teóricos a estudar a periferia de Brasília ainda em formação e habitou por algum tempo a Vila do IAPI – assentamento que foi removido de Brasília pela Campanha de Erradicação de Invasões-CEI, dando origem à Ceilândia, que trataremos detalhadamente no próximo capítulo. Sua pesquisa observou o processo de expansão e consolidação dos assentamentos irregulares e a formação das primeiras cidades-satélites, destacando o contraste entre o Plano Piloto e a realidade vivida nas periferias, onde trabalhadores da construção civil e funcionários de baixa renda se instalaram de forma precária, muitas vezes sem infraestrutura básica. Ao acompanhar a vida cotidiana dos moradores das chamadas invasões e de cidades-satélites, ele observou que “as cidades satélites nunca fizeram parte do plano original, mas foram criadas por necessidade, para abrigar os construtores e trabalhadores de serviços da cidade, que não tinham lugar no Plano Piloto” (Epstein, 1973, p. 33, tradução nossa). Para Epstein, havia uma clara dissonância entre a racionalidade do projeto e as necessidades sociais concretas da população, o que transformava Brasília numa cidade profundamente desigual desde sua origem.

Sua análise antecipa, de certo modo, os argumentos desenvolvidos posteriormente por James Holston, especialmente em *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*²⁰. Holston (1993) amplia a crítica ao sugerir que as contradições observadas por Epstein não seriam falhas de execução, mas traços

²⁰ Edição original em inglês: “The Modernist City: An Anthropological Critique of Brasília” publicada em 1989.

constitutivos do próprio projeto modernista. Em sua leitura, o modernismo em Brasília configura-se como um projeto político e cultural de reforma do sujeito nacional, baseado na homogeneização da experiência urbana e na negação das formas populares de produção do espaço. Enquanto Epstein interpreta a segregação periférica como uma consequência não prevista, Holston propõe que a exclusão foi, desde o início, intrínseca ao modelo moderno de cidade, pois “a ordem espacial modernista exigia a desordem social para se manter” (p. 214). As periferias não são uma falha do plano, mas seu complemento necessário. Nesse sentido, a própria concepção de cidadania urbana é marcada por ambivalências, já que as promessas de igualdade e progresso convivem com mecanismos sistemáticos de exclusão e subalternização.

Holston interpreta Brasília como um experimento radical do urbanismo modernista, cuja racionalidade técnica pretendia não apenas ordenar o espaço, mas também transformar a sociedade brasileira. O projeto de Brasília implicava uma “ruptura com as formas tradicionais de urbanidade” (ibid.,p. 4), baseada na crença de que o espaço moldaria comportamentos. No entanto, assim como Epstein já havia identificado, Holston demonstra que a rigidez do plano impossibilitou a inclusão dos trabalhadores pobres na lógica espacial da cidade, relegando-os às margens, nas cidades-satélites. Holston argumenta que o desenvolvimento da sociedade brasiliense não apenas reproduziu as ordens sociais brasileiras como também ampliou suas distorções, “reproduzindo a distinção entre o centro privilegiado e a periferia destituída – um dos traços mais básicos do resto do Brasil urbano e do subdesenvolvimento que os planejadores de Brasília queriam negar ao construir seu novo mundo” (ibid.,p. 35).

O autor aprofunda a crítica ao demonstrar que Brasília produziu, desde sua fundação, um “cidadão duplo”: de um lado, o habitante da cidade projetada, com acesso aos benefícios do planejamento; de outro, o morador das margens, excluído da utopia modernista. Ambos autores, embora em perspectivas distintas — Epstein a partir de uma sociologia urbana empírica e Holston por uma crítica antropológica — convergem na constatação de que Brasília encarna a falência da promessa de uma modernidade igualitária.

Holston ainda traz dados importantes do que chamou de “cidades de rebelião”: movimentos de associativismo em ciclos de rebelião pelo direito à moradia que forçaram o Estado a reconhecê-lo e impulsionaram a criação das cidades-satélites. Baseado na premissa de Lucio Costa de que “deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana, quanto na rural”²¹ Brasília negou aos operários direitos de residência, procurando evitar que o Brasil por eles representado fincasse raízes na cidade inaugural (ibid.,p.200). Holston define como “incorporação diferenciada” a estratégia que buscava “incorporar a população de funcionários públicos na condição de cidadãos plenos da cidade, em contraste com aqueles que procurou excluir, aqueles despossuídos de tais direitos” (ibid.,p.203).

A leitura crítica do urbanismo modernista, presente tanto em Epstein quanto em Holston, é fundamental para compreender o papel de Brasília como laboratório de uma modernidade autoritária e seletiva, onde o “espaço pensado” (LEFEBVRE, 1991) confronta-se com as práticas sociais cotidianas de um “espaço vivido” que resiste, adapta-se e subverte o ordenamento imposto pelo Estado.

Os mitos e realidades de Brasília e sua suposta "autoridade da razão" também são objeto de estudo no contexto de autoras e autores brasileiros. Segundo Paulo Bicca (1985), a construção de Brasília foi envolta por um discurso modernizador que atribuía à cidade a função de encarnar o futuro da nação, como se o planejamento racional e tecnocrático pudesse, por si só, romper com os entraves do passado. Contudo, esse discurso ocultava as profundas contradições sociais e políticas do processo de ocupação do território e da urbanização excludente que se desenvolveu desde os primeiros anos do Distrito Federal. Para Bicca, o projeto de Brasília expressa uma racionalidade dominante que visa controlar o espaço e, por extensão, a sociedade, mas que acaba por reproduzir as desigualdades históricas do país.

²¹ COSTA, Lucio. Memória descritiva do Plano Piloto (1957). In: *Registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.

O imaginário em torno de Brasília, assim, serve como instrumento ideológico. A "autoridade da razão" à qual Bicca se refere não se manifesta apenas na linguagem do planejamento urbano, mas também na tentativa de estabelecer uma nova identidade nacional, centralizada e modernizadora, em detrimento das experiências populares. Nesse sentido, Gustavo Lins Ribeiro (2008) amplia a análise ao mostrar como a construção de Brasília foi, também, um processo marcado por improvisações, conflitos e resistências. Longe de ser um empreendimento perfeitamente racional, a obra foi palco de lutas cotidianas entre os trabalhadores, os engenheiros, os militares e os gestores do projeto. Ribeiro denuncia o apagamento sistemático das vozes subalternas, especialmente dos candangos, cuja participação foi essencial à materialização da cidade, mas que logo após sua conclusão foram marginalizados e empurrados para as periferias emergentes.

No livro *Construtores de Brasília*, Nair Bicalho (SOUSA, 1983) investiga a formação da classe operária da construção civil e a consciência que os trabalhadores desenvolviam sobre sua própria exploração. A pesquisa, baseada em entrevistas e observação direta, revela que os operários compreendiam claramente as condições precárias de trabalho, a ausência de direitos e o caráter transitório de sua presença no Distrito Federal. Muitos percebiam-se como força de trabalho descartável: essenciais para a obra, mas indesejados para a cidade planejada. Segundo Bicalho, havia entre os trabalhadores uma percepção aguda de que o projeto de Brasília, apesar de seu discurso progressista, não os incluía como cidadãos plenos.

As contribuições desses autores são complementares e revelam uma dimensão fundamental da formação urbana de Brasília: a coexistência entre a utopia modernista do Plano Piloto e a realidade social excludente da sua periferia. A cidade foi concebida como um marco civilizatório e racional, mas implementada com base em processos de exclusão e marginalização de grande parte de sua população. A ideologia da modernidade, longe de ser neutra, funcionou como máscara das relações sociais desiguais que sustentaram a construção da nova capital.



Figura 13: Título da fotografia - Invasão de barracos no Plano Piloto Brasília. Autoria não identificada. Data: 12/12/1963. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo SCS. Número de registro: 00182_SCS_DF_6_1_B_1_12_12_63.

Esta revisão bibliográfica percorreu também a literatura com ênfase no imaginário. A pesquisa de Iracilda Pimentel Carvalho (1993) constitui uma importante contribuição para a compreensão crítica do imaginário construído em torno de Brasília, especialmente a partir de análise do objeto discursivo que a cidade representa. A autora parte do pressuposto de que Brasília não é apenas um espaço físico, mas, sobretudo, um signo carregado de sentidos históricos, políticos e simbólicos que foram sendo forjados ao longo do tempo por meio de discursos oficiais, midiáticos e acadêmicos. Segundo ela, o “objeto discursivo Brasília” é revestido de um amplo significado pois, simbolicamente, sua construção é tomada como “a própria efetivação do projeto desenvolvimentista, de interiorização e ocupação do território, com a expansão racional do sistema de transportes, apontando para a solução da migração nordestina e para a integração nacional”

(CARVALHO, 1993, p. 9). Esse trecho sintetiza o argumento da autora: a capital federal surge como um artefato simbólico, destinado a corporificar o ideário nacional-desenvolvimentista da segunda metade do século XX. O discurso desenvolvimentista, conforme analisado por ela, opera por meio da criação de uma "constelação mítica" em torno de Brasília. Essa mitologia é alimentada por noções de progresso, modernidade e superação das desigualdades regionais, funcionando como um campo semântico carregado de expectativas transformadoras:

Aparecem com frequência, portanto, no discurso sobre a nova capital, as reflexões sobre o significado que a cidade poderia adquirir para quem a construísse e para quem nela habitasse, em termos de expectativas e de abertura de horizontes físico e sociais, sempre como um marco no sentido de progresso, evolução, desenvolvimento, conceitos que integram e marcam o campo semântico da época. O desenvolvimentismo cria assim sua própria constelação mítica e o próprio objeto de seu discurso – Brasília – que passa a existir numa certa rede de sentidos (ibid., p. 10).

A partir dessa perspectiva, Carvalho busca detectar as imagens recorrentes que afloram nos enunciados constitutivos de Brasília. Trata-se de uma investigação que se inscreve no campo da análise do discurso e da crítica do imaginário social, revelando como a capital federal foi investida de significados que extrapolam sua função administrativa, tornando-se um símbolo da modernidade brasileira, ao mesmo tempo em que encobre, silencia ou marginaliza outras narrativas, como aquelas dos trabalhadores que a construíram e das populações posteriormente removidas ou excluídas de seus espaços centrais. Assim, sua pesquisa revela os mecanismos discursivos que sustentam a imagem mítica de Brasília, ao mesmo tempo em que convida à reflexão crítica sobre as implicações sociais e políticas desse imaginário na conformação da cidade real:

Todas as cidades são entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas. Para garantir a dominação, é decisivo o controle de difusão dos imaginários que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças (ibid.,p.31).

Na análise ideológica dos discursos, Georgete Medleg Rodrigues (1990) levanta sentidos mobilizados para justificar a decisão de construir Brasília, através da convergência dos discursos da propaganda política com temas caros à ideologia nacional-desenvolvimentista: técnica, progresso, industrialização e modernidade, buscando ativar feitos heroicos. Dessa forma, Brasília despontaria como a continuação da saga dos descobridores, dos bandeirantes, da marcha para o oeste etc., diferenciando-se, no entanto, por ser obra da razão, do planejamento e da técnica. Ser contra ou ser a favor da transferência da capital significava ser contra ou a favor do projeto desenvolvimentista (RODRIGUES, 1990, p.40). A Novacap difundia essas ideias através de matérias pagas na imprensa, palestras, cinejornais e do periódico editado pela empresa, a Revista Brasília. A propaganda, desta maneira, pautava temas do desenvolvimentismo e disseminava pelo país a ideia de que a construção era fundamental (p.111).

A dissertação *"E a história se fez cidade...": a construção histórica e historiográfica de Brasília* de Viviane Gomes Ceballos (2005) dá visibilidade à pluralidade das imagens de Brasília, apesar da sacralidade das imagens instituídas. A autora apresenta uma análise crítica sobre como a construção de Brasília foi legitimada por discursos históricos que buscavam conferir à nova capital uma ancestralidade simbólica, investigando como a narrativa oficial sobre Brasília foi construída para apresentar a cidade como a realização de um sonho nacional antigo, e não apenas como uma iniciativa do governo de Juscelino Kubitschek. Ceballos propõe que a ênfase em antecedentes históricos foi uma estratégia deliberada para romper com a ideia de que Brasília era fruto exclusivo da vontade de um presidente audacioso, trazendo à tona personagens que discutiram e propuseram a interiorização da capital, tornando-a, assim, "fruto do raciocínio e de uma expectativa" coletiva. A pesquisa baseia-se na análise de discursos e documentos que defendem a construção de Brasília, identificando as estratégias utilizadas para lhe conferir respaldo histórico. Ceballos examina como referências a ideias anteriores sobre a interiorização da capital foram mobilizadas para criar um imaginário em torno de Brasília como "marco de um novo tempo", "alvorada de um novo Brasil" e "capital da integração nacional". A autora conclui que a construção da narrativa histórica de Brasília serviu para consolidar a imagem de

Juscelino Kubitschek como o realizador de um sonho nacional, ao mesmo tempo em que ocultava as complexidades e contradições do processo de construção da cidade. Essa narrativa contribuiu para a formação de um imaginário que legitima a capital como símbolo de modernidade e progresso, desconsiderando as implicações sociais e políticas envolvidas em sua edificação.

A tese de doutorado de Luisa Videsott, intitulada *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história* (2009), investiga como as revistas ilustradas — especialmente *Brasília*, *Manchete* e *O Cruzeiro* — e os cinejornais participaram ativamente da construção de uma imagem pública da nova capital brasileira. A pesquisa analisa como esses meios de comunicação, frequentemente sob influência direta ou indireta da Novacap e de figuras como Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer e Israel Pinheiro, utilizaram-se de fotografias e narrativas visuais para promover uma visão idealizada da construção de Brasília. Essa representação apresentava a cidade como um símbolo de modernidade e integração nacional, frequentemente retratando o interior do país como um território vazio a ser colonizado. A metodologia adotada por Videsott combina análise de obras de arte visuais e técnicas de reconstrução histórica por meio da fotografia, permitindo compreender como essas imagens funcionaram como instrumentos para a construção de mitos e para fixar o imaginário coletivo em monumentos. A tese destaca o papel determinante da comunicação visual na formação de uma imagem coletiva da cidade, de seu plano urbanístico e de suas arquiteturas, e como as estratégias de narração visual, juntamente com depoimentos orais e informações reveladas pelas próprias fotografias, são fundamentais para a recuperação de outras memórias.

Edson Beú (2013) analisa a construção da identidade dos filhos dos candangos e como a cidade é vista à distância por essa geração. O livro *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos* constitui uma importante contribuição para a historiografia da capital federal ao adotar uma abordagem que privilegia os testemunhos daqueles que efetivamente construíram a cidade: os trabalhadores migrantes, popularmente conhecidos como candangos. Por meio de relatos orais, entrevistas e memórias individuais, Beú reconstrói as vivências cotidianas desses sujeitos, trazendo à tona um conjunto de experiências historicamente silenciadas

pela narrativa oficial do progresso e da modernização promovida pelo projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

A obra destaca as duras condições enfrentadas pelos operários nos canteiros de obras, marcadas por jornadas extenuantes, ausência de garantias trabalhistas, precariedade nas moradias provisórias e riscos constantes de acidentes. Além disso, Edson Beú aponta para o controle disciplinar exercido sobre esses trabalhadores pela Guarda Especial de Brasília (GEB), evidenciando as práticas autoritárias que permeavam a construção da capital. Apesar das adversidades, o autor também registra momentos de solidariedade, resistência e construção de laços comunitários entre os migrantes, elementos fundamentais para a constituição das primeiras sociabilidades urbanas do Distrito Federal.

Ao centrar sua análise nos candangos, Beú rompe com leituras tecnocráticas ou meramente celebratórias da fundação de Brasília, oferecendo uma interpretação que reconhece os conflitos sociais, as assimetrias de poder e as desigualdades que marcaram o processo de edificação da cidade. A valorização dessas memórias populares permite compreender a construção de Brasília não apenas como um feito arquitetônico ou político, mas como um processo profundamente marcado pela atuação, pela força de trabalho e pela experiência vivida das camadas populares. A perspectiva adotada em “Expresso Brasília” reforça a importância de integrar fontes orais e subjetividades no campo da história urbana, especialmente quando se trata de fenômenos recentes e de grande impacto social. Ao documentar e interpretar os relatos dos candangos, o trabalho contribui para o reconhecimento do protagonismo desta população na materialização do projeto de Brasília.

Ao colocar em diálogo as críticas destes autores, torna-se evidente que a história de Brasília é, também, a história de suas contradições fundantes. A tensão entre projeto e realidade, entre a cidade imaginada e a cidade vivida, constitui o cerne das experiências urbanas no Distrito Federal, especialmente no que diz respeito às camadas populares que construíram a cidade mas foram dela excluídas. Este processo revela como o urbanismo modernista, ao pretender organizar o espaço com base em princípios técnicos e universais, ignorou as complexidades

históricas e sociais que moldam as cidades brasileiras. Assim, a leitura crítica desses autores permite compreender Brasília não apenas como um projeto urbanístico, mas como um campo de disputa simbólica, material e política.

No livro *Brasília: a capital da segregação e do controle social*, Luiz Alberto Gouvêa (1995) apresenta uma análise contundente sobre a forma como o governo do Distrito Federal instrumentalizou a política habitacional como mecanismo de controle social e segregação espacial das classes populares. A partir de um recorte temporal que abrange o período de 1956 a 1985 — ou seja, desde o início da construção da nova capital até o período da redemocratização — o autor sustenta a hipótese de que o Estado não apenas negligenciou a demanda por moradia popular, como também a utilizou deliberadamente como estratégia de gestão autoritária do território e da população.

Gouvêa observa que o tema da habitação sequer figurava entre os objetivos explícitos do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, revelando um projeto urbano planejado desde sua gênese para excluir as classes populares do espaço central da cidade. Nesse sentido, a política habitacional esteve ausente durante os anos iniciais da construção de Brasília (1956–1961), período em que predominou uma lógica de provisão habitacional voltada aos servidores públicos e à elite técnica do Estado. A ausência de ações estruturadas no campo da moradia resultou em ocupações informais e na formação de acampamentos precários, que rapidamente se tornaram alvo de remoções sistemáticas por parte do poder público.

O autor identifica diferentes fases da ação governamental na área habitacional, todas marcadas por um padrão de repressão aos movimentos de resistência protagonizados pelas populações afetadas pelas remoções forçadas. Tanto em contextos de governo civil quanto durante o regime militar, a resposta estatal foi caracterizada pela criminalização da pobreza e pela utilização da força como ferramenta de reorganização espacial. A remoção compulsória dessas populações — que se concretizou em operações como a erradicação da Vila do IAPI e a criação de Ceilândia — era acompanhada da instalação gradual de equipamentos urbanos e serviços básicos nas novas localidades, como forma de amortecer os efeitos do deslocamento forçado e conter a mobilização social.

Para Gouvêa, essa dinâmica contribuiu para desarticular os laços de solidariedade e as formas de organização política nas comunidades removidas. Ao serem transferidas para áreas distantes, e posteriormente beneficiadas com infraestrutura mínima, as populações passavam a interpretar essas ações não como reparações de um direito violado, mas como concessões do poder público — o que produzia uma lógica perversa de gratidão diante da violência institucional. Assim, o autor evidencia como o planejamento urbano de Brasília, longe de ser um campo neutro de decisões técnicas, foi um instrumento de engenharia social e política, orientado por uma racionalidade autoritária e excludente que visava à produção de uma cidade disciplinada, segregada e funcional aos interesses do Estado.

Em *A construção injusta do espaço urbano*, o geógrafo Aldo Paviani analisa os processos que configuraram uma urbanização excludente e autoritária no Distrito Federal, tendo como exemplo emblemático a remoção da Vila IAPI. O autor mostra que a formação das primeiras ocupações populares em Brasília ocorreu em resposta à ausência de uma política habitacional para os trabalhadores que participaram da construção da cidade. Sem alternativas de moradia formal, esses trabalhadores organizaram-se em assentamentos improvisados nas proximidades do Plano Piloto, como a Vila IAPI. A Vila IAPI surge, portanto, como resultado direto da negligência do Estado diante das demandas habitacionais das classes populares. No entanto, sua localização próxima ao centro planejado da cidade era considerada indesejável pelas autoridades, que buscavam preservar a imagem de Brasília como uma cidade moderna, ordenada e livre das “deformações urbanas” das metrópoles brasileiras, como as favelas e cortiços.

A partir dessa lógica, Paviani argumenta que a remoção da Vila IAPI, ocorrida em 1971, não foi apenas uma medida técnica ou urbanística, mas uma ação política e ideológica com o objetivo de afastar os pobres dos espaços centrais da cidade. Os moradores foram compulsoriamente transferidos para a recém-criada Ceilândia, localizada a cerca de 30 quilômetros do Plano Piloto. A operação foi conduzida com forte aparato estatal e sem consulta ou participação da população afetada.

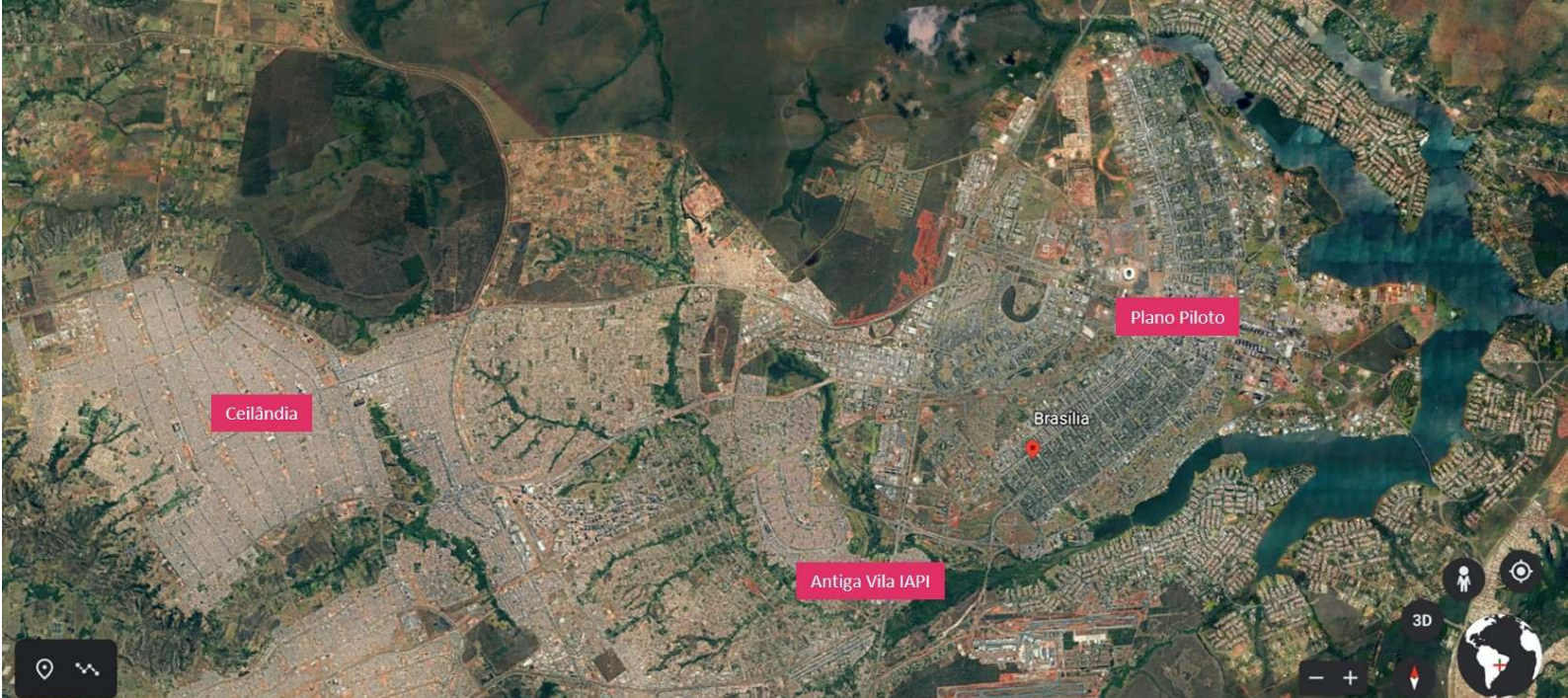


Figura 14: Imagem de satélite localizando o Plano Piloto, a antiga Vila IAPI e Ceilândia. Elaborado pela autora.

Paviani denuncia esse processo como parte de uma “construção injusta do espaço urbano”, na qual o planejamento territorial serve à manutenção das desigualdades sociais, segregando os mais pobres em áreas periféricas e desprovidas de infraestrutura adequada. A cidade de Ceilândia, apesar de ter recebido equipamentos públicos posteriormente, foi inicialmente implantada com condições insuficientes e visava sobretudo conter os assentamentos informais e impedir a reocupação da área central, a partir de um *aparato montado*:

Ao final da década de 60, o governo do Distrito Federal verificou que inúmeras favelas (as “grandes invasões”) e acampamentos de construtoras (denominadas “localidades provisórias”), com cerca de 82 mil habitantes, ocupavam territórios estratégicos, nas proximidades do Plano-Piloto. Segundo foi reportado pela imprensa, o então presidente da República (general Médici) teria manifestado ao governador geral (coronel Prates da Silveira) seu desagrado por ter em sua trajetória para o Palácio do Planalto e, deste, para o sítio do Riacho Fundo, numerosas e “incomodativas invasões”. Para atender à observação presidencial e tentando coibir a proliferação das favelas (sempre atribuída às fortes migrações) o governo do Distrito Federal instituiu a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que, entre os anos de 1971 e 1972, cadastrou todos os barracos existentes nas vilas periféricas ao Núcleo Bandeirante, transferindo posteriormente sua população para a nova localidade de Ceilândia. **Em razão do aparato montado, a transferência se deu sem que os percalços (poeira, lama, falta de água e de trabalho) constituíssem motivo de revolta dos transferidos** (PAVIANI, 1991, p. 128, grifo nosso).

O autor conclui que a história da Vila IAPI e sua remoção ilustram como o modelo de urbanização de Brasília foi excludente desde sua origem, e que essa lógica ainda reverbera nas dinâmicas espaciais do Distrito Federal, marcadas por profundas desigualdades socioespaciais.

Tony Marcelo Oliveira (2007) fornece uma importante contribuição para a compreensão das consequências sociais, simbólicas e subjetivas da política de erradicação de favelas implementada pelo governo do Distrito Federal na década de 1970, tendo como foco empírico a experiência dos moradores da Vila IAPI. Sua dissertação investiga os impactos da remoção compulsória desse assentamento informal situado nas proximidades do Plano Piloto, e a consequente transferência dos moradores para Ceilândia, projeto concebido pelo Estado como solução de habitação popular e, sobretudo, como estratégia de controle e reordenamento territorial.

Ao adotar uma abordagem qualitativa centrada em entrevistas não diretivas com ex-moradores da Vila IAPI, Oliveira prioriza a escuta atenta de memórias, afetos, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos à sua trajetória urbana. Seu recorte metodológico se insere no campo da antropologia urbana e da sociologia da memória, destacando-se pela ênfase nos valores simbólicos, nas práticas cotidianas e nas formas de pertencimento que eram produzidas no espaço da favela — muitas vezes ignoradas ou desvalorizadas pelas políticas oficiais de urbanização e remoção. O autor busca compreender não apenas o deslocamento físico imposto aos moradores, mas também os efeitos subjetivos e sociais desse processo: o sentimento de perda, a descontinuidade de vínculos sociais, o esvaziamento simbólico de uma territorialidade construída historicamente à margem do projeto oficial da cidade moderna.

As narrativas reunidas por Oliveira revelam um rico conjunto de memórias e afetos em relação à vida na Vila IAPI. Para muitos entrevistados, a favela era percebida não como espaço de carência ou degradação, mas como um território de solidariedade, vizinhança, trabalho e identidade. A remoção, por sua vez, aparece como ruptura traumática, marcada pelo sentimento de violência e desamparo, ainda que tenha sido oficialmente justificada sob o discurso de melhoria das

condições de vida. O autor destaca, assim, a discrepância entre os objetivos proclamados pelo Estado e os sentidos vividos pelos sujeitos da política pública. Ceilândia, embora concebida como cidade planejada para abrigar as camadas populares, surgiu inicialmente como um espaço hostil, com infraestrutura inexistente, distante do centro e desprovido das redes comunitárias que existiam na favela. A pesquisa evidencia que os efeitos da política habitacional do período não podem ser compreendidos apenas em termos físicos ou urbanísticos, mas exigem uma abordagem que considere as dimensões simbólicas da vida urbana. A remoção da Vila IAPI, como mostram os depoimentos analisados, deixou marcas profundas nos sujeitos, afetando sua autoestima, suas relações sociais e sua percepção de pertencimento à cidade. O trabalho, portanto, contribui para uma crítica ao modelo tecnocrático de urbanização adotado em Brasília, reforçando a necessidade de pensar políticas urbanas que reconheçam e valorizem os saberes e formas de vida produzidos pelos próprios moradores das periferias.

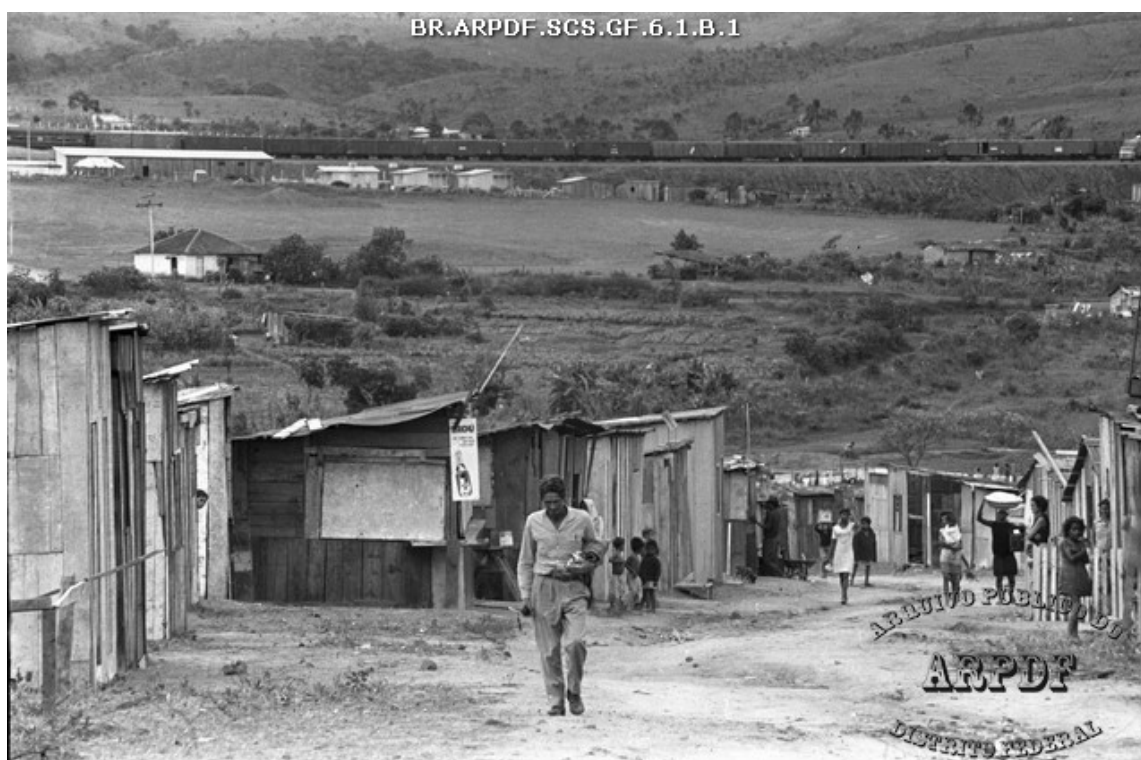


Figura 15: Título - Invasão do IAPI. Autoria não identificada. Data: 15/05/1969. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo SCS. Número de registro: 002162_SCS_GF_6_1_B_1_

A leitura dos estudos críticos sobre Brasília revela um repertório de imagens e discursos historicamente construídos para justificar o empreendimento da capital federal como símbolo de progresso e de integração nacional. Essas imagens, largamente difundidas ao longo do século XX, mobilizam a ideia de um “vazio geográfico” a ser ocupado e civilizado, apagando deliberadamente os modos de vida, as territorialidades e as histórias das populações que já habitavam o Planalto Central. Conforme aponta Guilherme Oliveira Lemos (2022), no imaginário nacional, a cidade moderna se sobrepôs às experiências históricas anteriores, como as das cidades coloniais, como se ela própria não fosse fruto de um projeto de colonização do Brasil central. Segundo o autor, a construção simbólica de Brasília silenciou a presença negra, indígena e quilombola na região, negando a essas populações tanto a historicidade quanto o direito ao território. Ao evidenciar a presença negra e indígena no Brasil central, Lemos propõe a ruptura com a narrativa fundacional que consagra Brasília como o marco inaugural da história da região, ressignificando criticamente o conceito de “espaço vazio” que fundamentou o discurso modernizador e desenvolvimentista (LEMOS, 2022).

A operação discursiva de apagamento e despossessão também é central na análise de Paulo Tavares (2021), que compreende Brasília como um “território de despossessão” (p.31). A nova capital, segundo o autor, foi erguida sobre a evocação de um imaginário civilizatório que atribuía ao projeto urbanístico os poderes simbólicos de uma “bandeira moderna”, capaz de domesticar e racionalizar os “sertões” do Brasil. Esse imaginário não apenas mobiliza noções de ordem, progresso e eficiência técnica, como também reativa os fundamentos do colonialismo interno ao propor a transformação de uma suposta “natureza indomada” em território nacional integrado ao Estado. Ao conferir à cidade os atributos de um projeto nacional redentor, o discurso oficial ofusca os conflitos fundiários, as remoções forçadas e a marginalização sistemática da população trabalhadora migrante — os candangos — cuja presença foi ao mesmo tempo fundamental para a edificação da cidade e excluída da paisagem urbana formal que se pretendia exemplar.

Este paradoxo encarnado por Brasília, onde a invenção da paisagem moderna esteve atrelada à condição de vida pré-moderna e pré-paisagística de grande parte de sua população (CANÇADO, 2011) aponta para a necessidade de desnaturalizar a narrativa heroica sobre sua construção e evidenciar os mecanismos históricos e discursivos de exclusão que a sustentam. Ao deslocar o olhar para as situações de exclusão, os estudos críticos contribuem para a reconfiguração do entendimento sobre o território do Distrito Federal, não como um espaço originado no traço de Lucio Costa, mas como palco de lutas sociais, continuidades históricas e projetos de futuro que resistem à homogeneização promovida pelo urbanismo moderno.

A construção de Brasília pode ser compreendida à luz do que Walter Dignolo (2003) denomina de “matriz de poder moderno-colonial”, isto é, um sistema global de dominação que articula modernidade e colonialidade como dois lados de um mesmo projeto histórico. Conforme o autor, a modernidade nunca existiu de forma autônoma ou universal, pois está necessariamente ancorada em práticas coloniais de expropriação, racialização e silenciamento de saberes e sujeitos. Sob essa perspectiva, o projeto de Brasília, amplamente apresentado como símbolo da modernização e da racionalidade técnico-burocrática do Estado nacional, revela-se também como uma atualização das formas coloniais de apropriação territorial e hierarquização social. A ideia de um “novo começo” no coração do Brasil, baseada na construção *ex nihilo* de uma capital planejada, retoma o gesto inaugural colonial²² de fundação de um “mundo novo”, apagando a existência prévia de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, bem como as formas de organização do espaço que escapavam ao controle estatal e ao urbanismo moderno.

Marion von Osten (2009), em diálogo com os estudos decoloniais, propõe uma leitura crítica da arquitetura moderna como parte de uma gramática estética e política profundamente implicada na manutenção de regimes coloniais de poder. Para a autora, o urbanismo moderno, longe de ser neutro ou meramente funcional, opera como um dispositivo de ordenamento social e cultural, baseado em

²² “Brasília nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar e dele toma posse”, escreveu o arquiteto Lucio Costa, em sua “Memória Descritiva do Plano Piloto”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em dezembro de 2022.

princípios de homogeneização, segregação e disciplina. Nesse sentido, Brasília exemplifica o modo como o projeto modernista funcionou como instrumento de modernização autoritária, com forte viés colonial: ao mesmo tempo em que prometia integração nacional e progresso, excluía os corpos e saberes não alinhados à racionalidade técnica do Estado. A figura do candango é emblemática dessa lógica moderno-colonial que define quem tem direito à cidade e quem deve ser “erradicado”, para usar o próprio termo da Campanha de Erradicação de Invasões, que discutimos em seguida e aprofundamos no Capítulo 2.

Portanto, ler Brasília a partir da crítica moderno-colonial permite desestabilizar a narrativa oficial da capital como síntese da modernidade brasileira e evidenciar as continuidades coloniais que a atravessam. Mais do que um símbolo do futuro, Brasília encarna também os fantasmas de um passado nunca superado — marcado pela negação da diversidade epistêmica, territorial e cultural que compõe o Brasil profundo. Nesse sentido, a cidade não representa uma ruptura com a história colonial, mas sua reatualização sob novos códigos discursivos e espaciais: a racionalidade do traçado urbano, a promessa de progresso e a linguagem do desenvolvimento ocultam os mecanismos de exclusão e apagamento que sustentam o projeto modernista.

Ao adotar a crítica moderno-colonial como lente interpretativa, torna-se possível compreender que a construção de Brasília não apenas atualiza dispositivos coloniais de poder, mas também institui formas espaciais de segregação social e racial que persistem sob a aparência da ordem modernista. Nesse contexto, a história de Ceilândia emerge como uma expressão contundente das contradições do projeto desenvolvimentista: se Brasília foi concebida como cidade-modelo, encarnação do futuro e do progresso, Ceilândia nasce como espaço de contenção e exclusão — resultado direto da remoção forçada das populações pobres que não se enquadravam na estética, na funcionalidade e na normatividade da cidade planejada.

Criada oficialmente em 1971, durante a ditadura militar, Ceilândia representa a institucionalização da periferia como política urbana. O projeto elaborado pelo arquiteto e urbanista Ney Gabriel de Souza, da Novacap, concebeu o traçado com

um plano ortogonal sobre dois eixos principais (norte-sul e leste-oeste), criando o núcleo apelidado de “barril”. A origem da cidade está ligada à expulsão de milhares de trabalhadores — em sua maioria nordestinos, negros e migrantes de baixa renda — que viviam nas favelas localizadas em torno do Plano Piloto. Como aponta o referencial teórico analisado, a construção de Brasília não pode ser dissociada dos mecanismos de despossessão e disciplinamento espacial que definiram quem podia ocupar o espaço simbólico da modernidade e quem deveria ser deslocado para suas bordas. A criação da Ceilândia, nesse sentido, é uma tecnologia de gestão urbana e social que opera sob os mesmos princípios da matriz moderno-colonial: higienização, marginalização e racialização do espaço.

Essa lógica evidencia que o urbanismo modernista de Brasília esteve desde sua origem imbricado em processos de violência fundiária, exclusão social e reconfiguração autoritária do território. Ceilândia, ao contrário do “espaço vazio” propagado na narrativa oficial, se constitui como território vivo de reorganização popular e reapropriação da cidade por aqueles a quem o projeto oficial foi negado. A composição de Ceilândia refuta a ideia de uma modernidade homogênea e acessível, e revela a persistência de formas subalternas de produção de cidade.

No ensaio *Pode o subalterno falar?*, Gayatri Spivak (2010) propõe uma crítica ao modo como a teoria ocidental busca representar os sujeitos marginalizados sem, no entanto, romper com os próprios sistemas epistêmicos e políticos que os silenciam. Para a autora, a subalternidade não se refere apenas à condição de exclusão econômica ou social, mas a uma posição estrutural de impossibilidade de fala no interior das formas hegemônicas de produção de conhecimento. O subalterno, para Spivak, é aquele cuja voz não é apenas ignorada, mas sistematicamente desautorizada ou traduzida em termos que anulam sua agência. A pergunta “pode o subalterno falar?” é, portanto, retórica e provocadora, pois denuncia que, mesmo quando tenta falar, o subalterno é capturado por estruturas discursivas que o impedem de ser ouvido em seus próprios termos. Spivak desafia, assim, os discursos que afirmam dar voz ao outro sem problematizar a posição de quem fala e os filtros institucionais e epistemológicos que moldam essa escuta.



Figura 16: Título - Governador visita invasão do IAPI. Autoria não identificada.
Data: 02/10/1970. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo SCS.
Número de registro: 037843_A_SCS_HF_12_3_F_2_

Ao reconhecer Ceilândia como parte estrutural — e não periférica — da história de Brasília, re colocamos no centro do debate a dimensão colonial da cidade modernista. Nesse gesto, torna-se fundamental abandonar leituras idealizadas do urbanismo modernista para abrir espaço a outras narrativas, centradas nas experiências populares, nos deslocamentos forçados e nas lutas cotidianas por território e pertencimento.

É nesse ponto que a proposta de desaprendizagem, tal como formulada por Ariella Azoulay (2019), oferece uma chave metodológica e ética fundamental para repensar Brasília e sua historiografia. Para Azoulay, desaprender não é simplesmente reavaliar criticamente uma narrativa estabelecida, mas interromper os regimes de visualidade, inteligibilidade e legibilidade que sustentam formas coloniais de ver e conhecer o mundo. Trata-se de romper com a cumplicidade tácita entre os modos hegemônicos de representação e os sistemas de dominação a eles associados. Aplicada à história urbana de Brasília, a desaprendizagem exige que se revelem não apenas os sujeitos e territórios apagados, mas também os

próprios dispositivos de produção do apagamento: os arquivos, as cartografias, os monumentos, os planos urbanísticos, as imagens e os discursos que deram forma ao que se convencionou chamar de "capital da esperança".

Desaprender Brasília, portanto, implicaria abandonar as categorias normativas com as quais se construiu sua imagem exemplar — modernidade, ordem, integração — e reorientar o olhar para os rastros da violência fundacional, para as histórias subterrâneas da cidade e para os modos de habitar e resistir que emergiram à sua revelia. Esse gesto não é apenas historiográfico; é político e ético. É reconhecer que a cidade planejada foi também um artefato de despossessão e que, nas bordas - como Ceilândia - foram e são produzidas contranarrativas que desafiam a ordem imposta pelo projeto modernista.

A desaprendizagem exige escuta atenta às vozes historicamente silenciadas, e o reconhecimento de outras formas de produção do urbano, de saber e de pertencimento. Pensar Brasília por esses passos não é rejeitar seu valor histórico ou arquitetônico, mas deslocá-lo do lugar de excepcionalidade e reinseri-lo nas tramas densas, contraditórias e profundamente coloniais da história brasileira. Caminhando nesta direção, entramos nos arquivos e acervos iconográficos que tematizam as favelas e remoções no período de construção e nos primeiros anos de Brasília, a fim de levantar uma memória discursiva e iconográfica sobre o tema.

CAPÍTULO 2_ “Brasília, uma cidade sem favelas” *

A imagem não apenas ilustra: ela constrói sentidos, produz discursos e é capaz de condensar visões de mundo.
(Pesavento, 2007, p. 97)

* Título de documento produzido pelo GDF no ano de 1973. Fonte: ArPDF. Detalhes em Anexo.

Se a escrita da história - como elaborado no capítulo anterior - é uma construção discursiva que organiza o espaço social e simbólico por meio da linguagem, nos aproximamos aqui da linguagem. Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar o conjunto de documentos levantados em arquivos públicos e acervos especializados, que constitui um corpo empírico fundamental para a compreensão das práticas de urbanização e remoção de favelas em Brasília, desde os anos iniciais da construção da cidade até realização da Campanha de Erradicação de Invasões - CEI, na década de 1970. O recorte temporal considera o processo de consolidação de uma política urbana autoritária que, ao mesmo tempo em que idealizava uma cidade modernista e planejada, relegava à invisibilidade e à marginalização as populações pobres que dela também fizeram parte desde o início.

A pesquisa documental histórica, como lembra Carla Pinsky (2009) não é um simples ato de coleta de dados disponíveis em arquivos; trata-se de uma operação crítica e interpretativa, atravessada pelas escolhas da pesquisadora, pelos silêncios das fontes e pelas estratégias de poder que marcaram sua produção. Os documentos aqui reunidos dividem-se em três grandes conjuntos: (1) as reportagens da imprensa da época, veiculadas sobretudo pelo jornal *Correio Braziliense*²⁴, jornal de grande circulação no Distrito Federal; (2) os documentos e planos de governo que tratavam diretamente das favelas e das suas remoções, como diretrizes e relatórios técnicos, pareceres administrativos e legislação urbanística e (3) fotografias produzidas pela Secretaria de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal no período da remoção da Vila do IAPI.. Essas fontes não apenas informam sobre as ações empreendidas, mas, sobretudo, constroem sentidos sobre os territórios e seus habitantes, por meio de operações discursivas e visuais que merecem ser problematizadas.

Considerando Arlette Farge (2022) é possível pensar o arquivo como um espaço denso, onde se condensam tanto as intenções dos que escreveram os documentos quanto os vestígios daqueles que, muitas vezes involuntariamente, deixaram-se

²⁴ Apesar da popularidade do rádio, o jornal *Correio Braziliense* circulava e exercia bastante influência entre a população de maior poder aquisitivo nos primeiros anos de Brasília (SARAIVA, 2023).

capturar pelas engrenagens do poder e da administração estatal. A autora nos convida a escutar as vozes fragmentadas que emergem dos papéis guardados, a perceber nos meandros do texto os indícios da vida ordinária, dos conflitos sociais e das formas de resistência. Assim, ao percorrer esses documentos, não se trata apenas de reconstruir decisões administrativas ou planos técnicos, mas de compreender como se produziu certa ideia de cidade — quem podia ocupar o espaço urbano, sob quais condições, e quem deveria ser expulso dele em nome da ordem, do progresso e da estética modernista.

A análise das fontes foi orientada por uma abordagem que privilegia as dimensões discursiva e visual da documentação, conforme discutido no capítulo anterior. Mais do que identificar políticas públicas e seus efeitos, buscou-se compreender os modos como o poder se expressa por meio das palavras e das imagens, produzindo classificações sociais, marcando fronteiras simbólicas e naturalizando desigualdades. O objetivo foi interrogar os discursos, as relações de poder e o imaginário envolvidos na produção dessas imagens de favela, que se manifestavam como um verdadeiro “sintoma” (DIDI-HUBERMAN, 2015). Tanto os textos governamentais quanto as matérias jornalísticas participaram da construção de uma narrativa hegemônica sobre as favelas: lugares de desvio, de desordem, de ameaça à cidade planejada — representações que justificaram a ação repressiva do Estado sob o manto da racionalidade técnica e do interesse coletivo.

Foram examinadas aqui as principais práticas urbanísticas conduzidas no período, que inclui reportagens veiculadas na imprensa, buscando identificar como se articulam textual e visualmente as representações da favela e dos processos de remoção. Essa leitura cruzada de diferentes tipos de fonte permite compreender como se construiu um discurso dominante sobre a cidade e como ele foi sendo reproduzido, tensionado ou silenciado ao longo do tempo.

Por fim, o capítulo apresenta Ceilândia como caso síntese dos expedientes urbanísticos implicados nas práticas urbanísticas da década de 1970, notadamente as políticas de remoções. Aborda como Ceilândia é mencionada na historiografia. Apresenta o que se destaca na revisão bibliográfica sobre a cidade, que conta a história a partir da remoção da Vila do IAPI em 1971, destacando a resiliência e determinação dos moradores em fazer daquele lugar distante uma cidade. Ressalta

os processos de segregação socioespacial; os movimentos e organizações comunitárias como os Incansáveis Moradores de Ceilândia; bem como as formas de ativismo urbano da juventude nos dias de hoje.

A motivação que guiou a entrada nos arquivos foi entender se as remoções haviam sido registradas e representadas na história de Brasília. A partir dessa pergunta, entrei em contato com documentos diversos, fazendo “do arquivo o próprio campo de pesquisa” (FREHSE, 2005). O acervo mais expressivo foi sem dúvida o Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF, onde em uma primeira visita, ainda em 2020, localizei cerca de 150 fotografias registrando visitas de políticos a ocupações nos primeiros anos de Brasília, atividades de assistência social nestes lugares e o acompanhamento das ações de remoção. As fotografias se encontram no Fundo SCS, recolhido pelo ArPDF, composto por documentos fotográficos e filmográficos produzidos e acumulados pelo Serviço de Imagem e Som da Secretaria de Comunicação Social – SCS, órgão do governo do DF, no período compreendido entre 1963 e 1990.

Além das fotografias, o levantamento de fontes reuniu um conjunto extenso e diversificado de documentos. Para fins metodológicos nos concentramos em fontes de época que tematizaram as favelas, invasões e remoções em Brasília entre 1958 e 1979: período entre a construção da cidade e a política de remoção mais sistemática conduzida pela Comissão de Erradicação de Invasões, transformada em Grupo Executivo de Remoção das Invasões pelo decreto 1.473 de 14 de outubro de 1970²⁵. Na década de 1980, inicia-se um período em que predominam as ações de urbanização, embora as remoções atravessem toda a história de Brasília.

Essa polifonia de discursos dá o tom ao levantamento de fontes primárias que identificou gêneros documentais variados: textos, imagens, fotografias e vídeos. Em um exercício experimental de associação livre, agrupamos a documentação em coleções narrativas, ou seja, em conjuntos que apresentam certas familiaridades: ou foram produzidos pelos mesmos agentes ou integravam um mesmo fundo, ou ainda, estabeleciam continuidades e complementaridade entre si. Segundo o

²⁵ RELATÓRIO. Ceilândia: um resgate histórico. Governo do Distrito Federal, Arquivo Público do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Cultura, 2003.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística²⁶ "coleção" é um conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente. A palavra coleção remete ao ato de coletar, que por sua vez remete à imagem de respigar evocada pela obra da cineasta Agnès Varda²⁷. As respigadoras do filme de Varda - onde ela mesma se coloca como uma catadora de imagens - exerceram grande influência na dissertação de mestrado que desenvolvi sobre a prática daqueles que chamei de "bricoladores": pessoas que criam suas moradias utilizando materiais fragmentários achados, recolhidos, desviados de suas funções originais, adotando procedimentos criativos e lidando diretamente com o acaso e o imprevisto (LODDI, 2010). Colecionar, catar, arranjar evoca a ideia da montagem, que está diretamente "ligada à uma lógica fragmentária, da incompletude e da efemeridade (...) uma forma de narrar e de escrever a história a partir de elementos recortados (JACQUES, 2015, p.53). Uma narração histórica polifônica, aberta e inacabada:

O processo de montagem seria assim uma forma de utilização daquilo que sobrou, que já parece obsoleto, uma forma de usar os restos, farrapos e resíduos da história, através de uma remontagem de antigos fragmentos. Seria, assim, um processo de mistura temporal, mas também de narrativas e narradores, de tempos e narrações heterogêneas, um processo de montagem que formaria também uma série e anacronias e de polifonias. Um método crítico a partir da justaposição de fragmentos a partir de suas diferenças. (JACQUES, 2015, p.57)

Diante dos arquivos, portanto, agi intencionalmente como uma colecionadora-catadora, reunindo e entrelaçando fontes narrativas diversas de onde emanam imagens, discursos e representações. Estabeleço gestos de pesquisa procurando fazer o arquivo falar (MORTIMER, 2020), ou seja, investigando como emergem, por entre as lacunas e silêncios documentais, as temáticas perseguidas por esta pesquisa. A prática de pesquisa em arquivos não se dá de forma objetiva, ela é movida por urgências, inquietações e posicionamentos ético-políticos. Como nos lembra Junia Mortimer (2020), há uma urgência do arquivo — uma demanda de

²⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

²⁷ LES GLANEURS et la glaneuse. Direção e produção: Agnès Varda. Edição: Agnès Varda e Laurent Pineau. França, 2000. (82 min.).

escuta e de construção de sentido que parte não apenas do que o documento mostra, mas também do que ele silencia ou desloca. O arquivo, nesse sentido, não é apenas repositório de memória, mas campo de disputa, de montagem e de ativação. Como propõe Didi-Huberman (2012), o trabalho com imagens e documentos demanda um arranjo capaz de iluminar contradições, de convocar o dissenso, de friccionar o olhar histórico com o tempo presente. Trabalhar com imagens de arquivo — e com os discursos que nelas se inscrevem — significa, assim, abrir-se ao fragmento e à descontinuidade, permitindo que algo do passado possa ainda insistir no presente.

Esta pesquisa, ao convocar documentos textuais e visuais produzidos por diferentes instituições — jornais, órgãos do governo, acervos fotográficos — pretende articular tais registros como parte de uma operação historiográfica que reconhece, na heterogeneidade e na montagem, o próprio método de construção do conhecimento histórico. Mais do que buscar uma verdade arquivística, interessa-nos explorar as condições de visibilidade e de enunciação que esses documentos configuram, entendendo que é por meio da fricção entre discursos, imagens e silêncios que se delineiam as formas de desaprender cidades.

2.1) “Um ninho de moléstias”: reportagens sobre favelas nos primeiros anos de Brasília

A pesquisa deste conjunto de fontes históricas investigou as imagens que emanam do discurso jornalístico e de sua pretensa neutralidade. Como assinalam as autoras Ana Maria Mauad (2005) e Marialva Barbosa (2007), as matérias jornalísticas não apenas registram os acontecimentos, mas também os constroem a partir de uma lógica específica, marcada por mediações ideológicas, interesses institucionais e pelo imaginário social vigente. O jornal, nesse sentido, deve ser compreendido como um produtor de narrativas que legitimam determinadas representações e marginalizam outras, funcionando como um operador simbólico e político da memória social. A imprensa não apenas relata fatos, mas “constrói uma determinada narrativa sobre eles. Em cada matéria, há escolhas: do que mostrar, como nomear, o que omitir. Assim, o jornal atua como produtor e mediador da memória social” (MAUAD, 2005, p.19). O jornalismo, assim, é uma prática cultural, “um lugar privilegiado de observação das disputas simbólicas, pois transforma em notícia aquilo que considera digno de memória, naturalizando hierarquias sociais e políticas” (BARBOSA, 2007, p.83).

No período em questão, entre o início da década de 1960 e os primeiros anos da ditadura civil-militar, instaurada em 1964, observa-se uma intensificação das práticas de controle e regulação do espaço urbano em Brasília, com implicações diretas nas formas como as chamadas “invasões” e “favelas” foram representadas pela imprensa. As reportagens, muitas vezes redigidas com o tom oficialista característico da imprensa do período — especialmente após o golpe militar — expressam não apenas uma cobertura factual, mas um posicionamento discursivo. Interessa-nos, portanto, observar de que maneira a imprensa abordou o tema, qual linguagem era utilizada, quais termos eram mais recorrentes neste conjunto, e como as fotografias foram mobilizadas para reforçar determinadas significações.

O levantamento de fontes da imprensa, realizado no portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional entre julho e outubro de 2021, resultou na localização de centenas de notícias, reportagens, fotorreportagens, crônicas e notas

sobre “invasões”, favelas e remoções de favelas em Brasília. Apenas entre 1960 e 1969, por exemplo, o jornal Correio Braziliense apresentou em nossa busca cerca de 400 ocorrências do termo “favela”. Tal volume indica que havia não apenas um grande interesse editorial sobre o tema, mas também um esforço sistemático em moldar a opinião pública em torno da necessidade de remoção dessas populações. A favela é constantemente associada à desordem, à marginalidade e a uma ameaça ao projeto modernista de cidade, sendo frequentemente descrita como um “ninho de moléstias”, expressão que revela a tentativa de patologizar socialmente esses espaços.

A análise desse material jornalístico também permite identificar padrões de enunciação: o uso de expressões como *elementos indesejáveis*, *ocupações irregulares* e *remoções necessárias* evidencia o funcionamento de um vocabulário higienista e disciplinador. As fotografias que integram as matérias — muitas vezes feitas em planos gerais que destacam a precariedade das construções ou em ângulos que reforçam a ideia de amontoamento e insalubridade — contribuem para a cristalização de uma visualidade que estigmatiza o território e seus habitantes. Conforme argumenta Beatriz Kushnir (2006), ao tratar da imprensa como instrumento de construção da memória social, é preciso considerar as matérias como artefatos que operam entre o registro e a construção simbólica, entre o documento e o monumento: “Os jornais, ao documentarem os fatos, também produzem memória, exercendo uma função estratégica na legitimação de certas versões da história e no silenciamento de outras.” (KUSHNIR, 2006, p. 15).

Nesse sentido, as matérias jornalísticas sobre as favelas em Brasília devem ser tratadas como fontes que falam tanto sobre os fatos quanto sobre os valores que informavam sua narrativa. Elas são documentos que testemunham uma história hegemônica, mas que, justamente por isso, nos oferecem as pistas para compreender as tensões, os silêncios e os conflitos subjacentes à construção da imagem de Brasília como uma cidade moderna, racional e planejada, “sem favelas”.

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, sexta-feira, 24 de julho de 1970

Favela, êsse problema... (VIII)



Um dos sr. Otomar Lopes Cardoso, secretário de Serviços Sociais, dirigiu o grupo incumbido de planejar a construção de favelas, no Distrito Federal, e coordenar a execução do planejamento. Toda a massa de informações coletadas no curso de pesquisa passou a ser utilizada, e meses depois de metódica análise e cuidadosa escolha de objetivos, foi apresentado o plano, o qual permitiu fazer uma favela a favor de estudos que discorrem respeito a uma possível fixação e urbanização das favelas, nos locais onde se encontram. Tais estudos, lições apontadas a necessidade de estímulos ao favelado do Distrito Federal, dar solução aos problemas decorrentes desta ação, mantendo o equilíbrio social e econômico da comunidade afetada.



A erradicação de favelas obedece a criterioso planejamento

O trabalho executado não se restringe a área urbana. Também a zona rural foi atingida por equipes de servidores da Secretaria de Agricultura e Produção, que analisaram os problemas de habitação camponesa, detalhes sobre a formação de Cooperativas Rurais e Agrícolas.

Por seu turno, funcionários da Secretaria de Imprensa, decididos pela sra. Maria Valéria, realizaram divulgação

AÇÃO POLICIAL

Ninguém desconhece que os conflitos de favelados representam ambiente para a ação de margens. Por isso mesmo, a ação desenvolvida pela Secretaria de Serviços Sociais encontra apoio nas medidas de caráter policial preventivo. A tarefa da Polícia, executada por equipes da Secretaria de Segurança Pública, das Administrações regionais e outros órgãos, tem objetivo de combater

prejuízo e ao maior número de dependentes. Os grupos, depois de aprovados, são encaminhados a SSB, os grupos distintos e de acordo com o local da casa pertencida no Gama, em Nubedão, ou Planaltina. Quanto aos locais de Novacamp, os favelados, inseridos tendo em vista a grandeza pelos locais de trabalho, mais próximos do Intendente. Não impedidos, porém, distantes.

Figura 17: “Favela, esse problema”. Correio Braziliense, 1970. Fonte: Biblioteca Nacional.

O Correio Braziliense tem o mesmo nome do jornal brasileiro lançado por Hipólito José da Costa, em exílio na Inglaterra em 1808 por criticar a coroa portuguesa, e que circulou até 1822. Porém, essa é a única semelhança entre os dois periódicos. O Correio Braziliense foi lançado em 21 de abril de 1960, simultaneamente à inauguração da capital, pela rede de empresas de comunicação “Diários Associados”, fundada e presidida por Assis Chateaubriand. De acordo com o acervo da Biblioteca Nacional o presidente Juscelino Kubitschek “obteve a promessa do proprietário dos Diários Associados, cético ante a magnitude do empreendimento, de que se a obra fosse levada a termo no tempo previsto teria a acompanhá-la, registrando-lhe o nascimento, um jornal de sua cadeia”²⁸. Assim, a primeira edição do jornal diário Correio Braziliense estampava em sua capa os protagonistas da façanha.

Percorrendo as edições do CB da década de 1960, localizou-se uma série extensa e representativa sobre a temática das invasões, reservando capas, matérias em páginas inteiras e longas reportagens sobre a preocupação premente com a

²⁸ BRASIL, Bruno. *Acervo da BN. Correio Braziliense: o jornal da Capital Federal*. Biblioteca Nacional Digital, 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-correio-braziliense-o-jornal-da-capital-federal/>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

“proliferação de favelas” no Distrito Federal. Grande parte das reportagens frisava a necessidade de removê-las o mais rápido possível, pressionando o governo e exigindo atitude enérgica diante do problema. Nos anos 1970 foram cerca de cem menções ao termo “Campanha de Erradicação de Invasões”, o que sugere o engajamento com a ação e a tentativa de convencimento da sociedade com relação ao projeto.

Do conjunto de reportagens, notas e crônicas localizadas no Correio Braziliense no período de 1960 a 1971 (data de realização da Campanha) foram listadas 135 específicas sobre favelas e invasões em Brasília, ou que narravam os acontecimentos em São Paulo e Rio de Janeiro buscando aproximações (Ver Anexo). Destas, foram destacadas 10 reportagens e 04 editoriais que apresentam conteúdo mais expressivo e que foram ser transcritos e analisados a seguir.

Diante da ausência de políticas habitacionais adequadas para a população que chegava a Brasília, muitos trabalhadores passaram a construir, com os próprios meios, soluções de moradia. Assim, surgiram diversas pequenas favelas, “sacolândias”, vilas ou “invasões” que buscavam suprir de forma autônoma essa necessidade urgente. No entanto, essas ocupações se chocavam com a imagem planejada da capital, idealizada como uma cidade ordenada. Dentro desta lógica simbólica, a presença dessas formas de moradia era considerada inaceitável. Nesse contexto, a Vila Amaury foi instrumentalizada pela Novacap como uma estratégia para concentrar, em um único território, os trabalhadores que viviam dispersos em outras ocupações, como descrevem Átila Fialho e Carolina Pescatori (FIALHO; SILVA, 2023). Tal medida visava tanto facilitar o controle social sobre essa população quanto promover sua exclusão do cenário urbano central, contribuindo para a manutenção da estética e do projeto político da cidade modernista.

A Vila Amaury foi um dos primeiros assentamentos informais de trabalhadores durante a construção de Brasília, abrigando cerca de 15000 habitantes em 1959. Ao contrário dos alojamentos controlados pelas construtoras, a Vila Amaury consolidou-se de maneira autônoma, com as próprias famílias construindo barracos de madeira e estabelecendo uma microeconomia local. No entanto, desde o início sabia-se que aquela ocupação seria temporária: ela foi deliberadamente

instalada em uma área que seria inundada com a formação do Lago Paranoá. Na análise de Paola Jacques e Dilton Lopes (BERENSTEIN; LOPES, 2017), esse “afogamento” foi mais que um episódio isolado — foi parte de uma lógica urbanística que operava o silenciamento espacial e social, eliminando fisicamente a presença dos trabalhadores que construíram a capital e apagando sua memória. As imagens atuais das ruínas submersas, resgatadas por pesquisas arqueológicas e fotográficas, emergem como vestígios fantasmáticos dessa ocupação, revelando o apagamento de existências que foram deliberadamente excluídas da historiografia oficial.

No início da década de 1960, a imprensa estabelecia uma genealogia das favelas em Brasília, relacionando o crescimento da Vila Planalto com a extinta Vila Amaury:

História de Brasília

A Vila Amaury, sobre a qual os senhores ouviram falar, foi organizada em fevereiro de 1959 quando era enorme a sacolândia na W3, nas casas da Fundação e nas superquadras em obras. Foi nessa época que o doutor Israel Pinheiro encarregou o funcionário da Novacap, Amaury Almeida, de deslocar o pessoal para a área do lago utilizando as tábuas da construção. Assim diversas avenidas foram feitas e a cada morador era dado o aviso de que quando o lago subisse as casas desapareceriam. Muitos não acreditavam, mas outros foram se precavendo. Com a temporada das águas o lago foi subindo e às pressas muitos barracos foram levados para o Gama. Outros, por falta de transporte, foram apenas retirados do local, e assim foi se formando a Vila Sarrafo, hoje ligada à Vila Planalto que se constitui no momento a maior favela do Distrito Federal. (CB, Edição 00960, Ano 1963).

Nos primeiros anos de Brasília, a imprensa local passou a atribuir centralidade à presença das favelas no debate urbano. As matérias levantadas tecem um discurso que associa diretamente os assentamentos informais à desordem, miséria e perigo social, utilizando termos carregados de estigmatização como “foco de miséria e

miasmas sociais” para descrever a Cidade Livre, e “onda de invasores” para qualificar os novos moradores que ocupavam áreas do Plano Piloto.

As reportagens não apenas descrevem a existência das favelas, como enfatizam seu crescimento e estrutura, indicando a presença de comércios, serviços e formas de organização comunitária. Essa ambivalência — denunciar o surgimento de um novo “problema urbano” ao mesmo tempo em que reconhece sua complexidade e funcionalidade social — revela que a favela deixa de ser um fenômeno ignorado ou ocultado e passa a ser tratada como tema de interesse público, com implicações políticas e urbanísticas.

A linguagem adotada denuncia o incômodo com a permanência da pobreza no centro da cidade planejada, ameaçando o imaginário modernista de Brasília como espaço higienizado e ordenado. Ao tornar visível esse “desvio” da norma urbana, a imprensa atua como mediadora da construção simbólica da cidade, reforçando hierarquias espaciais e a urgência de intervenções de remoção ou controle. Assim, as matérias exemplificam como, já no início dos anos 1960, o jornalismo local participou ativamente da legitimação de políticas excludentes e do enquadramento das favelas como anomalias a serem corrigidas.

Favela no Plano Piloto

Enquanto a Prefeitura concentra seus esforços no sentido de **eliminar a Cidade Livre e com ela o foco de miséria e miasmas sociais em que se transformou o núcleo pioneiro da construção de Brasília**, surge, em pleno centro do Plano Piloto, novo aglomerado de barracos de madeira, implantado por nova onda de “invasores”. O aglomerado, com centenas de habitações **no estilo consagrado pela Cidade Livre**, já tem um nome: “favela da Rodoviária”, pois fica próxima à Estação Ferroviária (...) Entre outros estabelecimentos, a favela possui 4 pensões, lavanderias, 2 açougues e inúmeros bares. (CB, Ano 1961, Edição 00377. Grifos nossos).

José Helder de Souza, escritor cearense e jornalista do Correio Braziliense, esteve investido em acompanhar, registrar e divulgar o tema das favelas em

Brasília. O jornalista se destaca como responsável por inúmeras reportagens especiais, preenchendo páginas inteiras, como é o caso da série de matérias intitulada “A cabana e o Palácio”, publicada em 1963 na edição 00870 do Correio Braziliense, na qual se pode ler, (com grifos nossos):

É impossível...

It is impossible – disse uma cientista inglesa, admirada, indignada e ofendida, diante do triste espetáculo que é a “Vila Planalto”, depois que lhe mostraram os palácios de arquitetura ousada e renovadora.

É, é impossível, sim. É impossível deixar permanecer como pano de fundo do drama moderno que Brasília representa, aquele **amontoado disforme de barracos** onde está abrigada grande parte da mão-de-obra ociosa ou subdesempregada da Capital da República.

É impossível conservar uma população abrigada no mais baixo padrão habitacional do Brasil, talvez do mundo – forte rival das “favelas”, das “cabeças-de-porco”, das “malocas”, dos “mocambos”, enfim, de todos “*slums*” do mundo.

É impossível ficar-se impassível diante da **aberração urbanística e social** que a “Vila Planalto” significa. Precisamos respeitar o homem e a cidade. Dar melhores condições de habitabilidade àquela gente e **extirpar da mais bela e mais moderna urbes do mundo aquele cancro**, antes que as atitudes demagógicas de certos políticos fomentem a moléstia e ela se estenda e se enraíze.

O problema, porém, é vasto e complexo – vai da mais mezinha questão social ao mais grave aspecto sanitário. Por isso mesmo, ao planejarmos a série de reportagens que hoje iniciamos e com as quais pretendemos comover e despertar os poderes públicos, forçando-os a uma atitude, procuramos técnicos para darem seus depoimentos. Amanhã iniciamos a publicação desta série de testemunhos sobre a “Vila Planalto”.

A Vila Planalto figurou em diversas edições do Correio Braziliense, pautando as primeiras reportagens que tematizaram as favelas. Possivelmente por sua proximidade com o Palácio do Planalto, que deu nome à localidade. A Vila Planalto surgiu no final da década de 1950, no contexto da construção de Brasília, como um dos diversos acampamentos que abrigaram os trabalhadores da construção civil. Localizada em uma área estratégica, próxima ao Palácio da Alvorada e à futura Esplanada dos Ministérios, a Vila surgiu como moradia provisória para operários, mestres de obra, técnicos e outros profissionais ligados aos canteiros de obras. Enquanto dezenas de outros acampamentos foram desfeitos após a inauguração de Brasília, em 1960, a Vila Planalto se consolidou como uma exceção. Resistindo às pressões de despejo, a permanência da comunidade esteve ligada à capacidade de organização e resistência dos moradores – e até hoje, transformada em bairro consolidado, preserva uma memória operária rara em meio à formalidade monumental de Brasília. No começo dos anos 1960, a Vila causava transtorno aos gestores da nova capital, como vemos nesta outra matéria, de 1963, publicada na edição de número 01050:

O incêndio na Vila Planalto veio por em evidência mais um dos graves problemas de Brasília - o da imperiosa necessidade de remoção dos casebres que ainda restam pelas cidades satélites. Não é de hoje que este jornal clama para uma solução para o problema. Nascida da antiga Vila Amauri, onde se concentravam acampamentos de firmas construtoras, a Vila Planalto foi crescendo e hoje é, ninguém pode negar, **uma autêntica favela a enfeiar a paisagem da cidade que foi construída para ser funcional e perfeita.** Quem das janelas do Palácio do Planalto (e isso tem ocorrido com ilustres visitantes) olha para um dos lados e vê aquele amontoado de casebres não pode entender absolutamente como isso chegou a ocorrer. E a explicação é simples: a mesma tolerância com que as autoridades permitiram a localização definitiva do antigo Núcleo Bandeirante era um convite para que também a Vila Planalto viesse um dia a ser fixada. As autoridades, porém, ao que parece estão atentas e já tem plano organizado para mudança. É este um problema sério e quanto mais tempo demorar a solução definitiva maiores despesas e complicações acarretará. (CB, edição 01050, 1963. Grifos nossos).



Figura 18: Edição 00873, “A cabana e o palácio (IV) – Um ninho de moléstias”, José Helder de Souza. CB, Ano 1963. Fonte: Biblioteca Nacional.

Em outra reportagem da série “A cabana e o palácio”, publicada na edição 00873 em abril de 1963, José Helder de Souza descreve a Vila Planalto como um “ninho de moléstias”. Os termos “anomalia urbana” (edição 00825), “promiscuidade”, “degradação”, “miséria”, são utilizados repetidamente, enfatizando uma situação degradante que deveria ser eliminada imediatamente.



Figura 19: Edição 01107, "Ferindo o Plano de Brasília surgem diariamente barracos na Vila Planalto". CB, Ano 1963. Fonte: Biblioteca Nacional.

A reportagem produzida por Paula Pessoa - jornalista que levou com afinco a campanha contra as favelas movida pelo Correio Braziliense nos anos 1960 – apresenta fotografias de Alencar Monteiro com a legenda: “Novos barracos vão surgindo, sem que providências sejam tomadas para coibir tais abusos”.

A despeito de **ferir frontalmente o plano da cidade**, continua o enxame de novos barracos na Vila Planalto e o pior disso tudo é que avançam em direção ao Palácio Presidencial. Em dias da presente semana foi presenciada por nossa reportagem a chegada de um caminhão de uma firma construtora despejando madeira para novos moradores da Vila, concorrendo assim para o crescimento de uma das maiores favelas da capital federal (CB, Edição 01107, 1963. Grifos nossos).

A matéria destaca os termos “infectos”, “prostituição” e “doenças”, e sugere que a instalação e permanência daquela população seria um “abuso” e que deveria ser “coibida”. A insistência na alternativa da remoção, ao invés da urbanização do local, foi uma constante durante estes anos.



Figura 20: Edição 01051, "Infectos barracos enfeiam o coração do Plano Piloto". CB, Ano 1963.
Fonte: Biblioteca Nacional.

Infectos barracos enfeiam o panorama moderno de nossa Av. W₄, bem no coração do Plano Piloto. Muitas tem sido as queixas formuladas pelos moradores dos edificios daquelas redondezas, sem que até o presente momento providências tenham sido tomada. E, o pior disso tudo, é que aquela imunda favela é nas proximidades da CASEB e, segundo denúncias recebidas pela nossa reportagem, até prostitutas fazem comércio naquele local. O cheiro de coisa podre, de restos de digestão, invade as narinas de quem é obrigado a ir àquelas paragens. Tudo fede. Tudo é sujo. E bem perto da nossa tão moderna e urbana W₃. (CB, Edição 01051, 1963. Grifos nossos).

Percebe-se na nota acima o desinteresse pela vida das pessoas que se encontravam na situação insalubre descrita. O que causa incômodo, ao que o texto indica, é o contraste da proximidade com a modernidade da avenida W₃. É o contraste que causa repulsa, não a indignidade da sobrevivência. Há ainda a ênfase no pronome possessivo "nossa" ao se referir às avenidas W₄ e W₃. Ou seja, destacando que a rua seria "nossa" e não "deles", que conseqüentemente não deveriam estar ali "enfeando" o cenário.

As operações de remoção realizadas pelo Governo do Distrito Federal seguiam sendo enaltecidas pelo Correio Braziliense nos primeiros anos da década de 1960. Quando a questão da Vila Planalto parecia ter sido “resolvida”, o jornal começou a mencionar a Vila do IAPI. A coluna social “Sociais de Brasília”, assinada pela colunista “Katucha”, abordava frequentemente o tema e fazia exigências:

Nossos cumprimentos ao engenheiro Plínio Cantanhede pelo não esmorecimento da operação Favela: a Vila Planalto já apresenta novo e melhor aspecto. Esta campanha precisa não só ser continuada mas também acelerada junto ao IAPI, próximo à Cidade Livre, que **continua a ferir a vista** dos que chegam à cidade por Goiânia, ainda mais com a maravilhosa concepção de Lucio Costa servindo de plano de fundo a acentuar o contraste. (CB, Edição 01170, ano 1964. Grifos nossos).

A Vila IAPI começou a ser destacada nas manchetes do jornal no ano de 1964. A origem da então chamada “invasão do IAPI” remonta ao início da década de 1960, nas imediações da então Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirante), onde trabalhadores que vieram construir Brasília ergueram, de forma espontânea, um grande assentamento nos entornos do Hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI. O lugar chegou a abrigar cerca de 14 mil moradias - estimando-se cerca de 80 mil pessoas - e dispunha informalmente de escolas, comércio e serviços como água distribuídos de maneira improvisada. Há depoimentos de vivências comunitárias ali instauradas que teceram fluxos de sociabilidade por meio de associações de moradores e agenciamentos coletivos.

© 2000 Blackwell Science Ltd *Journal of Internal Medicine* 247: 101–107

Novas Favelas Continuam a Macular o Cenário do D. F.

Texto de PAULA PESSOA

Vota de ALENCAR MONTEIRO

O Plano Pólio (Brasil) continua sendo francamente injido com o aparecimento de grupos hostado em dispo-
o recinto da cidade sem que até o presente data tenha
ido tomada uma providência para impedir que los con-
tinuem a crescer.

Na proximidade do novo palacete da Praça do Trabalho, perto do Edifício do Supremo Tribunal, uma manobra está a ser levada a cabo, e a desocupação não tem a ver com a construção das obras do Palácio do Ministério das Relações Exteriores, e dos Anéis da Câmara. Duma instalação que formava um pequeno controlador onde se pretendia ao operar das comunicações. Enchimento, a re-estabelecimento completo que foi, desde então, dentro e "a"



Prefeito Afirma Que Brasília Não Mais Terá Uma só Favela

— Brasília não mais terá favelas e todos os moradores receberão uma casa do Fundo Habitacional, tendo entretanto que pagá-la em prestações, que serão estipuladas de acordo com seus vencimentos. Não será de graça absolutamente nada.

cals do plano piloto, para novamente removido e assiguar outro lote, que indiatamente tentava vend desconhecendo haver clausu proibitiva nese sentido. Esserão realmente levados pa a Cama, mas no mesmo lo-

invasão de IAPI com barracos até de papéis, sem que fosse em contradição uma solução para o problema.

FAVELAS CONTINUAM A EXISTIR NOS
MAIS DIVERSOS LOCAIS DE BRASÍLIA

Texto de PAULA PESSOA

Invasão do IAPI é ainda nota triste no cenário de Brasília

Texto de: PAULA PESSOA

Fotos de : ALENCAR MONTEIRO

A imagem do IAPI continua a ser uma marca de tradição e de respeito no comércio de Brasília. La botinas aproximadamente doventa mil pessoas de todas as camadas sociais. Digna e mais humilde opção

apenas unidades residenciais de
por dentro, extensas e, quase todas
que residem no império do IAPF,
do clero de família americana.

[illegible]

certos modelos de hardware. As instalações são precárias, de modo que alguns computadores se arriscam a propagação de vírus. Apesar disso, não existe. Algumas empresas instaladas no meio da rua, servem o público de resolução. Colocam

de Irevia e de Quacumbo, que contrasta com a planície de uma moderna cidade do mundo. Em princípios de este passado, foi elevada a remota daquela Irevia para a cidade salubre de Guja, acrescentando a beleza de Vila Plácida.

o que contaram à repór-

ERTA e não somente na 1/2 estão aparecendo em fila, novas favolas. De usar de extrema habilidade assistentes da SHEB, do do levantamento de rios para a distribui- das novas casas. Alguns ados poderão estar usan e malícia ou esperia- ara conseguir mais de residência. Deixam cer- mo de familiares em sarraco no Gama e cons a outro no plano photo. assistentes irão passar



Aspecto da "Favela da 103", vendo-se, em primeiro plano, o boteco de Dona Euda e, ao fundo, um bloco em construção e outro concluído e de há muito habitado

"FAVELA DA 103" DEPÕE CONTRA HIGIENE E PLANO URBANÍSTICO

Site barracos onde resi início da "Favela da 103". Adi



Barraços com paredes de papão e sujeira por todos os lados. Nela brincam crianças semi-despidas e raquíticas. Seus pais desejam mudanças para uma habitação mais condigna.

Invasão do IAPI Continua Desafiando as
Autoridades: Solução Seria Mudança já

| | | | |
|--|--|--------------------------------------|---|
| Precisam as autoridades competentes determinar com | Hospital que lá funciona. Essas águas poluídas, servem | água derramada forma poças entornes. | das valas. Ouvindo alguns moradores, fomos informados |
|--|--|--------------------------------------|---|

**INVASÃO DO IAPI É PROBLEMA
SANITÁRIO E URBANÍSTICO NA
MAIS BELA OBRA ARQUITETÔNICA**

Continue a irradiação de IAPI, a constituir um dos mais graves problemas existentes no Distrito.

Texto de PAULA PESSO

A CABANA E O PALÁCIO

José Helder de Souza

É IMPOSSÍVEL...

1. **Impressão** – uma ou várias páginas soltas, independentes e não ligadas, elaboradas de modo a serem impressas, que é a “*1ª. Fase*”, antes que os manuscritos sejam submetidos ao processo de impressão e publicação.

Prezinta

5. *Intersecting* means two problems overlap in one letter or two characters of the word, which is usually - but not always - the letter "t". An "it" and a "treat" share the "t", the "treat" and the "treatment" share the "t", and the "treat" and "treaty" share the "t".

Il presidente della Repubblica ha appena ricevuto il presidente del Consiglio. Il presidente della Repubblica ha appena ricevuto il presidente del Consiglio.

[illegible]**Federico CRES**

A Vila do IAPI é descrita como “horrível cartão de visita de Brasília” na Edição 03010 do Correio Braziliense, em 1969. No ano de 1970 a localidade é citada apenas em reportagens de violência doméstica, brigas, arruaças, homicídios, assaltos, manchetes de agressões à faca (edição 03122) como: “Bêbado agride esposa” e “Esfaqueado na Vila do IAPI” (Ano 1970, Edição 03141) reforçando imagem de criminalidade e violência de uma espécie de “terra sem lei” ou “cidade faroeste”.

Na contramão da intensa campanha midiática em curso naquele momento, a organização popular criou, em 1969, a Associação Pró Melhoramento da Vila do IAPI – APROMOVI, que foi divulgada em pequenas notas no Correio Braziliense, como na edição 02914 de 18 de junho de 1969:

Morador Defende a Vila do IAPI

Os moradores do IAPI acabam de fundar a Associação Pró Melhoramento da Vila do IAPI – APROMOVI, cuja finalidade máxima é a de congregar moradores visando promover a colaboração em tudo quanto interessar ao bem-estar da comunidade e dos seus associados. Pela unidade na defesa dos direitos de todos. Qualquer pessoa daquela vila não sendo processada pode inscrever-se na APROMOVI, basta para isso apresentar um documento de identificação. Até agora a organização já conseguiu organizar uma escola com três professores que funcionará em três turnos, sendo o noturno destinado de preferência a adultos. Os atuais dirigentes da APROMOVI pretendem também entrar em contato com autoridades do Distrito Federal principalmente da Fundação do Serviço Social com vistas à orientação de seus esforços em benefício da Vila do IAPI. A diretoria é constituída dos seguintes membros: Gonçalo Gonçalves Bezerra (corretor de imóveis): presidente; Vicente Gonçalves de Freitas (pedreiro): vice-presidente; Francisco Róseo da Silva (cobrador da TCB): 1º secretário; Marcelino Bezerra de Medeiros (corretor de imóveis) 2º secretário; Gonçalo Bezerra de Andrade (pedreiro): 1º tesoureiro; Alcemir Lopes da Silva (comerciante): 2º tesoureiro; Antônio Gobbo (funcionário público) consultor geral; Conselho Fiscal: Jurandir Alves Pereira (mecânico); Geraldo da Silva Oliveira (alfaiate); Teones Roberto Lourenço (carpinteiro); suplentes: José Luiz Ferreira (comerciante); José Tavares dos Santos (motorista) e Ariolindo Cesário de Moraes (armador). (CB, 18 de junho de 1969, Edição 02914).

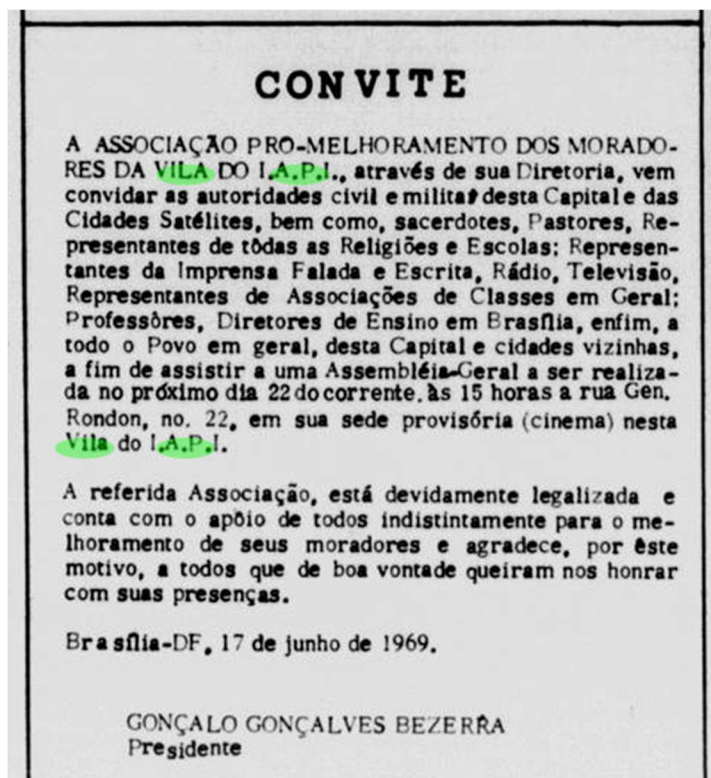


Figura 21: Edição 02917, Convite da Associação Pró-Melhoramentos da Vila IAPI. CB, Ano 1969. Fonte: Biblioteca Nacional.

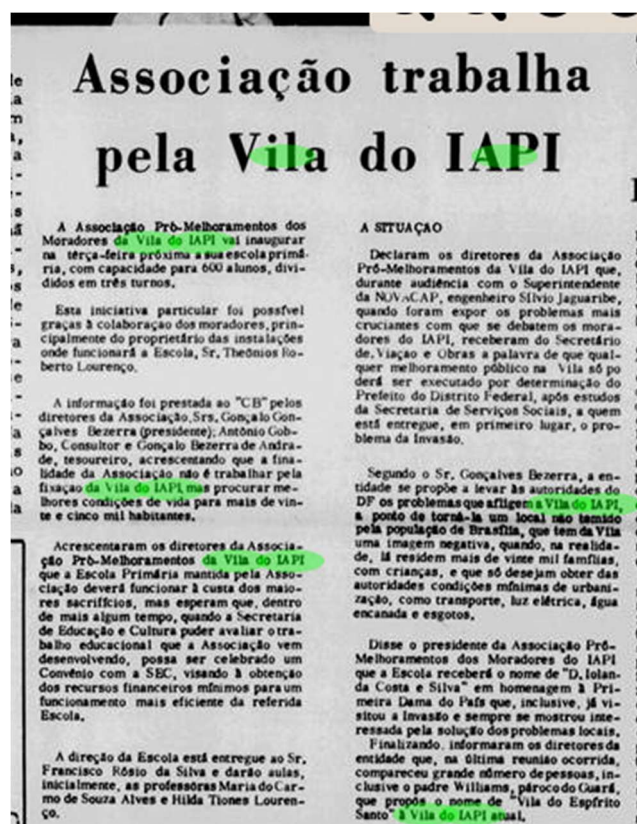


Figura 22: Edição 02924, "Associação trabalha pela Vila do IAPI". CB, Ano 1969. Fonte: Biblioteca Nacional.

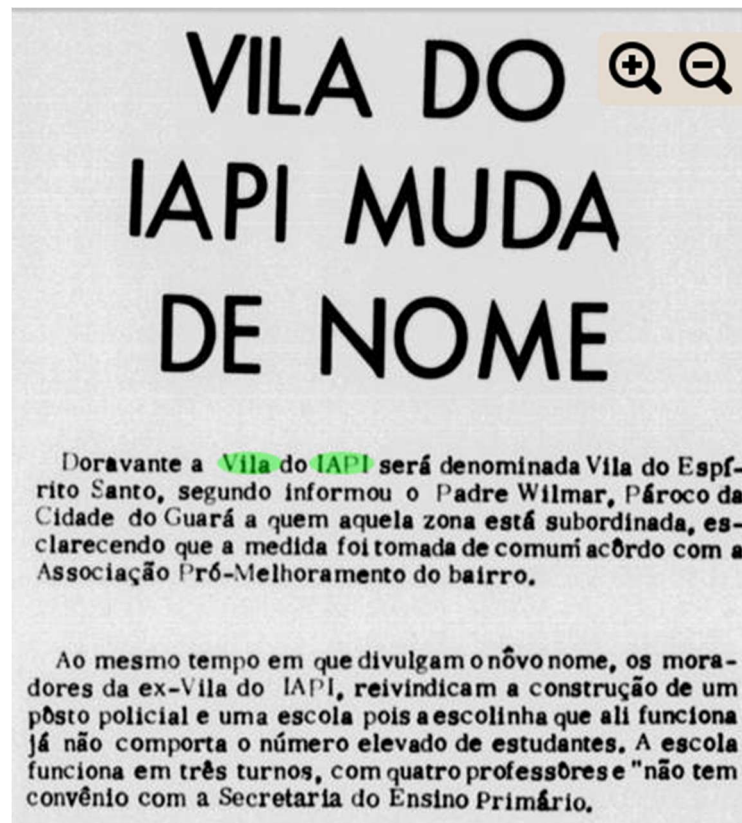


Figura 22: “Vila do IAPI muda de nome”. CB, Ano 1969. Fonte: Biblioteca Nacional.

No mês de junho de 1969, uma manchete publicada no Correio Braziliense chama a atenção: “Vila do IAPI muda de nome”. A notícia traz à tona uma proposta simbólica e política de ressignificação daquele território, a partir da qual os moradores sugerem alterar a denominação da Vila do IAPI para “Vila do Espírito Santo”. Ainda que a mudança não tenha se concretizado oficialmente, o gesto evidencia uma tentativa coletiva de romper com os estigmas historicamente associados ao nome original, reiteradamente utilizado pela imprensa e pelas autoridades de forma pejorativa. A iniciativa reforça a hipótese de que as palavras não apenas carregam significados, mas também constroem realidades e moldam a percepção pública sobre os espaços urbanos. Ao propor um novo nome, os moradores reivindicavam uma nova imagem para o local, buscando inseri-lo de forma mais digna no tecido da cidade planejada. A mudança pretendida se relaciona a um desejo de reconhecimento, pertencimento e valorização, revelando a disputa simbólica por identidade e visibilidade em uma cidade marcada por profundas assimetrias sociais e territoriais.

Em 1970, começam a circular na imprensa local diversas reportagens sobre o plano emergencial de remoção de favelas, elaborado pela Comissão de Erradicação de Favelas, vinculada à Secretaria de Serviço Social do Distrito Federal. Esse plano, cujo conteúdo institucional será analisado neste capítulo no item seguinte, foi amplamente divulgado pelo Correio Braziliense como uma solução definitiva para a “eliminação” das favelas do território urbano. Expressões como “as favelas vão sumir” traduzem o tom triunfalista com que o projeto foi apresentado ao público, sugerindo não apenas uma ação técnica de reordenamento urbano, mas uma verdadeira operação de limpeza social e espacial.

Paralelamente à divulgação do plano, é lançada, no mesmo período, a Campanha de Erradicação de Invasões, iniciativa promovida por setores da sociedade civil organizada, especialmente por entidades ligadas às elites locais, como o Lions Club. Essa campanha inscreve-se num esforço mais amplo de legitimação pública das políticas de remoção, por meio de uma retórica assistencialista que buscava apresentar as ações como expressão de solidariedade e de responsabilidade social. A pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional identificou 148 ocorrências da expressão “Campanha de Erradicação de Invasões” em matérias do Correio Braziliense, o que evidencia a forte presença midiática da campanha no começo da década.

Sob o slogan “A cidade é uma só”, a campanha mobilizava discursos de unidade e coesão social que, na prática, funcionavam como estratégia de ocultamento das desigualdades e de reafirmação da exclusão da população empobrecida dos espaços valorizados da cidade. A favela era constantemente representada como um problema urbano a ser resolvido, uma anomalia tanto espacial quanto social, incompatível com o ideal de cidade racional, ordenada e moderna promovido pelas autoridades e pelas elites. Tal ideal urbano fundamentava-se na noção de homogeneidade espacial e social, na qual a presença visível da pobreza era interpretada como desvio, desordem ou mesmo como uma ameaça à ordem pública.

Essa visão se insere numa tradição de pensamento e prática urbanística marcada pelo higienismo, fortemente presente nas políticas de planejamento do

século XX. Nessa perspectiva, a cidade moderna deveria ser limpa, funcional, hierarquizada e segregada, características que sustentavam uma racionalidade técnica aparentemente imparcial, mas profundamente excludente. Assim, o discurso da erradicação das favelas e das chamadas “invasões” opera não apenas como uma política habitacional, mas como um instrumento de produção de uma determinada ordem urbana — uma cidade pensada para poucos, apesar de ser “uma só”.

Vila do IAPI tem esperança na CEI

Os moradores da Vila do IAPI mostram-se esperançosos com a Campanha de Erradicação de Invasões que ora se realiza no Distrito Federal. Muitos entretanto, acham que seria mais interessante o loteamento da área e sua urbanização.

Ouvida pelo “Correio Braziliense”, Dona Maria Rodrigues Loiola, moradora recente da Avenida Principal, disse que espera mudar para Taguatinga ou “outro lugar onde haja água, luz e esgoto”. Já José Ribamar, há bastante tempo morador na Vila do IAPI, perguntado pelo local para onde gostaria de mudar-se, respondeu que “para o Plano”, e, rindo, acrescentou: “como aqui falta água e esgoto, o remédio seria loteamento e urbanização”, opinião acatada por todos quantos estavam em seu bar e mercearia na Avenida Principal. Mas Abílio Cardoso, de 51 anos, dono de uma birosca na Feirinha e pioneiro de Brasília, diz que “a vida aqui está ficando muito ruim e, se houver mudança mesmo, volto prá Goiânia”. Genésio Florentino da Silva, também dono de um bar, açougue, mercearia e salão de sinuca, afirmou “nada poder dizer, porque a gente não está ciente do lugar prá onde vai”. E arremata: “mas acho que qualquer um que tenha água, esgoto, luz e lugar para as crianças brincarem é bom, porque aqui é muito ruim”. A falta de luz é do que mais se queixa Antônio Rodrigues, funcionário da ECT e dono de uma birosca, que fechou por falta de garantias policiais. Alega ele que, para se ter um aparelho de TV em casa, tem que pagar cerca de 30 cruzeiros por mês ao dono da casa na qual a energia é ligada. Termina Antônio Rodrigues acreditando que “tudo agora vai se resolver e a mudança é uma boa idéia” (CB, Edição 03287, 1970).

EDITORIAL

Brasília será uma cidade sem favelas?

Anuncia-se para o próximo ano a completa **erradicação** das favelas em Brasília.

Os esforços do atual Governo mostram que a dignificação do homem pode ser alcançada e que a família mesmo das classes pobres vai ter meio muito melhor para se consolidar.

70.128 pessoas, distribuídas em 14.807 famílias ficarão livres de verdadeiras pocilgas como as **invasões** do IAPI, Vila Tenório, Bernardo Sayão, Esperança e Morro do Querosene, para não falar no Morro do Urubu.

Os dados colhidos nas perspectivas fixadas em pesquisas de campo permitiram um retrato social e econômico daquelas famílias. Avaliaram-se também, devidamente, a natureza e o volume dos serviços básicos requeridos.

A Secretaria de Serviços Sociais vem empregando elogiáveis esforços para que a remoção não se constitua afinal, em mera mudança da localização das favelas.

É bem por isso que a Ceilândia já conta com oito escolas primárias e com dez salas de aula, além do ginásio industrial.

A primeira creche da Casa do Candango foi construída há pouco, com a

renda da barraca de São Paulo, na Feira dos Estados.

Os setores educacional, sanitário e comercial foram considerados prioritários e só depois de devidamente atendidos se passará a cuidar dos demais serviços a serem instalados a médio e longo prazo.

Como a **Campanha de Erradicação de Invasões** esta fornecendo pregos, tábuas e telhas, a preços simbólicos, tudo ficou mais fácil para remontagem de barracos até que se façam as construções definitivas em alvenaria, nos lotes hoje locados e, brevemente, vendidos a seus ocupantes.

Um hábito muito generalizado em nossa zona rural, tem sido estimulado também para a montagem daquelas casas provisórias: o chamado **mutirão**. Em determinados dias, todos se reúnem e cuidam de um só barraco que é assim terminado com brevidade e menor esforço. Aquêles que foi beneficiado com um barraco feito em tão pouco tempo, depois vai ajudar outros, em futuros **mutirões**. Sistema comunitário e cooperativista dos mais salutares e elogiáveis.

Todo esse trabalho, nesse esforço conjugado, poderá levar à conclusão que todos almejamos: a **erradicação** das favelas no Distrito Federal.

Ano 1971 | Edição 03649

Transcrição do EDITORIAL “Brasília será uma cidade sem favelas?”:

Anuncia-se para o próximo ano a completa erradicação das favelas em Brasília.

Os esforços do atual Governo mostram que a dignificação do homem pode ser alcançada e que a família mesmo das classes pobres vai ter meio muito melhor para se consolidar.

70.128 pessoas, distribuídas em 14.807 famílias ficarão livres de verdadeiras pocilgas como as invasões do IAPI, Vila Tenório, Bernardo Sayão, Esperança e Morro do Querosene, para não falar no Morro do Urubu.

Os dados colhidos nas perspectivas fixadas em pesquisas de campo permitiram um retrato social e econômico daquelas famílias. Avaliaram-se também, devidamente, a natureza e o volume dos serviços básicos requeridos.

A Secretaria de Serviços Sociais vem empregando elogiáveis esforços para que a transferência não se constitua afinal, em mera mudança de localização das favelas.

É bem por isso que a Ceilândia já conta com três escolas primárias e com dez salas de aula, além do ginásio industrial.

A primeira creche da Casa do Candango foi construída há pouco, com renda da barraca de São Paulo, na Feira dos Estados.

Os setores educacional, sanitário e comercial foram considerados prioritários e só depois de devidamente atendidos se passará a cuidar dos demais serviços a serem instalados a médio e longo prazo.

Como a Campanha de Erradicação de Invasões está fornecendo prego, tábuas e telhas, a preços simbólicos, tudo ficou mais fácil para remoção de barracos até que se façam as construções definitivas em alvenaria, nos lotes hoje locados e, brevemente, vendidos a seus ocupantes.

Um hábito muito generalizado em nossa habitação rural, tem sido estimulado também para a montagem daquelas casa provisórias: o chamado mutirão. Em determinados dias todos se reúnem e cuidam de um só barraco que é assim terminado com brevidade e menor esforço. Aquele que foi beneficiado com um barraco feito em tão pouco tempo, depois vai ajudar outros, em futuros mutirões. Sistema comunitário e cooperativista dos mais salutareis e elogiáveis.

Todo esse trabalho, nesse esforço conjugado, poderá levar à conclusão que todos almejamos: a erradicação das favelas no Distrito Federal. (CB, Edição 03649, 1971).

O editorial intitulado “Brasília será uma cidade sem favelas?”, publicado em 1971 constitui um documento emblemático da construção simbólica do discurso oficial em torno das políticas de remoção e erradicação das favelas no Distrito Federal. Sua linguagem revela não apenas os objetivos declarados de urbanização e modernização do território, mas sobretudo os sentidos ideológicos que sustentam a reconfiguração do espaço urbano por meio da exclusão e do silenciamento das populações empobrecidas. A análise crítica desse texto permite evidenciar o modo como o discurso se articula como prática de poder e instrumento de normatização da cidade e de seus habitantes.

Como editorial, o texto cumpre uma função opinativa, articulando-se à produção de um consenso em torno das ações do governo e apresentando a remoção das favelas como um gesto civilizatório, necessário e benéfico à cidade e à população. Sua linguagem está fortemente marcada por uma retórica paternalista que busca legitimar a exclusão social sob o signo da ordem e do progresso. Logo no início do editorial, a erradicação das favelas é anunciada como uma meta a ser alcançada no ano seguinte, enunciada sob a forma de uma promessa de redenção social: “a dignificação do homem pode ser alcançada”. A erradicação, termo emprestado do vocabulário médico e agrônômico, insinua um processo técnico e necessário, supostamente neutro e racional, mas que esconde a dimensão violenta e compulsória das remoções. Trata-se de uma linguagem que opera pela eufemização e pelo apagamento do conflito, mobilizando uma retórica de civilidade típica do imaginário modernista e desenvolvimentista da ditadura militar. A cidade é apresentada como um organismo a ser purificado, e a favela, como anomalia ou patologia a ser extirpada.

O texto constrói, por meio de sua narrativa, uma dicotomia simbólica entre dois espaços: de um lado, as “pocilgas” representadas pelas favelas, qualificadas por expressões de forte carga pejorativa como “verdadeiras pocilgas” e “invasões”, marcadas pela insalubridade e pelo caos; de outro, a Ceilândia, concebida como espaço da regeneração, da ordem e da inserção social. A narrativa jornalística, ao associar as favelas à animalidade e à desordem, nega aos seus moradores o estatuto de sujeitos urbanos legítimos, enquanto afirma o papel do Estado como agente civilizador.

Ceilândia, nesse contexto, emerge como espaço disciplinar por excelência, pensado para conter e reorganizar as populações removidas. O editorial exalta a implantação de escolas, creches e equipamentos públicos como sinal de benevolência do governo, operando uma reconfiguração do espaço urbano que pretende ocultar a pobreza dos setores centrais da cidade planejada. O elogio ao “mutirão” como prática comunitária, ainda que apele à linguagem da solidariedade e do cooperativismo, na verdade dissimula a ausência do Estado na garantia de moradia digna, transferindo à própria população a responsabilidade pela construção de suas casas. A estratégia discursiva se completa ao afirmar que “todos almejamos: a erradicação das favelas”, uma fórmula que apaga o dissenso e pretende instituir um consenso fabricado, típico das práticas autoritárias de produção da verdade.

Por fim, o editorial revela uma profunda operação de domesticação do espaço urbano e de seus habitantes, sustentada por uma gramática que naturaliza a violência institucional e a segregação espacial. A cidade ideal, projetada pelo discurso oficial, é aquela em que a pobreza não tem lugar — ou ao menos, não é visível. A erradicação das favelas, mais do que uma política habitacional, é apresentada como um imperativo moral, uma necessidade estética e política de compatibilização do urbano com os valores da racionalidade modernista. Percebe-se que o apagamento da Vila do IAPI do espaço central corresponde também ao apagamento de sua imagem, de sua presença e de sua história na paisagem simbólica da cidade. Assim, o discurso sobre a erradicação não apenas organiza os corpos e os territórios, mas também modela as formas de ver, dizer e imaginar Brasília e seus habitantes.

EDITORIAL

A cidade é uma só

Brasília vem sendo acusada, no correr dos tempos, de ser uma cidade fria. Criou-se o mito da falta de calor humano. A lenda ganhou foros de verdade e é pesquisada seriamente por estudiosos, como é prova a pergunta feita ao Governador por um estagiário da Escola Superior de Guerra. De tanto se falar na algidez de Brasília até parece que seus Palácios não são de mármore mas feitos de blocos de gelo.

No entanto, Brasília não é nenhuma ilha polar, refratária ao calor. Recebe-o diretamente do sol, que no Planalto tem uma luminosidade mais ativa e fecundante e irradia-o através de sua gente que, por ser uma amálgama de brasilidade, é calorosamente humana.

A campanha da erradicação das invasões, que se constituiu em ponto de honra do Governo do Distrito Federal e em meta primeira da Secretaria dos Serviços Sociais poderá servir de ponto de partida para os estudiosos preocupados com a falta de calor humano de Brasília, levando-os, do caminho da sociologia aos do folclore e à separação da realidade da lenda.

A eliminação das invasões, se tem como causas necessidades administrativas, possui, concomitantemente, bases profundamente humanas. A defesa do anel sanitário, à preservação das águas de consumo e de recreação, à obediência à ordenação do planejamento, junta-se a necessidade de se pro-

Comandando essa campanha, a Sra. Vera Prates da Silveira integrou-se na comunidade brasiliense de um modo todo peculiar.

Toda a pessoa que muda seu domicílio sente, no princípio, uma certa hostilidade do meio-ambiente. A falta das tradicionais amizades, e a natural dificuldade de formar novos amigos; a certeza de encontrar alguém em determinado lugar que passa a inexistir; a necessidade de aquisição de novos hábitos e a de enjeitar os antigos, tornam o período de adaptação tedioso, aqui em Brasília ou em qualquer outra cidade.

Para a esposa de um Governador, o caminho natural seria a convivência com as pessoas de sua categoria social. Por certo, ela as frequenta. Mas a efetiva integração na comunidade brasiliense só alcançou no momento em que resolveu enfrentar, corajosamente, a miséria que assola milhares de lares (se barraco é lar!) e dezenas de milhares de seres humanos, procurando levar-lhes, não o auxílio passageiro da esmola, mas a base que sirva para a reconstrução de suas vidas em moldes dignos e estáveis.

Nessa campanha se deve engajar a cidade, pois "a cidade é uma só". Uma só na monumentalidade de seus Palácios, mas também uma só na vergonha de suas invasões; uma só na inigualá-

Ano 1971 | Edição 03245

Transcrição do EDITORIAL "A cidade é uma só":

Brasília vem sendo acusada, no correr dos tempos, de ser uma cidade fria. Criou-se o mito da falta de calor humano. A lenda ganhou foros de verdade e é pesquisada por entendidos em sociologia, como o prova a pergunta feita ao Governador por um estagiário da Escola Superior de Guerra. De tanto se falar na algidez de Brasília até parece que seus Palácios não são feitos de mármore, mas de blocos de gelo. No entanto, Brasília não é nenhuma ilha polar, refratária ao calor. Recebe-o diretamente do sol, que no Planalto tem uma luminosidade mais ativa e fecundante e irradia-o através de sua gente que, por ser uma amálgama de brasilidade, é calorosamente humana.

A campanha de erradicação das invasões, que se constituiu em ponto de honra do Governo do Distrito Federal e em meta primeira da Secretaria de Serviços Sociais poderá servir de ponto de partida para os estudiosos

preocupados com a falta de calor humano em Brasília, levando-os, do caminho da sociologia aos do folclore e à separação da realidade da lenda.

A eliminação das invasões, se tem como causas necessidades administrativas, possui concomitantemente bases profundamente humanas. À defesa do anel sanitário, à preservação das águas de consumo e de recreação, à obediência à ordenação do planejamento, junta-se a necessidade de se promover o homem à sua condição, mormente numa cidade que surgiu para redimi-lo através da irradiação do progresso em todas as suas formas.

Nesta cidade acusada de falta de calor humano, a campanha oficial de erradicação de invasões deu origem a uma outra campanha, de sentido puramente humanitário, de amparo ao favelado. As condições subumanas em que vive a grande maioria dos invasores, quando divulgadas e conhecidas, começaram a formar “aquela corrente” de que fala o hino da Copa, apenas com a diferença de que não é de entusiasmo cívico mas de entusiástica solidariedade.

Comandando essa campanha, a Sra. Vera Prates da Silveira integrou-se na comunidade brasiliense de um modo todo peculiar.

Toda pessoa que muda seu domicílio sente, no princípio, uma certa hostilidade do meio-ambiente. A falta das tradicionais amizades, e a natural dificuldade de formar novos amigos, a certeza de encontrar alguém em determinado lugar que passa a inexistir; a necessidade de aquisição de novos hábitos e de enjeitar os antigos, tornam o período de adaptação tedioso, aqui em Brasília ou em qualquer outro lugar.

Para a esposa de um Governador, o caminho natural seria a convivência com as pessoas de sua categoria social. Por certo, ela as frequenta. Mas a efetiva integração na comunidade brasiliense só a alcançou no momento que resolveu enfrentarem que resolveu enfrentar, corajosamente, a miséria que assola milhares de lares (e barracos é lar!) e dezenas de milhares de seres humanos, procurando levar-lhes, não o auxílio passageiro da esmola, mas a base que sirva para a reconstrução de suas vidas em moldes dignos e estáveis.

Nessa campanha se deve engajar a cidade, pois "a cidade é uma só". Uma só na monumentalidade de seus Palácios, mas também uma só na vergonha de suas invasões; uma só na inigualável beleza arquitetônica e na

funcionalidade de seu urbanismo, mas também uma só no **primarismo quase pré-histórico de suas favelas**; uma só no conforto de suas superquadras, mas também uma só na miséria de seus barracos.

Com sua iniciativa, a Sra. Vera Prates da Silveira retesou as cordas humanas de Brasília, nela se integrando pela porta do sentimento humano. A resposta da cidade também só pode ser uma só, demonstrando que não lhe falta calor humano. A voz da Primeira Dama não será eco a clamar no deserto. (CB, Edição 03245, 1971. Grifos nossos).

O editorial “A cidade é uma só”, publicado em 1971, representa mais um exemplo do discurso oficial do regime militar sobre as favelas e as remoções em Brasília. Seu conteúdo se articula à construção simbólica de uma cidade coesa e solidária, ao mesmo tempo em que tenta suavizar a violência do processo de erradicação das “invasões”. O texto é uma peça retórica sofisticada, pois apresenta o deslocamento forçado de populações pobres como um gesto profundamente humano, justo e necessário — uma inversão típica das estratégias de poder que Michel Foucault chamaria de produção de verdade por meio da linguagem e das instituições.

O editorial responde a críticas que acusavam Brasília de ser uma cidade “fria” e impessoal, carente de vínculos humanos. Em vez de negar essas acusações diretamente, o texto desloca o foco da crítica para um elogio à campanha liderada pela primeira-dama do Distrito Federal, Sra. Vera Prates da Silveira, sugerindo que a ação do governo seria uma prova do “calor humano” da cidade. Com isso, a exclusão social se transforma discursivamente em inclusão moral: remover favelas é, segundo o editorial, um gesto de cuidado e civilidade.

O texto apaga o caráter compulsório das remoções, tratando a eliminação das “invasões” como uma cláusula “necessária” que visa reconstruir a vida dos moradores em “moldes dignos e estáveis”. As famílias removidas são representadas de forma passiva, como seres humanos “ajudados” por uma figura feminina benevolente. Tal construção reforça a imagem da primeira-dama como uma intermediária sensível e maternal, o que legitima o projeto autoritário ao revesti-

lo de afetos morais. O uso da mulher como símbolo de empatia e cuidado é, portanto, funcional ao poder: transforma um ato de força em gesto de doação.

A afirmação de que “a cidade é uma só” e de que não há “um nível dos Palácios e outro das invasões” é uma tentativa simbólica de apagar as diferenças estruturais e espaciais que constituem Brasília desde sua origem. Trata-se de uma operação discursiva que busca reintegrar simbolicamente os segregados, mas apenas na esfera retórica. Como mostrou Teresa Caldeira ao estudar São Paulo, discursos de “solidariedade” e “humanização” costumam coexistir com práticas urbanas profundamente segregadoras.

Além disso, o editorial silencia completamente os conflitos e resistências dos moradores removidos, assim como as críticas à precariedade dos novos assentamentos. Ceilândia, embora também não seja citada diretamente, é o destino claro desses deslocamentos. Ao naturalizar a “necessidade” da erradicação das favelas, o texto insiste no registro do consenso, evitando qualquer menção à desigualdade ou ao autoritarismo. O que está em jogo aqui é a produção de uma imagem idealizada de cidade — “humana, integral” — que só se sustenta pela exclusão concreta de certas formas de habitar e viver.

O editorial é, assim, revelador das formas pelas quais o Estado produziu narrativas legitimadoras para suas práticas de urbanização forçada. Ele transforma a violência em caridade, a remoção em salvação, e a segregação em integração moral.

Transcrição do EDITORIAL "Ceilândia"

Ao aceitar, logo que assumiu o Governo, o desafio das invasões, e propondo-se a eliminá-las, como primeiro passo, a maior delas - a do IAPI - o Governador Prates da Silveira adotava um programa do mais alto alcance administrativo. Embora a favela em Brasília pareça um contra-senso e forme um **chocante contraste com a cidade planejada**, monumental no seu conjunto, confortável no pormenor e racional na segurança que pretende oferecer a seus moradores, ela surge em função das determinantes sociais do Brasil, fruto do subdesenvolvimento que assola vastas regiões, cujas populações se vêem obrigadas a procurar noutras paragens melhores condições de vida e até de sobrevivência.

Brasília, que exporta progresso, tem sido também **ímã de miséria**. Tornou-se um dos pontos de convergência prediletos das correntes migratórias que, à falta de habitações e de meios para adquiri-las, se foram fixando nas áreas próximas ao Plano Piloto, formando favelas por vezes mais populosas que a maioria das cidades brasileiras. Uma delas é a do IAPI.

Esta invasão é uma séria e permanente **ameaça** à toda a estrutura urbanística e arquitetônica da cidade, quiçá à sua própria sobrevivência, pois constitui a principal fonte de poluição do Lago Paranoá, já que os detritos de 80 mil pessoas nele desembocam através do Vicente Pires. Os perigos da poluição são hoje objeto de estudos por parte de Governos como os da Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão, e de organismos mundiais como a ONU, uma vez que se tornaram um risco sério e constante para a saúde e para a vida humanas. O Lago Paranoá corre o perigo da poluição. Dela já mesmo começa a padecer. Como o agravamento do problema poderia tornar a cidade praticamente inabitável, o Governo estabeleceu planos e adotou medidas para eliminá-lo a curto, médio e longo prazos.

A primeira medida é a retirada da invasão do IAPI. Desaparecendo a principal fonte alimentadora de águas poluídas, desaparece grande parte do problema. Daí o desafio do Governador Prates da Silveira, que ao tempo do lançamento pareceu por demais ousado. Daí a pressa com que tem sido adotadas as providências para a rápida transferência dos moradores do IAPI.

É de se notar que a demarcação dos quase 18 mil lotes, ontem concluída, foi antecipada em quatro meses.

O fato é tanto mais auspicioso quanto vem reafirmar as condições da NOVACAP, a quem foi cometida a tarefa, de cumprir sua missão com um grau de eficiência difícil de ser igualado. Na verdade, não só o prazo foi substancialmente encurtado como o preço do serviço reduzido. Posta mais uma vez à prova, a NOVACAP fez jus ao critério que adquiriu desde os trabalhosos tempos da construção da cidade, como a reclamar dos órgãos públicos federais, que necessitam de obras para a sua transferência, maior atenção para sua estrutura, para o seu equipamento humano e material.

A Ceilândia não é, entretanto, obra da NOVACAP ou de qualquer outro órgão, tomado isoladamente. Embora mais diretamente afeta à Secretaria dos Serviços Sociais, que tem coordenado e superintendido os serviços, ela é fruto da conjugação de esforços governamentais. A presença de todo o secretariado na solenidade que assinalou o término da demarcação dos lotes, traduz um espírito de integração administrativa. Se à determinada Secretaria ou órgão da administração indireta compete o financiamento, a outro cabe fornecer energia, a outro água e esgoto, a um quarto o arruamento, a um quinto a urbanização, a um sexto a implantação de escolas e assim por diante. Praticamente todo o Governo participa da tarefa, coordenado e sincronizado, de modo a concluir com o máximo de perfeição e no menor prazo possível.

Até a esposa do Governador se inseriu na tarefa, lançando a “Campanha de Erradicação de Favelas” – CEI, que tanto êxito vem obtendo e que deu origem ao nome já consagrado de Ceilândia. A assistência que a senhora Vera Prates da Silveira vem prestando aos moradores das invasões completa a obra que o Governador se propôs realizar, no sentido de em um futuro próximo lhes proporcionar melhores condições de habitabilidade e de conforto.

É claro que a preocupação do Governador não é tão-somente a situação dos moradores das invasões. Ele vê o problema em conjunto e que afeta toda a cidade. Removendo o IAPI, eliminando a favela e estabelecendo as condições para o surgimento de uma cidade, o sr. Prates da Silveira encontra solução para um dos problemas crônicos e mais graves de Brasília. (CB, Edição 03442, 1971. Grifos nossos).

Este editorial do Correio Braziliense — publicado no contexto da remoção da favela do IAPI e fundação de Ceilândia — opera como peça de legitimação do projeto estatal de remoção de favelas, por meio da “Campanha de Erradicação de Invasões”, conduzida pelo Governo do Distrito Federal e pela Novacap. O texto apresenta o governador Hélio Prates da Silveira como um administrador eficiente, decidido e comprometido com o progresso, ao mesmo tempo em que constrói a Ceilândia como um exemplo de planejamento e solução para os “problemas urbanos”.

A favela é descrita como um “choque” em relação à monumentalidade da cidade planejada, e sua existência é justificada como resultado de determinantes sociais ligados ao subdesenvolvimento nacional. Contudo, essa justificativa inicial é rapidamente suplantada por uma retórica de ameaça: as favelas são apresentadas como focos de desordem, insalubridade, risco ambiental (poluição do Lago Paranoá), e até de inviabilidade para o projeto da capital.

Ceilândia aparece, então, como resposta modelar do poder público. É exaltada não apenas como solução técnica e administrativa eficiente, mas como encarnação do êxito político da gestão de Prates da Silveira. A participação da esposa do governador, Vera Prates, na Campanha de Erradicação das Favelas é destacada, contribuindo para a narrativa de uma cruzada moral e familiar contra a “ameaça” das invasões, mobilizando também um discurso humanitário e feminino.

É possível ler esse discurso como um exemplo do exercício do biopoder, em que o governo atua sobre as populações por meio de uma racionalidade que articula saberes técnicos (urbanismo, engenharia sanitária), discursos morais e práticas administrativas. A população da favela é então objeto de uma intervenção que visa controlar sua circulação, disciplinar seus modos de habitar e reinscrevê-la em espaços “normalizados”.

Além disso, a operação retórica que opõe a cidade planejada (Brasília) à favela (invasão) remete ao que Jacques Ranciere (1996) chama de partilha do sensível: uma delimitação do visível e do dizível que define quais espaços, sujeitos e modos de vida são reconhecidos como legítimos. O editorial exemplifica como esse

processo se articula a partir de um discurso jornalístico que busca naturalizar a remoção e a fundação de Ceilândia como ações necessárias, quase inevitáveis.

Cabe observar que o nome “Ceilândia” é apresentado neste editorial como símbolo do êxito da campanha, associando-se diretamente à figura feminina de Vera Prates e à ideia de conquista moral sobre o caos urbano. O gesto de nomear de fato não é neutro: é um ato de poder que cristaliza um determinado regime de verdade sobre o território e seus habitantes, ocultando a violência estrutural da remoção e as estratégias de resistência dos moradores das favelas.

Apesar dos esforços de enaltecimento da ação, o Correio Braziliense expressou descontentamento pela maneira com a qual foi iniciada a remoção pela Campanha de Erradicação de Invasões. Quando realizada a primeira ação de transferência da população para a futura Ceilândia, no dia 27 de março de 1971, foi publicado o Editorial “Ideia e Execução”, que discretamente (sem mencionar no título “IAPI” ou “CEI”) afirma:

Temos emprestado apoio ao plano governamental de erradicação das favelas, desafio que o governador Prates da Silveira aceitou ao constatar as anomalias de toda ordem e natureza, decorrentes de sua implantação. A dignidade da pessoa humana, ferida pela falta de condições de sobrevivência digna; a localização dentro do anel sanitário, gerando perigos polutivos e epidêmicos para toda população da cidade; o respeito aos princípios urbanísticos que regem esta cidade desde seus primórdios - são alguns dos muitos itens que fundamentam a iniciativa governamental e sua inclusão no rol das prioridades.

O aspecto humano, mais que o aspecto administrativo, sensibilizou a cidade, que se engajou na campanha liderada com alma e coração pela Senhora Vera de Almeida Silveira.

A perspectiva de uma mudança para melhor entusiasmou igualmente os 80.000 habitantes da invasão do IAPI. Água, energia elétrica, serviço de transportes urbanos, boas escolas e a possibilidade de adquirir um lote a preço módico e a longo prazo, assim como a viabilidade de construir uma casa de alvenaria com financiamento da Caixa Econômica, mediante o sistema de

ajuda mútua (mutirão) criaram entre os moradores do IAPI um clima de euforia e de esperança.

Houve, no entanto, uma certa precipitação na mudança. Melhor diríamos que ela começou a ser feita com flagrante desorganização. Desmantelaram-se os barracos na Vila do IAPI para serem remontados na Ceilândia. Tábuas apodrecidas e velhas, móveis da mesma idade e similar condição, foram jogados dos caminhões ao tempo juntamente com seus modestos donos.

Por azarenta coincidência, choveu. Em finos fios de água primeiro, em grossas cordas depois. O temporal desabou de noite com violência, colhendo pessoas e trastes desprevenidos. E o que era festa virou melancolia.

Tudo sofreu planejamento, exceto a mudança propriamente dita. Talvez um barracão provisório, de dimensões adequadas, capaz de abrigar provisoriamente o pessoal escalonado para transferência, aliviasse a situação e estabelecesse um mais adequado ordenamento no processo.

A mera transferência de barracos dá, outrossim, a ideia de mudança da invasão de um para outro local. É certo que o novo núcleo populacional que começou a ser formado oferece condições infraestruturais inexistentes na Vila do IAPI. Mas não lhe retira o aspecto de favela, embora de uma favela arruada, loteada. E por muito tempo assim permanecerá.

É claro que o problema não é de fácil solução. Nem os defeitos apontados invalidam o programa governamental ou a campanha dele decorrente. Não se pode ignorar, ainda, o trabalho desenvolvido para se encontrar uma solução para o problema que apresenta facetas de suma gravidade. Houve inclusive o cuidado de se ordenar o replanejamento da cidade-satélite de Taguatinga, da qual a Ceilândia passa a ser uma espécie de bairro, quase lhe dobrando a população.

Como o processo de transferência está no início, falhas e defeitos podem ser corrigidos, evitados ou minimizados. Quem esperou até agora pode esperar mais uns dias, mais uns tempos.

Talvez se esteja exigindo demais. Mas a campanha alcançou tão grande ressonância que se esperava um “happy end” mais perfeito, mais feliz, e não o desprezo dado aos pioneiros da mudança. (CB, Edição 03465, Ano 1971).

Esse editorial apresenta um discurso ambivalente que, ao mesmo tempo em que critica a forma como a remoção foi operacionalizada, enaltece os objetivos do governo na erradicação da Vila do IAPI. A narrativa editorial se ancora em uma lógica que justifica a remoção das favelas com base na dignidade humana, nos riscos sanitários e nos princípios urbanísticos que regem Brasília, reafirmando a autoridade técnica e moral do Estado. Há, nesse sentido, uma legitimação do projeto desenvolvimentista e da intervenção governamental, especialmente ao destacar os benefícios prometidos à população removida — acesso à infraestrutura, possibilidade de financiamento e pertencimento urbano.

Contudo, o texto também evidencia tensões e contradições do processo. Ao relatar o imprevisto e o sofrimento causado pela transferência mal planejada, inclusive com o episódio do temporal que expôs as famílias à chuva, o editorial revela os limites da ação estatal e o descaso com as condições humanas concretas dos atingidos. A crítica recai sobre a "execução", não sobre a "ideia", mantendo a fidelidade ao projeto oficial de remoção, mas advertindo sobre os erros de logística e a falta de sensibilidade na condução do processo.

Por fim, o texto revela a permanência do estigma: mesmo com loteamento e infraestrutura, a nova Ceilândia ainda carrega, aos olhos do jornal, traços de uma favela — “arruada, loteada”, mas ainda favela. O editorial encerra com um tom conciliador, apelando à paciência dos moradores e reafirmando o ideal de progresso, mas deixa claro que a promessa de cidadania plena continua condicionada a uma espera indefinida e à aceitação dos termos impostos pelo projeto.

Nos textos - e nas imagens suscitadas por eles - selecionados nesta pesquisa, a política de erradicação das favelas é narrada como processo técnico e humanitário, embora na realidade seja uma ação de Estado marcada pela exclusão. A população removida aparece no jornal não como sujeito de direitos, mas como objeto de assistência. As famílias são “beneficiadas”, “atendidas”, “educadas” - um vocabulário que reitera a desigualdade entre quem decide e quem obedece. Mesmo quando o jornal menciona a opinião contrária à remoção por parte da população,

o faz de forma discreta, reafirmando o discurso da docilidade como ideal de conduta social.

Outro elemento relevante no discurso da imprensa é a mobilização da figura feminina como símbolo de cuidado, encarnada na primeira dama. Trata-se de uma tática comum nos regimes autoritários: mobilizar afetos e imagens “positivas” para encobrir práticas de repressão e deslocamento forçado.

As manchetes, fotografias, reportagens e editoriais levantados, selecionados e analisados aqui são peças discursivas fundamentais para compreender os modos como a imprensa opera na constituição do espaço urbano, naturalizando desigualdades por meio de uma retórica de ordem, racionalidade e benevolência. A favela, nessa narrativa jornalística, não é reconhecida como espaço de vida, cultura ou resistência, mas apenas como algo a ser eliminado para que Brasília se realize enquanto promessa de modernidade. A política de remoção se revela, assim, como uma operação de invisibilização - tanto física quanto simbólica - que transforma sujeitos em figuras ausentes da história da cidade.

2.2) As dimensões discursivas e simbólicas do planejamento urbano: palavras que produzem imagens da cidade

O planejamento urbano, frequentemente apresentado como um campo técnico e neutro, é um poderoso instrumento de construção discursiva da cidade. Ao menos desde Foucault (1990), entendemos que o campo científico molda seus critérios de objetividade por meio de práticas, mas, a rigor, está permeado de vieses e particularidades. Com o urbanismo e planejamento urbano, não é diferente. Ao contrário da ideia de que os documentos urbanísticos apenas organizam o espaço físico de maneira racional e objetiva, esta pesquisa parte do pressuposto de que instrumentos urbanísticos produzem sentidos, classificações e imagens que informam o imaginário urbano e orientam as práticas materiais e simbólicas sobre o território e seus habitantes.

Nos anos iniciais de Brasília, esse caráter discursivo do planejamento urbano foi particularmente marcante. Os documentos produzidos por técnicos do Governo do Distrito Federal (GDF), como pareceres, planos e relatórios, estavam imbuídos de uma linguagem que não apenas descrevia o território, mas o codificava moral e politicamente. A análise desses materiais revela que a técnica é atravessada por valores, ideologias e concepções de mundo que transformam o planejamento em uma tecnologia de governo, como destaca Raquel Rolnik (2015). Para a autora, o urbanismo brasileiro - especialmente em sua vertente estatal - foi um dos principais vetores da produção de desigualdades espaciais, articulando uma racionalidade que pretendia ordenar o território ao mesmo tempo em que criminalizava formas populares de habitação.

Essa racionalidade se manifesta não apenas nas diretrizes técnicas dos planos, mas, sobretudo, nas palavras escolhidas para nomear e classificar espaços e populações. Expressões como “ocupação desordenada”, “invasões”, “áreas insalubres” ou “habitações subnormais” não apenas descrevem uma realidade urbana, mas produzem uma imagem pejorativa dos territórios populares, associando-os ao atraso, à desordem e à ameaça à cidade planejada. Como propõe Faranak Miraftab (2009), o planejamento deve ser compreendido também como um “campo de disputa simbólica”, em que determinadas representações são legitimadas em detrimento de outras. Miraftab chama atenção para a necessidade de desnaturalizar o discurso do planejamento convencional, revelando sua função de manutenção das hierarquias urbanas e de exclusão das vozes subalternizadas - ou seja, uma prática que define quem pertence à cidade e quem deve ser deslocado para fora de seus limites simbólicos e físicos.

Essa exclusão é frequentemente mascarada por uma linguagem tecnocrática, cuja aparente neutralidade encobre a violência contida em suas prescrições. Marilena Chauí (2000), ao refletir sobre o imaginário brasileiro, observa que a cidade é frequentemente concebida como um espaço que deve ser “protegido” da desordem, do conflito e da diferença. Essa concepção opera com base na negação do dissenso, na recusa da política, e na produção de um ideal de cidade homogênea e funcional. Os instrumentos de planejamento urbano, nesse contexto, funcionam

como operadores dessa lógica: suas palavras constroem um campo simbólico no qual certas formas de vida urbana - principalmente as relacionadas às classes populares - são representadas como ameaças à ordem, justificando e legitimando assim políticas de remoção e de controle social.

Ermínia Maricato (2001) complementa essa crítica ao evidenciar que o urbanismo brasileiro foi historicamente moldado por uma dualidade estrutural: a cidade formal, planejada e legal versus a cidade informal, autoconstruída e estigmatizada. Os instrumentos de planejamento urbano funcionam como dispositivos de fronteira entre essas duas esferas, naturalizando a exclusão da maior parte da população do acesso pleno aos direitos urbanos. Essa exclusão é discursiva, mas também profundamente visual: os planos, mapas e diagnósticos projetam uma cidade idealizada, onde os “vazios” e “obstáculos” são frequentemente os assentamentos populares, as áreas de risco e as populações que escapam à ordem normativa.

Raquel Rolnik analisa²⁹ a recente decisão do IBGE de abolir a expressão “aglomerados subnormais”, interpretando essa mudança como um gesto político significativo, que rompe com uma lógica historicamente excludente ao modificar a linguagem utilizada para nomear os territórios populares. Ao abandonar um termo técnico que patologizava esses espaços ao classificá-los como desvios da norma urbanística, o IBGE passa a reconhecer a presença legítima e estruturante das favelas nas cidades brasileiras. Para Rolnik, essa mudança não se resume a uma atualização terminológica, mas representa uma inflexão simbólica e material na forma como o Estado enxerga e trata esses territórios. A noção de “aglomerado subnormal” estava ancorada em uma visão de cidade idealizada e homogênea, que excluía sistematicamente os modos populares de habitar e produzir o espaço urbano. Essa linguagem técnica contribuiu, ao longo das décadas, para justificar políticas de remoção forçada, militarização e negação de direitos, ao mesmo tempo em que mascarava as dinâmicas de apropriação desigual da terra e a ausência histórica de políticas públicas inclusivas.

²⁹ Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/a-abolicao-do-termo-aglomerados-subnormais-e-passo-importante-para-o-rompimento-de-uma-economia-politica-das-cidades-cimentada-na-exclusao/>. Acesso em outubro de 2023.

A linguagem é uma dimensão constitutiva da política urbana. Ao nomear um território como “subnormal”, o Estado não apenas descreve, mas produz uma realidade: institui um lugar social e espacial marcado pela carência, pela excepcionalidade e pela marginalidade. Desnaturalizar esse vocabulário técnico é, portanto, de acordo com Rolnik, um passo fundamental para desarticular a economia política da exclusão que organiza o urbano no Brasil. Mais do que uma mudança semântica, trata-se de reconhecer a pluralidade de formas de produção da cidade que historicamente foram invisibilizadas ou criminalizadas e desestabilizar o imaginário urbanístico, abrindo espaço para que outras narrativas e práticas de cidade possam emergir.

A partir destas lentes, entendemos que as palavras mobilizadas pelos documentos urbanísticos não apenas informam o planejamento: elas estruturam percepções e justificam ações. O léxico técnico carrega em si um conjunto de valores que produzem visualidades de cidade - maneiras de ver e de representar os espaços urbanos, atuando sobre o imaginário social. Como discutido no capítulo anterior, a visualidade não é neutra, mas orientada por relações de poder que selecionam o que deve ser mostrado e o que deve ser ocultado. Planejar é também, nesse sentido, instituir regimes de visibilidade.

A análise dos documentos produzidos pelo GDF nos anos iniciais de Brasília – localizados no Arquivo Público do Distrito Federal, ArPDF - busca evidenciar como o discurso técnico do planejamento urbano se articula a um projeto político e simbólico de cidade. A forma como as favelas e os assentamentos populares são descritos nesses textos revela não apenas uma política de remoção territorial, mas uma tentativa de apagar essas presenças do imaginário oficial da capital. É nesse ponto que o urbanismo se torna um operador do poder simbólico.

Em busca das dimensões discursivas e simbólicas nos instrumentos de planejamento urbano, fez-se um levantamento amplo de planos, programas, diretrizes e instrumentos urbanísticos que trataram das favelas e invasões em Brasília entre as décadas de 1960 e 1980 - dos primeiros anos da capital à reabertura política e econômica pós ditadura militar. Os documentos foram produzidos em momentos e estruturas governamentais distintas, ora enfatizando a política de

erradicação de invasões, ora incentivando a urbanização dos assentamentos. A princípio, a mudança de perspectiva implicou mudanças nos discursos subjacentes, entretanto todos expressam a preocupação com a questão das favelas e ocupações de baixa renda em Brasília e apontam possíveis soluções. A análise destes documentos procura localizar sentidos construídos ao longo do tempo, contextualizando-os e compreendendo que não há nenhuma neutralidade neles. Intrinsecamente ligados à política, foram desenvolvidos em determinadas circunstâncias com determinadas motivações, interesses e finalidades.

Tomar um conjunto de instrumentos de planejamento urbano como fonte histórica tem o objetivo de perceber como narram e elaboram discursos sobre favelas e ocupações de baixa renda. Buscamos assim compreender como a linguagem técnica endossa remoções, despejos e retiradas compulsórias de populações empobrecidas. Levantamos também publicações e propagandas do governo que realizou a Campanha de Erradicação de Invasões em 1971, enaltecendo a ação e elencando seus méritos. Destaca-se o documento datado de 1972 chamado “Brasília, uma cidade sem favelas”, redigido pela Secretaria de Serviço Social, que afirma de forma contundente que após a erradicação o problema estava resolvido e as favelas haviam sido finalmente extintas da capital.

O “Projeto de Remoção das Favelas do IAPI e Adjacências”, produzido em 1970 pela Secretaria De Serviços Sociais e que orientou a remoção que deu origem à Ceilândia, integra o conjunto. Nele, a Comissão de Erradicação de Favelas é transformada em Grupo Executivo de Remoção - GER, diretamente subordinado ao Secretário de Serviços Sociais e Presidente da Fundação do Serviço Social. O documento aponta a necessidade de erradicar as favelas; define objetivos do desfavelamento e propõe uma programação de execução imediata.

O documento “Ceilândia”, produzido pelo Departamento de Habitação Social da Secretaria de Serviços Sociais do Governo do Distrito Federal em 1973, apresenta um “diagnóstico de Brasília em relação às cidades satélites e invasões”, justificando as remoções. Segundo o documento, a cidade estaria vivendo uma explosão demográfica causada pela chegada de populações de áreas menos desenvolvidas. Essa migração geraria um “inchamento demográfico nas áreas mais desenvolvidas,

que as estruturas urbanas são incapazes de absorver completamente, o que leva a formação de aglomerações constituídas por uma população amorfa, marginalizada, duplamente improdutiva”³⁰.

A sistematização dos documentos foi organizada em ordem cronológica, apresentando as seguintes informações: nome da publicação, autoria, data, fonte; transcrição dos principais trechos e capa do documento (quando há). A tabela completa está nos Anexos.

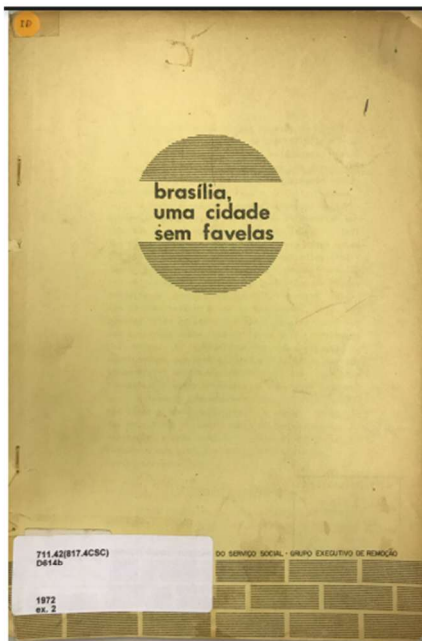
| | BRASÍLIA, UMA CIDADE SEM FAVELAS | SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL | 1972 | ArPDF |
|-----|---|--|------|-------|
| 1.4 | <p><i>Trechos:</i></p> <p>“Hoje é um dia especial na vida de Brasília. A partir de hoje, a Capital da República, que há nove anos atrás possuía uma das mais altas taxas de favelamento do País, passa a ser uma cidade sem favelas (grifo nosso).</p> <p>Esta cerimônia assinala a remoção dos últimos barracos da última favela, a "Vila Querosene". E marca também a resposta vitoriosa da administração Hélio Prates da Silveira ao desafio que lhe fora lançado: acabar com as "invasões". Isto foi há pouco mais de dois anos. Havia então quase 100 mil favelados no Distrito Federal, distribuídos em sete favelas ou "invasões": uma no Gama, outra em Taguatinga e cinco nas imediações do Núcleo Bandeirante, sendo a "do I.A.P.I." a maior delas, com 10.696 barracos e 53.639 habitantes. Hoje, nos lugares antes ocupados por essas favelas resta apenas o terreno vazio, que em breve terá destinação mais nobre. As favelas acabaram. E o Distrito Federal ganhou uma nova cidade, a Ceilândia, que recebeu 82.094 moradores transferidos das extintas "invasões" – quase um quinto da população de Brasília. Logo os barracos erguidos na Ceilândia darão lugar a casas definitivas, a serem construídas pela SHIS, com o apoio do Banco Nacional da Habitação, e pela própria iniciativa particular. Os moradores das extintas "invasões" vão, assim, em breve, ter casa própria”.</p> |  | | |

Tabela 1: Organização e síntese dos documentos governamentais sobre remoções de favela em Brasília. Fonte: Elaborado pela autora.

³⁰ DISTRITO FEDERAL. Departamento de Habitação Social da Secretaria de Serviços Sociais. *Ceilândia*. 1973.

Apresentamos a seguir os cinco principais documentos produzidos pelo Governo do Distrito Federal entre 1970 e 1973, principal período analisado, onde foi planejada, executada e avaliada a remoção da Vila do IAPI para Ceilândia. Foi feita a transcrição, breve resumo e análise do conjunto.

2.2.1) **SUGESTÃO PARA O PLANO DE ERRADICAÇÃO DE INVASÕES**

Autoria: Secretaria Viação e Obras, Governo do Distrito Federal

Data: 1970

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF

Transcrição de trechos:

O presente documento tem por propósito estabelecer procedimentos, visando à Erradicação de Invasões no âmbito do Distrito Federal.

Dada a complexidade e a gravidade do assunto, o presente trabalho foi direcionado a formalizar apenas uma linha de atuação básica para a Erradicação de Invasões no DF. Uma vez projetada a sugestão, constatou-se a necessidade de um maior entrosamento entre os órgãos envolvidos, que visaria ajustar os procedimentos atuais aos propostos.

Para que o referido Plano se estruture, é imprescindível que cada órgão envolvido faça um levantamento dos recursos materiais e humanos de que dispõem atualmente e os que venham a necessitar, detalhando inclusive as rotinas e procedimentos envolvidos na operação. Somente a partir da conscientização da parcela de responsabilidade atribuída a cada órgão é que se justificaria a elaboração de um único Plano Global que normatizaria as invasões recentes, novas e – por que não dizer – as antigas, que vêm trazendo inúmeros problemas ao Governo do Distrito Federal.

Diagnosticadas as tipologias das ocupações, identificaram-se as variáveis que viriam nortear a ação dos órgãos responsáveis na aplicação do Plano. As invasões foram classificadas segundo o tempo de permanência, tamanho e localização. Baseado nesta classificação, definiram-se procedimentos, objetivando atribuir responsabilidade e estabelecer mecanismos de apoio. Visando um controle ideal, tanto a nível local como regional, procurou-se seguir o princípio da descentralização, na busca de um

programa de ação conjunta com a participação de todos os órgãos do complexo do Governo do Distrito Federal. Dado que em áreas públicas a erradicação tem conotações diferentes das da Terracap, procurou-se colocar duas opções de procedimentos para aquelas, com vistas à orientação da tomada de decisão.

Entre as diretrizes propostas, destacam-se: identificar a propriedade da área no momento da incidência da invasão; tornar as ações desburocratizadas, dando preferência às vias de comunicação mais rápidas; instruir os órgãos envolvidos, direta ou indiretamente, no Plano de Ação, no sentido de organizar seus respectivos setores de fiscalização, dotando-os de infraestrutura adequada para atender seus objetivos; responder pelos bens e pertences que, por qualquer razão, venham a ficar sob sua guarda, observadas as cautelas necessárias, evitando inclusive que o material apreendido venha a ser reutilizado em outras construções; e acionar os órgãos de apoio sempre que necessário.

O documento em questão propõe a formalização de um plano básico para a erradicação das chamadas “invasões” no Distrito Federal, revelando uma abordagem predominantemente técnico-administrativa para o enfrentamento das ocupações informais. Apresenta-se como um esforço de coordenação entre diferentes órgãos do governo local, com vistas a estabelecer diretrizes padronizadas de atuação, baseadas em critérios como tempo de permanência, localização e tamanho das ocupações.

Embora reconheça a complexidade do tema, o texto evidencia uma lógica de gestão territorial pautada por classificações normativas, levantamento de recursos e racionalização de procedimentos, sem menção a direitos sociais, participação comunitária ou escuta das populações afetadas. O uso da linguagem burocrática - centrada em termos como “levantamento”, “infraestrutura”, “ação conjunta” e “erradicação” - revela uma concepção de cidade centrada no controle e na padronização dos espaços, reforçando o entendimento das ocupações populares como problema a ser eliminado. As ações propostas, como desburocratização de processos, fiscalização descentralizada e responsabilização de órgãos por bens apreendidos, apontam para uma tentativa de dar eficiência à

máquina pública, mas ao mesmo tempo mascaram os conflitos sociais e territoriais subjacentes às ocupações. O plano ignora as causas estruturais da informalidade urbana e reafirma uma lógica de exclusão, ao não reconhecer os moradores como sujeitos de direito, mas como alvo de intervenção estatal.

Assim, o documento contribui para reforçar a racionalidade tecnocrática e disciplinadora que marcou as políticas urbanas do período, tratando o espaço urbano como algo a ser gerido com base em critérios de funcionalidade e ordem, e não como território de disputa e construção coletiva da cidade.

2.2.2) PROJETO DE REMOÇÃO DAS FAVELAS DO IAPI E ADJACÊNCIAS

Autoria: Comissão De Erradicação De Favelas, Secretaria de Serviços Sociais,

Governo do Distrito Federal. Data: 1970

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF

Transcrição de trechos:

O problema das Invasões vem sendo estudado e debatido no âmbito do Governo do Distrito Federal, desde administrações anteriores objetivando seu equacionamento. Com o fim de propor um Plano de erradicação das favelas localizadas na Invasão do IAPI e Vila Tenório, o ex-Prefeito do Distrito Federal, criou um Grupo de Trabalho que, posteriormente, foi transformado, pelo atual governador, em "Comissão de Erradicação de Favelas".

Esta Comissão recebeu uma incumbência mais ampla, qual seja, a de elaborar um plano de emergência, para erradicação das favelas ora existentes no DF. Integrou-se todas as Secretarias do Governo a que o problema se encontra vinculado, o órgão de planejamento do governo e os órgãos encarregados do planejamento e do financiamento da habitação. A fim de dar cumprimento à determinação legal, a Comissão, através da "Sub-Comissão de Planejamento e Coordenação", elaborou um "Plano de Erradicação de Favelas", que mostrou a necessidade de serem estas erradicadas, definindo os objetivos do desfavelamento e propôs uma programação de execução imediata. No plano de execução imediata, foi definido a realização de uma pesquisa de campo, com o objetivo de colher dados que permitissem a

caracterização social e econômica das famílias. Tal caracterização possibilitaria o planejamento físico da nova área, a elaboração de critérios para a locação das famílias e o conhecimento da natureza e do volume dos serviços básicos por elas demandados. A pesquisa foi então realizada na Invasão do IAPI, Vila Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Querosene.

O que se pretende com a remoção das famílias localizadas nas favelas, não é o seu deslocamento de uma área geográfica para outra, de vez que o Governo considera o favelamento um problema eminentemente social com causação múltipla. O propósito é localizá-la numa área geográfica, onde possam encontrar espaço físico definitivo e planejado, com condições para a instalação de serviços básicos de infra-estrutura, de recursos comerciais, educacionais, religiosos; recreativos e de outros equipamentos comunitários por elas demandados. Deseja-se também que ocupem lotes urbanos, devidamente demarcados, com locação autorizada, que se tornarão, por efeito de compra, em lotes de sua propriedade.

O documento apresenta o projeto do Governo do Distrito Federal para remover as favelas situadas na região do IAPI e áreas próximas, com o objetivo de desocupar terrenos considerados irregulares nas imediações do Plano Piloto de Brasília. A proposta parte do diagnóstico de que essas ocupações apresentam condições precárias de habitação, infraestrutura e higiene, sendo vistas como incompatíveis com o projeto urbanístico da capital.

O projeto prevê a remoção ordenada dos moradores para áreas previamente escolhidas e preparadas com infraestrutura básica. Para tanto, propõe-se uma articulação entre diversos órgãos do governo e entidades da sociedade civil, visando garantir a eficácia do reassentamento.

O documento inclui tabelas com dados sobre o número de famílias, perfil socioeconômico, condições das moradias e cronograma das ações. Também estão presentes plantas e esquemas que ilustram as áreas a serem desocupadas e os novos setores habitacionais destinados às famílias. O plano estabelece procedimentos como cadastramento obrigatório, triagem das famílias, transporte supervisionado, assistência social durante a transição e medidas para evitar o retorno às áreas removidas.

2.2.3) PLANO DE ERRADICAÇÃO DE FAVELAS

Autoria: Comissão De Erradicação De Favelas, Secretaria de Serviços Sociais,
Governo do Distrito Federal.

Data: 1970

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF

Transcrição de trechos:

Ao focalizarmos o problema favela, numa análise sociológica da questão, cumpre salientar que se trata de um assunto que não constitui problema exclusivo de Brasília nem do Brasil; é um fenômeno internacional, que afeta os mais diversos países do mundo, inclusive aqueles que estão na faixa dos países desenvolvidos.

Em toda a parte o problema favela resulta da carência de habitações à altura dos poucos recursos das populações imigrantes, que deixam o meio rural em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades. O imigrante chega sem renda e sem aptidões para o trabalho no meio urbano. Em consequência passa a viver de sub-empregos e, assim, sem condições econômicas para obter habitação digna, utiliza-se dos instrumentos ao seu alcance: ou vive ao desabrigo, quando o clima e os governantes o admitem, ou constrói moradia com os recursos disponíveis.

Assim a favela constitui um termo genérico que, em toda a parte, designa a moradia pobre e ao mesmo tempo constitui um rótulo para o ambiente favelado. Dos mocambos do Recife aos barracões do Rio de Janeiro e das cabanas do México aos cortiços da Índia, as favelas representam sempre a forma de moradia que a era industrial destinou ao homem vindo do campo sem habilitação profissional.

A favela existe porque país algum dispõe de condições para oferecer moradias a preços que estejam ao alcance do trabalhador não especializado, do homem sem renda suficiente. Cada país, entretanto, procura, dentro das suas possibilidades, tornar menos grave e menos chocante o problema da habitação sub-humana. Essa tarefa tem sido constante, mas não tem conseguido diminuir o problema. E não tem conseguido porque a causa não está na cidade; está no próprio campo, de onde vem o homem sem meios e sem aptidões profissionais para enfrentar a vida urbana.

AS FAVELAS EM BRASÍLIA

Se levarmos em conta o pouco tempo de existência de Brasília e o número da sua população, poderemos considerar o problema favela como um dos maiores no País, pois em pouco mais de dez anos a população favelada atingiu a mais de setenta mil, para uma população global de menos de quinhentos mil habitantes.

O número atual de barracos em agrupamentos favelados no Distrito Federal vai a cerca de vinte mil, considerados como tais os existentes em outras áreas além das chamadas invasões. Os agrupamentos favelados nas invasões do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão e Vila da Metropolitana, têm mais de quinze mil famílias e uma população de mais de setenta mil pessoas.

Se analisamos, por exemplo, o crescimento da favela do IAPI vamos verificar que nos últimos anos, quando Brasília vem se firmando como sede do Governo Federal, a população cresceu vertiginosamente. Em 1960, antes da inauguração da cidade, instalaram-se no IAPI os primeiros barracos e em 1962 e 1963 alguns dêles foram removidos para o Gama. O crescimento, porém, começou em 1965, quando ali existiam apenas 1.782 barracos. Em levantamento feito dois anos depois esse número havia aumentado para mais de quatro mil. Hoje temos cerca de nove mil.

Convém ressaltar que, a despeito da ausência de recursos de infra-estrutura e de urbanização, a invasão do IAPI apresenta ruas bem traçadas, lotes cercados e, em alguns setores, um processo espontâneo de fixação, com uma verdadeira comunidade de vivência e de serviços, tais como igrejas, escolas, associações, feiras, farmácias, armazens e bares. Há também uma estratificação interna, existindo zona de meretrício e zona de solteiros, entre elas o famoso "morro do urubu" e a lagoa do sapo.

Analisando as causas determinantes da criação de favelas em Brasília chegamos à conclusão de que estas resultam de um conjunto de fatores, dentre os quais destacamos, como mais expressivos, os que a seguir relacionamos: fator imprevisão, fator demográfico, fator econômico, fator sociológico e fator administrativo-institucional.

O planejamento de Brasília não previu o homem que iria trabalhar na sua construção. Vieram os homens buscados lá fora e os atraídos pelo emprego que aqui lhes era oferecido. Como o homem precisava morar, fizeram-se os

alojamentos em áreas cedidas provisoriamente às Construtoras. Mas o homem não poderia viver só: trouxe a mulher e a família ou a constituiu aqui. Dos alojamentos coletivos partiu-se para os alojamentos familiares e os acampamentos foram crescendo; em volta deles se fizeram outras habitações provisórias e daí surgiu a Vila Planalto. A “Cidade Livre”, outro acampamento provisório para os bandeirantes que vinham ajudar a fazer Brasília, nasceu e foi crescendo. Outras áreas começaram a ser invadidas e a própria “Cidade Livre” foi além dos seus limites e se favelou.

(...)

De há muito o Governo do Distrito Federal tem se preocupado com o problema do favelamento na Capital da República e por várias vezes foram tomadas providências governamentais, tendo em vista minorar o problema. Todas as medidas, entretanto, foram improvisadas, atendendo determinações expressas do Governo local. Durante esse longo período de mais de cinco anos, apenas duas vezes o assunto foi focalizado seriamente no que tange a medidas técnicas. Primeiramente foi em março de 1967, quando realizou-se em Brasília o Seminário de Política de Integração de uma População Marginalizada. A segunda foi em setembro de 1969, quando foi realizado o I Seminário de Serviços Sociais do Distrito Federal.

(...)

O Plano de Erradicação de Favelas fundamenta-se em três pontos básicos: saúde da população, extinção da habitação sub-humana e defesa do Plano de Brasília.

O primeiro ponto mencionado – o da defesa da saúde pública – tem seu fundamento no fato de que as águas dos córregos que passam nas proximidades das invasões do IAPI e Vila Tenório são contaminadas com detritos oriundos dessas favelas e vão poluir as águas do Lago de Brasília, onde desaguam. A saúde da própria população favelada também corre o risco, pois não há nesses locais os mínimos recursos sanitários. O levantamento dos casos atendidos nas clínicas hospitalares nos revelam que a maioria das doenças ali diagnosticadas têm como causas problemas de educação e higiene sanitária.

O segundo ponto referido – o da habitação sub-humana, tem seu fundamento na **necessidade de diminuir-se o contraste chocante que nos é oferecido na cidade mais moderna do mundo.**

O terceiro ponto mencionado – a necessidade de defender-se o plano urbanístico de Brasília – aliado aos demais pontos referidos, se justifica fundamentalmente porque **não se pode admitir que uma cidade planejada possa ser desvirtuada por erros de imprevisão e de administração**. O plano de Brasília, elaborado com base em estudos técnicos de urbanização e que tem em vista assegurar à cidade os recursos essenciais à vida comunitária, precisa ser preservado.

O “Plano de Erradicação de Favelas” se apresenta como o documento mais substancial do período em questão. Produzido pela Comissão de Erradicação de Favelas, apresenta em seu índice os seguintes tópicos: Visão mundial do problema; O problema favela no Brasil; As favelas em Brasília; Fundamentos do plano; Diretrizes gerais do plano; Pesquisa sócio-econômica; Processamento e análise de dados; Estabelecimento de critérios; Medidas preliminares à remoção; Estratégia da remoção; Documentação e avaliação; Recursos para execução do plano; Projetos com a população removida; Medidas preventivas do refavelamento; Novas áreas habitacionais; O problema desemprego.

O Plano foi elaborado com o objetivo de remover os aglomerados considerados irregulares no Distrito Federal, com destaque para áreas como IAPI, Vila Esperança, Morro do Querosene e Bernardo Sayão. Essas áreas eram caracterizadas, segundo o documento, por moradias precárias, ausência de infraestrutura básica e grande concentração populacional. O documento apresenta um diagnóstico das condições dessas ocupações e propõe a realocação de seus moradores para novos núcleos habitacionais dotados de infraestrutura mínima. A proposta envolve etapas como levantamento socioeconômico das famílias, planejamento dos reassentamentos, demolição das moradias antigas e monitoramento pós-remoção. Para isso, o plano prevê a atuação conjunta de diferentes órgãos públicos, como setores de saúde, transporte, habitação e assistência social.

Além da estrutura física, o plano destaca a necessidade de ações de “promoção humana” para integrar as famílias removidas à cidade formal, com

medidas assistenciais e educativas. O reassentamento seria realizado de forma planejada, com cronograma, critérios de seleção e controle para evitar o retorno das famílias às áreas desocupadas. O documento inclui tabelas com estimativas populacionais, dados socioeconômicos e fases operacionais do plano, e reforça o propósito de consolidar Brasília como uma cidade moderna e organizada, livre de ocupações informais.

Reconhece, entretanto, que a Vila do IAPI apresenta “ruas bem traçadas, lotes cercados e, em alguns setores, um processo espontâneo de fixação, com uma verdadeira comunidade de vivência e de serviços” (p.10). Apesar do reconhecimento, segue indicando a remoção devido à “necessidade de diminuir-se o contraste chocante que nos é oferecido na cidade mais moderna do mundo” (p.20).

2.2.4) **BRASÍLIA, UMA CIDADE SEM FAVELAS**

Autoria: Secretaria de Serviços Sociais, Governo do Distrito Federal

Data: 1972

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF

Transcrição de trechos:

Hoje é um dia especial na vida de Brasília.

A partir de hoje, a Capital da República, que há nove anos atrás possuía uma das mais altas taxas de favelamento do País, não tem mais favelas. Esta cerimônia assinala a remoção dos últimos barracos da última favela, a “Vila Querosene”. E marca também a resposta vitoriosa da Administração Hélio Prates da Silveira ao desafio que lhe fora lançado: acabar com as “invasões”. Isto foi há pouco mais de dois anos. Havia então quase 109 mil favelados no Distrito Federal, distribuídos em sete favelas ou “invasões”: uma no Gama, outra em Taguatinga e cinco nas imediações do Núcleo Bandeirante, sendo a “do I.A.P.I.” a maior delas, com 10.696 barracos e 53.639 habitantes.

Hoje, nos lugares antes ocupados por essas favelas resta apenas o terreno vazio, que em breve terá destinação mais nobre. As favelas acabaram. E o Distrito Federal ganhou uma nova cidade, a Ceilândia, que recebeu 82.094 moradores transferidos das extintas “invasões” — quase um quinto da população de Brasília. E logo os barracos erguidos na Ceilândia darão lugar a casas definitivas, a serem construídas pela SHIS com o apoio do Banco Nacional da Habitação, e pela iniciativa particular. Os moradores das extintas invasões vão, assim, — em breve — residir em condições mais humanas.

(...) A Secretaria de Serviços Sociais mobilizou uma equipe de pesquisadores para levantar o quadro real do I.A.P.I. e suas satélites, nas quais havia 14.690 barracos e 82.094 moradores, a fim de conhecer um quadro real do número de barracos, de dependentes, a renda de cada um, etc.

Concluído esse levantamento, iniciou-se a remoção de tal população, como se previra, inclusive dentro de um prazo inferior a um ano, portanto, de 2 de julho até hoje, 9 de março de 1972, mais de 80 mil pessoas — população superior à de milhares de cidades brasileiras — foram removidas dentro da mais absoluta ordem, sem qualquer incidente.

Enquanto isto, a NOVACAP, a CEP, a CAESB, as Secretarias de Educação e Cultura, de Segurança Pública e de Serviços Públicos, entre outros órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal, atacavam a área escolhida para receber os moradores das “invasões”. Tratava-se de, no menor espaço de tempo possível, delimitá-la, demarcar os lotes, abrir as ruas e avenidas, acasalhá-las e pavimentá-las, colocar meio-fio e redes de água e energia elétrica e de construir escolas. A população escolar a ser removida — 15 mil crianças — não poderia sofrer solução de continuidade nos seus estudos. Já tinha de encontrar escolas funcionando na nova cidade.

Mas era preciso também preparar o espírito da população para a mudança, estabelecer um clima favorável ao trabalho. Não só da população a ser removida, mas de toda Brasília, pois seria útil conseguir a participação e a boa-vontade de todos. Esse trabalho coube à Primeira Dama da Cidade, D. Vera de Almeida Silveira. Uma equipe de formandos em Publicidade, da Faculdade de Comunicação da UnB, foi chamada a colaborar. E daí surgiu a Campanha de Erradicação das Invasões – CEI – cujo slogan “a cidade é uma só” ganhou a cidade, propagado no estribilho da marchinha da Campanha. A CEI arrecadou material de construção, roupas, móveis e utensílios para

melhorar as condições de vida da população removida. Mas mais que isso, conseguiu criar o ambiente favorável ao trabalho de remoção. E com isso, o nome da nova cidade acabou derivando de sua sigla: CEI – Ceilândia.

Nesse espaço de tempo, quase um ano, o Governo não transferiu favelas de um lugar para outro, mas realmente as extinguiu. Os 80 mil moradores da Ceilândia são os mesmos que há um ano habitavam a “Invasão do IAPI” e as “vilas” circunvizinhas. Na Ceilândia estão também os mesmos barracos. Melhorados, é verdade. Mas as condições de vida são outras. Melhoraram substancialmente. **Tudo que caracterizava a vida em favela acabou: a promiscuidade, a quase absoluta falta de higiene** (bastando lembrar que cada habitante da “Invasão do IAPI” consumia apenas, em média, cinco litros de água por dia, quando o normal é de 200 a 300 litros), a ausência dos serviços públicos fundamentais: energia elétrica, transporte, abastecimento, etc.

Vale ressaltar que a solução encontrada em Brasília para o problema de favelas foi pioneira e resultou em êxito total. Levou em conta principalmente as aspirações básicas da população a ser removida e, ao mesmo tempo, os recursos materiais disponíveis na comunidade. Foi sobretudo uma solução realista.

O documento institucional “Brasília, uma cidade sem favelas” celebra simbolicamente o fim das favelas em Brasília, anunciando a remoção dos últimos barracos da “Vila Querosene” como um marco do sucesso da gestão do governador Hélio Prates da Silveira. O texto destaca que, em menos de dois anos, o governo conseguiu remover cerca de 109 mil pessoas, que antes habitavam sete favelas espalhadas pelo Distrito Federal — entre elas, a do IAPI (maior delas, com mais de 10 mil barracos e cerca de 53 mil habitantes), além de outras no Gama, em Taguatinga e nas imediações do Núcleo Bandeirante.

A ação é apresentada como um esforço coordenado e exemplar de política pública. O documento afirma que a Secretaria de Serviços Sociais realizou um levantamento minucioso da população das favelas, identificando número de barracos, composição familiar e renda dos moradores. Com base nesse diagnóstico,

iniciou-se a remoção planejada para a nova cidade-satélite de Ceilândia, construída com essa finalidade. Segundo o relatório, em menos de um ano (de 27 de março de 1971 a 9 de março de 1972), mais de 80 mil pessoas foram transferidas com “absoluta ordem” e “sem qualquer incidente”.

Ceilândia é exaltada como solução definitiva para o problema das “invasões”, recebendo os removidos e prometendo, no futuro próximo, substituir os barracos provisórios por casas definitivas, com apoio da SHIS (Sociedade de Habitação de Interesse Social), do Banco Nacional da Habitação (BNH) e da iniciativa privada. A narrativa reforça o controle institucional e o caráter disciplinador da política urbana, celebrando a integração dos antigos favelados a um projeto de cidade moderna, planejada e “mais humana”. A participação de diversos órgãos do governo — como a Novacap e secretarias diversas — é destacada como parte de uma articulação exitosa do aparato estatal.

2.2.5) **CEILÂNDIA: UMA EXPERIÊNCIA DE ERRADICAÇÃO DE FAVELAS**

Autoria: SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS,
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Data: Fevereiro de 1973

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF

Transcrição de trechos:

“Ceilândia” é uma experiência vitoriosa de erradicação de favelas, realizada no Distrito Federal, sob a égide do Governo local, graças à firme determinação do Excelentíssimo Senhor Governador Hélio Prates da Silveira. Em 1969, Brasília, com menos de 10 anos de existência, apresentava um índice maior de favelas, na América Latina. Hoje, graças à experiência de “Ceilândia” e à realização do desenvolvimento também de uma política migratória sob o auspício desta Secretaria, não há mais favelas.

“Ceilândia” mereceu atenção não somente da opinião pública da Capital da República mas como de estudiosos da problemática em assunto de

desfavelamento. O relato que se segue é um breve estudo de tudo que foi realizado.

Brasília, fevereiro de 1973

OTOMAR LOPES CARDOSO

Secretário de Serviços Sociais

1. DESCRIÇÃO DA CEILÂNDIA

1.1 Formação do novo núcleo habitacional

O mais novo núcleo urbano de Brasília – Ceilândia, constitui-se das populações de cinco (5) grandes “invasões” ou favelas – “Vilas” do IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Querosene – anteriormente situadas nas imediações da cidade-satélite do Núcleo Bandeirante. O tempo de remoção compreendeu o período de 27 de março de 1971 a 9 de março de 1972, conduzindo-se a população daqueles conglomerados para uma área especialmente preparada nas imediações da cidade-satélite de Taguatinga, escolhida em face de sua proximidade de um mercado de trabalho, pelo acesso fácil ao Setor de Indústria e Abastecimento, ao Núcleo Bandeirante e ao Plano Piloto, bem como se encontrar fora da faixa de proteção sanitária do Distrito Federal.

Para a erradicação das invasões foi constituída a Comissão de Erradicação de Favelas, sob a supervisão da Secretaria de Serviços Sociais, integrada por representantes de todas as secretarias do Governo do Distrito Federal às quais o problema se encontrava vinculado. Esta Comissão elaborou o “Plano de Erradicação de Favelas” que mostrou as necessidades e os objetos do desfavelamento, propondo um programa de execução imediata.

(...)

Na fase de execução foi criado o Grupo Executivo de Remoção – GER (posteriormente transformado no Grupo Executivo de Consolidação da Ceilândia – GECC), integrado por Assistentes Sociais, Engenheiros, Arquitetos, pessoal auxiliar e toda uma infraestrutura administrativa.

Paralelamente à atuação do Grupo Executivo, desenvolveu-se, sob a direção de Dona Vera de Almeida Silveira, esposa do Governador do Distrito Federal, o trabalho voluntário conhecido por Campanha de Erradicação das Invasões – CEI, que teve por objetivos:

- preparar e esclarecer a população sobre os motivos da transferência das invasões;

- sensibilizar a população do DF para sua participação, fornecendo materiais de construção, alimentos, roupas, materiais escolares.

(...)

A CEI – Campanha de Erradicação de Invasões – integrada por senhoras voluntárias da sociedade brasiliense, sob a liderança de D. Vera Almeida da Silveira, continua a exercer suas atividades junto à população da Ceilândia, agora vendendo, a preços simbólicos, material de acabamento para as construções.

Outros fatores que exercem poder de atração junto aos habitantes da Ceilândia com relação ao Programa de Construções com Recursos Próprios são:

- a facilidade de construir de acordo com o gosto de cada um, principalmente no que tange ao acabamento final;

- a falta de prazo para a construção, podendo o interessado levar o tempo que for necessário, de acordo com seus recursos, para terminar a obra;

- utilização de poupança própria, não implicando compromissos futuros de financiamento.

(...)

A repercussão positiva da experiência realizada poderá ser atestada pelas inúmeras visitas que recebemos quase diariamente, procurando conhecer *in loco* os resultados obtidos. Dentre os visitantes, oportuno se faz destacar as presenças de representantes de órgãos ligados à habitação e ao serviço social dos Estados da Federação, todos curiosos pelas nuances de nosso programa de trabalho.

Repercutindo agora no exterior, a Ceilândia passa a ser alvo de curiosidade internacional. Assim é que recentemente tivemos a oportunidade de receber os representantes do Banco Mundial (...) A experiência de “Ceilândia” foi relatada na reunião da ONU, sob o desfavelamento, realizada em 1972.

O documento “Ceilândia: uma experiência de erradicação de favelas” apresenta um balanço institucional da criação de Ceilândia como resultado de uma política de erradicação de favelas implementada entre 1971 e 1972 pelo Governo do Distrito Federal, sob o comando do governador Hélio Prates da Silveira. A experiência é descrita como bem-sucedida e pioneira, destacando-se a transferência de populações das favelas para uma nova área urbana planejada.

A ação foi conduzida por uma Comissão de Erradicação de Favelas e executada por grupos técnicos como o GER e o GECC, com envolvimento de engenheiros, assistentes sociais e outros agentes públicos. Paralelamente, a CEI, liderada por Vera de Almeida Silveira e formada por senhoras da elite brasiliense, desenvolveu campanhas de mobilização e apoio aos removidos, inclusive vendendo materiais de construção a preços simbólicos. Destaca-se no documento o estímulo à autoconstrução com recursos próprios. A experiência é exaltada como modelo para outros estados brasileiros e referida como caso de interesse internacional, sendo inclusive apresentada em reunião da ONU sobre desfavelamento em 1972.

Os documentos oficiais produzidos pelo Governo do Distrito Federal entre 1970 e 1973, que compõem o *corpus* analisado, evidenciam, em conjunto, não apenas uma política de remoção sistemática, mas também uma produção discursiva que constrói sentidos específicos sobre a cidade, seus habitantes e as práticas de habitação popular.

A linguagem mobilizada nesses documentos revela um léxico técnico-burocrático carregado de valores normativos, operando uma naturalização da desigualdade social por meio de termos como “elementos perturbadores” e “problemas urbanísticos”. Tais expressões constroem a ocupação popular como uma anomalia espacial e moral a ser corrigida. Ao mesmo tempo, o discurso oficial recorre a palavras como “integração” para legitimar as ações de remoção como parte de um suposto projeto civilizatório, atribuindo à intervenção estatal um caráter redentor e disciplinador.

Esse vocabulário é performativo: não apenas descreve, mas institui uma realidade social e urbana em que certos corpos e modos de morar são colocados fora da norma. A estigmatização dos territórios populares não se limita à sua

condição física, mas atravessa os sujeitos que os habitam, tratados ora como “beneficiários” a serem corrigidos, ora como obstáculos ao desenvolvimento. A favela aparece como um erro técnico e moral, cuja eliminação simboliza a vitória da racionalidade urbana sobre o imprevisto e o “atraso”.

Há também um esforço retórico de mostrar a ação governamental como técnica, eficiente e benevolente. Termos como “remoção sem incidentes” e “autoconstrução com recursos próprios” sugerem consensualidade e participação, ao mesmo tempo em que ocultam as contradições e os conflitos do processo. A institucionalização de uma linguagem eufemística e tecnocrática esvazia o dissenso e apaga as experiências de resistência, lançando sobre os documentos um manto de legitimidade.

Assim, mais do que registrar políticas públicas, esses textos produzem um imaginário urbano excludente, em que a “cidade sem favelas” equivale a uma cidade sem pobres visíveis, construída sobre o deslocamento físico e simbólico das populações indesejadas. Trata-se, portanto, de uma política que atua tanto sobre os corpos quanto sobre os significados, e que encontra na linguagem uma de suas mais potentes tecnologias.

2.3) Lendo imagens: fotografias da Secretaria de Comunicação Social

As imagens aqui analisadas integram o acervo do Fundo da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Distrito Federal (BR.ARPDF.SCS), localizado no Arquivo Público do Distrito Federal, onde foram consultadas em 2021 no decorrer desta pesquisa. O acervo reúne registros fotográficos produzidos e acumulados pelo Serviço de Imagem e Som da Secretaria de Comunicação Social no período compreendido entre 1963 e 1990. Do conjunto de fotografias localizadas, foram selecionadas e descritas seis que documentam a Vila do IAPI, a ação de remoção e a chegada à Ceilândia. Embora carreguem aparência de evidência direta e objetiva da realidade, essas imagens demandam uma abordagem crítica e interpretativa. São produtos de escolhas técnicas, institucionais e

ideológicas, inseridos em regimes de visibilidade que constroem sentidos sobre os corpos, os espaços e os eventos que registram.

A fotografia, enquanto fonte histórica, ocupa uma posição ambivalente: é simultaneamente documento e monumento, vestígio e construção. Como destaca Peter Burke (2004), imagens não devem ser tratadas como “janelas transparentes para o passado”, mas como representações que obedecem a códigos e convenções culturais, requerendo o mesmo cuidado reservado a textos escritos. Burke nos lembra que uma imagem é sempre resultado de um ponto de vista, que revela e omite, que seleciona e interpreta, conforme intencionalidades — explícitas ou implícitas — de quem a produz e de como é posta em circulação.

De maneira semelhante, Didi-Huberman (2012) propõe ver a imagem como um campo de tensão entre o visível e o invisível, onde as camadas do tempo se acumulam e se entrecruzam. Não se trata de uma transparência, mas de uma opacidade a ser decifrada. Em sua perspectiva, olhar uma imagem implica escavar seus estratos, acolher seus anacronismos, escutar seus silêncios. Walter Benjamin (2012) também adverte que cada imagem, enquanto documento de cultura, carrega a marca da barbárie, sendo necessário reenquadrar seu sentido a partir das ausências e das vozes suprimidas. Étienne Samain (2004) reforça que a imagem é um discurso visual regulado por convenções semióticas, cuja decifração exige atentar para os mecanismos de poder que atravessam sua produção e sua recepção.

É com esse conjunto de referenciais que se conduz, neste capítulo, a análise de seis fotografias produzidas pela Secretaria de Comunicação Social no contexto da política de remoção de favelas em Brasília. Essas imagens não apenas documentam: elas instituem sentidos, constroem uma gramática visual do espaço urbano, hierarquizam lugares e sujeitos, e contribuem para sedimentar um imaginário hegemônico sobre a cidade. A leitura proposta aqui busca tensionar a superfície desses registros, revelando tanto o que mostram quanto o que omitem — suas zonas de apagamento, seus efeitos de autoridade, suas estratégias de convencimento. Olhar essas imagens, portanto, é enfrentar os modos pelos quais a narrativa visual do Estado participou da produção simbólica da cidade, classificando, ordenando e excluindo corpos e territórios.

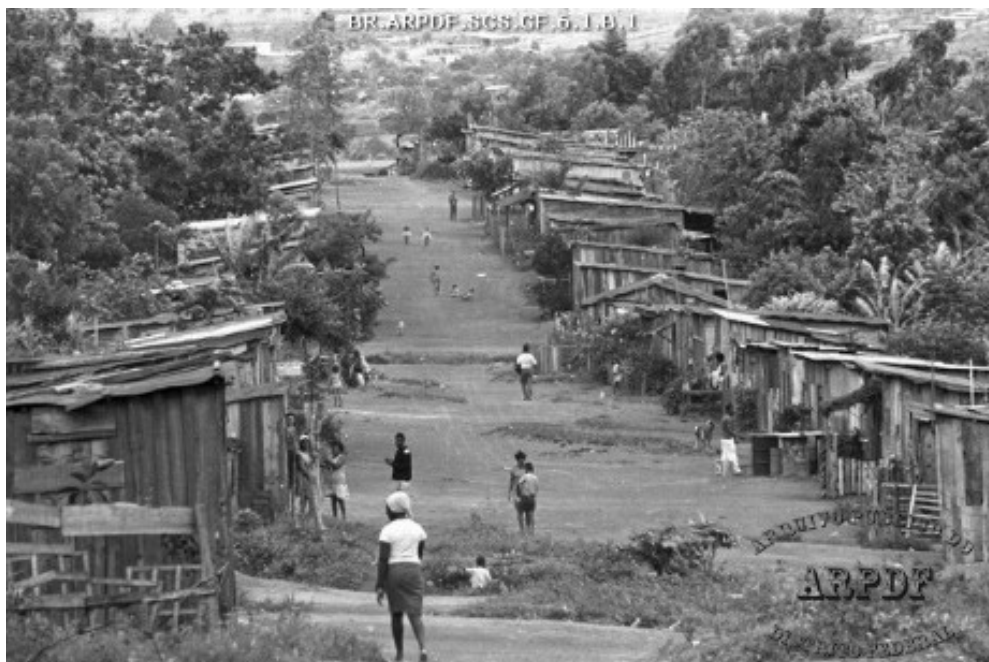


Figura 25: Vila do IAPI (1969). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.
Número: 002156_SCS_GF_6_1_B_1_Invasão_do_IAPI_Nucleo_Bandeirante_DF_15_05_69.

A fotografia em preto e branco, datada de 1969, apresenta uma vista panorâmica de uma rua central da Vila do IAPI, um dos maiores aglomerados informais de Brasília na década de 1960. Captada de um ponto elevado, a imagem se abre sobre uma larga via de terra batida que estrutura a ocupação, ladeada por fileiras de barracos construídos em madeira, com telhados improvisados e irregularidades visíveis. Emoldurando a imagem, observa-se uma vegetação densa e abundante que avança até os limites da vila.

Diversas pessoas povoam a cena: adultos e crianças caminham, estão sentados ou em pé na via central, enquanto outros aparecem em frente às moradias. A disposição espontânea dos corpos sugere uma dinâmica comunitária cotidiana, alheia à presença ostensiva do fotógrafo, o que pode indicar certo distanciamento institucional no ato do registro – exceto um pequeno grupo que aparece com os corpos virados, olhando para a fotografia, o que sugere que o registro tenha sido feito de maneira rápida. A imagem captura um momento de relativa tranquilidade, sem sinal de conflito ou de presença estatal direta.



Figura 26: Vila do IAPI (1969). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.
Número: 002160_SCS_GF_6_1_B_1_Invasão_do_IAPI_Nucleo_Bandeirante_DF_15_05_69.

A fotografia retrata um trecho movimentado da Vila do IAPI em 1969. A composição é frontal e em plano aberto, destacando uma cena urbana cotidiana. À esquerda da imagem, vê-se a fachada de um pequeno estabelecimento comercial, "Bar Lanches União", com letreiro feito à mão sobre uma estrutura de tábuas que denota a autoconstrução típica das moradias e comércios informais da vila. Em frente ao bar, quatro mulheres interagem descontraidamente. A informalidade do encontro é marcada por expressões de riso, compondo uma cena de sociabilidade espontânea e ativa. No mesmo plano, à esquerda, um menino com o tronco inclinado sugere um momento de brincadeira. Ao fundo surgem figuras dispersas pela rua de terra batida: crianças, adultos e animais, compondo um cenário de vida comunitária e circulação. À direita da imagem, um homem vestido de branco empurra uma bicicleta rua acima. Embora seja um registro institucional, a imagem destoa das demais representações puramente descritivas: ela evidencia formas de vida, encontros e microterritorialidades construídas pelos próprios moradores. A cena é marcada por um tipo de agência popular que desafia leituras unilaterais da favela como espaço exclusivamente de carências. Ainda assim, a precariedade material das casas, do chão de terra e da ausência de infraestrutura permanece inscrita como pano de fundo estrutural da fotografia.



Figura 27: Recepção dos removidos em Ceilândia (1971). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Número: 042303_SCS_HF_12_8_F_1_Ceilândia_DF_27_3_71.

Fotografia do dia 27 de março de 1971, dia do início das transferências de caminhão da Vila do IAPI para Ceilândia. Em um palanque sob uma cobertura, está o governador Hélio Prates da Silveira, olhando para trás. Ao seu lado direito, a primeira-dama Vera de Almeida Silveira. Ao seu lado esquerdo, provavelmente sua mãe, dona Candinha, que “se dedicava integralmente à Campanha, visitando com assiduidade as invasões”, segundo relato de Adirson Vasconcelos em “As Cidades Satélites de Brasília” (VASCONCELOS, 1988, p.59). Várias senhoras acompanham a família, cabelos ao vento em um dia de março em que choveria torrencialmente. A faixa, cortada pelo enquadramento da imagem, dá boas-vindas aos removidos. Abaixo, no nível do chão, garotos de uniforme, provavelmente do Grupo Escoteiro Marechal Rondon, fundado em 1968 e que acompanhava diversas ocasiões solenes na época³¹.

³¹ Disponível em: <https://rondon.org.br/historia>. Acesso em 13 de outubro de 2021.



Figura 28: Governador recepciona removidos (1971). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Número: 042318_SCS_HF_12_8_F_3_Ceilândia_DF_27_03_71.

A fotografia retrata o momento da chegada dos primeiros caminhões de transporte do GDF com os removidos e seus pertences, sendo recepcionados pelo Governador, a primeira-dama e um grupo de autoridades e oficiais de terno e gravata, além de crianças e jovens. A imagem apresenta forte composição simbólica, articulando personagens populares e autoridades públicas.

Em primeiro plano, à esquerda, um caminhão com homens sentados na carroceria aberta, sobre tábuas de madeira dos barracos desmontados que seriam remontados no novo local. A cena evidencia o imprevisto e a precariedade da mudança, apesar de parecer enaltecer uma interação significativa. O gesto corporal do governador, ao centro da imagem, direciona o foco da cena: as cabeças erguidas, expressões atentas e leves sorrisos indicam a presença de uma performance pública de operação institucional exitosa. A disposição coreografada dos sujeitos e a nitidez do registro sugerem que o fotógrafo atuava de forma visível, e que a imagem pode ter sido planejada como parte de uma cobertura documental da Campanha de

Erradicação de Favelas. Ao fundo, outros caminhões repetem a cena: mudanças empilhadas, pessoas entre os volumes, e um céu com nuvens densas acentua o efeito dramático da composição. A iluminação intensa e o ângulo da captura reforçam a centralidade dos representantes do poder público na imagem, sugerindo controle, ordem e acompanhamento técnico-administrativo do processo.

A imagem, portanto, excede sua função documental: ela constrói uma narrativa. Nesse caso, a narrativa do Estado gestor e humanitário, presente no momento da transferência, controlando visualmente e simbolicamente o deslocamento da população. Trata-se de uma imagem de autoridade, construída para legitimar a política de remoção sob a retórica da assistência e da racionalidade administrativa.

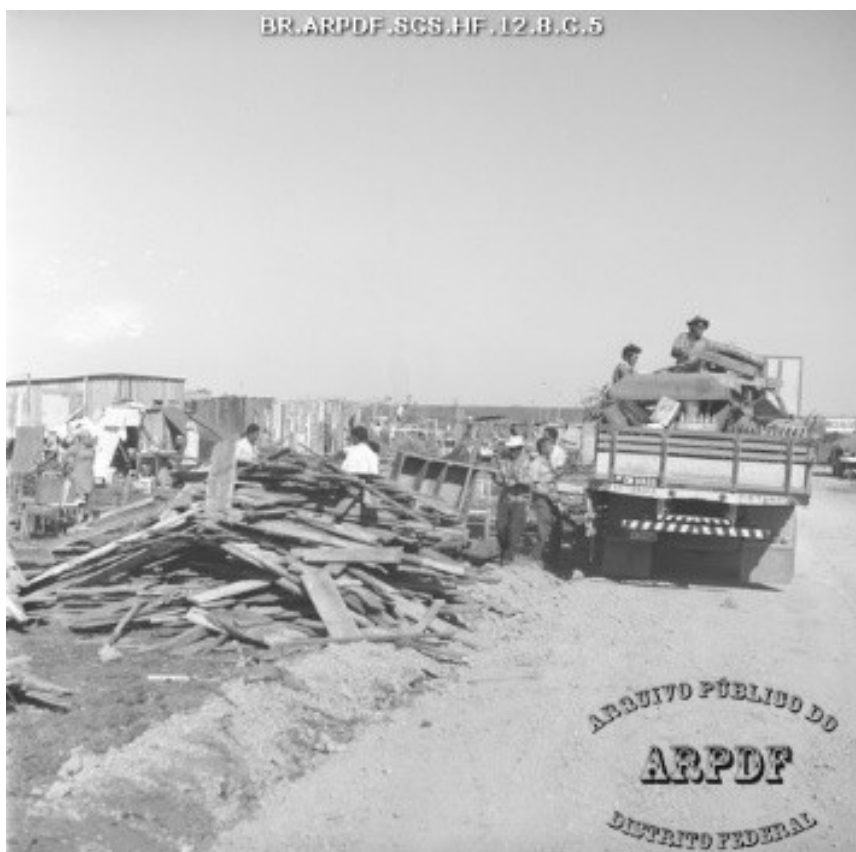


Figura 29: Ceilândia (1971). Foto: J. Firmino. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Número: 045648_SCS_HF_12_8_C_5_Ceilandia_DF_9_6_71_Foto_J_Firmino.

Fotografia que registra o descarregamento de um caminhão em Ceilândia. À esquerda da imagem, vê-se um grande amontoado de tábuas de madeira empilhadas sobre o chão de terra, sugerindo o desmantelamento das moradias na Vila do IAPI, transportadas para Ceilândia. Atrás da pilha, nota-se que alguns barracos já estavam sendo reerguidos no novo local de destino da população removida. À direita da imagem, o caminhão basculante, repleto de móveis e objetos, está sendo descarregado por diversos homens. A cena sugere um trabalho intensivo. A aridez do terreno e o céu claro, sem nuvens, acentuam a sensação de exposição e de ausência de abrigo. O contraste entre os volumes de madeira no chão e os pertences organizados pelas famílias reforça a tensão entre ruína e sobrevivência.



Figura 30: Construção em Ceilândia (1971). Foto: J. Firmino.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Número: 045845_SCS_HF_12_8_C_1_Construcao_de_barracos_na_Ceilandia_DF_28_8_71_

A fotografia registra um momento de autoconstrução de moradia em Ceilândia em 1971, logo após a remoção compulsória de famílias da Vila do IAPI. A cena mostra um grupo de pessoas — três homens, uma mulher grávida e duas crianças — empenhados na montagem do abrigo, utilizando tábuas e folhas metálicas provenientes da desmontagem de suas habitações anteriores.

A composição concentra-se na estrutura retangular básica feita de madeira, ainda em fase de levantamento, onde dois homens martelam a estrutura enquanto um apoia-se em uma escada improvisada para receber uma folha metálica que é erguida pela mulher e será posicionada no telhado. Os tambores de metal ao fundo e a ausência de qualquer aparato técnico reforçam o caráter artesanal da obra, provavelmente um mutirão. No canto inferior esquerdo da imagem, duas crianças estão sentadas no chão, acompanhando a cena. A presença delas introduz um elemento de fragilidade, sinalizando que aquele espaço, ainda informe e instável,

está sendo constituído como novo território de vida e memória familiar. O solo árido e sem qualquer infraestrutura visível — como calçamento ou equipamentos públicos — acentua o cenário de vulnerabilidade. As poucas outras construções visíveis ao fundo indicam que se trata de uma área recém-ocupada. O foco na ação dos próprios moradores evidencia que a reconstrução da vida pós-remoção não foi um feito do Estado, mas da agência popular, das mãos dos próprios sujeitos que haviam sido removidos.

Esta imagem encerra o conjunto visual com um forte contraste simbólico: depois dos registros da Vila, da remoção e da presença oficial, ela revela o que escapa ao controle institucional — a reconstrução a partir dos escombros, a produção de moradia com aquilo que restou. Há aqui uma persistência do visível que resiste: os corpos e gestos insistem, mesmo no vazio, em refazer o mundo.

CAPÍTULO 3 _ “Não somos invasores” *

Da nossa memória fabulamos nós mesmos.

Filme “Branco Sai, Preto Fica”, 2015

Dir. Adirley Queirós

* Afirmação presente em obra do artista Gu da CEI. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>.

O terceiro capítulo apresenta Ceilândia como episódio-síntese do exercício historiográfico proposto: um mosaico no qual repressões e insurgências se entrelaçam em permanente tensão. A cidade é aqui abordada não apenas como resultado de políticas de remoção e controle territorial, mas também como um território de resistência, invenção e memória. Em consonância com o gesto metodológico de colecionar e montar arquivos diversos, este capítulo se abre à escuta de outras vozes e saberes, muitas vezes silenciados pelos regimes de verdade dominantes.

A proposta aqui é desaprender certas narrativas estabelecidas – um gesto teórico inspirado em Ariella Azoulay (2021), para quem a desaprendizagem do olhar colonial é condição para o exercício de uma escuta ética do outro e para a reconstrução de um saber histórico não fundado na violência epistêmica. Nessa escuta e observação atentas, nos deparamos com uma profusão de expressões artísticas sendo produzidas hoje nas periferias do Distrito Federal. Podemos dizer que essa potente produção trata de uma fabulação crítica no sentido apontado por Saidiya Hartman (2008), que ensina a imaginar o que foi silenciado pelos arquivos; a dar forma ao que não foi documentado; a pensar na humanidade daqueles historicamente subalternizados.

A Ceilândia que emerge neste capítulo, portanto, é menos um objeto de pesquisa e mais um sujeito de saber histórico – como propõe a virada evocada por autores como Nego Bispo (2021), que reivindicam não apenas a presença de outros corpos e vozes na história, mas a centralidade de outros modos de narrar, baseados em epistemes plurais, comunitárias, enraizadas nos saberes da vida e da ancestralidade.

A primeira seção do capítulo analisa como Ceilândia tem sido abordada na historiografia existente, revisando as principais obras acadêmicas e publicações que se debruçaram sobre a cidade. Ainda que marcada por sua origem violenta, ligada à erradicação das chamadas “invasões” e ao projeto autoritário de controle social do espaço urbano, a bibliografia consultada destaca o protagonismo dos moradores em ressignificar aquele território, investindo-o de sentido e de pertencimento. Narrativas de luta e de solidariedade, como a atuação dos “Incansáveis Moradores de Ceilândia” durante a década de 1970, compõem uma

trama coletiva que insiste em afirmar: “não somos invasores”, título deste capítulo e de uma obra visual do artista ceilandese Gu da CEI.

Na segunda parte do capítulo, então, nos voltamos para as expressões culturais, artísticas e políticas que se desenvolvem na contemporaneidade, especialmente entre a juventude periférica, cujas práticas tensionam fronteiras entre arte, política e território. Neste contexto, destaca-se a obra de Gu da CEI, integrante do programa Jovem de Expressão e da Galeria Risofloras, única galeria de arte da cidade de Ceilândia. Seu trabalho é exemplar de uma prática de criação de novos imaginários sobre a cidade, desconstruindo estigmas e mobilizando linguagens visuais que afirmam identidade, beleza e potência. Através de suas obras, Ceilândia não é apenas cenário, mas sujeito de uma fabulação criadora – um lugar de enunciação e desejo.

Assim, ao reunir fontes historiográficas, relatos de moradores e manifestações culturais e artísticas, este capítulo busca apresentar Ceilândia como expressão de uma história viva e em disputa, convocando à escuta atenta das falas e dos silêncios e à abertura para outras formas de narrar o urbano.

3.1) Da Vila do IAPI à Ceilândia: narrativas em disputa

Nas últimas décadas, Ceilândia tem sido tema de uma expressiva produção de pesquisas acadêmicas, publicações independentes e iniciativas de preservação da memória, que buscam compreender sua complexidade social, política e cultural. Esse panorama bibliográfico revela a pluralidade de olhares sobre a cidade, mobilizando desde abordagens institucionais até narrativas elaboradas por moradores, coletivos culturais e pesquisadores comprometidos com perspectivas críticas. Mais do que registrar a trajetória da cidade fundada em 1971, tais produções confrontam os estigmas historicamente atribuídos à Ceilândia e reivindicam sua centralidade no imaginário urbano de Brasília.

Entre as publicações de destaque, *A Ceilândia Hoje* (LIMA; JEVAN, 2007); *Meu nome é Ceilândia* (VIEIRA; NETO, 2009) e *Ceilândia, a história é essa* (HAMARAL, 2011) representam importantes registros criados na própria comunidade, reunindo aspectos socioculturais históricos e afirmando o valor da diversidade que constitui o cotidiano ceilandense.

Do mesmo modo, *Ceilândia: do preconceito ao orgulho*, organizada por Clemilton Saraiva, Leão Hamaral e Lucas Pinheiro (SARAIVA, et. al, 2023), propõe uma leitura engajada da história da cidade, articulando testemunhos e relatos de experiências de moradores e pesquisadores, oferecendo uma perspectiva multifacetada sobre a trajetória de Ceilândia. Esta recente publicação sistematiza informações das referências anteriores e é uma relevante contribuição à memória social e à história urbana do Distrito Federal, com reflexões sobre identidade, preconceito e pertencimento.

Nos capítulos dedicados à memória, o livro retoma o processo de remoção da Vila do IAPI e a fundação da Ceilândia em 1971, evidenciando o caráter autoritário e excludente da política urbana do regime militar. Segundo Gonçalo Bezerra - o poeta Gongon, importante liderança comunitária entrevistada pelos autores - quando nem se falava publicamente em remoção, todos os barracos do IAPI foram numerados pela Prefeitura do DF³³, na gestão de Wadjô da Costa

³³ Até o final de 1969, o gestor do Distrito Federal era nomeado prefeito. O gestor seguinte, Hélio Prates, já ocupava o cargo de governador distrital.

Gomide, em 1969. Nesta época o prefeito determinou que todas as pequenas favelas no Plano Piloto fossem removidas para a Vila do IAPI, a fim de concentrar a população e organizar uma operação maior de transferência, que viria a acontecer em 1971. Operação esta, cercada de imprevistos, de acordo com os próprios moradores (SARAIVA, et. al, 2023, p. 23). Os depoimentos que constam no livro mostram que a estigmatização acompanhou os moradores desde a Vila do IAPI até Ceilândia. A própria escolha do nome do novo local teve relação com a recusa dos moradores de Taguatinga em compartilhar o nome da cidade em que viviam com os erradicados da maior e mais famosa favela de Brasília (p.85). A respeito do silêncio da oposição à remoção, os autores elencam dois motivos principais: a promessa de toda a infraestrutura que existiria no novo local e o acesso gratuito aos lotes – ambas promessas frustradas. Segundo os autores, a população foi induzida a acreditar que a mudança seria benéfica para todos. No entanto,

a cidade, cujo planejamento urbanístico era adequado e atendia às necessidades do povo, não dispunha de absolutamente nenhum equipamento público, nada que lembrasse infraestrutura, e era vazia por completo da presença do governo. Só as voluntárias da CEI se faziam presentes nos primeiros dias daquela comunidade. Nada fazia sentido. Olhava-se para o norte, para o sul, e tudo o que se via eram pessoas desnorteadas, sem foco, tentando de todas as formas, com o pouco que tinham, erguer seus barracos para abrigar as famílias. Era assustador. Era irracional. (op. cit, p.86).

Em uma análise dos pares “sonho e desilusão”, “promessas e decepções”, os autores de “Ceilândia: do preconceito ao orgulho” afirmam que a Vila do IAPI “não precisava ter sido removida” (p.116): “Fossem outros tempos, e não o da ditadura militar nos seus mais duros anos, a “invasão” do IAPI poderia ter sido legalizada e urbanizada, como tantas invasões o foram ao longo do tempo” (p.116). No entanto, em menos de um ano, todos os moradores foram transferidos para outra área sem infraestrutura e muito mais distante. Diante da pergunta “por que os moradores não reagiram, como os do Núcleo Bandeirante?” ou autores do livro afirmam que havia a promessa de lote legalizado, que não se cumpriu. No lugar disso, houve a chegada de carnês da Terracap cobrando pela venda dos lotes, o que causou revolta na população e a criação da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, voz ativa na luta por direitos. O movimento foi formado como reação às imposições

da Terracap e da Secretaria de Serviço Social, marcando uma luta por acesso a serviços básicos e regularização fundiária. A associação produziu o jornal independente “A voz de Ceilândia”, que dizia:

Em 1971 chegavam milhares de candangos neste local, que era um cerrado, para formar a nossa Ceilândia, hoje [1981] com mais de 300 mil habitantes. Prepararam o terreno, dormiram dias e dias no relento construindo seus barracos para agasalharem suas famílias. A água era distribuída em caminhões-pipa; só depois de muito sofrimento se conseguia encher uma lata d’água. Luz não tinha, o medo era grande ao voltarem do trabalho. O transporte deixava a desejar. Os ônibus eram poucos para a quantidade de pessoas, além disso quebravam na estrada, porque eram velhos. Nesses dez anos de sofrimentos e amarguras, a Ceilândia melhorou, graças ao esforço incansável de seus heróicos moradores, que enfrentaram poeira e lama, sol e chuva. Nesse tempo todo, se teve a necessidade de unir os ceilandenses para melhor resolverem seus problemas. Várias entidades ajudaram nessa tarefa. Entre elas a Igreja, que sempre esteve ao lado do povo, dando forma tanto espiritualmente quanto no dia a dia da Ceilândia. Depois, a Prógente, assistindo e auxiliando os moradores mais precisados, e mais recentemente, a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, criada para ajudar os ceilandenses a regularizarem seus lotes, entre outros problemas da população.

Hoje, diante de todas as barreiras que nossa comunidade ainda tem que ultrapassar e sentindo que há muita coisa para ser feita, sentimos a necessidade de criar um jornal, que pudesse ajudar a apontar defeitos e apresentar soluções. Esse jornal que nasce agora está aberto para que todas as pessoas possam participar da maneira que achar melhor. Porque só com a ajuda de todos conseguiremos fazer deste jornal a VOZ DA CEILÂNDIA (p.123).

AGUENTAREMOS MAIS UM AUMENTO DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS? Shis e Terracap x povo

POLICIAIS TORTURAM MENORES



Ano I - Nº 1 - Ceilândia - Outubro/Novembro de 1981

RESPONSÁVEL: Associação dos incansáveis moradores da Ceilândia

EDITORIAL



um jornal, que pudesse ajudar a apontar defeitos e apresentar soluções. Esses jornal que nasce agora está aberto para que todas as pessoas possam participar da maneira que achar melhor. Porque só com a ajuda de todos conseguiremos fazer deste jornal a VOZ DA CEILÂNDIA.

Em 1971 chegavam milhares de candangos neste local, que era um cerrado, para formar a nossa Ceilândia, hoje com mais de 300 mil habitantes.

Prepararam o terreno, deram dias e dias no relento construindo seus barracos para agasalharem suas famílias. A água era distribuída em caminhões-pipa; só depois de muito sofrimento se conseguia encher uma lata d'água. Luz não tinha, o medo era grande ao voltarem do trabalho. O transporte deixava a desejar. Os ônibus eram poucos para a quantidade de pessoas, além disso quebravam na estrada, por que eram velhos.

Nesses dez anos de sofrimentos e amarguras, a Ceilândia melhorou, graças ao esforço incansável de seus heróicos moradores, que enfrentaram poeira e lama, sol e chuva.

Nesse tempo todo se teve a necessidade de unir os ceilandenses para melhor resolverem seus problemas. Várias entidades ajudaram nessa tarefa. Entre elas a Igreja, que sempre esteve ao lado do povo, dando forma tanto espiritualmente quanto no dia-a-dia da Ceilândia. Depois a PROGENTE, assistindo e auxiliando os moradores mais precisados, e mais recentemente, a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, criada para ajudar os ceilandenses a regularizarem seus lotes, entre outros problemas da população. Assim, outras entidades também contribuíram para melhorar a cidade.

Hoje, diante de todas as barreiras que nossa comunidade ainda tem que ultrapassar e sentindo que há muita coisa pra ser feita, sentimos a necessidade de criar



Figura 31: Imagem do Jornal "A voz de Ceilândia", 1981. Fonte: Museu Virtual de Ceilândia.

A atuação da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) é documentada no trabalho de Marcos Vinícius Rodrigues dos Santos (SANTOS, 2020), que evidencia como os Incansáveis constituíram uma gramática política própria, confrontando o discurso oficial que rotulava os moradores como “invasores” e afirmando Ceilândia como território legítimo de vida.

Sobre os processos de discriminação, Clemilton Saraiva (SARAIVA, et al., 2023) afirma que “a segregação de um contingente populacional de tal ordem foi precedida pela imagem negativa da Vila IAPI, que a imprensa alimentava sistematicamente” (p.127). Sobre a Vila, recaía “a responsabilidade por tudo de ruim que acontecia na fase de construção de Brasília” (ibid.,p.128) em uma massiva carga negativa que ultrapassou gerações, permanecendo o imaginário de que a Vila era um “verdadeiro faroeste caboclo” (idem).

Na época, o rádio era o principal meio de comunicação, mas o Correio Braziliense circulava, influenciando os moradores de maior poder aquisitivo. Em meio a tantos problemas do dia a dia, o povo de Ceilândia sofria com a discriminação dos moradores das demais cidades de Brasília. **Ceilândia passou a ser sinônimo de coisa negativa.** Ser morador de Ceilândia era motivo de chacota, de pilhéria e de discriminação. Ceilândia era associada a roubos, mortes, assaltos e todo tipo de situações negativas. (ibid.,p.128).

O livro evidencia como os moradores desenvolveram um sentimento de pertencimento e orgulho, mesmo diante das condições precárias de infraestrutura, violência institucional e estigmatização midiática. Entre as referências levantadas pelos autores, duas são bastante expressivas para esta pesquisa, por se referirem à imagens veiculadas pela mídia: a pesquisa de Breitner Luiz Tavares, e de Sandra Campêlo e Denise Garcia da Silva.

A tese de doutorado de Breitner Luiz Tavares, intitulada *Na quebrada a parceria é mais forte – juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal* (TAVARES, 2009), representa uma das contribuições mais relevantes para a compreensão das práticas culturais e das

formas de resistência simbólica protagonizadas por jovens da Ceilândia vinculados à cultura hip-hop. Defendida na Universidade de Brasília, sob orientação de Brasilmar Ferreira Nunes, a pesquisa articula uma análise sociológica do hip-hop como fenômeno cultural e político, centrando-se na formação de identidades juvenis, nas experiências de discriminação e nas estratégias de enfrentamento elaboradas pelos sujeitos periféricos.

Partindo de entrevistas, Tavares investiga como jovens da periferia do Distrito Federal produzem sentidos sobre si e sobre o mundo, tendo como mediadores os valores, códigos e redes de sociabilidade do movimento hip-hop. Ceilândia é assumida como campo empírico privilegiado, por ser simultaneamente um território historicamente marcado pelo estigma e também um dos pólos mais ativos da cena cultural do DF. Um dos aspectos centrais da tese é a articulação entre imaginário midiático, identidade territorial e discriminação social. Tavares examina como a mídia impressa, em especial o Correio Braziliense, contribuiu para a cristalização de estereótipos negativos sobre Ceilândia e seus moradores. Em um artigo publicado em 2010, o autor aprofunda essa reflexão ao analisar reportagens do CB que, ao longo das décadas de 1990 e 2000, associavam de forma recorrente os jovens da Ceilândia - sobretudo aqueles ligados ao hip-hop - a representações de violência, marginalidade e desordem urbana. Tais construções discursivas, segundo Tavares, reiteram a lógica da criminalização da pobreza e reforçam um imaginário racializado e excludente, no qual o pertencimento territorial passa a ser um marcador negativo de identidade.

A tese revela, contudo, que diante desse quadro de discriminação sistemática, os jovens ceilandenses não apenas resistem, mas elaboram formas complexas de reconfiguração simbólica e política de si mesmos e de seus territórios. O hip-hop, nesse contexto, aparece como um campo fértil de construção coletiva de subjetividades, oferecendo repertórios identitários que valorizam a vivência na periferia, a solidariedade comunitária e o enfrentamento da exclusão social. A prática do rap, a organização de batalhas, os grafites e os encontros de *break* são não apenas manifestações culturais, mas formas de narrar suas histórias e reivindicar legitimidade no espaço urbano.

Ao evidenciar essas dinâmicas, a pesquisa de Tavares oferece uma importante chave de leitura para compreender os modos como juventudes periféricas reelaboram os sentidos atribuídos a elas por discursos hegemônicos e constroem, por meio da cultura, caminhos de pertencimento, visibilidade e transformação social. Ceilândia, estigmatizada como território da criminalidade, ressurge nesse estudo como espaço de criação, resistência e orgulho identitário, mobilizando práticas contra-hegemônicas que desafiam os limites impostos pelas representações midiáticas e pela política urbana excludente.

Ainda no campo dos estudos sobre a produção midiática de imagens, destaca-se a pesquisa de Sandra Campêlo e Denise Garcia da Silva, que examinam as representações de Ceilândia veiculadas pelo portal Metrôpoles. Publicado em 2017 na Revista Discurso em Cena (ReDCen), o artigo *Ceilândia retratada nos jornais: análise crítica do discurso midiático* realiza um mapeamento e análise de reportagens publicadas entre os anos de 2010 e 2016, a fim de compreender os mecanismos discursivos que reiteram o estigma territorial atribuído à região administrativa mais populosa do Distrito Federal.

A metodologia adotada pelas autoras se ancora na análise do discurso, com atenção especial à seleção lexical, aos enquadramentos fotográficos e à estrutura dos títulos das matérias, revelando os modos como a linguagem jornalística constrói sentidos sobre o território e seus habitantes. O *corpus* analisado evidencia a prevalência de abordagens sensacionalistas, em que Ceilândia é frequentemente associada à violência, à criminalidade e à precariedade. Fotografias noturnas, imagens de confrontos policiais, cenas de pobreza e de deterioração urbana são amplamente utilizadas como elementos visuais que corroboram a narrativa da cidade como espaço perigoso e desviante.

Campêlo e Garcia observam que essa recorrência imagética e textual opera como um dispositivo de estigmatização, configurando Ceilândia como o “outro” da cidade planejada, racional e segura. Para as autoras, o discurso midiático se estrutura por meio da seleção de formatos e imagens que reforçam uma identidade de periferia conflituosa e carente. A narrativa construída nas matérias do Metrôpoles, ao priorizar fontes oficiais e relatos policiais, relega ao silêncio as vozes dos próprios moradores, suas redes de solidariedade, experiências culturais e

formas de resistência cotidiana. Essa ausência de construção das próprias narrativas contribui para uma lógica de criminalização simbólica da periferia, na qual o pertencimento territorial se torna um marcador negativo. As autoras ressaltam que a seletividade da pauta e a ênfase em episódios de violência ou ilegalidade colaboram para uma “naturalização” do estigma, dificultando a emergência de representações alternativas que afirmam a diversidade cultural, a potência criativa e os projetos coletivos gestados em Ceilândia.

A pesquisa de Campêlo e Garcia da Silva, ao evidenciar a função da linguagem e da imagem na produção da alteridade urbana, constitui uma contribuição significativa para os estudos de mídia e de sociologia urbana. Ao mesmo tempo em que desvela os processos de reprodução do preconceito territorial, aponta para a urgência de reconfigurar os modos de narrar a periferia, ampliando o repertório discursivo e iconográfico disponível sobre ela.

Também utilizando a mídia como fonte historiográfica, o trabalho de conclusão de curso em História na UnB, de Beatriz de Oliveira Andrade (2021), orientado pela professora Cristiane de Assis Portela, propõe uma análise crítica e sensível das narrativas de pertencimento e agência dos sujeitos periféricos do Distrito Federal, tendo como eixo a trajetória entre a Vila do IAPI e a Ceilândia. O estudo parte do reconhecimento de que as grandes narrativas oficiais sobre Brasília tendem a invisibilizar as histórias de vida, de luta e de resistência dos grupos genericamente chamados “candangos” que foram fundamentais para a construção da capital, mas posteriormente marginalizados por políticas de planejamento e discursos hegemônicos. A autora afirma que “só dá para falar de Brasília se nos voltarmos para aquilo que falta, para aquilo que foi apagado nas narrativas hegemônicas sobre a cidade, guiadas pelo sonho utópico (e trágico) que silencia sobre tudo aquilo que não condiz com o Plano Piloto” (p.8).

A pesquisa faz emergir outras narrativas da história do Distrito Federal, contadas a partir da experiência, explorando seus sentidos de pertencimento e de luta. A autora busca evidenciar fragmentos de memória social e afetiva que desafiam o silenciamento promovido pela história hegemônica. Para tanto, o trabalho se ancora em pressupostos da história oral, adotando metodologia com destaque para a utilização de entrevistas orais, documentos pessoais, acervos

familiares e fontes audiovisuais. Andrade também realiza leituras críticas de reportagens jornalísticas, especialmente do Correio Braziliense, e de produções comunitárias locais. O enfoque na história oral permite que o estudo seja conduzido a partir das vozes dos próprios moradores e moradoras, evidenciando o cotidiano da experiência periférica e a agência desses sujeitos em processos de organização coletiva, resistência às remoções e reivindicação de direitos.

Uma das principais contribuições do trabalho consiste na incorporação das experiências subjetivas e coletivas como categorias analíticas fundamentais para a produção do conhecimento histórico, reconhecendo-as como formas legítimas de elaboração e transmissão da memória social. Andrade recorre a narrativas de lideranças comunitárias e a memórias de mulheres que atuaram como agentes sociais e políticas na construção da vida cotidiana. Tais fragmentos revelam múltiplas formas de resistência, desde a autoconstrução de moradias até a organização de redes de apoio, festividades religiosas e lutas por regularização fundiária. O conceito de “fragmento” é mobilizado não como deficiência, mas como potência epistemológica e política: fragmentos de memórias, de fotografias, de relatos, de jornais e de afetos são justapostos para compor uma história plural, marcada por ausências e reexistências. O título do trabalho, *Fragmentos de pertencimento e agência*, explicita essa opção teórico-metodológica de narrar a partir da descontinuidade e da voz situada.

Ao final do trabalho, Andrade reforça que a valorização dessas memórias periféricas não é apenas uma operação historiográfica, mas um gesto ético e político de reposicionamento dos sujeitos populares no espaço da história. Como afirma: “Trata-se do esforço de criar outras narrativas sobre as periferias que compõem o DF, na reivindicação de se definirem e inventarem por si mesmas. Trata-se de centrar a periferia, mudando o foco narrativo” (ibid.,p.63). A autora pauta, assim, elementos para narrativas plurais e contra-hegemônicas.

Também produzida no Departamento de História da Universidade de Brasília, a dissertação *Os filhos dos candangos: exclusão e identidades*, de Edson Beú Luiz (2007) realiza uma análise histórica e sociológica dos descendentes dos operários que participaram da construção de Brasília, enfocando a construção de identidade e os mecanismos de exclusão que atravessam suas vidas. A pesquisa

foi conduzida mediante entrevistas com moradores de Ceilândia, permitindo apreender em suas narrativas a tensão entre o orgulho de herdar a trajetória dos pais e a persistente marginalização material e simbólica.

Por meio dos relatos, emergem vozes marcadas por afetos contraditórios. Uma entrevistada afirma: “Às vezes, falo que vou embora daqui, que não gosto mais daqui. Mas quando eu vou na capital [Plano Piloto] sinto que amo Brasília. Fui lá a semana passada e fiquei olhando tudo da Rodoviária, os ministérios, a Praça dos Três Poderes, que coisa apaixonante!” (p.102). Esse depoimento demonstra como o sentimento de pertencimento dialoga diretamente com a percepção de segregação. Luiz utiliza esses depoimentos para fundamentar a ideia de identidades ambivalentes, construídas em espaço urbano e social marcados pela exclusão. A abordagem teórico-metodológica mobiliza representações sociais e imaginário urbano, investigando como os filhos dos candangos articulam, nas suas trajetórias, processos de resistência identitária frente à estigmatização histórica.

Além de investigar as dimensões subjetivas das narrativas, Edson Beú Luiz articula essas experiências vividas às dinâmicas mais amplas das políticas urbanas excludentes implementadas no Distrito Federal. Ao fazê-lo, evidencia como as condições materiais – marcadas pela segregação territorial, acesso desigual a direitos e serviços urbanos – não apenas persistem, mas também reproduzem, em nova escala, os mecanismos de exclusão que afetaram a geração pioneira de candangos, deslocando-os para seus descendentes. Através do uso da história oral como ferramenta metodológica central, a pesquisa permite que as vozes das experiências revelem sentidos profundos. Os depoimentos analisados, mais do que simples registros de vida, configuram-se como narrativas de luta simbólica, nas quais ressentimento e admiração se entrelaçam em práticas discursivas que reappropriam a identidade candanga como fonte de legitimidade e afirmação.

A dissertação demonstra, assim, que a identidade construída por essa segunda geração é atravessada por tensões contínuas entre o orgulho de participar da gênese da capital federal – por meio das memórias familiares – e a exclusão estrutural a que são submetidos. Ao explicitar a imbricação entre estrutura social e subjetividade, entre cidade e memória, Luiz (2007) contribui para uma compreensão mais complexa dos processos de formação identitária nas cidades-

satélites de Brasília, evidenciando como os “filhos dos candangos” reinterpretem o passado como forma de inscrever seus lugares no presente urbano que os rejeita. A história oral, nesse sentido, não apenas documenta as vozes dessas trajetórias, mas mobiliza um gesto epistemológico de reinscrição dessas experiências na narrativa histórica da cidade.

A história oral, conforme propõe Pollak (1989), oferece um instrumental crucial para a análise dos segmentos sociais subalternizados, uma vez que privilegia as experiências vividas, onde a memória não se constitui como um repositório neutro de fatos, mas como um campo permeado por silêncios, lacunas e “não-ditos”, especialmente quando se trata das narrativas das classes populares. Nessa perspectiva, o trabalho com a história oral permite visibilizar zonas de sombra negligenciadas pelos discursos oficiais, reconstruindo trajetórias que foram sistematicamente marginalizadas pela historiografia tradicional. Pollak enfatiza, ainda, que a memória está intimamente relacionada à identidade – tanto individual quanto coletiva – funcionando como um elemento de coesão e significação dentro de determinados grupos sociais.

Essa concepção ressoa com Portelli (1997), que chama atenção para o caráter subjetivo e polifônico dos testemunhos orais. Segundo ele, a verdade da história oral não reside na exatidão factual, mas no sentido atribuído aos acontecimentos pelos sujeitos que os narram. Portelli argumenta que a oralidade não apenas complementa os arquivos escritos, mas os tensiona, instaurando novas possibilidades de interpretação ao incorporar afetos, silêncios e intencionalidades. Já Paul Thompson (1992) defende que a história oral democratiza a produção do conhecimento histórico, ao permitir que os próprios sujeitos da experiência participem da construção da memória coletiva, disputando os modos como são lembrados e inseridos nos registros do passado.

A esse conjunto de reflexões soma-se a contribuição de Verena Alberti (2005), que enfatiza o caráter afetivo, subjetivo e situado dos relatos orais. Para a autora, a escuta deve atentar não apenas ao conteúdo da fala, mas às formas pelas quais os depoentes experienciam e elaboram suas memórias, frequentemente atravessadas por contradições, ambivalências e silêncios significativos. Assim, o relato oral não é um simples reflexo do passado, mas um gesto de subjetivação que

ressignifica a experiência vivida à luz do presente e da interlocução com o outro; um processo em contínua elaboração e sujeito a disputas.

O Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal surgiu “em decorrência da necessidade de ampliar os horizontes das informações contidas nos documentos oficiais sobre a construção de Brasília”³⁴. Entre outras escutas, o programa realizou e organizou um conjunto de entrevistas com pioneiros de Ceilândia, reunidas no projeto *Formação de Ceilândia* (ARQUIVO PÚBLICO DO DF, atualizado em 28/03/2025). O Projeto apresenta depoimentos orais dos moradores transferidos pela CEI, “repassando os principais passos do surgimento da cidade, cujos 24 (vinte e quatro) depoimentos cedidos ao ArPDF, refletem o orgulho dos pioneiros que viram a cidade nascer, crescer e progredir”³⁵. Os testemunhos oferecem uma visão detalhada e sensível dos processos de remoção compulsória, das formas de resistência e da invenção cotidiana da vida urbana. Neles, “a tensão entre o sentimento de estar excluído de Brasília e ao mesmo tempo incluído em sua história subjaz, já a sensação de ser parte de uma comunidade formada ao longo do processo de construção de cada um dos lugares é inequívoca” (Derntl, 2019). As memórias evocadas pelo Programa de História Oral do ArPDF revelam múltiplas formas de exclusão social, mas também narrativas de construção coletiva, onde a valorização dos vínculos locais confere unidade a vivências distintas, expressando tanto aspirações individuais quanto demandas coletivas.

A valorização da vivência nos leva ao Museu Virtual de Ceilândia³⁶, iniciativa inovadora no campo da história e da educação patrimonial, configurando-se como um espaço de construção coletiva da memória a partir das narrativas de si. Idealizado no contexto do ensino médio, sob coordenação do professor Vinícius José, o projeto teve início durante a pandemia de Covid-19 e foi desenvolvido junto a estudantes do Centro Educacional 06 de Ceilândia, no âmbito de um mestrado profissional em Ensino de História. Trata-se de um museu digital que reúne entrevistas, filmes e documentários, documentos oficiais e trabalhos

³⁴ Disponível em <https://www.arquivopublico.df.gov.br/programa-de-historia-oral>. Acesso em novembro de 2021.

³⁵ Idem.

³⁶ <https://museuvirtualdeceilandia.com.br/>. Acesso em dezembro de 2021.

acadêmicos, com o objetivo de documentar e difundir as múltiplas experiências que compõem a história da Ceilândia.

A proposta se ancora na valorização das memórias pessoais como fontes de conhecimento histórico. Ao mobilizar as narrativas de si - depoimentos orais, relatos familiares, lembranças do cotidiano - o projeto contesta as versões hegemônicas da história de Brasília e opera como um contra-arquivo, uma plataforma em que se inscrevem memórias silenciadas e se afirmam identidades múltiplas.

Do ponto de vista pedagógico, o Museu Virtual de Ceilândia também se apresenta como um importante laboratório de ensino-aprendizagem em história. Os estudantes não apenas assumem o papel de pesquisadores, mas vivenciam o processo historiográfico em todas as suas etapas: coleta, seleção, problematização e organização das fontes. Esse exercício de elaboração crítica, ancorado em vínculos afetivos com o território, estimula a autonomia intelectual e promove uma relação reflexiva com a história local. O processo formativo, portanto, transcende os limites da sala de aula e conecta o saber escolar à experiência vivida, consolidando práticas de cidadania cultural.

A estrutura digital do museu, acessível por meio da internet, tem curadoria participativa que desafia modelos tradicionais de musealização e incorpora princípios da museologia social, em que o acervo é concebido como um espaço vivo, em permanente construção e aberto à participação da comunidade. O projeto tem como um dos organizadores o Prof. Manoel Jevan, uma das referências da história e cultura ceilandense. Em 1993, Jevan fundou a Casa da Memória Viva da Ceilândia, localizada no setor P-Sul, um espaço que valoriza a história da classe trabalhadora de Brasília.

O Museu Virtual de Ceilândia é um projeto que contribui para a valorização da memória periférica e o fortalecimento das identidades coletivas. Ao privilegiar as narrativas de si como forma de produção histórica, o museu tensiona fronteiras entre história e memória, entre saber acadêmico e experiência popular, transformando o arquivo em espaço de invenção comunitária.

Entre o material disponível na biblioteca digital encontra-se o livro *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo* (DANTAS et al., 2020), resultado

de uma pesquisa participativa promovida pelo IPHAN que destaca-se por reunir jovens moradores em um exercício coletivo de construção de memória. Nesse trabalho, o conhecimento local é reconhecido como saber legítimo e as experiências vividas tornam-se fontes para pensar a cidade de forma plural, afetiva e crítica.

O conhecimento local também é o cerne da tese *Fora do plano, em luta pelo espaço: memória, distopia e arquivo em narrativas das periferias*, defendida por Anderson de Figueiredo Matias no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília em 2022. A tese constitui uma investigação sobre as formas pelas quais produções culturais das periferias brasileiras se apropriam do espaço urbano e constroem novas representações, confrontando a lógica dominante de exclusão, estigmatização e silenciamento imposta historicamente por políticas estatais e práticas discursivas hegemônicas.

A tese analisa “como produções artísticas das periferias estetizam as experiências de habitar as margens das cidades”, considerando a hipótese de que a “representação do espaço, elaborada por olhares das periferias, pode reconstruí-la como território do qual personagens se apropriam a fim de ressignificar o sentido da degradação e da precariedade”, sem perder de vista a “consciência crítica da necessidade de superação de problemas sociais”. Com isso, discute também as alterações que essas obras geram no campo literário, a partir da produção de artistas e da construção de uma linguagem específica, “ferramentas teóricas e estratégias de leitura para abordagem dessas produções” (MATIAS, 2022, p.ix).

A partir de uma vivência enraizada na Ceilândia, Matias propõe uma reflexão crítica acerca das maneiras pelas quais a literatura e outras linguagens artísticas produzem narrativas contra-hegemônicas sobre o espaço urbano e a memória coletiva. O trabalho parte do pressuposto de que a experiência do espaço é atravessada por hierarquias sociais, raciais e simbólicas, e que, portanto, os modos de representá-lo também se tornam campos de disputa política e estética.

O *corpus* da pesquisa é composto por obras de diferentes linguagens e origens, entre eles os filmes *A cidade é uma só?* (2011) e *Branco sai, preto fica* (2015), ambos dirigidos pelo cineasta ceilandense Adirley Queirós. As obras compartilham a elaboração de discursos que se insurgem contra a violência simbólica e material

que estrutura a experiência periférica, ao mesmo tempo que oferecem novos modos de habitar e imaginar a cidade. O autor argumenta que a produção de conhecimento sobre as periferias exige metodologias afetivamente situadas e epistemologias contra-coloniais, rompendo com a neutralidade da tradição acadêmica.

Nos filmes de Adirley Queirós, Ceilândia aparece não apenas como cenário, mas como um operador narrativo central, a partir do qual se evidenciam fraturas constitutivas da democracia brasileira, cujo paradigma é Brasília. *A cidade é uma só?* e *Branco sai, preto fica* partem de experiências locais, mas tensionam os limites do projeto modernista, dos discursos institucionais e das formas de representação do espaço. Mais do que enunciar uma denúncia, suas narrativas constroem zonas de ambivalência em que convivem desalento e inventividade, opressão e reinvenção, documento e ficção. O território, nesses filmes, é tanto o traçado da exclusão quanto o ponto de partida para sua problematização.

A cidade é uma só? investiga os rastros de uma prática urbanística que, ao deslocar populações inteiras sob o argumento de integração, criou fronteiras sociais que se mantêm. O filme acompanha três personagens que transitam entre o pertencimento e a recusa, expondo tensões internas a uma cidade que é, ao mesmo tempo, abrigo e marca de desterro. Zé Bigode é um corretor de imóveis autônomo; Nancy é uma das portadoras da memória da remoção da Vila do IAPI, tendo cantado o jingle da Campanha quando criança. Em busca de documentos que comprovem seu depoimento, a personagem visita arquivos públicos de Brasília à procura de registros da Campanha. Diante da ausência deles, a solução é “ficcionalizar o documento para garantir a apreensão do fato histórico pela memória coletiva do país” (SETÚBAL, 2018, p.16). E Dildu é o candidato do partido de um homem só, que também cria um jingle de campanha, marcando novamente o embate entre propaganda e realidade. A Ceilândia que aparece no filme não é homogênea: suas fissuras são perceptíveis nas memórias da remoção e nas estratégias individuais de afirmação. Ao invés de oferecer um relato coeso e linear, o filme fragmenta o espaço e o tempo, destacando as multiplicidades que atravessam a experiência periférica.

Por sua vez, *Branco sai, preto fica* investe numa forma mais radical de reorganização da temporalidade e da espacialidade, introduzindo elementos da ficção científica e da especulação distópica. Ceilândia é apresentada como um território submetido a vigilância e violência constantes, mas também como campo de possibilidades abertas pela imaginação. Ao trabalhar com personagens reais – sobreviventes de uma ação policial ocorrida nos anos 1980 – que encenam versões ficcionais de si mesmos, o filme embaralha os limites entre testemunho e ficção. Nesse entrecruzamento, a narrativa fílmica escancara que “a promessa feita pelo Estado reparador de justiça social, inclusão política e inserção no mercado não passam de ficção científica” (SETÚBAL, 2018, p.18).

Como analisa Mariana Lucas Setúbal, a obra de Queirós articula um gesto político que não se esgota na crítica ao urbanismo segregador, mas também elabora formas de distorção da história oficial por meio da imaginação e da fabulação. Essa fabulação, entretanto, não assume um caráter redentor. Ao contrário, ela conserva os impasses da realidade que a sustenta: a presença contínua da violência, a limitação das utopias de reparação, a permanência das estruturas de exclusão. O futuro projetado pelos personagens de Queirós não é um horizonte plenamente emancipador, mas um espaço de disputa em que as feridas do passado ainda estão abertas. O trauma da remoção (o personagem Dildu chega a propor na plataforma de sua campanha a indenização dos removidos), os deslocamentos desumanos para o Plano Piloto, a segregação contínua, os gestos de reinvenção que nem sempre se completam. O cinema de Queirós não resolve esses impasses, mas os torna visíveis.

A elaboração do trauma e a afirmação identitária se expressam também na cena do rap, que se consolidou como linguagem política e estética. Artistas como Câmbio Negro, GOG, Viela 17 e Japão Viela não apenas inseriram Ceilândia no mapa da cultura hip-hop brasileira, como também produziram um imaginário musical em que a cidade aparece como símbolo de resistência negra, orgulho periférico e memória insurgente. Em suas composições, a Ceilândia é simultaneamente lembrança da remoção e horizonte de construção coletiva – espaço de contranarrativa aos estigmas midiáticos e institucionais.

Teve um tempo em que, se alguém ia para o Plano Piloto, para o Guará ou qualquer outra cidade satélite, raramente falava ‘sou ceilandense’. Aí é que entra o rap, com um verdadeiro papel. Quando se ouve alguém falar ‘sou negão careca da Ceilândia mesmo, e daí?’, isso é uma reafirmação. Nós queríamos falar dos problemas da cidade, mas também da qualidade, que supera os problemas. São quase 500 mil moradores. Impossível ter Ceilândia como 500 mil bandidos. Não, não se pode ficar nos tachando para baixo. Tem que analisar, conhecer a cidade, saber o que é, saber qual é a dos moradores. Ceilândia é um caldeirão de cultura.” (Japão, Viela 17. In: SARAIVA, 2023).

A pesquisa *O Rap da Ceilândia*, conduzida por Elane Ribeiro Peixoto, Janaina Peres e colaboradoras, interpreta o rap como uma linguagem de resistência e reconfiguração do espaço urbano. Por meio de uma abordagem que aproxima o rap do repente - expressão tradicional da oralidade nordestina - o estudo revela a potência criativa da periferia na elaboração de narrativas que desestabilizam o imaginário dominante sobre Brasília. Segundo as autoras, os rappers da Ceilândia reelaboram coletivamente a experiência de opressão, transformando-a em discurso público, gesto artístico e prática política. O rap, nesse sentido, torna-se não apenas uma forma de denúncia, mas um dispositivo de reconstrução simbólica do território.

Essa reconfiguração pode ser compreendida à luz da teoria de Stuart Hall (2003), que concebe a identidade cultural não como essência fixa, mas como processo histórico, discursivo e relacional. A cultura, para Hall, é o lugar onde significados são produzidos e disputados - especialmente por grupos subalternizados que, posicionados à margem, desenvolvem práticas culturais capazes de contestar os modos hegemônicos de representação. Os sujeitos periféricos, ao enunciar suas experiências por meio do rap, constituem o que Hall denomina um “lugar de fala” estratégico, de onde emergem narrativas contra-hegemônicas que colocam em xeque a imagem de Brasília como cidade ordenada e sem conflitos. Em suas palavras, “as culturas populares são os terrenos em que se trava a luta entre resistência e apropriação” (HALL, 2003, p. 234).

Nesse ponto, se aproxima dos conceitos de hibridismo e terceiro espaço, propostos por Homi Bhabha (1998). Bhabha argumenta que as identidades não emergem de pólos fixos, mas da intersecção entre culturas, saberes e experiências. Esse “terceiro espaço” é um lugar de negociação, onde se produzem novas subjetividades e formas de pertencimento. A Ceilândia, neste contexto, configura-se como território híbrido por excelência: marcada pela migração nordestina, pela autoconstrução, pela marginalização institucional, mas também pela vibrante produção cultural que ressignifica essas condições. O rap ceilandense, ao apropriar-se de múltiplas linguagens - do repente à cultura hip-hop global - inscreve-se nesse espaço intersticial, criando um vocabulário próprio para narrar o vivido e afirmar a legitimidade de outras formas de estar na cidade.

Assim, o rap não apenas tensiona a geografia simbólica da capital, como redefine o próprio conceito de cidade ao inscrever sentidos urbanos vindos da experiência popular. Ele atua como enunciação política que desafia o monopólio da representação urbana pelas elites, propondo uma cartografia afetiva e insurgente em que a Ceilândia não é mais periferia, mas centro de enunciação.

A ideia de narrativa dos sujeitos historicamente silenciados também esteve presente na exposição itinerante “Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra na História do Distrito Federal”, que constituiu uma relevante iniciativa de memória e valorização da contribuição negra na construção de Brasília e na formação histórica e social do Distrito Federal. Realizada a partir de 2019, com lançamento no Museu Nacional da República, a mostra teve a curadoria da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto e a colaboração de estudantes da Universidade de Brasília. O projeto emergiu de pesquisas realizadas junto ao Arquivo Público do Distrito Federal, nas quais os estudantes identificaram uma expressiva presença negra nos registros fotográficos institucionais, frequentemente apagada pelas narrativas oficiais sobre a capital federal³⁷.

A exposição estruturou-se a partir de uma abordagem histórico-fotográfica, reunindo imagens produzidas pela antiga Secretaria de Comunicação Social,

³⁷ UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Exposição revela protagonismo negro na história do DF*. UnB Notícias, 13 set. 2019. Disponível em: <https://noticias.unb.br/122-extensao/3533-exposicao-revela-protagonismo-negro-na-historia-do-df>. Acesso em: out. 2022.

depoimentos orais e registros de memórias familiares. Por meio de painéis temáticos, recursos audiovisuais e suportes interativos, a mostra promoveu uma experiência sensorial e reflexiva que convidava o público a reconhecer e reposicionar a centralidade das trajetórias negras na fundação e no cotidiano da cidade³⁸. O gesto simbólico de "reintegração de posse", que dá nome à exposição, sugeria a devolução do protagonismo desses sujeitos na história do Distrito Federal³⁹.

As narrativas abordadas na mostra abrangeram múltiplas dimensões da experiência negra em Brasília. Destacaram-se as dinâmicas de migração forçada e espontânea que trouxeram homens e mulheres negras para os canteiros de obra da nova capital, assim como os processos de exclusão posteriores, como a “Operação Retorno”, que pretendia devolver ao seu estado de origem os trabalhadores considerados excedentes após a inauguração de Brasília. A exposição também evidenciou os mecanismos de segregação racial e espacial presentes no projeto urbanístico da cidade, que relegaram a população negra às regiões periféricas, enquanto o Plano Piloto permaneceu reservado às elites brancas. A mostra recuperou, ainda, histórias de personagens pouco reconhecidos pela historiografia oficial, como Sinfrônio Lisboa, o único quilombola registrado oficialmente no Distrito Federal⁴⁰, e lançou luz sobre experiências coletivas de luta por moradia, trabalho, educação e dignidade. Temas como infância, cultura, religiosidade, ativismo, gênero e violência racial foram tratados de forma transversal, contribuindo para a construção de um mosaico plural da presença negra no território.

A exposição “Reintegração de Posse” cumpriu um papel fundamental no enfrentamento do apagamento histórico das populações negras em Brasília. Ao deslocar o olhar historiográfico do centro para as margens, do monumento para a

³⁸ CORREIO BRAZILIENSE. *Exposição homenageia presença negra na formação do DF*. Brasília, 12 set. 2019. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/12/interna_cidadesdf,788949/exposicao-homenageia-presenca-negra-na-formacao-do-df.shtml. Acesso em: out. 2022.

³⁹ AGÊNCIA BRASÍLIA. *Galeria dos Estados recebe mostra sobre pioneiros negros do DF*. Brasília: Governo do Distrito Federal, 03 dez. 2020. Disponível em:

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/12/03/galeria-dos-estados-recebe-mostra-sobre-pioneiros-negros-do-df/>. Acesso em: out. 2022.

⁴⁰ AGÊNCIA BRASÍLIA, op. cit.

trajetória dos trabalhadores, e do mito fundacional para a experiência vivida, a mostra contribuiu para a descolonização do imaginário urbano da capital. Sua proposta curatorial inscreveu-se em uma pedagogia pública antirracista, ao fomentar debates sobre pertencimento, cidadania, justiça espacial e memória.

As pesquisas e propostas artísticas apresentadas neste item podem ser vistas como parte de uma “virada testemunhal e decolonial do saber histórico”, conforme Márcio Seligmann-Silva (2022) apresenta como contribuição ao debate contemporâneo sobre historiografia. Nesta “virada”, escutar o testemunho de quem foi historicamente silenciado – e reconhecer a validade de seus saberes – é um gesto político de desfazer hierarquias epistêmicas e éticas, além de uma exigência crítica para a reconstrução do próprio campo da história como prática intelectual e compromisso social.

O autor propõe uma inflexão crítica nas formas tradicionais de produção do conhecimento histórico, examinando como o testemunho – sobretudo aquele relacionado a experiências traumáticas e subalternizadas – pode deslocar os regimes epistêmicos hegemônicos da historiografia ocidental. A obra se localiza no cruzamento entre teoria da história, filosofia, crítica cultural e estudos decoloniais, articulando uma reflexão que questiona as bases eurocentradas da construção do saber histórico.

Seligmann-Silva parte da constatação de que, nas últimas décadas, ocorre uma “virada testemunhal” no campo das humanidades, em que o testemunho adquire centralidade não apenas como fonte, mas como forma de conhecimento. Essa virada, segundo o autor, desestabiliza a crença iluminista na racionalidade objetiva do historiador e reivindica a legitimidade de narrativas marcadas pela dor, pela fragmentação e pela impossibilidade de totalização. O testemunho, especialmente dos sujeitos subalternos – como sobreviventes de genocídios, vítimas da escravidão, populações colonizadas – se traduz como crítica da narrativa dominante e como reconfiguração do espaço epistemológico da história.

A crítica de Seligmann-Silva volta-se contra os fundamentos modernos do saber histórico, que ele identifica como herdeiros da lógica colonial. Nesse sentido, sua proposta de uma “virada decolonial” do saber histórico visa desnaturalizar os

cânones de representação e os critérios de cientificidade impostos por um universalismo eurocentrado. Ao mobilizar autores como Walter Mignolo e Aníbal Quijano, o autor sugere que a decolonialidade não é apenas uma questão temática, mas implica uma transformação estrutural das formas de produção e validação do conhecimento, exigindo uma escuta radical do outro.

Ao longo do livro, Seligmann-Silva faz uma crítica às formas convencionais de memorialização institucional, que tendem a neutralizar a força disruptiva do testemunho e a assimilá-lo ao discurso da nação, da reconciliação ou da patrimonialização. Em oposição a isso, propõe uma política da memória ancorada no reconhecimento da vulnerabilidade dos corpos e das narrativas, em uma pedagogia do trauma que não visa à superação do passado, mas à sua reinscrição como questão presente e inacabada. O autor afirma que as políticas de esquecimento precisam ser enfrentadas, já que elas “sustentam quadros de memória que balizam a repetição da exploração e da violência” (p.19). A “virada testemunhal do saber histórico” se refere a “novas sensibilidades desenvolvidas no contexto pós-colonial em que o corpo e sua localização passam a ser reconhecidos como parte da construção de outras narrativas e epistemologias” (ibid.,p.19):

Nossos escritores, cineastas e artistas são justamente alguns dos principais agentes dessa nova arte da memória ética construída a partir dessas novas sensibilidades (...) eles apresentam os conflitos sociais de modo a produzir pontes, abrir arcos que nos conectam com as vítimas daquilo que a ideologia chama de “progresso”, mas que é, na verdade, a continuidade da exploração dos vivos pelos homens e dos homens sobre a natureza (ibid.,p.19).

A narrativa, enquanto forma de organização discursiva, constitui-se como um operador fundamental da linguagem e do pensamento, na medida em que oferece uma estrutura capaz de articular o tempo, o sentido e a experiência. Em *Tempo e narrativa*, Paul Ricoeur (1983) argumenta que é por meio da narrativa que o tempo se torna inteligível: a experiência temporal, descontínua e heterogênea, ganha coerência através da configuração narrativa, que organiza os acontecimentos em uma totalidade dotada de sentido. A narrativa, portanto, não

é mera ilustração do tempo, mas um modo de o tornar compreensível, ao estabelecer relações entre o factual e o possível, o vivido e o pensado. Ao narrar, instaura-se um "tempo narrado", capaz de entrelaçar o cronológico e o existencial, abrindo um espaço de significação no interior da linguagem.

Essa concepção é abordada por Jacques Rancière em *Os nomes da história* (1992), ao propor que a narrativa histórica é, antes de tudo, uma poética do saber: utiliza procedimentos literários para apresentar um discurso como científico ou dotado de significado. A narrativa não apenas nomeia fatos, mas define o estatuto do que pode figurar como acontecimento e quem pode figurar como sujeito histórico. É nesse sentido que a escrita da história, enquanto forma discursiva, atua politicamente: ela institui cenas, vozes e regimes de visibilidade, deslocando os limites do que é reconhecido como saber.

Nesse horizonte, a publicação *Nebulosas do pensamento urbanístico*, em seu capítulo inicial "Modos de narrar" (Jacques; Cerasoli; Pereira, 2020) contribui com uma perspectiva que valoriza a narrativa como prática discursiva capaz de acolher a multiplicidade e a heterogeneidade das experiências urbanas. As autoras defendem que narrar é montar: uma operação que organiza fragmentos - espaciais, temporais, discursivos - em arranjos sensíveis que não visam à síntese totalizante, mas à abertura interpretativa. A narrativa, como linguagem, permite visibilizar trajetórias não lineares, experiências subalternizadas e formas de viver a cidade que escapam aos modelos normativos de representação. Nesse sentido, os "modos de narrar" são também modos de interrogar e reinscrever o espaço urbano, suas histórias e seus sujeitos.

A articulação entre essas perspectivas permite compreender a narrativa não como um simples meio de representação, mas como forma discursiva dotada de densidade epistemológica, estética e política. Narrar é instituir mundos possíveis e produzir inteligibilidade diante da complexidade da experiência histórica e urbana. Ao aproximar a narrativa do campo do urbanismo – campo que "requer que, ao lado do texto, se interpelem também as imagens e os dispositivos materiais e imateriais, perguntando: a quem e a que servem? O que perpetuam? Quando transgridem?" (ibid., p.17) – a narrativa não apenas reflete a realidade: ela a constitui, intervindo ativamente na disputa pelos modos de habitar o mundo.

3.2) Este território pertence à Ceilândia *

Neste item reunimos expressões artísticas produzidas por jovens de Ceilândia e demais RAs periféricas. Em suas obras e discursos manifestam a vontade de transcender fronteiras através da poética, da política e da produção de imagens de si. Neste contexto localizamos o programa Jovem de Expressão.

O programa Jovem de Expressão, implementado na Ceilândia a partir de 2007, configura-se como uma iniciativa voltada à juventude periférica do Distrito Federal, com foco na promoção de práticas culturais, educativas e de fortalecimento de vínculos comunitários. Seu surgimento relaciona-se a um diagnóstico institucional sobre as causas da violência entre jovens nas regiões administrativas do DF, que indicava a carência de oportunidades de formação, acesso à cultura e espaços seguros de convivência como fatores estruturantes da vulnerabilidade juvenil. Nesse contexto, o programa foi idealizado como uma proposta de intervenção territorial, articulando políticas de juventude, cultura e saúde comunitária, com ênfase em metodologias participativas e de educação não formal.

A sede do projeto localiza-se na Praça do Cidadão, Ceilândia Norte, em um imóvel anteriormente utilizado como delegacia de polícia. A apropriação simbólica e funcional deste espaço indica uma tentativa deliberada de ressignificação do território, promovendo sua transformação em polo de produção cultural e circulação de saberes locais. O complexo físico compreende ambientes multifuncionais voltados à realização de cursos, oficinas, eventos formativos, atendimento psicológico comunitário e exposições. A partir da ocupação contínua e da ativação cultural do espaço, o programa vem consolidando uma centralidade alternativa no cotidiano urbano de Ceilândia, não isenta de tensões, mas sustentada pela presença ativa de coletivos, jovens artistas e moradores da região.

Com orientação metodológica centrada na escuta e no acolhimento, o Jovem de Expressão propõe ciclos formativos que combinam práticas artísticas e reflexão crítica. São oferecidos cursos em áreas como audiovisual, produção

* Afirmação presente em obra do artista Gu da CEI. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>.

cultural, comunicação, além de oficinas voltadas à saúde mental e cuidado coletivo. Ao longo dos anos, o projeto passou a incluir atividades como rodas de conversa, cineclubes, fóruns temáticos e vivências com educadores populares. O conjunto dessas práticas visa não apenas à qualificação técnica, mas à constituição de espaços de fala, troca de experiências e enunciação de identidades. Embora a proposta pedagógica do programa dialogue com experiências de educação popular, ela se articula também a demandas contemporâneas de empreendedorismo juvenil, inserindo-se no campo da economia criativa.

A abrangência territorial do Jovem de Expressão contempla majoritariamente jovens de Ceilândia, mas se estende a outras regiões administrativas do DF e ao entorno, atingindo um público amplo e diverso. Ainda que o projeto se apresente como uma alternativa concreta às ausências do Estado em termos de políticas culturais e educacionais, ele não se propõe como substitutivo, mas como experiência de construção coletiva. A constituição de redes de pertencimento e a revalorização de trajetórias pessoais e coletivas figuram entre os efeitos mais notáveis do programa, ainda que esses efeitos sejam difíceis de mensurar de forma objetiva.

Ainda que o programa venha sendo reconhecido por diferentes instâncias públicas e privadas — com homenagens parlamentares e premiações em inovação social —, seu caráter experimental, situado e processual convida a análises que levem em conta não apenas os resultados esperados, mas também as dinâmicas internas, os limites e as disputas que atravessam sua consolidação. Trata-se, portanto, de uma experiência que permite observar, em escala localizada, a emergência de formas de ação coletiva e de produção de comum urbano (TONUCCI FILHO, 2017) em territórios marcados historicamente pela exclusão.

Um dos aspectos centrais do Jovem de Expressão é a articulação entre território, identidade e produção simbólica. A apropriação do espaço urbano por meio de práticas artísticas e pedagógicas instaura um tipo de enunciação que tende a reposicionar a juventude periférica como sujeito ativo da cidade. A galeria Risofloras, instalada em um dos blocos, exemplifica esse movimento ao abrigar exposições de artistas locais e promover ações que tensionam as dicotomias entre centro e periferia, arte erudita e popular, visibilidade e anonimato. Mais do que um

espaço expositivo, a galeria configura-se como lugar de elaboração de narrativas visuais sobre a cidade e seus habitantes. Uma das exposições visitadas durante o desenvolvimento desta pesquisa apresentava o seguinte texto curatorial:

Laços e Confrontos

A exposição *Laços e Confrontos* é atravessada pela necessidade de impulsionar jovens artistas que se deslocam em busca de oportunidades e reivindicam territórios de valorização da arte. Além disso, salienta a urgência de transformar espaços de opressão em espaços de descoberta e experimentação artística, como é o caso da Galeria Risofloras, um antigo posto policial, que hoje é ocupado para dar lugar à arte e à cultura.

Laços e Confrontos enaltece regimes de representação negra, periférica, feminina, travesti e LGBTQIAP+, além de contextualizar a revolução em curso que, destruição após destruição, abate, a partir de resgates ancestrais, o futuro antes fadado à perversidade colonial que explora o nosso continente. O academicismo e elitismo intrínseco ao circuito das artes visuais nacional é afrontado por uma curadoria composta por pessoas sem título de doutor(a).

As obras são conectadas por vivências coletivas na periferia, costuradas pela reconstrução de enunciados que reverenciam o afeto, a memória, a natureza, espiritualidade e olhares em diáspora negra. Trata-se do reflexo do mergulho em si, na imperfeição humana, para entender-se enquanto divindade.

Rainhas com coroas de facas e heranças que cortam e perfuram acessos para a liberdade de ser, amar e receber o amor que merecemos. Flechas que, assim como as de Oxóssi, provêm alimento e força para seguir conquistando o que é nosso por direito. Arte.

Aprecie a reinauguração da Galeria Risofloras, umas das poucas do tipo fora do Plano Piloto. Espaço de pertencimentos, divisões, trânsitos e diálogos que rompem e constroem pontes entre universos da arte contemporânea.

Curadoria

Gu da CEI

Luiz Ferreira

Rayane Soares

A exposição *Laços e Confrontos*, realizada em outubro de 2021 na Galeria Risofloras, apresentou-se como um exercício curatorial orientado por tensões territoriais, políticas e estéticas. Sua proposição parte da necessidade de impulsionar a atuação de jovens artistas moradores de territórios periféricos do Distrito Federal, deslocando os eixos de legitimação artística e reivindicando espaços historicamente alijados da cena cultural institucionalizada. A ocupação física e simbólica da galeria, localizada no antigo posto policial desativado no contexto do programa Jovem de Expressão, não é incidental: revela-se como gesto de reconfiguração espacial que subverte os usos originais do lugar e o reinscreve como território de criação, enunciação e experimentação artística.

O discurso curatorial da mostra mobiliza um vocabulário atravessado por categorias como "afeto", "espiritualidade", "diáspora" e "resgate ancestral", compondo um campo semântico que se distancia da retórica formalista e racionalista predominante nos circuitos centrais de arte contemporânea. Ao invés disso, o que se propõe é uma imersão subjetiva e coletiva nas experiências periféricas, tomadas não como simples temas de representação, mas como lugares de elaboração estética e política. Trata-se de uma inversão deliberada das hierarquias espaciais e epistêmicas que estruturam o sistema da arte, o que se torna evidente na ênfase colocada na formação de uma curadoria não-acadêmica, composta por pessoas "sem título de doutor(a)".

Essa recusa ou suspensão do lugar de autoridade tradicional na curadoria parece não implicar um anti-intelectualismo, mas sim um reposicionamento do saber a partir da vivência, da escuta territorial e das afetações compartilhadas. A curadoria é, nesse caso, concebida como prática situada, alinhada a uma pedagogia do território e não à racionalidade hegemônica do campo artístico. O confronto enunciado no título da exposição é, portanto, também um embate epistemológico: afirma a potência de outras formas de saber, de outras práticas curatoriais e de outros modos de construir narrativas visuais que partem das margens e se colocam em disputa com os centros.

As obras reunidas na mostra compartilham uma conexão com “vivências coletivas na periferia”, expressas por meio de imagens, materiais e suportes diversos. O corpo é aqui um vetor recorrente: corpos “com coroas de facas”, heranças atravessadas pela dor, pela violência e pela ancestralidade, corpos que se fazem linguagem e, ao mesmo tempo, denúncia. A referência a Oxóssi, como figura mítica de caça, adiciona à curadoria uma dimensão cosmológica que alinha produção artística e cosmovisão afro-brasileira, tensionando os regimes de representação ocidentalizados.

Além de sinalizar o espaço expositivo como dispositivo de visibilidade e articulação comunitária, a exposição *Laços e Confrontos* inscreve-se também como prática de reescrita territorial. Ao nomear a Galeria Risofloras como “uma das poucas do tipo fora do Plano Piloto”, o texto curatorial reforça os contrastes estruturais entre centro e periferia, institucionalidade e autonomia, legitimidade e experimentação. Ainda assim, evita a formulação de uma dicotomia rígida, optando por destacar a galeria como espaço de trânsitos e atravessamentos, onde “pertencimentos e diálogos” são mobilizados não apenas como temas, mas como formas de organização curatorial.



Figura 32: Instalação *Artérias*, de Gabriel Matos. Bordado em telhas de barro e arame. 43x80 cm (díptico) (2021). Imagem disonível em: <https://www.matosgabriel.com/>. Acesso: março de 2025.

Um dos trabalhos expostos nesta ocasião foi a instalação *Artérias* do artista Gabriel Matos, obra simbólica que convoca memórias corporais e urbanas por meio de elementos materiais carregados de significados históricos e sensoriais. A instalação consiste em duas telhas cerâmicas quebradas, entrelaçadas com fios vermelhos e arame, remetendo visualmente a uma rede vascular. O uso do fio vermelho, que traça uma costura tensa e visível sobre os fragmentos da telha, remete às artérias evocadas no título, ao passo que o entrelaçamento com arames sugere uma tensão entre a rigidez da matéria e a tentativa de recomposição.

O vermelho remete à pulsação do sangue e à energia vital, instaurando uma fricção entre o concreto e o orgânico, o estrutural e o sensível, o doméstico e o corporal. As telhas, por sua vez, são elementos da construção civil, evocando a ideia de moradia e abrigo – referências que reverberam intensamente no contexto da Ceilândia. As telhas, fragmentadas e atravessadas por fios como cicatrizes, corporificam as marcas históricas do deslocamento forçado, da precariedade material e da resiliência cotidiana dos habitantes da cidade.

O título *Artérias* sugere que há uma pulsação que insiste, que continua a fluir mesmo em meio às rupturas. Assim, a instalação também pode ser lida como uma metáfora da estrutura afetiva e coletiva que sustenta a vida nas bordas urbanas. Relacionando diretamente com o nome da exposição, os laços – familiares, comunitários, territoriais – são também confrontos, marcas de conflito, resistência e insistência. O gesto de costurar uma telha quebrada com fios aponta para um ato de cuidado e remendo, mas que não apaga a fratura, apenas a revela como parte da existência.

Essa dimensão processual, de contínuo trânsito e negociação entre diferentes campos de pertença, parece constituir um dos aspectos mais significativos da exposição *Laços e Confrontos*. Ao invés de apresentar uma identidade homogênea da arte periférica, a mostra sugere um campo em movimento, tenso, onde se elaboram vínculos (laços) e se explicitam fraturas (confrontos). A curadoria opta por não resolver essas tensões, mas antes habitá-las como matéria estética e política.

Dessa maneira, *Laços e Confrontos* pode ser pensada como parte de um esforço mais amplo de resignificação dos modos de fazer, mostrar e legitimar arte no contexto do Distrito Federal. Nesse sentido, a exposição não apenas revela obras, mas também problematiza os modos de sua circulação, as condições de sua produção e os discursos que as sustentam. Ao articular subjetividades dissidentes, poéticas periféricas e insurgências curatoriais, o projeto apresenta-se como instância de produção de visibilidade e de reinvenção dos vínculos entre arte, território e memória.

As obras expostas tensionam os regimes de representação e constroem pontes com os debates contemporâneos sobre arte, cidade e experiência periférica. Nesse percurso, é importante considerar também outras iniciativas que, no mesmo território e sob lógicas semelhantes de organização comunitária e produção cultural, vêm contribuindo para a emergência de um campo visual periférico, não subordinado às codificações institucionais tradicionais da arte e da cultura. Entre elas, destaca-se o *Festival Foto de Quebrada*, realizado desde 2021 como desdobramento do programa Jovem de Expressão e de suas práticas curatoriais e formativas.

O Foto de Quebrada surge como um festival de fotografia com foco na circulação de narrativas visuais produzidas por jovens artistas da periferia. Seu objetivo central não é apenas exibir imagens, mas fomentar a escuta, o encontro e a construção coletiva de repertórios imagéticos sobre e desde a “quebrada”. Assim como em Laços e Confrontos, o festival tensiona os limites entre arte e documento, entre fotografia como arquivo e fotografia como intervenção simbólica. As imagens expostas nas edições do Foto de Quebrada não demonstram ser apenas representações do real periférico, mas construções que interrogam as condições materiais, afetivas e estéticas da vida nos territórios urbanos subalternizados.

A curadoria do festival, composta por artistas, fotógrafos, educadores e participantes do Jovem de Expressão, privilegia processos formativos: muitos dos selecionados na primeira edição eram ex-alunos dos cursos de audiovisual ou de oficinas de imagem promovidas pelo programa, o que evidencia a interdependência entre formação e criação, entre mediação pedagógica e produção artística. Em lugar de uma curadoria baseada na consagração de nomes ou no repertório técnico-institucional da fotografia, o Foto de Quebrada aposta em outros critérios como o vínculo com o território, a singularidade do olhar, o compromisso com a coletividade.

As participações no festival - cuja galeria virtual encontra-se disponível online⁴² - têm mobilizado temas como memória comunitária, juventudes negras, religiosidades populares, sexualidades dissidentes e práticas de resistência

⁴² Disponível em: <https://fotodequebrada.com.br/galeria/>. Acesso em abril de 2025.

cotidiana. As exposições dialogam frequentemente com o espaço urbano da Ceilândia - seja na apropriação estética de sua paisagem construída, seja na documentação de seus rituais coletivos, como bailes, feiras e rodas culturais. Trata-se de uma fotografia que se ancora no cotidiano para extrair dele suas densidades simbólicas e políticas. A favela, a rua, a casa, o corpo e a ausência - todos aparecem como elementos recorrentes nas imagens expostas, sugerindo uma poética relacional.

O próprio nome do festival — *Foto de Quebrada* — evoca essa dupla dimensão: por um lado, afirma uma territorialidade específica, atravessada por estigmas e exclusões históricas; por outro, insinua uma fratura no campo da imagem, apontando para possibilidades de quebrar padrões de representação e regimes de visibilidade. As imagens produzidas nesse contexto não se pretendem universalizantes, ao contrário, são constituídas por afetos que se tornam visíveis no gesto fotográfico. O festival, assim, configura-se como espaço de elaboração coletiva de uma contra-cartografia da periferia, deslocando o eixo da representação para as bordas e produzindo, nas margens, um centro alternativo de significação.



Figura 33: Fotografia de Kadan Lopes. Festival Foto de Quebrada, 2020. Disponível em: <https://fotodequebrada.com.br/>. Acesso em novembro de 2021.

Esse é um trabalho sem título, o qual foi registrado num "lixão" à céu aberto aqui na nossa quebrada, escolhi lá para fotografar pq estava na época daqueles girassóis do mato, achei que seria um contraste legal com vermelho que eu havia escolhido para a foto, quando cheguei lá, tive uma surpresa, nada de girassóis, me deparei com boa parte de todo o espaço em cinzas, queimado e apenas um sofá vermelho, que não foi consumido pelas chamas usei como objeto em cena, e o resultado foi numa das fotos que mais amo do meu portfolio, fala profundamente comigo, no sentido do poder de reconstrução que temos na quebrada, no poder que temos de nos consumir por inteiro e sumir... Depois reconstruir tudo do zero. O poder de criar e produzir em meio ao caos, a falta de incentivo, a falta de grana, o ser poético e belo em meio a devastação, a dor, mesmo em meio a total caos a gente vive e resiste, cria, recria, escreve, reescreve...

Kadan Lopes – Festival Foto de Quebrada 1ª edição 2020/21

A fotografia de Kadan Lopes exibida na 1ª edição do Festival Foto de Quebrada (2020) apresenta a imagem de um homem negro, de olhos fechados, suspenso no ar em frente a um sofá vermelho deteriorado, inserido em um terreno baldio repleto de escombros e galhos queimados. A cena conjuga ruína e corporeidade, tensionando os limites entre o registro documental e o gesto performativo. O contraste cromático entre o vermelho do sofá e o entorno árido reforça a força simbólica do corpo como presença que insiste, mesmo diante da devastação. Trata-se de uma composição que atualiza, no espaço da imagem, experiências historicamente relegadas à invisibilidade, convocando o olhar a reconhecer no corpo negro um agente de enunciação, e não apenas de inscrição passiva.

A imagem pode ser lida à luz das formulações de Diana Taylor (2013) sobre arquivo e repertório, especialmente quando propõe que o conhecimento não é apenas transmitido por registros materiais, mas também pelo corpo, pelo gesto, pela performance. Ainda que fotográfica — e, portanto, arquivável — a imagem mobiliza repertórios de experiência e memória encarnadas. O corpo suspenso não apenas representa um sujeito periférico, mas encena uma transição entre presença e ausência, resistência e movimento. O gesto performado carrega consigo um saber situado, não redutível ao texto ou à imagem, mas constituído na própria ação corporal que rompe a passividade esperada do retrato.

Segundo Taylor, o arquivo tende a ser associado a instituições, durabilidade e legitimidade, enquanto o repertório se refere àquilo que é transmitido no corpo, no fazer, no ato de performar. Ao cruzar essas duas dimensões, a fotografia de Kadan Lopes opera como um duplo gesto: arquiva a performance ao fixá-la como imagem, mas também a convoca como memória viva, evocando práticas, territórios e afetos que não cabem inteiramente no registro documental. Essa duplicidade sugere que, em contextos marcados por apagamentos estruturais, como as periferias do Distrito Federal, a produção visual periférica rearticula a tensão entre arquivo e repertório como uma estratégia de sobrevivência simbólica e política.



Figura 34: Fotografia de Elaine Soares. Festival Foto de Quebrada, 2020. Disponível em: <https://fotodequebrada.com.br/>. Acesso em novembro de 2021.

Uma dupla exposição, no qual fiz um retrato contraluz junto da imagem do pôr do sol na minha quebrada, Santa Maria - DF. Essa foto fala um pouco sobre o potencial que há em cada menino criado na periferia. Com ela eu quis passar a ideia de que esses meninos, que em sua maioria são negros, possuem muito mais coisas grandiosas dentro de si, para além dos estereótipos que lhes são impostos. Meninos negros são luz.

Elaine Soares – Festival Foto de Quebrada 1ª edição 2020/21

No contexto da Galeria Risofloras, as exposições intensificam as possibilidades de apropriação comunitária do espaço expositivo. A galeria deixa de ser apenas um lugar de mostra e se converte em espaço de encontro, produção e circulação de imagens e discursos periféricos. Os muros da galeria, suas paredes, corredores e áreas externas tornam-se suporte para impressões, projeções, lambes-lambes, instalações fotográficas - como se a fotografia pudesse exceder os limites do papel e se inscrever, simbolicamente, na própria materialidade do território.

Nas visitas realizadas entre 2021 e 2023, no contexto desta pesquisa, a galeria se mostrou como uma plataforma de agenciamento artístico e territorial, inserida em uma ecologia cultural mais ampla que inclui as demais ações do Jovem de Expressão. Acompanhando as exposições propostas, compreendendo-as como formas de invenção que apontam uma mudança do imaginário da “cidade-segregada” para “cidade-imaginada”, destacamos o trabalho de um dos curadores da galeria, o artista visual Gu da CEI.

A produção artística de Gu da CEI - morador de Ceilândia como o próprio nome indica - se insere no campo das disputas por memória e visibilidade, recusando os modos oficiais de contar a história da capital e propondo, por meio de imagens manipuladas, colagens, vídeos, instalações e performances, uma contraescrita visual que insurge contra os apagamentos promovidos por uma historiografia monumentalista e excludente. A partir de uma sensibilidade periférica, seu trabalho tensiona os limites entre arte e política, documento e ficção, arquivo e fabulação, atuando como um gesto de reivindicação de autoria sobre a história e o direito de narrar.



Figura 35: *Invasão*. Projeção à laser e colagem. Gu da CEI, 2021. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>

Nas obras de Gu da CEI, o território periférico não aparece como sombra do centro, mas como lugar de produção de sentido, de memória e de linguagem. Ao fazer isso, reconfigura a memória pública e reposiciona a população periférica como protagonista de uma história que lhes foi sistematicamente subtraída. Na intervenção *Invasão* (Figura 35), por exemplo, foram projetadas frases por meio de laser sobre a Caixa d'Água de Ceilândia, monumento icônico da cidade. A escolha do local e da tecnologia utilizada confere à obra um caráter performativo e efêmero, ao mesmo tempo em que potencializa a visibilidade de um enunciado que afirma, com contundência, a dignidade e a resistência da população da cidade.

As frases, curtas e incisivas, deslocam a Caixa d'Água da imagem de cartão-postal para o campo da reivindicação simbólica. Se o monumento representa a racionalidade do projeto modernizador que ergueu Ceilândia a partir da remoção das favelas de Brasília, a intervenção de Gu da CEI reinscreve o espaço com outra gramática: não a da gestão técnica, mas a da memória vivida. A duplicação e o espelhamento da imagem reforçam a dimensão de enfrentamento discursivo que a obra mobiliza: trata-se de uma disputa pelo sentido das palavras que historicamente marcaram Ceilândia e seus moradores com o estigma da ilegalidade.

Desde sua fundação, Ceilândia esteve vinculada à categoria jurídica e moral de “invasão”, e ao projetar sobre o concreto essas expressões, Gu da CEI devolve ao espaço urbano a carga simbólica que o Estado historicamente impôs — mas, ao fazê-lo, desloca o lugar da enunciação. Quem agora fala não é o poder público, mas o morador, o artista. O jogo entre as frases — uma afirmativa (“isso é uma invasão”) e uma negativa (“não somos invasores”) — propõe uma crítica direta à linguagem que sustentou as políticas de remoção forçada. Ao reapresentar a palavra “invasão” como objeto de reapropriação e crítica, a intervenção de Gu da CEI se inscreve como um gesto de contraescritura sobre os monumentos da cidade.

O uso do laser — tecnologia que não deixa marcas permanentes — acentua o caráter efêmero da obra, ao mesmo tempo em que questiona a durabilidade seletiva da memória oficial. Trata-se de um ato de presença que resiste ao apagamento, ainda que não se fixe no tempo. O texto-luz, por isso mesmo, carrega

uma força poética: aquilo que não foi esculpido em pedra é projetado no concreto — e visto, registrado, compartilhado. A luz atravessa a noite, como um lampejo de memória, resistência e reivindicação. A própria materialidade da obra (luz, projeção, espelhamento) evoca a tensão entre visibilidade e apagamento. A intervenção aciona, assim, uma política da memória que não busca monumentalizar, mas inquietar — um dispositivo de interrupção narrativa, capaz de colocar em xeque os sentidos cristalizados pelas práticas urbanísticas.

Em última instância, a obra reativa o debate sobre quem tem o direito de nomear: invasores ou cidadãos? Periféricos ou pioneiros? Removidos ou fundadores? Ceilândia, ao ser nomeada e reinscrita por seus próprios moradores, deixa de ser o “outro” da capital planejada e se afirma como produtora de cidade, de linguagem e de história. Ao nomear Ceilândia como “terra dos incansáveis”, o artista atualiza o gesto de resistência daqueles que, diante da exclusão, construíram com esforço cotidiano um território de pertencimento.

A potência da intervenção reside em sua capacidade de convocação. As palavras projetadas atuam como uma inscrição luminosa de identidade. A intervenção pode ser lida, portanto, como um contraponto à monumentalidade tradicional, desafiando a lógica patrimonial e centralizadora da memória urbana. Ceilândia, nomeada como “terra dos incansáveis”, não apenas se reinscreve na paisagem simbólica do Distrito Federal, mas se projeta — literalmente — como território de luta, de afirmação e de vida.



Figura 36: Instalação *Vila do IAPI*, Gu da CEI, 2021. Disponível: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso: dez/21.

As proposições artísticas de Gu da CEI ecoam as reflexões de Ariella Azoulay (2021), para quem a fotografia — e, por extensão, as imagens produzidas em regimes documentais — deve ser lida como parte de um contrato civil, em que os direitos de olhar, narrar e existir não estão garantidos universalmente, mas precisam ser constantemente reivindicados e restituídos.

A intervenção urbana *Vila do IAPI* (Figura 36) é outro exemplo que tensiona os regimes de visibilidade que estruturam a paisagem urbana do Distrito Federal. A placa azul em ACM, de medidas 120x55cm - formalmente semelhante à sinalização oficial - afirma: “Esse território pertence a Ceilândia”, inscrevendo, no vocabulário institucional da cidade, uma memória historicamente desautorizada.

A placa foi instalada em frente ao Museu Vivo da Memória Candanga, entre a Candangolândia e o Núcleo Bandeirante, no dia 12 de setembro de 2021, Dia do Candango, “para demarcar o território que é de Ceilândia”⁴³. Neste local, onde hoje é o Setor de Mansões IAPI, ficava a Vila do IAPI antes da remoção realizada em 1971. Para o artista, a remoção — justificada na época pela preocupação com a poluição do lençol freático, como comentado nos capítulos anteriores — “nunca foi uma questão ambiental, mas sim de classe social”⁴⁴. Ao utilizar os códigos

⁴³ Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso em dezembro de 2021.

⁴⁴ Idem.

visuais do urbanismo normativo para afirmar um pertencimento não reconhecido oficialmente, o artista reverte o gesto fundacional da remoção e reinscreve, simbolicamente, os deslocados no próprio espaço que lhes foi negado.

Mais do que delimitar uma fronteira física, a instalação é um ato de denúncia e reivindicação: o que está em disputa não é apenas o solo urbano, mas o direito de nomear, de lembrar e de existir publicamente. Nesse sentido, a obra se configura não como versão alternativa à história, mas como conflito direto com ela. A intervenção visual de Gu da CEI expressa justamente esse embate: a memória dos sujeitos subalternizados é aqui afirmada como legítima, não por concessão do poder, mas por ocupação discursiva e estética do espaço.

A presença contígua de placas de sinalização oficial e informal (como a do Museu Vivo da Memória Candanga e a de venda de laranjas) evidencia a sobreposição de camadas simbólicas e materiais no território. A justaposição de usos e sentidos reforça a potência crítica da instalação: a Ceilândia — enquanto cidade construída a partir da remoção — reaparece nesse gesto artístico como sujeito da história, e não apenas como consequência de uma política de ordenamento urbano. A placa torna-se, assim, índice de uma memória coletiva que persiste apesar dos mecanismos institucionais de apagamento, afirmando, contra o esquecimento, a centralidade dos deslocados na formação social e urbana do Distrito Federal.

Essa concepção de memória como um campo de disputa e criação se aproxima das formulações de Walter Benjamin (2012), especialmente em sua crítica à história dos vencedores. Para Benjamin, a tarefa crítica do historiador consiste em “escovar a história a contrapelo”, ou seja, romper com a linearidade das narrativas triunfantes e fazer emergir os vestígios dos vencidos — os fragmentos interrompidos de outras temporalidades e possibilidades históricas. A obra de Gu da CEI se insere justamente nesse sentido: ela não apenas resgata memórias subalternizadas, mas também as reinscreve em um presente contínuo, em que os legados da exclusão se atualizam sob novas formas de desigualdade e resistência.



Figura 37: *Sonho de morar*. Escultura de ferro 3m x 2m. Gu da CEI, 2023. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso em 2023.

A construção de um ‘arquivo outro’ — não institucional, não estatal — é decisiva para compreender a potência historiográfica da obra de Gu da CEI. Seu trabalho aponta para a necessidade de uma historiografia que reconheça os limites do arquivo oficial e se abra à escuta das vozes dissonantes, das imagens imprevistas, das memórias que insistem em existir.

A obra *Sonho de morar* é uma escultura instalada na região onde existiu a antiga Vila do IAPI. A instalação é composta por duas figuras humanas em tamanho real, recortadas em chapa metálica vermelha: uma figura adulta, de pé, com uma casa estilizada erguida sobre a cabeça, e uma criança ao seu lado, de mãos dadas, segurando uma bola. Ao lado das figuras, uma placa do mesmo material afirma: "Ceilândia nasceu aqui". A composição visual carrega uma narrativa silenciosa, mas repleta de sentido: a casa como horizonte, como meta coletiva, como estrutura erguida e sustentada com o corpo. O gesto de carregar a casa sobre a cabeça pode ser lido como expressão de dignidade, mas também como peso

histórico: remete aos deslocamentos forçados e às promessas reiteradamente adiadas de moradia digna.

A frase "Ceilândia nasceu aqui" atua como marcador territorial e gesto de rememoração. Ela afirma que o nascimento de Ceilândia não se deu por um ato inaugural no vazio, mas a partir do desmantelamento forçado de outras formas de vida urbana. A cidade não começou do zero: foi erguida com os escombros, os afetos e as memórias daqueles que foram removidos a mais de 30 quilômetros de onde haviam construído suas casas, suas vizinhanças e suas redes de apoio. A figura feminina, embora genérica, evoca a centralidade das mulheres nos processos de mobilização comunitária e na sustentação da vida familiar. A mão que segura a criança estabelece uma linha de continuidade entre gerações, sugerindo que a luta, e também o sonho, são partilhados.

A obra se posiciona como elemento de disputa simbólica no espaço urbano. Ao instalar-se no local de apagamento, ela reintegra à paisagem uma história que foi removida fisicamente, mas que permanece inscrita na experiência dos que viveram o deslocamento. O material metálico e a cor vermelha conferem à obra uma presença contundente, visível, difícil de ignorar. A silhueta da casa, erguida com esforço, sintetiza uma condição: viver sob o peso da moradia como direito negado e, ao mesmo tempo, como conquista persistente. *Sonho de morar* é, assim, uma inscrição de memória e reivindicação. Não monumentaliza a dor, mas assinala o lugar de onde uma cidade nasceu — não como projeto técnico ou administrativo, mas como consequência concreta de corpos que reinventaram seus lares.

No mesmo local, Gu da CEI realizou, no mesmo ano, a performance *Território em trânsito*, mobilizando gestos, objetos e corpos para evocar a experiência da remoção. O trabalho consiste em registros de uma ação simbólica: um grupo de pessoas carrega sobre as cabeças pequenas casas feitas de papelão, madeira ou plástico, compondo cenas de deslocamento, pausa e agrupamento no mesmo espaço onde outrora se erguia uma comunidade.

Diferentemente da escultura fixa *Sonho de morar*, essa intervenção se vale do tempo e do movimento para ativar a memória do lugar. Os corpos se aproximam, se dispersam, se reagrupam — ora imóveis como esculturas vivas, ora em circulação pelo terreno vazio. As casinhas funcionam como extensão do corpo

e ao mesmo tempo como obstáculo ao olhar. Elas não são abrigo, mas carga; não são moradia, mas metáfora de ausência.

A performance enfatiza o caráter transitório da moradia popular em contextos de violência urbana institucionalizada. A imagem das casas instáveis, frágeis, portadas sobre a cabeça, sugere um estado de permanência precária e um deslocamento sem fim. A repetição do gesto de carregar o teto, realizado por diferentes corpos, gera uma coreografia de insistência: mesmo sem terra, mesmo sem garantia, a casa se constrói — ainda que como imagem, ainda que como peso.

A coletividade performada — com suas figuras diversas, expressões distintas e interações silenciosas — transforma o terreno vazio em palco de uma história não contada. O que ali se apresenta não é apenas uma evocação simbólica, mas uma reapropriação corporal do território. O local de ausência se torna campo de presença.

Em *Território em trânsito*, Gu da CEI não oferece uma narrativa conclusiva. A obra não responde, mas pergunta: o que permanece do que foi apagado? O que se leva consigo quando se perde a casa? E como habitar um lugar que insiste em esquecer seus fundamentos? Ao corporificar essas questões no espaço da antiga Vila do IAPI, a performance ativa o terreno como lugar de disputa e de memória em movimento.

Figura 38: *Território em trânsito*. Fotografia. Gu da CEI, 2023.
Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>.
Acesso em dezembro de 2023.





Figura 39: *Território em trânsito*. Fotografia. Gu da CEI, 2023. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso em dezembro de 2023.



Figura 40: *Ceilândia capital do Brasil*. Intervenção com laser. Gu da CEI, Centro Cultural Oscar Niemeyer, Goiânia (GO) 2022. Foto de Isadora Bezerra. Disponível em: <https://www.gudacei.art.br/>. Acesso em dezembro de 2023.

As intervenções de Gu da CEI sobre a fachada curva do Museu de Arte Contemporânea de Goiás, em Goiânia, provocam um desalinho nos códigos simbólicos nacionais. A frase “Ceilândia capital do Brasil”, breve e de impacto, é lançada sobre um dos edifícios do Centro Cultural Oscar Niemeyer, trazendo Ceilândia para um lugar fictício de consagração institucional. A ação interrompe o fluxo contínuo de uma urbanização fundada na exclusão e na produção de ausências.

Mais do que uma provocação, a projeção formula uma hipótese. Ao declarar Ceilândia como capital do Brasil, o artista não reivindica uma nova capital administrativa, mas desmonta a lógica que separa, com aparente naturalidade, centro e margem, legalidade e improviso, monumento e ausência. Nesse sentido, a obra é atravessada por uma reflexão sobre a necessidade de desaprender a urbanização tal como ela tem sido historicamente instituída no Brasil. Essa

desaprendizagem não significa rejeitar o saber técnico, mas colocá-lo em suspenso, deslocá-lo de seu lugar de autoridade incontestada, para escutar outras histórias.

A ação propõe que a cidade não é apenas o que se realizou, mas também o que foi impedido de acontecer. O urbanismo que produziu Brasília e expulsou milhares de trabalhadores para Ceilândia baseia-se em uma epistemologia que naturaliza hierarquias e apaga conflitos. Desaprender esse urbanismo implicaria questionar seus critérios de valor, seus parâmetros de planejamento, seus modos de narrar o território. Implicaria reconhecer que Ceilândia, construída como resposta à erradicação de favelas, carrega não uma falta, mas uma outra racionalidade — uma outra forma de urbanidade, baseada em redes, adaptações e comunalidade.

A escolha do Centro Cultural Oscar Niemeyer como suporte da intervenção torna evidente essa fricção. A arquitetura modernista, geométrica e monumental do edifício é concebida por Niemeyer como expressão de um Brasil futuro, sem conflitos e descontinuidades. A frase projetada rompe essa superfície, fazendo emergir aquilo que o projeto de capital federal excluiu. Ceilândia se inscreve, então, como antítese do planejado; como crítica encarnada ao planejamento que se pretendia totalizante.

A frase não propõe apenas um deslocamento imaginário, mas convoca o olhar a rever os mapas, a desfazer os consensos sobre o que conta como cidade, como origem, como projeto. A urbanização, nesse horizonte, deixa de ser um percurso único e progressivo, para se tornar um campo de disputa, onde o apagado pode se tornar visível, e o periférico pode fundar novos critérios de centralidade. Assim, “Ceilândia capital do Brasil” não é um slogan, mas uma declaração de possibilidade. Ao fazê-la surgir no corpo arquitetônico de uma instituição cultural, a obra produz uma fissura no imaginário urbano. Desaprender a urbanização, nesse contexto, é reconfigurar os fundamentos do que se reconhece como cidade.

3.3) *Desaprendendo cidades*

As expressões artísticas analisadas ao longo deste capítulo não apenas expõem os limites das narrativas oficiais sobre Brasília e sobre Ceilândia, como também forjam outras possibilidades de existência urbana. São propostas que, ao ocupar o espaço público com corpos, memórias e símbolos recusados pelos discursos do urbanismo, acionam uma reescrita da história da cidade desde os seus interstícios. Nessas produções, observa-se uma operação crítica que não visa apenas representar o que foi silenciado, mas insistir naquilo que ainda não pôde ser plenamente narrado.

É nesse ponto que se lança a hipótese da desaprendizagem da urbanização, construída a partir das formulações de Ariella Aïsha Azoulay (2024), para quem é necessário desaprender os modos de ver, organizar e narrar a história que foram constituídos sob o império da violência colonial e dos arquivos institucionais. Aplicada ao campo do urbano, essa desaprendizagem implicaria recusar as lógicas que naturalizaram a remoção, a segregação e o apagamento de experiências urbanas vividas fora do plano. Em lugar de uma leitura que legitime a intervenção racional e normativa sobre o território, propõe-se o exercício de outro olhar: aquele que se deixa atravessar pelas marcas, rastros e ruínas deixadas por histórias interrompidas.

Desaprender a urbanização das cidades brasileiras seria o exercício de recusar as histórias que o obturador conta (Azoulay, 2024, p.24) revertendo o trabalho do obturador. Enxergar além do obturador fotográfico controlado e operado por especialistas. Desnaturalizar os termos “progresso”, “modernização”, “cidadania”, investigando o que e para quem servem; o que revelam e o que omitem. Evitar a armadilha das narrativas celebratórias de progresso, pois “as narrativas de progresso como melhoria se mantêm viáveis enquanto os processos de destituição, destruição e despossessão são levados a cabo pelo movimento irrefreável do novo, gerando narrativas despudoradas de modernização” (ibid. p.66).

Outro eixo de reflexão é oferecido pela noção de fabulação crítica, desenvolvida por Saidiya Hartman (2022) como método para abordar histórias inacabadas, dispersas ou sufocadas pelos limites do arquivo. Fabular, nesse contexto, não é inventar aleatoriamente, mas ativar o que permanece latente — escutar o que o arquivo não nomeia, mas insinua. As obras produzidas por artistas da Ceilândia operam nesse campo: ao tensionarem a distância entre memória e documento, ausência e presença, instauram outros modos de narrar o urbano, não como relato de progresso, mas como trama de resistências, insistências, deslocamentos. Podemos enxergá-las como fabulações que reconstroem as possibilidades de pertencimento e de escrita da história urbana.

Assim, a desaprendizagem da urbanização não é uma proposta técnica ou metodológica no sentido tradicional, mas uma posição ética, historiográfica e política. Ao se abrir às visualidades, performatividades e narrativas que emergem das bordas da cidade planejada, ela convida a suspender os consensos fundadores do urbanismo e a escutar as cidades que foram construídas, não nos desenhos dos planos, mas nos gestos de sobrevivência e invenção cotidiana. É nesses espaços — entre o apagamento e a criação — que se inscreve a potência de outras histórias urbanas. "Desaprender" não sugere simplesmente esquecer um aprendizado, mas se trata de um processo ativo de desconstrução de discursos e práticas hegemônicas, abrindo espaço para novas formas de pensar, agir e construir mundos mais justos, em parceria e em aliança. Para se colocar no tempo da ação, neste presente contínuo – *desaprendendo (unlearning)* – é necessário se aliar a outros no esforço de dismantlar os regimes de saber que naturalizam a violência, o progresso como imperativo e o novo como irrefutável, aprendendo a ver o que foi sistematicamente apagado pelos modos hegemônicos de narrar e governar.

Em *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*, Donna Haraway (2023) propõe uma reorientação radical das formas de habitar a Terra, convocando à recusa das narrativas apocalípticas e dos discursos de progresso tecnocrático que marcam o Antropoceno. Ao invés de sucumbir ao colapso paralisante ou depositar esperanças em soluções redentoras, Haraway sugere que é necessário *ficar com o problema* – isto é, permanecer com as feridas, com as crises ecológicas e políticas, assumindo a coabitação em um mundo irremediavelmente compartilhado.

Haraway recusa a linearidade temporal do progresso e o excepcionalismo humano, propondo uma temporalidade na qual a vida se constitui em interdependência e coabitação. Essa convivência multiespécie exigiria a desaprendizagem de nossos compromissos inconscientes com a colonialidade, permitindo que se tornem visíveis as histórias silenciadas pela lógica do arquivo imperial e pelo regime imperial de cidadania. Tanto Haraway (2023) quanto Azoulay (2024) compartilham, nesse sentido, uma crítica contundente à colonialidade do saber, convocando a uma responsabilidade situada que se orienta pelo compromisso cotidiano com a reparação e com a convivência no meio das ruínas.

O chamado das autoras é um convite para que se fabrique, por meio da imaginação e do cuidado político, outras parcerias, capazes de sustentar modos de vida que escapem ao projeto colonial de destruição e de exploração. A “desaprendizagem” proposta por Azoulay implica precisamente recusar os gestos de extração e separação que definem as formas modernas de governo, e Haraway, ao insistir em “ficar com o problema”, sugere que não há exterioridade onde se possa encontrar salvação: a reparação é situada, tecida nas tramas de convivência entre espécies, memórias e histórias que se interceptam.

Por fim, ambas nos convidam a desaprender a urbanização e o progresso como narrativas inescapáveis, deslocando o olhar para formas de convivência que escapem ao ritmo acelerado e destrutivo da modernidade. Haraway (2023), ao recusar a promessa de um futuro tecnocrático, insiste na importância de alianças entre humanos e não-humanos, em um gesto de cuidado radical. Azoulay (2024), ao propor a história potencial, nos ensina a recusar a urgência do novo, a revisitar as ruínas com atenção e a recuperar as possibilidades de convivência negadas pelos processos coloniais/capitalistas/patriarcais etc. Ambas, ao seu modo, afirmam que “ficar com o problema” é, também, insistir na vida e na reparação enquanto horizonte ético, mesmo em meio às catástrofes.

Desse modo, ao longo desta pesquisa, a noção de desaprendizagem da urbanização emergiu como hipótese metodológica e gesto ético-político, pela observação de práticas urbanísticas e proposições estéticas, e em diálogo com referências bibliográficas. Se Azoulay nos interpela a “desaprender o imperialismo” para reabrir os arquivos e escutar os modos de vida silenciados pelas violências fundadoras da modernidade, esta pesquisa sugere a desaprendizagem da urbanização como abertura para perceber, nas dobras dos planos e projetos, os rastros de resistências cotidianas e saberes locais que insistem em existir apesar das violências normativas.

A urbanização, como projeto de governo sobre corpos e territórios, pode ser usada como uma máquina de desapropriação e esquecimento, mas, como afirma Azoulay (2019, p. 22), “desaprender é interromper a compulsão de criar novos começos, é recusar a promessa de redenção futura que apaga as violências do passado”. Tal recusa ao “novo” como imperativo é também um chamado a revisitar arquivos, imagens, depoimentos e testemunhos que disputam os sentidos dos territórios.

Nesta pesquisa, a desaprendizagem se deu nos encontros com as narrativas locais produzidas em Ceilândia: os livros organizados por moradores que reivindicam memórias de luta; as expressões do rap como práticas de oralidade que nos contam “dos reveses de uma utopia” (PEIXOTO, 2017); a potente filmografia de Adirley Queirós; as ações de formação e cuidado do Jovem de Expressão; as exposições na Galeria Risofloras; e a obra de Gu da CEI, que refaz cartografias de afeto e pertencimento. As produções do coletivo de audiovisual Kilombra Filmes, grupo que conheci através de Nika, e pude ouvir sobre seus desejos de contar histórias e “mostrar outras coisas” sobre o lugar onde vivem.

Ao trazer essas experiências, percebemos Ceilândia como espaço de elaboração coletiva e de criação de parentescos. “Fazer parentes”, para Haraway (2020, p. 155), “é uma maneira de se situar dentro de uma teia de responsabilidade mútua, em um mundo ferido e compartilhado”. Nas práticas culturais e artísticas analisadas, é possível perceber a cidade como espaço vivo de invenção cotidiana, em que as pessoas constroem possibilidades de habitar. Onde os

desesquecimentos⁴⁵ desmontam a transparência dos processos. No ano de 2020, o projeto BSB2060, realizado pela Associação Traços, provocava o público do DF a imaginar futuros e alimentar utopias, expondo na plataforma online “um repositório de sonhos que projeta a Brasília que queremos ver daqui a uns anos”⁴⁶. Um dos selecionados para a exposição virtual foi o fotógrafo Webert da Cruz, morador do Sol Nascente, região administrativa desmembrada de Ceilândia⁴⁷, amplamente divulgada como a maior favela da América Latina - título que a população contesta e lamenta. Conheci a obra do fotógrafo através do Coletivo DUCA, coletivo jovem de comunicação periférica, que propõe “novos ângulos e perspectivas para enxergar a cidade”⁴⁸. Para o projeto BSB2060, Webert criou a série “Alcance”:

A série fotográfica Alcance propõe imagens para se refletir sobre horizontes e acessos. Sobre um futuro melhor para e com jovens negros e periféricos mesmo em um mundo desigual, pois, infelizmente, no chão da cidade sonhada – Brasília – ainda temos gente impedida de sonhar. São tantas as demandas pelo básico para sobreviver nas quebradas do DF e Entorno, são tantos os problemas a serem resolvidos cotidianamente, a vida anda tão difícil, que para quem está na “correria”, reparar um pôr do sol, muitas vezes, só é possível na volta pra casa e da janela do ônibus. Atualmente, com a falta de oportunidades, crise sanitária e acirramento das desigualdades sociais, ser jovem e ter perspectivas de algo melhor é muito difícil, mas quando dá, olhar nosso céu encantado ajuda a acalantar. O céu de Brasília é um palco de espetáculos mágicos ao nascer e ao ir do dia, porém nem todo mundo consegue desfrutar da poética e contemplação. É um privilégio. A série fotográfica apresenta a ideia de 2060 como **um céu de possibilidades, de reinvenção e construção de sonhos alcançáveis**. Uma concretização do **direito a tocar na imensidão da imaginação**, a efetivação de um mundo com mais presença negra e periférica não só no repertório utópico desta cidade, mas nas transformações concretas e estruturais em nossa sociedade (*Webert da Cruz, texto que acompanhava as imagens em exposição. Grifos nossos*).

⁴⁵ “Álbum de desesquecimentos” é o título de uma série de fotografias geradas por IA pela artista Mayara Ferrão, que “nos convida a contemplar cenas de amor que nem sequer éramos capazes de imaginar” (matéria de Fernanda Silva e Sousa na Revista ZUM n.27).

⁴⁶ Disponível em: <<https://bsb2060.com/>>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

⁴⁷ Lei nº 6.359 de 14 de agosto de 2019.

⁴⁸ Disponível em: <<https://coletivoduca.com.br/>> Acesso em maio de 2021.



Figura 41: Fotografia de Webert da Cruz para o Projeto BSB2060 (2021).

Fonte: < <https://bsb2060.com/webert-da-cruz-alcance/>>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

Desaprender a urbanização não é apenas um exercício de crítica, mas de atenção às formas de vida que criam parentescos improváveis nas cidades. Ao invés de buscar uma cidade perfeita ou redentora, ficar com o problema implica “habitar as ruínas do capital e da colonização sem nostalgia, mas também sem desistir da possibilidade de reparação” (HARAWAY, 2020, p. 40). Esta atitude de cuidado e presença junto às ruínas se conecta ao gesto de reabrir os arquivos e perceber as continuidades de violência que estruturam a urbanização.

Este capítulo se encerra, assim, como um convite a permanecer com as tensões que a urbanização e a produção de Ceilândia nos colocam: como desaprender o vocabulário que naturaliza a segregação; como escutar as histórias que insistem em disputar o presente; como nos comprometer com práticas de justiça e reparação; como construir outros arquivos. Ao final desta caminhada, permanecer com o problema é também persistir com as memórias e as práticas que recuam diante da promessa vazia do “novo” e afirmam a dignidade de viver, lembrar e fabular em meio às contradições que nos atravessam.

Considerações finais

Esta tese foi conduzida como uma travessia por discursos, imagens e práticas que estruturaram — e continuam a estruturar — a experiência urbana no Distrito Federal. Ao longo do percurso investigativo, delinearam-se três movimentos analíticos, organizados nos capítulos que compõem este trabalho. Cada um deles funcionou como uma etapa de aproximação, escuta e confronto com as formas pelas quais a urbanização foi imaginada, projetada, narrada e vivenciada. Tomando Brasília e Ceilândia como territórios emblemáticos, buscou-se interrogar os marcos epistêmicos da urbanização moderna no Brasil, bem como abrir espaço para outras formas de memória, presença e imaginação histórica.

O primeiro capítulo foi dedicado a percorrer os discursos que constituíram Brasília como ícone da modernidade nacional. A partir da articulação entre teoria do discurso, crítica da imagem e revisão historiográfica, examinou-se como a cidade foi desde o início envolta em narrativas de progresso, racionalidade e ordem, que operaram simultaneamente como tecnologias de exclusão. Esse núcleo analítico permitiu observar como certos sujeitos e territórios foram silenciados ou relegados à condição de desvios — uma exclusão que se efetivou tanto nos discursos técnicos quanto nas imagens oficiais, instaurando uma gramática moderna-colonial de ver, nomear e planejar. A centralidade de termos como “invasão”, por exemplo, evidenciou como a linguagem urbanística pode servir como dispositivo de poder, moldando sensibilidades e legitimando intervenções violentas no tecido urbano.

No segundo capítulo, adentramos os arquivos. Por meio da análise de documentos oficiais, reportagens da imprensa da época e arquivos institucionais, buscou-se compreender a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) e a criação de Ceilândia como expressão de um urbanismo disciplinador. A cidade que nascia para “ordenar” o território e “limpar” a capital revelou-se, em verdade, continuidade da lógica segregadora de deslocamento e controle. A favela, aqui, não era apenas um problema urbano, mas um significante carregado de valor moral e racial, cuja eliminação era apresentada como pré-condição para o progresso. A

leitura dos documentos evidenciou que a urbanização foi inseparável de processos de estigmatização e despossessão, reafirmando a centralidade de categorias forjadas sob uma lógica higienista e excludente.

O terceiro capítulo assumiu o desafio de ouvir e ver de outras maneiras. Após percorrer os arquivos oficiais e os discursos normativos, voltou-se o olhar para as práticas artísticas e culturais contemporâneas produzidas a partir de Ceilândia. Foi nesse terreno de criação que a pesquisa encontrou aquilo que Ariella Azoulay (2024) chama de “história potencial”: formas de vida e de linguagem que escapam à narrativa oficial e que, por isso mesmo, têm o poder de reconfigurar o campo da historiografia urbana. Ao acompanhar trabalhos como os de Gu da CEI, foi possível entrever fabulações críticas que ampliam a imaginação política, desorganizando os eixos de tempo e espaço impostos pelo projeto desenvolvimentista e convocando o espectador da obra a outros modos de ver e partilhar o mundo.

Se houve um fio condutor que conectou esses três passos da pesquisa, ele pode ser nomeado como o esforço de desaprender. Desaprender os vocabulários disciplinadores do urbanismo. Desaprender a neutralidade das imagens oficiais. Desaprender a promessa de um progresso que se realiza sempre às custas da ruína alheia. Desaprender, como propõe Azoulay (2019, p. 30), é uma maneira de reverter o papel dos marcos normalizados que estruturam o campo fenomenológico da modernidade. Trata-se de um gesto de suspensão — não para negar a história, mas para reabrir sua narrativa às presenças que foram apagadas, aos mundos destruídos e às práticas que foram silenciadas sob o peso da cidade planejada.

A “desaprendizagem da urbanização” aqui proposta não consiste em recusar a cidade, mas em buscar romper com seus axiomas universalizantes. É uma crítica às narrativas que vinculam o novo à redenção, o plano à justiça, a técnica à verdade. Como alerta Azoulay, o progresso é “a razão e a desculpa tanto para destruir como para remediar a destruição causada” (2019, p. 39). Daí a importância de perceber o urbanismo não apenas como um campo técnico, mas como uma prática discursiva e imagética que participa da produção de mundo — e da destruição de mundos. Pensar a partir de Brasília é, nesse sentido, encarar o urbanismo como parte do

projeto que precisa constantemente apagar territórios e saberes para fazer valer a ficção da ordem e da modernidade.

Desaprender envolve questionar a capacidade de fixar pessoas em rótulos, de fazer com que objetos roubados pareçam aceitáveis e de estabelecer uma divisão nítida entre o passado e o presente. Envolve escutar e observar outras narrativas, abrir espaços. Prestar atenção às formas de vida que foram forçadas nos novos mundos em que foram forçadas a construir e habitar. Ampliar a imaginação política e territorial, tornando-a mais porosa, permeável e fluida. Encarar exercícios de “*de*” e de “*re*”: desaprender, decodificar, desfazer, revisar, rebobinar, reverter, reparar. Perceber nosso envolvimento na violência imperial e colonial. Ensaiair uma história potencial, não como uma tentativa de falar somente de violência, mas antes como “uma recusa ontoepistêmica de reconhecer como irreversíveis suas consequências e as categorias, os estatutos e as formas sob as quais a violência se materializa” (ibid., p.91). Desaprender com companheiros de diferentes lugares e de diferentes épocas para lembrar os projetos desenvolvimentistas que tem sido implementados “contra pessoas cujas vidas foram arruinadas enquanto a ficção do progresso ocidental, apoiando-se no apagamento de suas histórias, era estabelecida” (ibid. p.37).

Podemos utilizar essas lentes para pensar Brasília. Para pensar na força destruidora que supõe ‘planejar’ e ‘avançar’ como um “descolamento constante do que deve virar passado, do que deve ser desvalorizado e destruído na esperança do que se espera que venha a acontecer no futuro” (ibid., p.43). Para pensar sobre as imagens que informam o campo da arquitetura e do urbanismo. Pensar que o tão aclamado e supostamente benéfico para todos “progresso” vem atrelado à ideia de “novo”, e que “o novo é um incentivo imperial, um requisito e um comando, mas é enquadrado como uma inspiração e uma promessa de forma a separá-lo da violência que ele implica” (ibid. p.39).

Por isso, esta tese propôs escutar a história da cidade desde os seus ruídos, fendas e ausências. Interpelar as imagens e os documentos como construções — e não como evidências. Reconstituir os percursos da exclusão e da estigmatização, mas também acompanhar os gestos de invenção que emergem desde as margens.

O que se defende, ao fim, é uma historiografia urbana sensível às políticas do visível, uma escrita plural da história que reconheça sua própria implicação na manutenção de regimes de verdade e que se permita fabular, imaginar, partilhar com os outros — não como ato de concessão, mas como compromisso ético com formas de vida historicamente desautorizadas.

Os resultados aqui apresentados são, como não poderia deixar de ser, provisórios e incompletos. Como percurso, a caminhada empreendida nesta tese não se encerra com a sua escrita. Ela se prolonga nas imagens que escapam ao obturador disciplinado, nos arquivos que resistem ao fechamento, nos corpos que insistem em habitar a cidade desde outras lógicas de existência. Desaprender a urbanização, por fim, é abrir espaço para que outras histórias sejam contadas — não como adição ao cânone, mas como deslocamento de seus fundamentos.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade*. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- ALTBERG, A; MENEGUETTI, M; KOSLOWSKI, G. (Coord.) *8 reações para o depois*. Rio de Janeiro: Editora Rio Books, 2019.
- AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela na fotografia do Correio da Manhã*. Curitiba: CRV, 2011.
- ANDRADE, Beatriz de Oliveira. *Fragmentos de pertencimento e agência: narrativas periféricas do Distrito Federal, da Vila do IAPI à Ceilândia* [Trabalho de Conclusão de Curso em História]. Brasília, DF: Departamento de História- UnB, 2021.
- ANZALDUA, Gloria. *Borderlands: the new mestiza - la frontera*. San Francisco: Aunt. Lute, 1987.
- AZOULAY, Ariella. *The Civil Contract of Photography*. New York: Zone Books, 2012.
- _____. *Potencial history: unlearning imperialism*. Verso Books, 2019.
- AZOULAY, Ariella Aïsha. *História potencial: desaprender o imperialismo*. São Paulo: UBU Editora, 2024.
- BALLANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UEP, 1994.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900–2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARCELOS, Janaína Dias. *Imagem e produção de sentido sobre favelas cariocas em fotos jornalísticas*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexo entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, F. et. al. (orgs.) *Até o último Homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BARROS, Manoel de. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas vol.1* – magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BERENSTEIN, P., J.; LOPES, D., de A. Jr. (2017). *A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento*. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, n. 7, 2017, Campinas. Anais. Campinas, Unicamp, pp. 469-495.

BEÚ, Edson. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

_____. *Os filhos dos candangos: Brasília sob o olhar da periferia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013.

BICCA, Paulo. *Brasília: mitos e realidades*. In: PAVIANI, Aldo (org.). Brasília, ideologia e realidade – espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto/CNPq, 1985.

BISPO, Antônio. *Colonialismo e quilombos: modos e significações*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021.

BONA, Dênétem Touam. *Cosmopoéticas do refúgio*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2020.

BOTELHO, Maurilio. *Favelização Mundial e o Colapso Urbano da Sociedade Capitalista. Sinal de Menos*, v. 2, p. 248-270, 2015.

BRESCIANI, Stella (org.) *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

BRUM, Mario. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução de Sergio Goes de Paula. Bauru: EDUSC, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPÊLO, Sandra Rodrigues Sampaio; SILVA, Denize Elena Garcia da. *Ceilândia retratada nos jornais: análise crítica do discurso midiático*. ReDCen – Revista de Estudos em Comunicação e Narrativas, v. 1, n. 1, p. 47-67, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufob.edu.br/index.php/redcen/article/view/177>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CAMPOS, Christine. *As cidades satélites: história e memória das periferias de Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2014.

CANÇADO, Wellington. Em progresso. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 02, página 36 - 39, 2011.

CANCLINI, Néstor García. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Editora da USP, 2016.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. *E a história se fez cidade...: a construção histórica e historiográfica de Brasília*. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/329251>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

CEI, Gu da. *Ceilândia e as invasões urbanas* [livro eletrônico] / Gu da Cei. -- Ceilândia, DF: Ed. do Autor, 2024.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

COSTA, Lucio. Memória descritiva do Plano Piloto (1957). In: *Registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.

CRUZ, Iracilda Pimentel Carvalho. *Imagens e representações no nascimento de novas cidades: Brasília (1958/1960), Samambaia (1989/1993)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, 1993.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 27, n. 1 [37], p. 11-34, jan./jun. 2019a. e-ISSN: 2178-3284.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. *Quando as imagens tocam o real*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

_____. *Invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

DIKOVITSKAYA, Margaret. *Visual culture: the study of the visual after the cultural turn*. Cambridge: The MIT Press, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EPSTEIN, David. *Brasília: plan and reality. A study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley: University of California Press, 1973.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

EVANS, Jessica; HALL, Stuart. *Visual culture: the reader*. London: Sage, 1999.

- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.
- FERNANDES, Fernando Lannes. *Violência, medo e estigma: efeitos socioespaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- FIALHO, Átila Rezende; SILVA, Carolina Pescatori Cândido da. O moderno e a Vila Amaury: a dicotomia do pensamento na construção de Brasília. *Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/inde..php/revistapos/article/vie//00324>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2009. (Original de 1971).
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, nº36, julho-dezembro de 2005, p. 131-156.
- GONZALEZ, Suely Franco Netto. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985. p. 81-100.
- GORELIK, Adrián. Imaginarios urbanos e imaginación urbana. Para un recorrido por los lugares comunes de los estudios culturales urbanos. In: *bifurcaciones* [online]. núm. 1, 2004.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social. Uma avaliação da ação governamental na área de habitação*. São Paulo: Annablume, 1995.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.
- HARAWAY, Donna J. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- HOLANDA, F.; TENÓRIO, G. Patrimônio, preservação e poder. In: DERNTL, M. F.; SABOIA, L. (org). *Brasília 50+50: cidade, história e projeto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.
- HOLSTON, James. *The Modernist City: An Anthropological Critique of Brasília*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- _____. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

hooks, bell. Choosing the margin as a space of radical openness. *Yearning: Race, Gender and Culture Politics*, Cambridge: South End Press, 1990. pp. 223-225.

IMARISHA, Walidah. *Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça*. Tradução de Jota Mombaça. Disponível em: <https://issuu.com/amilcarpacker/docs>. Acesso em novembro de 2020.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual*. Revista ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan. 2006.

_____. Narrativas visuais e representações da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Jane Soares de; REIS, Bruno (org.). *Imagens da história: ensaios de história cultural*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 95-112.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn (org.) *A nova história cultural*. Trad. Jéferson Luiz de Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LIMA, S. F.; CARVALHO, V.C. Fotografias. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 29-60.

LODDI, Laila Beatriz da Rocha. *Casa de bricolador(a): cartografias de bricolagens*. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, 2010.

LOWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2010.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O; VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARTINS, Leda. *Afrografias da memória: O Reinado do Rosário no Jatobá*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MARTINS, Raimundo. A cultura visual e a construção social da arte, da imagem e das práticas do ver. In: OLIVEIRA, M.O; HERNÁNDEZ, F. (Orgs.). *Arte, educação e cultura*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

_____. *Cultura visual e ensino: entre o sensível e o cognitivo*. Campinas: Papirus, 2007.

MATIAS, Anderson de Figueiredo. *Fora do plano, em luta pelo espaço: memória, distopia e arquivo em narrativas das periferias*. 2022. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, 2022.

MAUAD, Ana Maria. “Narrativas da história e da memória: imprensa, fotografia e oralidade”. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Jane Soares de; IVO, Anny Jackeline (orgs.). *História e mídia: interfaces contemporâneas*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 15–34.

MCKITTRICK, Katherine. *Dear Science and Other Stories*. Durham: Duke University Press, 2021.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A imagem como fonte histórica. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 103-127.

MIGNOLO, Walter D; WALSH, Catherine. *On Decoloniality: concepts, analytics, praxis*. London: Duke Press, 2018.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32–50, 2009.

_____. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v.18, n.3, p. 363- 377, 2016.

MIRZOEFF, Nicholas. *The visual culture reader*. New York: Routledge, 1998.

MITCHELL, W. J. T. *Picture theory: essays on verbal and visual representation*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

MOMBAÇA, J. *Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada*. *Revista Concinnitas*, 1(28), 334–354. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/25925>

MORTIMER, J. C. Poéticas de arquivo como práticas urbanas: três gestos de pesquisa no arquivo do Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 22, e202039pt, 2020. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202039pt.

MOURA, Cristina. “Condomínios” no DF: clubes, favelas ou cidades? In: PAVIANI, Aldo (et al.). *Brasília 50 Anos: da Capital a Metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. p.281-306.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. *A erradicação da Vila IAPI: Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas: Departamento de Geografia, UnB, 2007.

PAVIANI, Aldo. *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projecto, 1985.

_____. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

_____. *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

PEIXOTO, Elane Ribeiro; PERES, Janaina Lopes Pereira; BATISTA, Marina Oliveira Vaz; WALDVOGEL, Alana Silva. *O Rap da Ceilândia*. Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR. São Paulo: ANPUR, 2017.

PEREIRA, Gabriela Leandro. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. 252 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, 2015.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. 273 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989.

_____. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. *História & Imagem: narrativas, imaginários e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; ROSSINI, Miriam de Souza; SANTOS, Nádia Maria Weber (Orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

PINSKY, C. B; LUCA, T. R. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5 n.10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. What makes oral history different. In: PERKS, Robert; THOMPSON, Paul (Org.). *The Oral History Reader*. London: Routledge, 1997. p. 63-74.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília* / Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, 1990.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *Paisagens para renda, paisagens para vida*. Revista Indisciplinar, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.18-43, jul. 2019.

ROY, Ananya. Slumdog cities: Rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2011, 35(2), p.223-238.

_____. *Planejamento e gestão espacial da pobreza*. Texto escrito para palestra proferida no Encontro Nacional da ANPUR – Enanpur 2009, realizado em Florianópolis/SC. Tradução de Alicia Duarte Penna. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n1p129>>. Acesso em: 07 maio 2020.

SAMAIN, Etienne. *Como pensam as imagens?* Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

SANTOS, Marcos Vinícius Rodrigues dos. *Shis e Terracap versus povo: a luta da associação dos incansáveis*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, Milton. Brasília, a nova capital brasileira. In: *RISCO – Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*. EESC-USP, 2010, pp. 73-79.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2022.

SETÚBAL, Mariana Lucas. Distopia e reparação política na Ceilândia de Adirley Queirós. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, v. 10, n. 3, p. 12-29, 2018.

SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos*. Bogotá e São Paulo, cultura e comunicação urbana na América Latina. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Construtores de Brasília*. Estudo de operários e sua participação política. Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAVARES, Breitner Luiz. *Na quebrada, a parceria é mais forte – juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TAVARES, B. Geração hip-hop e a construção do imaginário na periferia do Distrito Federal. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 309 – 327, maio-agosto 2010.

TAVARES, Paulo. *Des-Habitat*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

_____. *Lucio Costa era racista?* Notas sobre raça, colonialismo e a arquitetura moderna brasileira. n-1 edições, 2022.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performances e memória cultural nas Américas*. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvumentvm, 2010.

_____. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 359-373, 2013.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy; D'ARC, Hélène Rivière (Orgs.) *A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VARELLA, D., BERTAZZO, I., JACQUES, P.B. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VASCONCELOS, Adirson. *As cidades satélites de Brasília*. Brasília: edição do autor, 1988.

VIDAL, Laurent. *De nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: EdUnB, 2009.

VIDESOTT, Luisa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. 2009. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-10092013-145157/pt-br.php>. Acesso em: 16 novembro 2021.

VON OSTEN, Marion. *Architecture without architects: another anarchist approach*. E-flux journal #6, may 2009.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Anexos

Anexo 1 – Levantamento de reportagens, fotorreportagens, crônicas e notas veiculadas no Correio Braziliense entre 1960 e 1970 com a temática de favelas em Brasília.

Lista organizada por: Número. Ano, Edição – Título, autoria.

1. Ano 1960 Edição 00034 – “Favelas em Brasília”, Hindemburgo Pereira Diniz
2. Ano 1960 Edição 00045 – “Começou a mudança das “invasões”
3. Ano 1960 Edição 00050 – “Pioneiros não serão esquecidos”
4. Ano 1960 Edição 00070 – “Departamento de Habitação e Urbanismo”
6. Ano 1960 Edição 00179 – “Brasília na expectativa”, Prestes Maia
7. Ano 1960 Edição 00180 – “Cidade Livre mesmo”
8. Ano 1960 Edição 00186^a
9. Ano 1961 Edição 00226
10. Ano 1961 Edição 00252 18 de fevereiro de 1961 – “Evacuação das favelas”
11. Ano 1961 Edição 00291 – “Concurso da casa mínima para cidades satélites”
12. Ano 1961 Edição 00313 – “Sociais de Brasília”
13. Ano 1961 Edição 00321 – Coluna “Visto, lido e ouvido”, Ari Cunha
14. Ano 1961 Edição 00335 – “Sociais de Brasília”
15. Ano 1961 Edição 00338 – Jornal da Cidade Livre
16. Ano 1961 Edição 00344a – Coluna “Sociais de Brasília”
17. Ano 1961 Edição 00345 – Jornal da Cidade Livre
18. Edição 00351, 21 de junho de 1961 – Jornal da Cidade Livre, “Operação-mudança”
19. Ano 1961 Edição 00353 – Prefeito esclarece: ninguém foi expulso da Cidade Livre
20. Ano 1961 Edição 00354 – Senador pessedista contesta argumentos do prefeito do DF
21. Ano 1961 Edição 00354 – “A mudança do Núcleo Bandeirante”, Hindemburgo Pereira Diniz
22. Ano 1961 Edição 00354 – “Senador Lobão da Silveira manifesta-se a favor do NB”. Jornal da Cidade Livre
23. Ano 1961 Edição 00354 – Jornal da Cidade Livre
24. Ano 1961 Edição 00356 – Jornal da Cidade Livre “Lobão da Silveira põe pá de cal das alegações do prefeito”
25. Ano 1961 Edição 00360 – Jornal da Cidade Livre, “Moradores do NB não querem sair de lá”
26. Ano 1961 Edição 00363 – Jornal da Cidade Livre, “Caiado de castro: Asa norte transformada em favela”
27. Ano 1961 Edição 00369 – Esclarecimento do prefeito sobre a erradicação do NB
28. Ano 1961 Edição 00376 – Jornal da Cidade Livre, “Maior sindicato do DF denuncia desplanificação da prefeitura: NB”
29. Ano 1961 Edição 00377 – 23 de julho de 1961. Favela na Asa Norte, conhecida como Favela da Rodoviária (203 a 206)

30. Ano 1961 Edição 00377 – Jornal da Cidade Livre. Novas favelas. Outras descrições “feita com cuidado e carinho”
31. Ano 1961 Edição 00378, “Invasão continua”
32. Ano 1961 Edição 00379 – Jornal da Cidade Livre
33. Ano 1961 Edição 00382 – Coluna “Visto, lido e ouvido”, Ari Cunha
34. Ano 1961 Edição 00383 – Jornal da Cidade Livre “Repercute na Guanabara caso CL”
35. Ano 1961 Edição 00434 – o Problema Habitacional
36. Ano 1961 Edição 00484 – Coluna “Visto, lido e ouvido”, Ari Cunha
37. Ano 1962\Edição 00516 – Coluna “Visto, lido e ouvido”, Ari Cunha
38. Ano 1962\Edição 00545 “O jardim zoológico de Brasília” Yvonne Jean
39. Ano 1962 Edição 00581 – Coluna “Sociais de Brasília”
40. Ano 1962 Edição 00619 – Visita de Jean Chevalier à Brasília. Favela como “passado que há de desaparecer”
41. Ano 1962 Edição 00635 – “Entregues a sua própria sorte os habitantes da “Favela do Farrapo”
42. Ano 1962 Edição 00650 – “Se eu fosse presidente da república”
43. Ano 1962 Edição 00687
44. Ano 1962 Edição 00765, “Brasília há dois anos”
45. Ano 1962 Edição 00797, “O presente de Natal do prefeito” (A Erradicação da Vila Planalto)
46. Ano 1963 Edição 00825, “Indignação Britânica Ante a Vila Planalto”, José Helder de Souza
47. Ano 1963 Edição 00842, “...e são crianças, meu Deus”, Raimundo Holanda
48. Ano 1963 Edição 00847, Favela do Cruzeiro demolida sob protestos dos moradores”
49. Ano 1963 Edição 00870, “A cabana e o palácio”, José Helder de Souza
50. Ano 1963 Edição 00873, “A cabana e o palácio (IV) – Um ninho de moléstias”, José Helder de Souza
51. Ano 1963 Edição 00877, “Abaixo as favelas”, Gustavo Paulo Silveira
52. Ano 1963 Edição 00948, Vila Planalto
53. Ano 1963 Edição 00960, Vila Planalto
54. Ano 1963 Edição 01050, Vila Planalto
55. Ano 1963 Edição 01051, “Infectos barracos enfeiam o coração do Plano Piloto”
56. Ano 1963 Edição 01107, “Ferindo o Plano de Brasília surgem diariamente barracos na Vila Planalto”
57. Ano 1964 Edição 01166, “Degradação, Miséria e Promiscuidade (I)”
58. Ano 1964 Edição 01197, “Revolução Contra o Comunismo e Tôdas as Formas de Miséria”
59. Maio de 1964 Edição 01221, “Remoção de uma favela” (*primeira página*) Vila Planalto
60. Ano 1964 Edição 01232 “Moradores da Vila do IAPI também querem se transferir para o Gama”
61. Ano 1964 Edição 01154 “Prossegue Transferência da Vila Planalto: Invasão do IAPI Parou”

62. Ano 1964 Edição 01170, Coluna “Sociais de Brasília”
63. Ano 1964 Edição 01186, “Dentro de dez dias terminará a mudança das invasões da Vila Planalto para o Gama”
64. Ano 1964 Edição 01194, “Termina hoje a última remessa da Vila Planalto para o Gama”
65. Ano 1964 Edição 01200, “Invasão do IAPI continua desafiando as autoridades: solução seria mudança já”
66. Ano 1964 Edição 01210, “Era uma vez a Vila Planalto”
67. Ano 1964 Edição 01382, “Invasão do IAPI é problema sanitário e urbanístico na mais bela obra arquitetônica”, Paula Pessoa
68. Ano 1964 Edição 01393, “FAVELA DA 103 DEPÕE CONTRA HIGIENE E PLANO URBANÍSTICO”
69. Ano 1964 Edição 01394, “FAVELA DA 103 VAI EMBORA”
70. Ano 1964 Edição 01394, “IPASE Mantem Favela Impedindo Ajardinamentos das Quadras”
71. Ano 1964 Edição 01409, “MAIS OUTRAS FAVELAS”
72. Ano 1964 Edição 01412, “Prefeito Afirma que Brasília Não Mais Terá Uma só Favela”
73. Ano 1965 Edição 01415, “Cidade Livre é a Satélite Mais Esquecida do Distrito Federal”
74. Ano 1965 Edição 01445, “FAVELA DE QUINZE BARRACOS VEM CRESCENDO NA SUPERQUADRA 305”
75. Ano 1965 Edição 01459, “FAVELAS CONTINUAM A EXISTIR NOS MAIS DIVERSOS LOCAIS DE BRASÍLIA”
76. Ano 1965 Edição 01467, “Cinco Mil Funcionários Continuam Residindo em Barracos de Invasão”
77. Ano 1965 Edição 01542, Invasão do IAPI é ainda nota triste no cenário de Brasília”
78. Ano 1965 Edição 01561, “Favelados Transferidos para o Gama começam a voltar: Invasões”
79. Ano 1965 Edição 01565, “Favelados à Espera de Casas da SHEB Fazem Mocambos na SQ310”
80. Ano 1965 Edição 01572, “SHEB Não Distribui Casas e Invasão do IAPI Aumenta”
81. Ano 1965 Edição 01584, “NOVAS FAVELAS VÃO SURGINDO E A SHEB NÃO DISTRIBUI CASAS”
82. Ano 1965 Edição 01633, “FAVELAS PODERÃO DESAÁRECER SE 10000 CASAS FOREM CONSTRUÍDAS”
83. Ano 1965 Edição 01644, “Novas Favelas Continuam a Macular o Cenário do DF”
84. Ano 1965 Edição 01662, “Nova Favela Aparece na Asa Norte em Desafio ao Plano Piloto do DF”
85. Ano 1965 Edição 01693, “Favelados do DF Terão Casa Própria da SHEB no Gama e Taguatinga”
86. Ano 1966 Edição 01714, “Muda-se Outra Favela: Removidos 11 Barracos da Saturnino de

Brito”

87. Ano 1966 Edição 01719, “ADIADA POR TRINTA DIAS A REMOÇÃO DOS BARRACOS DA FAVELA DO SIA”

88. Ano 1966 Edição 01740

89. Ano 1966 Edição 01751 “Favelados da Fazendinha serão removidos em cinco dias”

90. Ano 1966 Edição 01759 “Margens da Rodovia de Sobradinho (Perto do Torto) Viram Favelas”

91. Ano 1966 Edição 01760 “A VOLTA DA FAVELA”

92. Ano 1966 Edição 01767 “Iniciada Remoção dos Barracos das Mansões”

93. Ano 1966 Edição 01846 “INVASÃO DO IAPI JÁ TEM MAIS DE 3.500 BARRACOS REMOVIDOS DO PLANO PILOTO”

94. Ano 1966 Edição 01847 “Taguatinga tem sua favela do esqueleto”

95. Ano 1966 Edição 01849

96. Ano 1966 Edição 01854 “Favelas, esqueletos e Embaixadas”

97. Ano 1966 Edição 01854 Coluna “Visto, Lido e Ouvido”, Ari Cunha.

98. Ano 1966 Edição 01877 “Vila das Cobras: nova favela que aparece na Asa Norte Residencial”

99. Ano 1966 Edição 01911 “SHIS tem quinhentas casas prontas em Taguatinga há dois meses e não distribui”

100. Ano 1966 Edição 02002 “Plano Piloto não terá mais barracos em 1967”

101. Ano 1966 Edição 02007 Favela do Esqueleto

102. Ano 1966 Edição 02014 “O GRANDE PERIGO”

103. Ano 1966 Edição 02017 “O DESAFIO”

104. Ano 1967 Edição 02029, “AS INVASÕES”

105. Ano 1967 Edição 02061 “GUANABARA TEM PLANO PARA ACABAR COM FAVELA”

106. Ano 1967 Edição 02068 “FAVELAS”

107. Ano 1967 Edição 02078 “Banco Regional lança desafio no Seminário de Favelas: façam projetos que haverá dinheiro”

108. Ano 1967 Edição 02145 “Invasão do IAPI desaparecerá com nova cidade para 35 mil habitantes”

109. Ano 1967 Edição 02435 “Moradores da 205 pedem retirada dos barracos”

110. Ano 1968 Edição 02524 “A favela na opinião do favelado” **problema da Vila Prudente (SP) igual ao da “Invasão do IAPI”

111. Ano 1968 Edição 02524 “INVASÃO DE MAIS DE 100 BARRACOS SURGE NA ÁREA DA FAIXA SANITÁRIA DE TAGUATINGA”

112. Ano 1968 Edição 02562 “UM BAIRRO SEM SORTE”

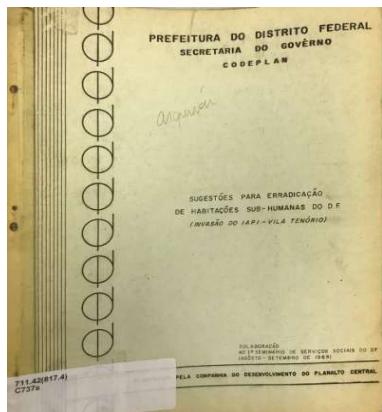
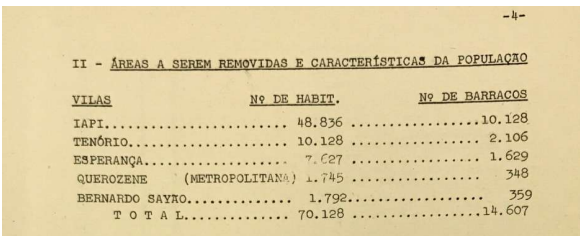
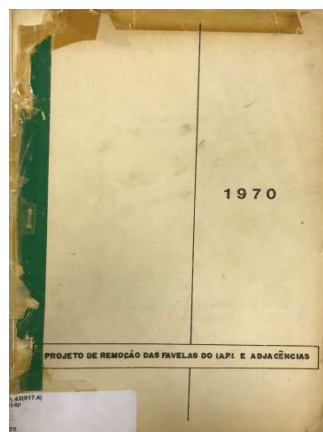
113. Ano 1968 Edição 02569 “Novas favelas se formam no DF”

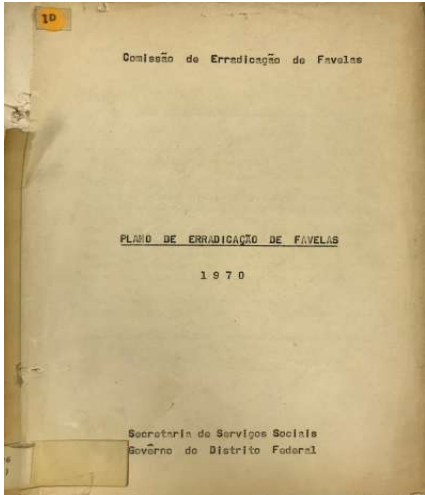
114. Ano 1968 Edição 02570 “Favela ameaça drama social em Taguatinga”


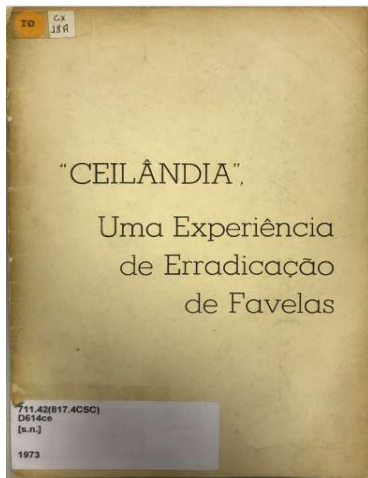
115. Ano 1968 Edição 02571 “O PROBLEMA DAS FAVELAS”
116. Ano 1968 Edição 02586 “Favela vai ser removida”
117. Ano 1968 Edição 02587 “Favela de Taguatinga é removida para Brazlândia”
118. Ano 1968 Edição 02589 “OPERAÇÃO LIMPEZA”
119. Ano 1968 Edição 02592 “Favela ‘Novo Vietcong’ só tem problema em Brazlândia”
120. Ano 1968 Edição 02604 “O problema das favelas”
121. Ano 1968 Edição 02621 “Invasão autorizada ‘Vietcong’ não dispõe de água e transporte para moradores”
122. Ano 1968 Edição 02684 “Desabrigados do ‘Vietcong’ ganham casas dos espíritas”
123. Ano 1969 Edição 02779 “As mil faces da miséria”
124. Ano 1969 Edição 02836, ‘invasão das placas’ em Taguatinga
125. Ano 1969 Edição 02875, “Favela substitui setor de hotéis em Taguatinga”
126. Ano 1969 Edição 02876, “NOVA FAVELA SURGE E CRIA PROBLEMA: TAGUATINGA”
127. Ano 1969 Edição 02961, “MORRO DO URUBU”
128. Ano 1969 Edição 02961, “O provisório se perpetua”
129. Ano 1969 Edição 02982, “Castigo do favelado”
130. Ano 1969 Edição 03045
131. Ano 1969 Edição 03046, “A asa da expiação”, Carlos Simões
132. Ano 1969 Edição 03056, “FAVELA PROLIFERA”
133. Ano 1969 Edição 03057, “SETOR HOTELEIRO VIROU FAVELA”
134. Ano 1969 Edição 03068, “O êxodo rural concorre para formar as favelas das grandes cidades”
135. Ano 1969 Edição 03071, “A educação na favela”, Carlos Simões

Anexo 2 - Tabela. Planos, programas, diretrizes, estudos técnicos e documentos elaborados por órgãos do governo do Distrito Federal nas décadas de 1960 a 1980. Elaborado pela autora.

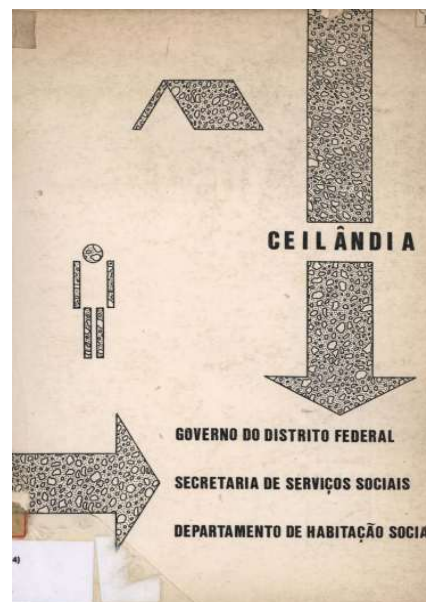
Organização e síntese dos documentos governamentais sobre remoções de favela em Brasília.


| ITEM | TÍTULO E CONTEÚDO | AUTORIA | DATA | FONTE |
|------|---|--|------|-------|
| | SUGESTÃO PARA ERRADICAÇÃO DE HABITAÇÕES SUB-HUMANAS NO DF (INVASÃO DO IAPI - VILA TENÓRIO) | COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN. DITEC – Coordenação de Setores Sociais. PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. | 1969 | ArPDF |
| 1.1 | <p>Documento produzido como colaboração ao 1º Seminário de Serviços Sociais do DF (agosto – setembro de 1969).</p> <p>Índice:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Antecedentes Origem dos aglomerados de favelas em Brasília 1) Causas de caráter demográfico 2) Causas de caráter econômico 3) Causas de caráter sociológico 4) Causas de caráter administrativo-institucional 2. As tentativas de solução realizadas 3. A realidade do presente 4. Algumas sugestões preliminares 5. Financiamento e custo estimado |  | | |
| | PROJETO DE REMOÇÃO DAS FAVELAS DO IAPI E ADJACÊNCIAS | SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. COMISSÃO DE ERRADICAÇÃO DE FAVELAS. | 1970 | ArPDF |
| 1.2 | <p>O projeto aponta a necessidade de erradicar as favelas; define objetivos do desfavelamento e propõe uma programação de execução imediata. Na primeira parte são definidos os objetivos da remoção e apresentados alguns extratos da pesquisa destinados a oferecer subsídio ao trabalho técnico ligado à remoção e à integração das famílias na nova área.</p>  |  | | |

| | | | | |
|-----|--|---|-------------|--------------|
| 1.3 | <p>PLANO DE ERRADICAÇÃO DE FAVELAS</p> | <p>SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.</p> | <p>1970</p> | <p>ArPDF</p> |
| | <p>Comissão de Erradicação de Favelas Presidente: Otomar Lopes Cardoso Secretário de Serviços Sociais: Otomar Lopes Cardoso</p> <p>Solucionar o grave problema das invasões e das favelas na área do Distrito Federal. Constituiu-se uma Comissão de Erradicação de Favelas pelo Decreto 1313 de 19 de março de 1970. O plano cumpre determinações do governador tenente-coronel Hélio Prates da Silveira.</p> <p>O Plano de Erradicação de Favelas divide-se em quatro partes: na primeira parte procura-se fazer uma análise sociológica do problema, oferecendo uma visão rápida do assunto no âmbito local, nacional e internacional; na segunda parte se busca fundamentar a necessidade da erradicação das favelas e se oferece as diretrizes gerais do Plano; na terceira parte se propõe uma programação de execução imediata, que compreende o levantamento in loco do problema e a remoção das favelas; na quarta parte se oferece uma programação para execução a curto e a médio prazo, que compreendem projetos de promoção socioeconômica, de melhoramento habitacional e de prevenção contra o surgimento de novas favelas, contra o desemprego e a falta de áreas habitacionais para novas populações.</p> <p>Em síntese o Plano prevê medidas em quatro etapas que visam o estudo do problema, a erradicação das favelas, a prevenção de novos favelamentos e a determinação de novas áreas em condição de fixação de novas populações.</p> |  | | |

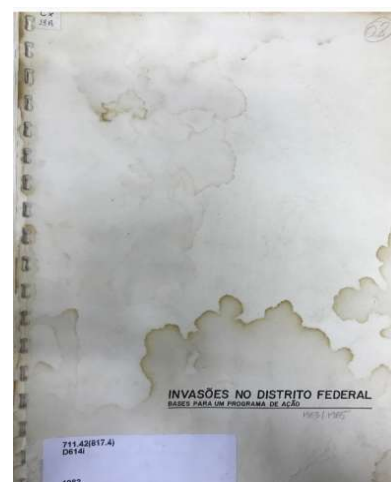
| | | | | |
|-----|--|---|------|-------|
| | BRASÍLIA, UMA CIDADE SEM FAVELAS | SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL | 1972 | ArPDF |
| 1.4 | <p><i>Trechos:</i></p> <p>“Hoje é um dia especial na vida de Brasília. A partir de hoje, a Capital da República, que há nove anos atrás possuía uma das mais altas taxas de favelamento do País, passa a ser uma cidade sem favelas (grifo nosso). Esta cerimônia assinala a remoção dos últimos barracos da última favela, a "Vila Querosene". E marca também a resposta vitoriosa da administração Hélio Prates da Silveira ao desafio que lhe fora lançado: acabar com as "invasões". Isto foi há pouco mais de dois anos. Havia então quase 100 mil favelados no Distrito Federal, distribuídos em sete favelas ou "invasões": uma no Gama, outra em Taguatinga e cinco nas imediações do Núcleo Bandeirante, sendo a “do I.A.P.I.” a maior delas, com 10.696 barracos e 53.639 habitantes. Hoje, nos lugares antes ocupados por essas favelas resta apenas o terreno vazio, que em breve terá destinação mais nobre. As favelas acabaram. E o Distrito Federal ganhou uma nova cidade, a Ceilândia, que recebeu 82.094 moradores transferidos das extintas "invasões" – quase um quinto da população de Brasília. Logo os barracos erguidos na Ceilândia darão lugar a casas definitivas, a serem construídas pela SHIS, com o apoio do Banco Nacional da Habitação, e pela própria iniciativa particular. Os moradores das extintas "invasões" vão, assim, em breve, ter casa própria”.</p> |  | | |
| | CEILÂNDIA: UMA EXPERIÊNCIA DE ERRADICAÇÃO DE FAVELAS | SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL | 1973 | ArPDF |
| 1.5 | <p><i>Trechos:</i></p> <p>“Ceilândia” é uma experiencia vitoriosa de erradicação de favelas, realizada no Distrito Federal sob a égide do Governo Local, graças a firme determinação do Excelentíssimo senhor Governador Hélio Prates da Silveira.</p> <p>Em 1969, Brasília, com menos de 10 anos de existência, apresentava um índice maior de favelas na América Latina. Hoje, graças a experiencia de “Ceilândia” e a realização de um desenvolvimento também de uma política migratória sob o auspício desta Secretaria, não há mais favelas (grifo nosso).</p> <p>“Ceilândia” mereceu atenção não só da opinião pública da capital da República, mas como de estudiosos da problemática em assunto de desfavelamento.</p> <p>O relato que segue é um breve estudo de tudo que foi realizado.</p> <p>Brasília, fevereiro de 1973.</p> <p>Otomar Lopes Cardoso</p> |  | | |

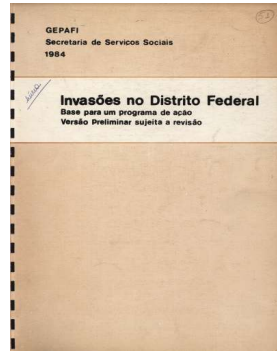
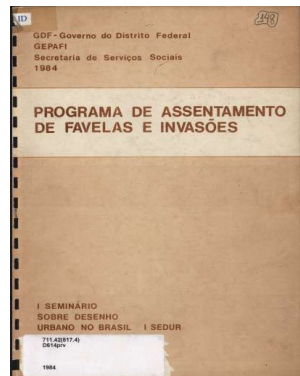
| | | | | |
|-----|--|--|---------------|-------|
| 1.6 | <p style="text-align: center;">CEILÂNDIA</p> <p>“Ceilândia, o mais novo núcleo habitacional do Distrito Federal, é fruto da firme determinação do Excelentíssimo senhor Governador Hélio Prates da Silveira, com o fim de proporcionar melhores condições de vida, abrindo novos horizontes aos 82.000 favelados que viviam em condições sub-humanas em uma área sem perspectivas de urbanização.</p> <p>Visando a participação e a progressiva promoção social do favelado, o processo de erradicação obedeceu a um programa de ocupação de lotes urbanizados em habitações provisórias e construção definitiva através do esforço próprio, conforme as disponibilidades financeiras de cada família. Para a execução dos trabalhos foi criado o Grupo Executivo de Remoção (posteriormente transformado no Grupo Executivo de Consolidação de Ceilândia) integrados por assistentes sociais, engenheiros, arquitetos e pessoal administrativo, aos quais cabe o reconhecimento desta secretaria”.</p> <p>Brasília, maio de 1973.</p> <p>Otomar Lopes Cardoso Secretaria de Serviços Sociais.</p> <p>SUMÁRIO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Diagnóstico de Brasília 2.Fases da remoção 3.Consolidação 4.Custos de Ceilândia 5.Bibliografia | SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL | 1973 | ArPDF |
| 1.7 | <p>“Essa publicação constitui uma etapa fundamental para o desenvolvimento do programa do Departamento de Habitação Social, frente a problemática das invasões no Distrito Federal.</p> <p>Nesta etapa são apresentados:</p> <p>Parte I: Identificação, Demonstrativo da Situação Socioeconômica e Caracterização das áreas pesquisadas.</p> <p>Parte II: Demonstrativo e Estudo Diagnóstico da Situação Socioeconômica dos moradores</p> <p>Parte III: Alternativas de Solução e Requisitos para a execução do Programa.</p> <p>Brasília, junho de 1975”.</p> | SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL | 1974/ 1975 | ArPDF |



| | | | | |
|-----|--|---|------|-------|
| | SUGESTÃO PARA O PLANO DE ERRADICAÇÃO DE INVASÕES | SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. | 1979 | ArPDF |
| 1.8 | <p>O documento tem como propósito estabelecer procedimentos visando a erradicação das invasões no âmbito do Distrito Federal. Para isso, estabelece:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceito e classificação das invasões no DF (tempo de permanência/ tamanho/ localização - se em áreas públicas ou áreas da Terracap); - Competências dos órgãos; - Proposições; - Recomendações; - Subsídios Legais. |  | | |
| | INVASÕES TAGUATINGA 09/82 | ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA. | 1982 | ArPDF |
| 1.9 | <p>Estudo e proposição de medidas a curto, médio e longo prazo.</p> <p>“O presente trabalho, a nós solicitado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Serviços Sociais, quando da reunião realizada em 24 de setembro de 1981, enfoca, em linhas gerais, o problema dos aglomerados urbanos de características sub-normais denominadas “invasões”, nos quais se localizam as camadas populacionais de mais baixa-renda residentes no Distrito Federal. Buscando corresponder à confiança que nos foi depositada, procuramos apresentar alternativas de solução ao problema em pauta, situando essas proposições em três categorias distintas: a curto, médio e longo prazos.</p> <p>Introito: A concretização da Capital Federal e, particularmente a ampliação de oportunidades ocupacionais, em especial no setor da Construção Civil, permanece, apesar de em muito superado o período das grandes edificações, como um oásis de atração às populações mais carentes de todo o território nacional. Muito embora o permanente esforço governamental no sentido de ser detido esse fluxo migratório, ainda se registra essa demanda que assoberba o Distrito Federal em termos qualitativos, havendo-se, a mesma, concretizado sob a forma de ocupação ilegal do solo das diferentes Regiões Administrativas, nos núcleos populacionais denominados "Invasões".</p> <p>Esses aglomerados urbanos, cuja estimativa total supera 50.000 indivíduos, se caracterizam por condições de vida sub-humanas, as quais, além de cada vez mais acentuar o grau de miséria e promiscuidade dos seus habitantes, mantêm em risco permanente toda a população do Distrito Federal (grifo nosso), uma vez se constituírem em focos potenciais de moléstias infectocontagiosas de extrema transmissibilidade.</p> <p>Formado, em sua esmagadora maioria, por elementos sem a menor qualificação profissional, resta, a esse universo populacional, a alternativa da sub-ocupação e, mais frequentemente, a da desocupação, erigindo-se em um " exército de reserva" muitas das vezes responsável pelo aumento dos Índices de violência e de criminalidade no Distrito Federal”.</p> | | | |

| | | | | |
|------|---|--|------|-------|
| 1.10 | INVASÕES NO DISTRITO FEDERAL: BASES PARA UM PROGRAMA DE AÇÃO 1983/1985 | SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS | 1982 | ArPDF |
| 1.11 | <p>INVASÕES DE TAGUATINGA</p> <p>PROJETO: CRIAÇÃO DE ÁREA PARA ASSENTAMENTO POPULACIONAL HABITACIONAL DA COMUNIDADE EXCEDENTE DE TAGUATINGA:</p> <p>Execução de atividades de cunho social e urbanístico que permitam remover a maior parte da população de baixa-renda residente nas invasões situadas nas zonas urbanas e rural de Taguatinga, para um local desta Cidade que proporcione melhores condições de vida, habitabilidade e integração comunitária.</p> <p>Proporcionar a Administração Pública condições de incrementar a programação de obras de urbanização nos setores ocupados pela população excedente, além da estrutura organizacional indispensável a preservação das áreas que forem recuperadas objetivando prevenir novas invasões.</p> | SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS. GRUPO CONSULTIVO DE POLÍTICA HABITACIONAL PARA AS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA. | 1983 | ArPDF |



| | | | | |
|------|---|--|------|-------|
| 1.12 | INVASÕES NO DISTRITO FEDERAL: BASES PARA UM PROGRAMA DE AÇÃO | GEPAFI – GRUPO EXECUTIVO PARA ASSENTAMENTO DE FAVELAS E INVASÕES. SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. | 1984 | ArPDF |
| | <p>Histórico do problema. Paranoá - 2.500 famílias; Chaparral (Taguatinga) 1500 famílias; Itamaracá (Gama) 250 famílias; Boca da Mata (Taguatinga) 500 famílias. Ações do Governo. Localização e infraestrutura urbana (mapas destas invasões) Alternativas. Aspectos financeiros e institucionais.</p> |  | | |
| 1.13 | PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DE FAVELAS E INVASÕES | GEPAFI – GRUPO EXECUTIVO PARA ASSENTAMENTO DE FAVELAS E INVASÕES. SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. | 1984 | ArPDF |
| | <p>Histórico do problema. Paranoá - 2.500 famílias; Chaparral (Taguatinga) 1500 famílias; Itamaracá (Gama) 250 famílias; Boca da Mata (Taguatinga) 500 famílias. Ações do Governo. Localização e infraestrutura urbana (mapas destas invasões) Alternativas. Aspectos financeiros e institucionais.</p> |  | | |
| | RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GEPAFI – GRUPO EXECUTIVO PARA ASEENTAMENTO DE FAVELAS E INVASÕES | SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS. SOCIEDADE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL LTDA., GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. | 1985 | ArPDF |

| | | |
|------|---|--|
| 1.14 | <p>Documentos, planos, projetos e programas elaborados pelo GEPAFI. Trabalhos de pesquisa e documentação. Fiscalização, gerenciamento e controle de obras. Avaliação do que foi feito. Programa de Assentamento de Invasões (PAPE).</p> <p>Novas propostas quebrando a tradição de “remover” ou “erradicar” invasões transferindo-as para locais distantes.</p> | |
|------|---|--|

Anexo 3 – Vídeos governamentais.

VIDA NOVA SEM FAVELA

Reportagem produzida pela Agência Nacional intitulada "Vida Nova sem Favela". Brasil Hoje nº 2 (1971). Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR_RJANRIO_EH_0_FIL_BHO_002

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gtVmkzuZnYg>>. Acesso em setembro de 2021.

O vídeo-reportagem de 2 minutos apresenta cenas de sobrevoo do Cristo Redentor, com fundo de bossa nova, evocando o imaginário da cultura carioca. Em seguida, com a entrada da narração em off, surgem cenas da favela e de caminhões transportando móveis e objetos. Por fim, cenas de um apartamento mobiliado em um conjunto de HIS. A sequência fílmica, somada ao texto narrado, dá a impressão de que para uma mudança de vida basta determinação, embora não mostre a localização dos conjuntos habitacionais construídos.

Narração: O local da favela pode ser bonito, mas, as vezes, além da falta de higiene há perigo de desabamento. Felizmente a favela carioca é algo que tende a desaparecer de nossa realidade. O governo federal através da CHISAM vem ajudando as autoridades estaduais a resolver o problema. O lema é demolir para construir. Mais de cinquenta novos conjuntos residenciais foram construídos proporcionando condições melhores a 35.000 famílias antes marginalizadas e vivendo em condições inumanas. Agora, vida nova sem favela.

Figura 11: Captura de tela. "Vida nova sem favela".



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=30ny7axA-CE>. Acesso em out.2021.

Figura 2: Captura de tela. "Vida nova sem favela".



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=30ny7axA-CE>. Acesso em out.2021.

HISTÓRIA DA CEILÂNDIA

Vídeo-reportagem. Produção: Assessoria de Comunicação Social. Governo do Distrito Federal. Provável data: 1972.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SGh84AN6Fsc>>. Acesso em setembro de 2021.

Narração: Na implantação de Brasília tem sido enfrentados grandes problemas, criados algumas vezes pela pressa de se atingir as metas visadas. É o caso das invasões do IAPI, Morro do Urubu, Vila Esperança e Vila Tenório, que surgidas dentro do anel sanitário de Brasília, **empanavam a imagem da mais moderna capital do mundo** (*grifo nosso*), ocasionando sério perigo de poluição das águas do Lago Paranoá. Neste local existia a maior delas, a invasão do IAPI que vinha desafiando as tentativas de erradicação, com cerca de 80.000 pessoas vivendo nas mais precárias condições sociais e de higiene. Este ano, o governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Sociais e com a colaboração da Campanha de Erradicação das Invasões, conseguiu extinguir aquele aglomerado humano, transportando seus habitantes para um local urbanizado situado a noroeste de Taguatinga. Surgiu a Ceilândia, solução social pioneira na América do Sul. Aqui o homem chegou para viver como gente. Recebeu seu lote, construiu um barraco provisório e hoje, com o financiamento da SHIS e do Banco Nacional de Habitação, está construindo sua casa de alvenaria sob a orientação do Escritório da Casa Própria mantido pela Secretaria de Serviços Sociais. As obras de infraestrutura vêm sendo cuidadas pelo governo, que não poupa esforços para dotar aquele núcleo dos meios necessários à sua sobre existência. Serviços de água e luz estão sendo implantados ao longo das ruas de Ceilândia. O moderno ginásio polivalente e escolas-classes atendem à demanda escolar local, e se enquadram na paisagem humana criada para os ex-favelados do Distrito Federal. Para garantir a tranquilidade pública funciona aqui uma delegacia de polícia. O centro comunitário a cargo da Fundação do Serviço Social está em fase final de construção e será um dos pontos básicos de integração dos moradores no âmbito de orientação social, familiar, de economia doméstica e liderança de grupo. Ceilândia contará brevemente com um posto médico. O governo controla agora todas as áreas removidas, impedindo o surgimento de novas favelas, ao mesmo tempo que *erradicaliza*, integra e desenvolve uma imensa e nova comunidade brasiliense”.

Figura 3: Captura de tela. "História de Ceilândia"



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SGh84AN6Fsc> Acesso em out. 2021.

Figura 4: Captura de tela. "História de Ceilândia"



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SGh84AN6Fsc> Acesso em out. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO CEILÂNDIA E TAGUATINGA

Vídeo-reportagem. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Y0xEZXC8HR0&t=4s>. Acesso em outubro de 2021.

Imagens de arquivo ao som da música instrumental “Ponteio”, sem narração, apenas a frase “De fato é tempo de construir”. Possivelmente um vídeo de divulgação das ações do governo do Distrito Federal.

O vídeo celebra a transferência da população das invasões para Taguatinga e Ceilândia, sugerindo um novo tempo de crescimento e progresso.

Figura 5: Captura de tela. "Ceilândia e Taguatinga".



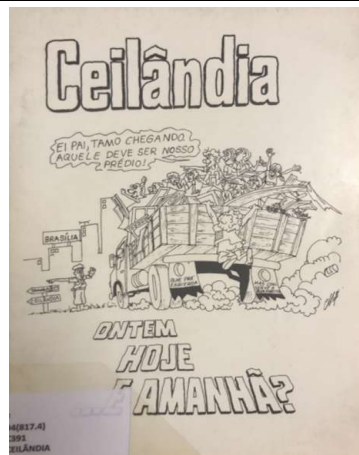


Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y0xEZXC8HR0&t=4s>. Acesso em out. 2021.

Figura 2: Captura de tela. "Ceilândia e Taguatinga".



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y0xEZXC8HR0&t=4s>. Acesso em out. 2021.

Anexo 4 - Tabela. Folhetos, revistas e publicações produzidas de maneira independente pela própria população, através de organizações comunitárias ou editoras populares.

| ITEM | IMAGEM CAPA | TÍTULO | AUTORIA | DATA | FONTE |
|------|--|---|---|------|-------|
| 1.1 | | CEILÂNDIA ONTEM, HOJE... E AMANHÃ? | FOLHETO, 49pg. Ilustr. Produzido pela população com recursos próprios | 1981 | ArPDF |
| | Material em formato de cordel com relatos, depoimentos de experiências vivenciadas pela população na transferência da Vila do IAPI para Ceilândia. Intercala fragmentos de jornais e revistas com depoimentos dos moradores removidos da Vila IAPI para Ceilândia. |  | | | |
| 1.2 | | MEU NOME É CEILÂNDIA | VIEIRA, José Moacir de Sousa; NETO, Antônio da Costa. | 2009 | |
| | "A razão desses escritos nasce do desejo ardentes dos autores de tornarem mais vivas e conhecidas a histórias e a cidade de Ceilândia, o mais importante reduto urbano do Distrito Federal, sendo o fruto do desprezo ao construtor de Brasília, que como não podia ser queimado - e se negava por direito a voltar para sua terra - tinha que ser atirado em algum lugar. Em algum ponto distante, à margem do paraíso" (p.12) |  | | | |
| 1.3 | | CEILÂNDIA: A HISTÓRIA É ESSA | HAMARAL, Leão. Ceilândia: a história é essa. Série Planeta Ceilândia – 1ª Edição, 2011. | 2011 | ArPDF |
| | Relato detalhado da transferência da Vila IAPI. Imagens do acervo de Gonçalo Gonçalves Bezerra, conhecido como “o pai da Ceilândia”. Gonçalo comandou uma assembleia com a presença de 200 moradores na então "Invasão do IAPI" para fundar a APROMOVE, associação de moradores daquela que à época, era a maior ocupação ilegal de terras públicas no Distrito Federal. "Ceilândia, a história é essa tem como objetivo básico informar a quem tiver curiosidade e interesse, o contexto sócio-político em que se deu a "erradicação" de um contingente em torno de 80 mil pessoas que, por direito, teriam de ser mantidas no local onde habitaram nos primeiros anos de Brasília, ou seja, a área nobre onde fica o Guarã e parte do Núcleo Bandeirante e as Mansões Park Way" |  | | | |

Anexo 5 – Documentários e filmes com entrevistas e relatos de moradores.

BRASÍLIA CAPITAL DO SÉCULO

Brasília capital do século (1960) Documentário, 10min. Direção: Gerson Tavares.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y0MaMv1DohY&t=502s>>. Acesso em outubro de 2021.

Curta-metragem documental, intercala duas situações: as grandes obras de arquitetura e a “cidade provisória”, Cidade Livre, que “irá desaparecer com a inauguração da capital”. A narração em *voice over* relata os feitos heroicos da população migrante operária.

Figura 1 - Captura de tela. "Brasília, capital do século"



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y0MaMv1DohY&t=502s>. Acesso em out.2021.

BRASÍLIA, CONTRADIÇÕES DE UMA CIDADE NOVA

Brasília, contradições de uma cidade nova (1967) Documentário, 22min. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. Roteiro: Luiz Saia, Jean-Claude Bernardet, Joaquim Pedro de Andrade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Ony7axA-CE>>. Acesso em outubro de 2021.

Sinopse: Imagens de Brasília em seu sexto ano e entrevistas com diferentes categorias de habitantes da capital. Uma pergunta estrutura o documentário: uma cidade inteiramente planejada, criada em nome do desenvolvimento nacional e da democratização da sociedade, poderia reproduzir as desigualdades e a opressão existentes em outras regiões do país? (Extraído de Programadora Brasil/5)

Narração em off: “Até recentemente Brasília era o novo centro de migração interna no Brasil. Na época da construção, o imigrante ganhava cinco vezes mais do que no Norte e duas vezes mais do que no Rio ou em São Paulo. Depois de inaugurada a cidade, o mercado de trabalho diminuiu muito. Os operários sem emprego preferem, no entanto, permanecer em Brasília”.

Moradora entrevistada: “Teve pessoas, da pouca coisa que tinha como pobre, deles meter naquele caminhão que chama-se basculante e quando chegava aqui eles virava o basculante, eu acho que até criança se tivesse dentro era despejada, despejava tudo: era madeira com os móveis, tudo. Pessoas que ficou com as coisas tudo escangalhada. Os nossos braços foi que teve que derrubar essa mata, fizemos fogo, faziam fogueiras aqui pra poder conseguir armar os barracos. Ficou pessoas aqui no relento, uma época fria, que morreu crianças aqui de frio e morreu adultos também”.

Figura 2 - Captura de tela. "Brasília, contradições de uma cidade nova".



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Ony7axA-CE>. Acesso em out.2021

Figura 3 - Captura de tela. "Brasília, contradições de uma cidade nova".



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Ony7axA-CE>. Acesso em out.2021.

TAGUATINGA EM PÉ DE GUERRA

Taguatinga em pé de guerra (1982) Documentário, 18min. Direção: Armando Lacerda.

Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=3uGva_Ziii8 > Acesso em março de 2021.

Sinopse: Dramatização de um fato verídico. Em Taguatinga, 1960, seis mulheres pioneiras de Brasília se unem para conseguir água para o acampamento onde vivem, chegando até o Congresso Nacional. De lá, conquistam seu objetivo saindo com um documento onde lhes é garantido que nunca faltará água. (SP/Rocinha77).

A luta de um grupo de lavadeiras que se organizam para defender uma bomba d'água, cedida à cidade-satélite de Taguatinga por Sara Kubistchek enquanto primeira-dama do país. A bomba é requisitada pelo engenheiro Israel Pinheiro para auxiliar na irrigação de seu parreiral na Granja do Ipê, provocando a reação das lavadeiras e a intervenção da Guarda Especial de Brasília. Os guardas são expulsos da região a pauladas e a bomba garantida em vigília permanece até que Dona Sara consegue o registro de doação à Taguatinga. (CB/Ficha Filmográfica).

Figura 4 - Captura de tela. "Taguatinga em pé de guerra".



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3uGva_Ziii8 Acesso em out.2021.

INVASORES OU EXCLUÍDOS?

Invasores ou excluídos? (1989) Documentário, 31min. Direção: Cesar Mendes, Dulcídio Siqueira.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dh0PxZ3EGnk>>. Acesso em outubro de 2021.

Sinopse: A história das favelas de Brasília e da luta dos movimentos populares por melhores condições de moradia no DF. A criação da Ceilândia nos anos 70 e a política habitacional dos

recentes governos. O trabalho de Maria do Barro no assentamento de Barrolândia e a posição de líderes comunitários. (Extraído do YouTube).

Trecho depoimento Eurípedes Camargo (Presidente da Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia): “Na remoção da Vila do IAPI para Ceilândia, o governo pra convencer as pessoas que teria de mudar, fez uma série de promessas. Só que o governo não cumpriu nenhuma delas (...) Transporte, água, luz, saneamento, construção da casa, nenhuma dessas promessas foram cumpridas. Simplesmente colocaram famílias, mais de uma família, duas, três famílias, num caminhão, junto com sua casa que era desmanchada lá no IAPI, e jogavam aqui no cerrado. Aqui não tinha sequer o terreno limpo. Hoje (1989) Ceilândia tem todos os benefícios necessários né, a preocupação que a gente tem é que quando Ceilândia tiver todas as condições possíveis de habitação a população não será mais a mesma, devido a grande especulação imobiliária. Essa é a nossa preocupação. Porque do campo, quem nos expulsa do campo é o boi, é a máquina, o trator. Da cidade infelizmente é o asfalto. Parece que povo e asfalto não combina muito bem”.

Figura 5 - 1 Captura de tela. "Invasores ou excluídos?"



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dh0PxZ3EGnk>. Acesso em out. 2021.

Figura 6 - Captura de tela. "Invasores ou excluídos?"



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dh0PxZ3EGnk>. Acesso em out. 2021.

CONTERRÂNEOS VELHOS DE GUERRA

Conterrâneos Velhos de Guerra (1991) Documentário, 150min. Direção: Vladimir Carvalho.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iDcz3Uw21wI>> Acesso em outubro de 2021.

Sinopse: Em 1959 pessoas de diversas partes do Brasil, porém especialmente do Nordeste, chegam à Brasília para trabalhar na construção da futura capital brasileira. Assim como os canteiros de obra se espalham no meio do nada, os abusos aos trabalhadores também. As histórias dessas pessoas que ficaram conhecidas como candangos, as humilhações que sofreram, e as péssimas condições de trabalho levaram a um grande número de mortes.

Trecho narração em off: “Em 1986, o problema das invasões explode em pleno centro da capital, no Plano Piloto, área nobre e coração dos interesses imobiliários. Sequiosos por dispor de mão de obra barata, a menos de 100m de seus portões, as construtoras estimularam a ocupação, interessadas em se livrarem dos investimentos em transporte e alojamento. Com esse golpe, o lucro aumentava e o cerrado e as vistas grossas do governo em lance eleitoral acobertariam a manobra.

Erguido luxuoso conjunto residencial, **convinha limpar a área da presença dos favelados e da vista dos barracos**. Passadas as eleições, o governo escalou o secretário de Serviços Sociais para negociar com os agora chamados de invasores.

Numa traiçoeira operação de convencimento, acenavam com duas opções: **ou a passagem de volta para o nordeste, de onde provinha a maioria, ou a drástica retirada para fora do Distrito Federal**, portanto longe do local de trabalho. Um jogo de forças desiguais era detonado, uma guerra surda ia se ferir até o epílogo final, meses depois (*a remoção*)”.

Figura 7 - Captura de tela. "Conterrâneos velhos de guerra".



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iDcz3Uw21wI>. Acesso em out.2021.

A CIDADE É UMA SÓ

A cidade é uma só (2011) 72min. Direção: Adirley Queirós. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=9NXCrWrwECI&t=1015s>. Acesso em maio de 2021.

Sinopse: O filme apresenta três personagens: Nancy, Dildu e Zé Roberto. Nancy foi uma das crianças escolhidas para gravar o *jingle* da Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), que dizia “A cidade é uma só”. O anticandidato político Dildu trabalha como faxineiro em Brasília e, cansado de estar fora do Plano, lança sua candidatura para deputado distrital. Uma das propostas do candidato é a indenização dos moradores da antiga Vila do IAPI. Zé Roberto vende lotes nos arredores de Ceilândia.

Figura 8: Captura de tela. "A cidade é uma só".



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9NXCrWrwECI>. Acesso em out.2021.

Figura 92: Captura de tela. "A cidade é uma só".



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9NXCrWrwECI>. Acesso em out.2021.

O SOL NASCEU PARA TODOS

O sol nasceu para todos (2017). Documentário, 70min. Produção: Jovem de Expressão, Coletivo RUAS (Rede Urbana de Ações Socioculturais). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kpgAMXK7CTU>>. Acesso em maio 2021.

Sinopse: O documentário “O sol nasceu para todos” reúne uma série de depoimentos de moradoras e moradores do Sol Nascente, região administrativa desmembrada recentemente de Ceilândia. Amplamente divulgada como a “maior favela da América Latina”, a população contesta o título e lamenta o estereótipo criado por este slogan. Os depoimentos, por outro lado, mostram um cotidiano de bairro brasileiro: crianças jogando bola em campinhos de futebol improvisados, costureiras trabalhando até tarde em cooperativas, bandas ensaiando e se apresentando em saraus.

Figura 3 Captura de tela. "O sol nasceu para todos".



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kpgAMXK7CTU>. Acesso em maio de 2021.

VOZES DO TEMPO

Vozes do Tempo (2020) Documentário, 29 min. Direção: Douglas dos Santos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0CPsCSOvtik>>. Acesso em outubro de 2021.

Sinopse: A história das cidades é a história de quem as constrói. Neste sentido, apesar de moderna, a capital do Brasil não é diferente. Como um mosaico, as narrativas autobiográficas dos coralistas da terceira idade são fragmentos da construção de Brasília, marcadas pela experiência da música e da Campanha de Erradicação de Invasões - CEI. (Extraído do YouTube)

Trechos de depoimentos:

“(...) em 71 eu vim morar na Ceilândia. No dia em que a gente mudou pra Ceilândia chovia muito, mas muito (...) que a noite pra gente passar a noite, eu coloquei minha filha que tinha um ano dentro do guarda-roupa”

“Meu nome é Maria de Jesus da Silva, moro aqui no P Sul, mas eu morava na Ceilândia. Cheguei na Ceilândia em 71 e a canção que me marcou quando eu cheguei na Ceilândia foi “A beleza da rosa” de José Ribeiro. Ela me marcou porque apesar dela ser uma canção romântica ela me trazia um outro sentimento; ela me trazia um sentimento de alegria, de esperança, sabe? De coisas boas. Porque a gente tava vindo da invasão e se tornaria uma cidade, uma coisa estruturada. **Apesar do momento de todo sofrimento, porque não tinha água, não tinha luz, aquele monte de barraco construindo, aquela barulheira dia e noite de martelo, mas ela me alegrava de um jeito que eu não sabia nem explicar.** Me trazia alegria e esperança”.

Figura 11 - Captura de tela. "Vozes do Tempo"



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0CPsCSOvtik>. Acesso em out. 2021.